

# MINERAÇÃO: REALIDADES E RESISTÊNCIAS

POPULAR

Murilo da Silva Alves  
Karine Gonçalves Carneiro  
Tatiana Ribeiro de Souza  
Charles Trocate  
Marcio Zonta (Orgs.)

expressão  
POPULAR



MINERAÇÃO:  
REALIDADES E RESISTÊNCIAS



Murilo da Silva Alves  
Karine Gonçalves Carneiro  
Tatiana Ribeiro de Souza  
Charles Trocate  
Marcio Zonta  
(Org.)

MINERAÇÃO:  
REALIDADES E RESISTÊNCIAS

1ª edição

EXPRESSÃO POPULAR

São Paulo – 2020

Copyright © 2020, by Expressão Popular

**Organizadores e organizadoras:** Murilo da Silva Alves; Karine Gonçalves Carneiro; Tatiana Ribeiro de Souza; Charles Trocate; Marcio Zonta.

**Autores e autoras:** Ana Alvarenga de Castro, Bernadete Esperança Monteiro, Caroline Siqueira Gomide, Charles Trocate, Danielle Passos Jorge, Eduardo Raguse, Eulina Marques, Georgina Maria Vêras Motta, Gisele Ferreira de Castro, Gustavo Soares Iorio, Jean Carlos Martins Silva, Karine Gonçalves Carneiro, Kathiúça Bertollo, Larissa Pirchiner de Oliveira Vieira, Lourival Andrade, Lucas Magno, Lucia Maria Fantinel, Luiz Paulo Guimarães de Siqueira, Marcelo Firpo Porto, Maria Júlia Gomes Andrade, Marina Paula Oliveira, Marta de Freitas, Michele Cristina Martins Ramos, Murilo da Silva Alves, Neidimar Santos dos Reis, Pablo Henrique da Silva Montalvão, Poliana Machado da Silva Moreira, Rafael Augusto Nunes, Ricardo Junior de Assis Fernandes Gonçalves, Simone Silva, Tádzio Peters Coelho, Tatiana Ribeiro de Souza, Verônica Viana de Sousa.

Coordenação editorial: *Miguel Yoshida*

Revisão: *Felipe Henrique da Silva Magalhães*

Projeto gráfico: *ZAP Design*

Diagramação e capa: *Gustavo Motta*

Fotos da capa: *Marcelo Cruz/MAM*

Impressão e acabamento: *Gráfica Paym*

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

M392      Mineração : realidades e resistências / Murilo da Silva Alves, Karine Gonçalves Carneiro, Tatiana Ribeiro de Souza, Charles Trocate, Marcio Zonta (orgs.). -- 1.ed. —São Paulo : Expressão Popular, 2020.  
448 p. : il.  
Título original: Mineração: realidades e resistências. ISBN 978-65-5891-006-0  
1. Mineração. 2. Mineração - Aspectos sociais.  
3. Mineração – Territorialização. 4. Mineração – Relação de trabalho. 5. Conflito mineral. 6. Mineração – Lutas – Mulheres. I. Alves, Murilo da Silva.  
II. Carneiro, Karine Gonçalves. III. Souza, Tatiana Ribeiro de. IV. Trocate, Charles. V. Zonta, Marcio.  
VI. Título.

CDU 622

Catalogação na Publicação: Eliane M. S. Jovanovich CRB 9/1250

Todos os direitos reservados.

É permitida a reprodução total ou parcial dos textos aqui reunidos, desde que seja citado(a) o(a) autor(a) e que se inclua a referência ao original.

1ª edição: dezembro de 2020

EDITORA EXPRESSÃO POPULAR


Rua Abolição, 201 – Bela Vista


CEP 01319-010 – São Paulo – SP

Tel: (11) 3112-0941 / 3105-9500

livraria@expressaopopular.com.br

www.expressaopopular.com.br

 ed.expressaopopular

 editoraexpressaopopular

# SUMÁRIO

|                      |   |
|----------------------|---|
| Agradecimentos ..... | 7 |
| Apresentação.....    | 9 |

## PARTE I – O PROBLEMA MINERAL E A CONSTRUÇÃO DE RESISTÊNCIAS

|   |    |
|---|----|
| Capítulo 1.....   | 17 |
| Análise de conjuntura política, econômica e social da mineração no Brasil e os enfrentamentos necessários – <i>Charles Trocate e Murilo da Silva Alves</i>  |    |
| Capítulo 2.....   | 41 |
| Comunidades atingidas e territórios afetados pela mineração: realidades e resistências – <i>Murilo da Silva Alves, Karine Gonçalves Carneiro, Tatiana Ribeiro de Souza, Georgina Maria Vêras Motta, Lucia Maria Fantinel, Gustavo Soares Iorio e Tádzio Peters Coelho</i> |    |

## PARTE II – PODER E RESISTÊNCIAS NO CONFLITO MINERAL

|  |     |
|--|-----|
| Capítulo 3 .....   | 103 |
| O poder e a resistência dos movimentos populares e as alternativas ao modelo mineral brasileiro – <i>Tádzio Peters Coelho, Maria Júlia Gomes Andrade, Luiz Paulo Guimarães de Siqueira, Marta de Freitas e Lourival Andrade</i>      |     |
| Capítulo 4 .....   | 131 |
| Poder, sedução e autopromoção das empresas de mineração em territórios atingidos por desastres criados em Fundão e no Córrego do Feijão – <i>Danielle Passos Jorge, Marina Paula Oliveira, Simone Silva, Verônica Viana de Sousa</i> |     |
| Capítulo 5 .....   | 161 |
| A resistência no campo de luta acadêmico: ciência para quem? Para quê? – <i>Karine Gonçalves Carneiro e Tatiana Ribeiro de Souza</i>   |     |

|   |     |
|---|-----|
| Capítulo 6 .....  | 193 |
| Relações de trabalho na mineração: análise dos acordos coletivos firmados entre o Sindicato Metabase Inconfidentes e a Vale S.A. com validade no período de 2009 a 2018 – <i>Kathiuça Bertollo e Neidimar Santos dos Reis</i> |     |

### PARTE III – A LUTA DAS MULHERES NA DEFESA DOS TERRITÓRIOS MINERADOS

|   |     |
|---|-----|
| Capítulo 7 .....  | 225 |
| As muitas resistências das mulheres em conflito com o empreendimento Minas-Rio – <i>Maria Júlia Gomes Andrade</i>   |     |
| Capítulo 8 .....  | 259 |
| Se auto-organizando para desorganizar: a resistência das trabalhadoras rurais do norte de Minas Gerais à mineração – <i>Bernadete Esperança Monteiro e Marcelo Firpo Porto</i>                                |     |
| Capítulo 9 .....  | 287 |
| A resistência de mulheres camponesas frente ao modelo racista-heteropatriarcal de mineração da empresa Anglo American em Minas Gerais – <i>Ana Alvarenga de Castro e Larissa Pirchiner de Oliveira Vieira</i> |     |

### PARTE IV – EXPERIÊNCIAS DE RESISTÊNCIAS AO MODELO MINERAL BRASILEIRO

|  |     |
|--|-----|
| Capítulo 10 .....  | 321 |
| Luta e resistência em busca de um território livre de mineração: relato sobre o enfrentamento à mineração de bauxita na Serra do Brigadeiro (MG) – <i>Gisele Ferreira de Castro, Gustavo Soares Iorio, Jean Carlos Martins Silva, Lucas Magno e Luiz Paulo Guimarães de Siqueira</i> |     |
| Capítulo 11 .....  | 351 |
| Mineração em Goiás: conflitos e resistências – <i>Ricardo Junior de Assis Fernandes Gonçalves, Caroline Siqueira Gomide e Eulina Marques</i>   |     |
| Capítulo 12 .....  | 381 |
| O processo de territorialização da mineração no estado da Bahia: conflitos e resistências em defesa do território – <i>Pablo Henrique da Silva Montalvão, Poliana Machado da Silva Moreira e Rafael Augusto Nunes</i>  |     |
| Capítulo 13.....   | 411 |
| A experiência de construção do comitê de combate à megamineração no Rio Grande do Sul, na luta contra o avanço da nova fronteira mineral – <i>Michele Cristina Martins Ramos e Eduardo Raguse</i>  |     |
| Sobre as pessoas que escreveram este livro .....   | 443 |



## AGRADECIMENTOS

AGRADECEMOS A CONTRIBUIÇÃO dos movimentos populares, do Projeto Brasil Popular (PBP), do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), pela rede de trabalho criada para oportunizar o desenvolvimento deste livro. Agradecemos ainda o apoio do Departamento de Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Pós-graduação “Novos Direitos, Novos Sujeitos”, da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), por meio do Grupo de Estudos e Pesquisas Socioambientais (GEPSA/UFOP), assim como o Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais (PPG-PSI/UFMG), por intermédio do Laboratório de Estudos sobre Trabalho, Sociabilidade e Saúde (LETSS/UFMG).

Em especial, agradecemos o apoio financeiro, para viabilizar a revisão, os processos de editoração do livro gratuito e a tiragem, dos seguintes apoiadores: Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais (PPG-PSI/UFMG), Associação dos Docentes da Universidade Federal de Ouro Preto (ADUFOP) – Seção Sindical do Andes – SN e ao Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração (CNDTFM).

Em decorrência do apoio proporcionado, o livro poderá ser disponibilizado gratuitamente para atender à necessidade

de divulgação de informações para as comunidades atingidas pela mineração, compartilhando resistências desencadeadas e podendo promover processos de formação dos movimentos sociais. Do mesmo modo, o livro garante, a pesquisadores e pesquisadoras da temática, acesso a informações sobre as realidades e as resistências nos territórios minerados.

## APRESENTAÇÃO

DURANTE A OFICINA do Grupo de Trabalho de Mineração do estado de Minas Gerais (GT Mineração/Minas), realizada pelo Projeto Brasil Popular, percebemos a necessidade de amplificar e tornar públicas as resistências já realizadas e desencadeadas por vários atores sociais no enfrentamento do problema mineral brasileiro, assim como divulgar novas estratégias pensadas conjuntamente pelo referido GT – formado por comunidades atingidas, movimentos populares, acadêmicos, trabalhadores em geral, representantes e agentes políticos de instituições governamentais e não governamentais.

A base da construção deste livro está na proposta coletiva de um novo modelo de mineração, centrada na reconstituição da força solidária para ampliar o intercâmbio de experiências das comunidades atingidas pela mineração, e no compartilhamento de saberes, buscando novas formas de fazer e pensar a resistência dentro dos territórios afetados. Pensar e usar a resistência é buscar possibilidades para a vida diante das realidades condicionadas pelo contexto mineral. Nesse processo, reunimos pessoas, movimentos e instituições que constroem juntos resistências intelectuais e práticas, buscando a ampliação das lutas por direitos.

O livro está dividido em quatro partes. A primeira parte, intitulada *O problema mineral e a construção de resistências*,

reúne os capítulos 1 e 2. O primeiro capítulo, “Análise de conjuntura política, econômica e social da mineração no Brasil e os enfrentamentos necessários”, faz uma análise multidimensional da mineração no Brasil e pontua as formas de atuação de atores que, num trabalho em rede, buscam, de forma crítica, se posicionar contrários ao atual modelo mineral, ressaltando o surgimento dos movimentos populares nas últimas décadas. O segundo capítulo, “Comunidades atingidas e territórios afetados pela mineração: realidades e resistências”, parte das realidades das comunidades atingidas e territórios afetados pela mineração, apresentando propostas e diretrizes para a construção de resistências ao atual modelo minerário no Brasil, contribuindo para a construção de um Programa Popular da Mineração sob a perspectiva da soberania nacional.

Já a segunda parte do livro, intitulada *Poder e resistências no conflito mineral*, contém quatro capítulos que abordam as relações de poder e as resistências no âmbito do conflito mineral, sendo formada pelos capítulos de 3 a 6. O terceiro capítulo, “O poder e a resistência dos movimentos populares e as alternativas ao modelo mineral brasileiro”, traça um panorama das resistências dos movimentos populares desenvolvidas frente aos grandes projetos de mineração no Brasil e aponta para alternativas ao problema mineral brasileiro, tão nefasto e trágico no seu *modus operandi*.

O quarto capítulo, “Poder, sedução e autopromoção das empresas de mineração em territórios atingidos por desastres criados em Fundão e no Córrego do Feijão”, traz, pela experiência empírica das autoras, uma crítica ao processo de manipulação, opressão e guerra cultural promovido pelas mineradoras Samarco, Vale e BHP Billiton, além da Fundação Renova, nas comunidades ao longo da Bacia do Rio Doce e de Brumadinho, devastadas pelos rompimentos das barragens de rejeitos dessas mineradoras. Já o quinto capítulo, “A resistência no campo de

luta acadêmico: ciência para quem? Para quê?”, busca evidenciar a necessidade de um posicionamento científico-crítico como forma de luta e de resistência, desde “dentro” da academia, para que se rompam hierarquias perpetuadas a partir de uma noção hermética do que é “ciência”, como forma de enfrentar as ações violadoras perpetradas por empresas minerárias.

Finalmente, o sexto capítulo, “Relações de trabalho na mineração: análise dos acordos coletivos firmados entre o Sindicato Metabase Inconfidentes e a Vale S. A. com validade no período de 2009 a 2018”, promove uma reflexão sobre os dilemas e desafios colocados à organização sindical da classe trabalhadora brasileira no intuito de contribuir com a luta sindical dos trabalhadores da mineração.

A terceira parte do livro, de nome *A luta das mulheres na defesa dos territórios minerados*, composta pelos capítulos de 7 a 9, dá visibilidade, a partir da experiência cotidiana de mulheres que lutam por suas comunidades e seus territórios, ao protagonismo que muitas delas assumem na luta por direitos frente à mineração. Desse modo, o sétimo capítulo, “As muitas resistências das mulheres em conflito com o empreendimento Minas-Rio”, apresenta as resistências de mulheres atingidas pelo empreendimento Minas-Rio, da mineradora Anglo American, com foco nas mulheres das comunidades rurais de Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas (MG). O oitavo capítulo, “Se auto-organizando para desorganizar: a resistência das trabalhadoras rurais do norte de Minas Gerais à mineração”, por sua vez, compartilha os resultados de análise feita sobre as contribuições da auto-organização das mulheres trabalhadoras rurais do norte de Minas na resistência à mineração, a partir de uma perspectiva teórica feminista e da saúde coletiva. Por fim, o capítulo nove, “A resistência de mulheres camponesas frente ao modelo racista-heteropatriarcal de mineração da empresa Anglo American em Minas Gerais”,

busca demonstrar como o modelo de desenvolvimento racista heteropatriarcal incorporado pela empresa mineradora Anglo American tenta cotidianamente aniquilar populações negras camponesas em Minas Gerais, mais especificamente nos municípios de Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas.

A quarta parte, *Experiências de resistências ao modelo mineral brasileiro*, formada pelos capítulos de 10 a 13, apresenta experiências de resistência e luta ao modelo mineral corrente em quatro estados brasileiros. O décimo capítulo, “Luta e resistência em busca de um território livre de mineração: relato sobre o enfrentamento à mineração de bauxita na serra do Brigadeiro (MG)”, descreve a organização e a saga, nos últimos quinze anos, das comunidades da Serra do Brigadeiro para conquistar um território livre de mineração, numa região com vocação para agricultura e um modo de vida que preza pela tranquilidade. Já os capítulos onze, “Mineração em Goiás: conflitos e resistências”, e doze, “O processo de territorialização da mineração no estado da Bahia: conflitos e resistências em defesa dos territórios”, apresentam a resistência do povo goiano e baiano para defender seus territórios, expondo a contradição entre o projeto minerador internacional e uma população que historicamente vive da subsistência e da produção comercial advindas da produção agrícola. Por fim, o capítulo treze, “A experiência de construção do Comitê de Combate à Megamineração no Rio Grande do Sul, na luta contra o avanço da nova fronteira mineral”, traz um panorama do que foram os últimos dois anos de mobilização intensa contra os projetos de mineração no Rio Grande do Sul, que culminou numa grande articulação popular de variadas organizações: o Comitê em Combate à Megamineração no Rio Grande do Sul.

O que esses capítulos apresentados têm em comum? Todos reivindicam o território como *locus* de possibilidade de reprodu-

ção de seus modos de vida, permanentemente ameaçados por empreendimentos minerários. As autoras e os autores narram, analisam e descrevem as várias faces das lutas territoriais contra os projetos mineradores destrutivos e nos deixa uma espécie de pedagogia da luta.

Nas últimas décadas a expansão da atividade mineral tem sido base de conflitos, mas também tem trazido a contestação e o entendimento de que o território está intrinsicamente ligado à necessidade de uma ruptura com o projeto transnacional minerador destrutivo e desumano que combina a acumulação espoliativa de capital com a destruição da vida.

Há mais de um século, um dos principais pensadores latino-americanos, José Carlos Mariátegui, já nos dizia: “o problema do Indigenato peruano era sua desvinculação com a terra pela empresa colonial”. Hoje, o problema da disputa territorial brasileira na adversidade mineral é a transformação do indivíduo/território em um ser abstrato no seu cotidiano. Sem seu território, esse indivíduo coletivo representado pela pluralidade do campesinato brasileiro vira um ser urbano sem perspectiva cultural.

Desconstruir a abstração estruturalmente alicerçada pelas várias faces e fases do colonialismo é um exercício de resistência que se impõe às populações atingidas nos territórios afetados pela mineração, agregando lutas que assegurem seus direitos. É nesse contexto que este livro se insere, evidenciando alternativas e registrando os processos de resistência já desencadeados pelas pessoas atingidas, movimentos populares e instituições que atuam nos territórios de conflito mineral.

Os organizadores e as organizadoras





PARTE I

O PROBLEMA MINERAL E A  
CONSTRUÇÃO DE RESISTÊNCIAS



# CAPÍTULO 1

## ANÁLISE DE CONJUNTURA POLÍTICA, ECONÔMICA E SOCIAL DA MINERAÇÃO NO BRASIL E OS ENFRENTAMENTOS NECESSÁRIOS<sup>1</sup>

CHARLES TROCATE<sup>2</sup>

MURILO DA SILVA ALVES<sup>3</sup>

### Introdução

Inicialmente, destacamos como preâmbulos algumas situações, para a análise de contexto, relacionadas à mineração no Brasil, que integra as cadeias globais de comércio de minérios, um dos principais produtos exportados (Gonçalves, 2018), organizador da reprimarização da economia nacional e objeto direto do problema a ser enfrentado sem outra distinção.

- a) A disputa interimperialista pelo controle dos bens naturais finitos. Os Estados Unidos têm enfrentando crises de hegemonia em relação à China, que se coloca em parte considerável do globo, controlando, pela política

---

<sup>1</sup> Análise desenvolvida na V Reunião Nacional dos Professores e Pesquisadores na mineração, nos dias 6 e 7 de julho de 2019, na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), Guararema, São Paulo.

<sup>2</sup> Integrante da coordenação nacional do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM). charlestrocate@hotmail.com

<sup>3</sup> Docente do Departamento de Ciências da Saúde da Universidade Estadual de Santa Cruz (DCS/UESC), doutorando em Psicologia Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (PPG-PSI/UFMG), mestre em Enfermagem e Saúde pelo PPGES/UESB e membro do Laboratório de Estudos sobre Trabalho, Sociabilidade e Saúde (LETSS/UFMG). murilosevla@gmail.com

das *commodities*, os destinos de economias nacionais e reproduzindo seus capitais (Bruckmann, 2012).

- b) Os efeitos dessa disputa, correlacionados no mundo e no Brasil, estão nas mudanças das características do Estado, das democracias liberais, nas ideologias e, ao mesmo tempo, no interior do capital por sua fase altamente destrutiva (Mészáros, 2020), que provoca fissuras irreparáveis no metabolismo do planeta.
- c) O desgaste da constituinte cidadã de 1988, por parte de setores das elites, de um lado, e da reivindicação do Estado democrático de Direito, do outro lado, não são exceções a essa conjuntura e no fundo interagem abertamente em todos os níveis da vida social, conflagrando novos conflitos. A agudização do problema mineral brasileiro é um deles!
- d) Além do mais, estão em curso aspectos da revolução tecnológica pela rolagem perpétua do capital – de tecnologias expansivas à natureza e nos indivíduos –, acobertados pela ideologia da globalização que transforma a vida social e das economias transnacionais numa incessante disputa por novos bens fundantes de poder, dentre eles os bens minerais, sem controle algum.<sup>4</sup>
- e) Ecologicamente, poderíamos nos referir à entrada no antropoceno, quando nos tornamos os senhores de si próprios e o planeta já não se regula pelas forças naturais, e isso tem, de certa forma, provocado essa visão de mundo. Não se trata mais do antropoceno, mas um

---

<sup>4</sup> Sugerimos a leitura do livro de Klaus Schwab, intitulado *A quarta revolução industrial* (Edipro, 2019).

capitaloceno,<sup>5</sup> pois nessa sociedade organizamos relações sociais com a natureza que provocaram distúrbios, como aquecimento do planeta e as mudanças climáticas, entre outras. Generalizamos os problemas socioambientais como parte das ações de todos, mas na realidade são ações e consequências do capital (Gonçalves, 2018).

Diante dos elementos que julgamos estruturais, dos quais derivam nosso olhar, localizamos o problema mineral no Brasil. Realizamos a análise estrutural por meio da interlocução do conceito *princípio Potosí* com a política, economia e história da exploração mineral brasileira, assim como o surgimento do enfrentamento do problema de movimentos populares nas últimas décadas. Além do preâmbulo, o capítulo está dividido em mais duas partes. Na primeira desenvolvemos análise de conjuntura política, econômica e social no Brasil em diálogo com a história e evolução das empresas e corporações minerais, enfatizando o processo da Vale S. A., relacionado às etapas do *princípio Potosí*. Na segunda descrevemos os enfrentamentos e as resistências necessárias à mineração, protagonizados por comunidades afetadas, movimentos populares, trabalhadores e instituições.

---

<sup>5</sup> “A compreensão do capitaloceno permite situar o desenvolvimento geográfico do capitalismo e a fragmentação sistemática da natureza e da cultura. O capitaloceno explicita a dinâmica de pilhagem dos recursos territoriais, processos de desterritorialização-reterritorialização de populações originárias, agudização das desigualdades sociais, econômicas e políticas, espoliação do trabalho e dizimação da diversidade faunística, dos rios e das florestas. Patenteia-se, assim, a conexão entre capitaloceno e necroceno, entre dinâmicas capitalistas e processos de extermínio [...]. Da mesma maneira, o capitaloceno implica processos econômicos, ambientais, políticos e sociais que dependem da transformação radical dos bens comuns naturais em *commodities* que movimentam as cadeias globais controladas por grandes corporações” (Gonçalves, 2018, p. 5).

## A mineração e a conjuntura política, econômica e social no Brasil: reflexões a partir do *princípio Potosí*

Pensamos que não há uma questão mineral em curso, mas um problema mineral decorrente da cumulação originária. O que instaura esse problema mineral? Podemos situá-lo na teoria da dependência e do sistema-mundo e na financeirização da natureza. Aráoz questiona, em *Potosí, el origen* (2018) e em *Mineração, genealogia do desastre* (2019), versão em português da obra, “O que a mineração é?”. É um princípio fundado pelo Império Espanhol em Potosí, Bolívia, ou seja, a mineração é um sistema moderno desde a origem, é um sistema de esgotamento completo da terra e dos indivíduos humanos que a fazem e a consomem. O *princípio Potosí*, na experiência da teoria da dependência, é: uso intensivo dos bens naturais, superexploração da força de trabalho e uma rede ideológica que estimula a dialética – de periferia centro – permanente. É no centro capitalista que se cumpre a acumulação pela dependência das economias coloniais. Portanto, há uma dialética entre economia industrial, centro do capitalismo e periferia fornecedora de matérias primas. Essa acumulação se estrutura pela reorganização do capital e do trabalho e pela superioridade econômica e de artefatos, onde se fixa o império do *princípio Potosí*, e toda a modernidade do capital advém da sua beligerância/guerra.

O estado colonial e moderno em suas leis organiza essa submissão pela transformação da natureza em mercadoria, pela cientificação da natureza e pela criação da empresa da natureza (Aráoz, 2016), formas de atuar e de exercer o poder, em diferentes níveis de planejamento, em que essa acumulação é recepcionada no centro capitalista e sua expansão é permanente. Ao mesmo tempo, essa acumulação repercute em forma de produtos, nessa atual era, supérfluos às necessidades humanas

em todos os cantos do globo, levada pelo processo da globalização e atrelada à obsolescência programada.

Este é um primeiro elemento para pensarmos que não temos uma questão mineral, mas um problema fundante, estrutural, das relações atuais que o sistema de acumulação estabeleceu desde o seu incremento ultramar. Dito dessa forma, qual é o nosso *princípio Potosí*? Poderíamos averiguar esse momento Potosí no período colonial, no período republicano com a fundação da Companhia Vale do Rio Doce e, sobretudo, dos últimos 30 anos, com a reprimarização da economia, existência da Lei Kandir e um sistema de tributação oneroso às regiões mineradas. É o círculo vicioso das regiões ricas e empobrecidas, e das regiões administrativas, na esfera do Estado e do poder.

O *princípio Potosí* desata a contradição da fratura territorial, com regiões mais ricas em bens minerais que, ao mesmo tempo, tornam-se as regiões mais pobres, ou seja, estabelecendo uma desigualdade regional pelo usufruto da riqueza e do consumo. De um lado, desperdícios de natureza na instalação do problema mineral, por outro lado, exclusão das benesses por uma elite predatória que impede os setores populares de acessar as riquezas possíveis, além da ruína territorial e da exclusão absoluta do uso e consumo dos bens minerais, que serão transformados pela natureza exaurida.

Dito de outra forma, a inserção do Brasil no sistema-mundo de produção de mercadoria, pelas suas jazidas geológicas, mas, sobretudo, pela existência desse modelo de mineração, vai se fundamentar nesse *princípio Potosí*. Tendo como elemento fundante a ideia de que a partir de 1994 utilizamos os nossos bens naturais – floresta, água e minerais – apenas como uma forma de aumentar e principalmente manter a capacidade de exportação para o equilíbrio da balança comercial. Portanto,

é uma medida que interessa da fronteira do Brasil para fora.<sup>6</sup> Mantemos o equilíbrio da balança comercial, mas organizamos dentro um sistema tributário que penaliza todas as dinâmicas da nossa economia. Em essência, sofremos uma ação imperialista sobre os nossos recursos sem poder ou sem saber para quem reclamar. Essa é a máxima do nosso modelo de mineração. Segundo Gonçalves (2018, p. 4) “É um modelo de mineração atado ao capitalismo neoliberal e ao neoextrativismo, radicado em estratégias corporativas das empresas para maximização dos lucros com a venda de *commodities* minerais”.

Se formos verificar, o nosso problema mineral tem nome e etapas. É possível verificar que por três séculos de mineração o Estado controla a ideia do *princípio Potosí* pela violência, convocando formas de exploração e obtenção de lucro e tributação até a república. “Viram, impunemente, esgotar-se o produto de suas minas, exportando-o para enriquecer os colonizadores europeus, deixando a região exposta a decadência econômica e a sua população trabalhadora no mais completo abandono e desolação”, descreve Minayo (2004, p. 46) o final de exploração do período colonial do século XVIII, em que a consciência histórica da revolta contra a opressão colonial foi consolidada no episódio da Inconfidência Mineira.

A Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) foi criada como uma empresa estatal de um país periférico e, portanto, pertencente a um estado autoritário e dependente. O próprio elemento de fundação da CVRD se relaciona com a interdependência do capitalismo global. Naquele momento, houve a estruturação

---

<sup>6</sup> Wanderley, Gonçalves e Milanez (2020), analisam o modelo de desenvolvimento neoextrativismo ultraliberal marginal, considerando a intensificação da exploração dos recursos naturais para exportação, o que constitui uma ameaça de expansão da fronteira mineral, incentivadas pelo governo Bolsonaro no Brasil.



de empresas como fornecedoras de artefatos para guerra com características eletro intensivas e poluentes. Elas se espalham mundo afora, e o Brasil, pela sua grandeza geográfica, torna-se receptor de muitas delas, incluindo a CVRD.

A CVRD, como empresa mineradora, nasce em pleno contexto da Segunda Guerra Mundial, por meio do acordo chamado “Acordo de Washington”, celebrado entre Estados Unidos, a Inglaterra e o Brasil, a 3 de março de 1942. Esse acordo é fruto dos interesses bélicos dos países “aliados” que, prevendo a continuação do conflito mundial, temiam a escassez de matérias primas para a indústria de armamento. Nele, cada um dos parceiros se compromete administrativa e politicamente. À Inglaterra cabe devolver ao Brasil, sem qualquer ônus, o grupo de jazidas de minério de ferro do Estado de Minas Gerais, comprado anteriormente pela *British Itabira Company*. Ao governo brasileiro compete criar uma empresa para assumir a exploração das jazidas, encampar a Estrada de Ferro Vitória-Minas, cuja maior acionista então era a mesma *British Itabira Company*, prolongar esta ferrovia até Itabira e restaurá-la para que comportasse a exportação, com exclusividade, durante três anos, de 1.500.000 toneladas por ano, de minério de ferro para a Inglaterra e para os Estados Unidos. Por sua vez, o governo norte-americano se compromete a fornecer equipamentos e técnicos para dirigir as obras de restauração da estrada de ferro e mecanização da mina e conceder empréstimos através do *Exim-bank* para cobrir os gastos com os novos equipamentos e para o financiamento dos técnicos norte-americanos especializados que para cá deveriam ser enviados (Minayo, 2004, p. 57-58).

A CVRD, então, herda o nosso modelo mineral colonial e instaura um *princípio Potosí* da empresa mineral republicana, e de lá para os dias de hoje a ruína territorial será a sua marca. A classe de trabalhadores na mineração brasileira, a própria experiência de classe trabalhadora, é em parte escravocrata e camponesa, com suas lutas que foram impedidas de se deslocarem para dentro da República em todos os setores da sociedade. As marcas do estado empresarial brasileiro na subjetividade

da classe trabalhadora, proposta por Minayo (2004), retrata essa geração de trabalhadores percebida como impedida, seja na época da empresa estatal ou como empresa privatizada. A ideia era constituir a maior empresa do Brasil, participando do sistema-mundo de produção de mercadorias, mas sem deixar que os trabalhadores a percebessem como uma empresa que os explorava em todos os níveis.

Dessa forma, se impedia que os trabalhadores da mineração pudessem ver as fraturas territoriais que os empreendimentos causam, porque estavam imbuídos da ideia de um nacionalismo liberal conservador e, ao mesmo tempo, consideravam a mineração como desenvolvimento e progresso. Isso é um traço republicano da mineração, é o *princípio Potosí* acobertando, acanhando a própria classe trabalhadora de se perceber como explorada no interior dos empreendimentos minerários, mas também impedindo que eles tivessem olhares diferentes sobre as fraturas territoriais que esses empreendimentos causavam.

Qual é o sentimento que um trabalhador da CVRD teria, mesmo trabalhador dos anos 1980, na época de uma politização crescente, sobre o problema mineral na Amazônia, a partir do Programa Grande Carajás? Com minas a céu aberto dentro da floresta, linha férrea de 900 km de extensão, hidrelétrica e um porto. O que isso provocou de desperdício de natureza no consciente da classe trabalhadora? Isso é um elemento, mas mais do que isso, a Vale é, porque criada como empresa estatal, ela é a mineração no período republicano. É uma empresa estatal, mas de economia dependente, portanto, ela exercia aquilo que o Estado é em todas as suas dimensões, violentando outras possíveis economias desse território e provocando enclave e minério-dependência.

Destacamos que a Companhia Vale do Rio Doce<sup>7</sup> encerrou esse período, a partir da sua privatização, e inaugura uma outra fase do *princípio Potosí* baseada no equilíbrio da balança comercial, ou seja, a economia interessada da fronteira para fora e que marca o fim do Estado desenvolvimentista. A política econômica privilegia a isenção da carga tributária da mineração, permite a sonegação e os distúrbios do valor das *commodities* e a arrecadação estatal.

O estudo do IJF concluiu que o subfaturamento das exportações do minério de ferro causou prejuízos à sociedade brasileira da ordem de US\$ 40 bilhões em evasão de divisas e US\$ 12,4 bilhões em imposto de renda, no período de 2009 a 2015. Além disso, houve uma perda de R\$ 3 bilhões de CFEM – Contribuição Financeira pela Exploração de Recursos Minerais, que é uma contraprestação paga à União pelo aproveitamento econômico dos recursos minerais não renováveis, explorados sob regime de concessão pública. O prejuízo tributário refere-se apenas aos tributos sobre o lucro – imposto de renda e contribuição social, uma vez que as mineradoras não pagam imposto de exportação, ICMS, PIS e COFINS sobre as vendas para o exterior. A extração da maior parte do minério de ferro é destinada à exportação. O artifício utilizado para pagar menos imposto no Brasil é o subfaturamento das exportações, que reduz o lucro tributável. A manobra fiscal é feita por intermédio de uma subsidiária do mesmo grupo econômico, aberta em algum *paraíso fiscal*, que faz o papel fictício de adquirente dos produtos exportados pela matriz brasileira. Mas o minério de ferro embarca do Brasil diretamente para a Ásia, que é a maior consumidora do produto brasileiro (Hickmann; Loebens, 2019, p. 1).

Esse é um dos distúrbios do nosso problema mineral, que, mais do que isso, mantém o equilíbrio da balança comercial

---

<sup>7</sup> Em 2007, a marca e o nome de fantasia da empresa passaram a ser apenas Vale S. A., como sempre foi conhecida nas bolsas de valores. Em 2008, a Companhia Vale do Rio Doce deixou de usar a sigla CVRD. Em 2009 a assembleia muda o nome legal da empresa para Vale S. A. (Vale S. A., 2012).

empobrecendo as regiões mineradas em função dos rentistas e das finanças dos capitalistas do centro-sul do Brasil. A existência da Lei Kandir é um exemplo disso, pois dados comprovam que a economia perdeu desde 1996 mais de 500 bilhões de reais (Batista, 2017), o que provocou e continua provocando fissuras no pacto federativo, mesmo com as decisões no Supremo Tribunal Federal, além de onerar as regiões mineradas em benefícios dos rentistas da mineração.<sup>8</sup>

Por fim, a privatização da Vale é o tripé que completa, digamos assim, o nosso *princípio Potosí*. A partir de 1997 e até os dias atuais percebemos o esgarçamento em todos os níveis, em todas as possibilidades, com a chegada do livre-arbítrio da mineração, e, portanto, o aval do estado para consumir territórios e comunidades.

---

<sup>8</sup> “O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), em 20 de maio de 2020, homologou acordo firmado entre os estados, o Distrito Federal e a União para regulamentar a compensação de perdas de arrecadação em decorrência da desoneração das exportações do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Segundo o termo, firmado nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) 25, a União deverá repassar aos entes federados, pelo menos R\$ 65 bilhões entre 2020 e 2037. O ministro Gilmar Mendes, relator da ADO 25, ao destacar a importância do acordo, explicou que a questão é objeto de controvérsia desde a promulgação da chamada Lei Kandir (Lei Complementar n. 87/1996) e que sua homologação pelo Supremo põe fim a essa disputa entre os entes federados. Segundo ele, a questão é importante para o federalismo brasileiro, não apenas pelo risco potencial de abalar o pacto federativo e em decorrência da instabilidade político-jurídica que o tema suscita há mais de duas décadas, com posições antagônicas, mas, principalmente, pelo fato de que houve acordo transacionado no âmbito do STF, ‘cujos termos e deliberações merecem debates no Congresso Nacional, após homologação do Plenário’. Em novembro de 2016, o STF julgou procedente a ADO 25 e reconheceu a existência de situação de inconstitucionalidade por omissão porque, depois de quase 13 anos, o Congresso não havia cumprido a determinação constitucional (incluída pela Emenda Constitucional n. 42/2003) de editar a Lei para fixar critérios, prazos e condições em que se dará a compensação aos estados e ao Distrito Federal da isenção de ICMS sobre as exportações de produtos primários e semielaborados” (STF, 2020, p. 1).

A expansão de grandes empreendimentos extrativistas como a mineração representa a fratura dos territórios e dos corpos dos sujeitos que neles vivem e trabalham. A mineração é uma atividade extrativa que depende da intervenção ambiental em grande escala, pois é estruturada por uma rede de produção que integra mina, barragens de rejeitos, pilhas de estéril, estradas, consumo de energia, minerodutos, ferrovias e portos. Caracteriza-se como uma produção em rede que, por consequência, também representa efeitos e conflitos socioambientais em rede (Gonçalves, 2018, p. 2).

A mineração é exatamente isso, deixar essas fissuras territoriais em forma de derrama de rejeito, poluição do ambiente, esgotamento e contaminação do sistema hídrico. Gonçalves (2018, p. 4) aponta que essa discussão sobre as implicações territoriais da mineração “requer a compreensão e a crítica do modelo estrutural de extrativismo mineral territorializado na América Latina e especialmente no Brasil”.

É fundamental entender que a Vale S. A., é uma empresa funcional no sistema-mundo de produção de mercadorias, nos quatro maiores Produtos Internos Brutos (PIBs) da mineração no Brasil: Pará, Minas Gerais, Bahia e Goiás. A Vale S. A. está em um país com piso geológico com mais de 85 minérios, traduzidos como base da economia capitalista do nosso solo. É, portanto, uma empresa de bloco de poder, sendo não só o modelo mineral, como também organizando esse modelo, independentemente das conjunturas políticas. Há outras empresas de diversos tamanhos e diversas faixas etárias que não dependem fundamentalmente da conjuntura política, mas encontram guarida e salvaguarda na grande empresa que é a Vale, que organiza um sistema de conflitos de uso dos territórios, políticos e imaginários, e estimula outras empresas a

repetir o mesmo sistema.<sup>9</sup> É o *princípio Potosí* e seu itinerário de substantivos!

Quando mencionamos uma empresa funcional ao sistema de produção de mercadoria, referimo-nos ao processo em que ela deixa de ser uma empresa, tornando-se uma corporação financeirizada que busca o aumento da taxa de lucro e o enriquecimento permanente dos acionistas. Trocate (2019, p. 1), em seu artigo “Quem são os donos da Vale S. A.?” indica a relação entre os acionistas dos fundos de investimentos, sendo que alguns destes gestores admitem “El nuevo colonialismo corporativo” como modo de expandir seus negócios por meio de uma rede de amigos com inúmeros conflitos de interesse e indícios de corrupção. A Vale possui acionistas associados a estes fundos de investimento, sendo a sua atual composição composta pela “Litel (21%), o BNDESPar (6,3%), o Bradespar (5,7%) e a Japonesa Mitsui & Co (5,6%). Além destas empresas, outros grandes acionistas incluem a BlackRock (5,98%) e o Capital Group (5%). As demais ações estão nas mãos dos mais de 100 mil acionistas da Vale, sendo que 14,7% é detido por brasileiros e 46,6% por estrangeiros”.

Neste processo de financeirização e rentização, outra questão é a dificuldade de responsabilizar os investidores pelos danos causados aos territórios minerados. A diluição da composi-

---

<sup>9</sup> A flexibilização de licenciamentos ambientais e os sucateamentos de órgãos públicos, como a Agência Nacional de Mineração (ANM), antigo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), mostram que a fragilização da fiscalização e o monitoramento são parte da influência das corporações no Estado (Gonçalves, 2018). Muitas destas flexibilizações, sejam elas ambientais, trabalhistas ou tributárias, são conseguidas por meio do apoio dos parlamentares eleitos e financiados eleitoralmente pelo capital mineral, o que podemos comprovar na atual composição do parlamento e no cruzamento com os financiamentos de campanha. Sobre o tema, sugerimos a leitura de Mello (2015), Mateus (2019), Ragazzi e Rocha (2019).

ção dos fundos dificulta a responsabilização daqueles. Trocate e Van Der Mark (2019) realizaram uma análise das respostas dadas por alguns dos principais acionistas e credores da Vale após o desastre/crime de Brumadinho, mostrando um baixo sentido de responsabilidade por parte das instituições financeiras pelos impactos causados no crime/desastre. Segundo os autores, a preocupação está mais voltada à estabilidade do fundo do que com os impactos causados pelo rompimento da barragem, sendo que poucos parecem assumir que são acionistas e que têm responsabilidades. Existe um conjunto de estratégias que ajuda a blindar as instituições dos riscos reputacionais e financeiros de investir na Vale S. A. Apontam ainda a falta de transparência sobre quem são os acionistas e os financiadores da Vale S. A., a dificuldade do contato com grande parte das instituições financeiras, as cláusulas de confidencialidade que protegem o cliente e o livram quase completamente de ser responsabilizado juridicamente e financeiramente pelos impactos causados.

De modo igual, no sistema-mundo de produção de mercadorias, não são responsabilizados pela organização dos sistemas intermediários internacionais, que aumentam e diminuem os preços das *commodities*, criando uma série de perdas das economias quando desejam, assim como todas as formas de exploração na vigência da *commodity*, derivadas da minério-dependência e a dependência da técnica dos sistemas financeiros (Trocate; Lima, no prelo; Trocate; Van Der Mark, 2019).

Estes processos permitem novas formas de execução de colonialismo e colonialidade. Distintos, o colonialismo significa a chegada dos colonizadores a um território de outro povo, que são subjugados, pela força (política e/ou militar), para garantir a exploração das riquezas e do trabalho da co-

lônia em benefício dos colonizadores, ficando a soberania do povo colonizado sob os interesses de quem coloniza (Quijano, 2007; Tonial; Maheirie; Garcia Jr., 2017). Já a colonialidade “é entendida como uma dimensão simbólica do colonialismo que mantém as relações de poder que se desprenderam da prática e dos discursos sustentados pelos colonizadores para manter a exploração dos povos colonizados” (Tonial; Maheirie; Garcia Jr., 2017, p. 2).

Mesmo com o “fim” do colonialismo, essa lógica colonial permanece entre os diferentes modos de vida, entre os Estados-Nação, entre os diferentes grupos humanos e assim por diante. Tonial, Maheirie e Garcia Júnior (2017, p. 2), consideram que “se o colonialismo termina, a colonialidade se propaga de diferentes formas ao longo do tempo”. Nas questões envolvendo o capital mineral, o colonialismo e a colonialidade ainda são concomitantes na conjuntura política, econômica e social brasileira sendo reconfiguradas.

O neocolonialismo apresenta características de soberania internacional e sistema econômico e político dirigidas para fora, sendo a pior forma do imperialismo, pois se trata de um poder sem responsabilidade para quem o pratica e uma exploração sem reparação para quem sofre. O capital estrangeiro continua sendo o sistema de exploração, fantasiado de desenvolvimento para as partes menos desenvolvidas (Kwame Nkrumah *apud* Araújo, 2018; 2019).

Dentro destes processos do neocolonialismo, é importante averiguar os macroimpactos que a mineração provoca. Coelho (2014), identifica os impactos econômicos, sociais e ambientais locais, mas vai além, e descreve os macroimpactos que afetam além do município ou região produtor da exploração mineral, mas estados e ou país. São mais abrangentes e podem ser classificados em impactos ambientais, sociais e econômi-



cos, como consequência da mineração. Destacamos que os macroimpactos econômicos positivos são dois: equilíbrio na balança comercial e aumento da arrecadação federal e estadual. Sendo os macroimpactos econômicos negativos onze: depleção de recursos não renováveis; isenção fiscal no PIS/COFINS e ICMS; instabilidade nos preços dos minerais no mercado internacional; rápida transmissão de crises internacionais; dependência econômica e social pela atividade mineradora; enclave mineiro; elasticidade-preço da oferta desfavorável; baixo dinamismo do mercado interno; baixa elasticidade-renda da demanda; pequena absorção dos benefícios técnicos; e baixo valor agregado.

O autor ainda identifica três macroimpactos sociais negativos: desenvolvimento de curto prazo; centros decisórios externos levando a dependência política; e a instalação de ferrovias e minerodutos que impactam diretamente comunidades que estão no trajeto.

O capital mineral se adequa, adapta-se e reconfigura-se rapidamente. Diante do novo quadro do mundo em relação à pandemia de Covid-19, as empresas, como a Vale, lançam mão do seu poder financeiro e logístico para autopromoção de equipamentos e insumos voltados a doações de controle da pandemia, mas, em contrapartida, os trabalhadores continuam expostos, visto que segundo o Decreto n. 10.329 de 28 de abril 2020, a atividade de mineração e toda sua cadeia produtiva foram consideradas como atividades essenciais e não devem sofrer paralisações, interrupções para além das adequações sanitárias mínimas, demonstrando a “força das grandes corporações da indústria extrativa mineral, a articulação dos interesses privados frente à apropriação dos recursos e da sustentação pública dos entes estatais e a subserviência do poder público

em relação à primazia do interesse do setor mineral” (Souza; Trocate, no prelo).

A essencialidade da mineração em tempos pandêmicos mostra como a renda da mineração não chega aos realmente afetados, mas apenas a intermediários ligados à mineração. Souza e Trocate (no prelo), afirmam que a minério-dependência subordina financeiramente o município à lógica mineral, mas também agrega um conjunto de agentes e atores sociais na perspectiva de fortalecer uma hegemonia da mineração nos municípios articuladas por elites predatórias, que via de regra se beneficiam dos transbordamentos da economia mineral nos municípios minerados.

O paradoxo é a autopromoção utilizada em momentos de crise e caos, por problemas causados ou ampliados pela mineração. Como os rompimentos de barragens em Mariana e Brumadinho e os milhões gastos com a preservação da imagem da empresa, enquanto indenizações, moradias e auxílios emergenciais são judicialmente questionados pela Vale. E a cadeia de transmissão da Covid-19 que as atividades de mineração ajudam a espalhar pelo interior do Brasil, sendo responsável pelo aumento de casos, ampliando o risco a toda a população das cidades (Gimenes, 2020; Costa, 2020).

Souza e Trocate (no prelo) abordam pontos apresentados pelo Movimento pela Soberania Nacional na Mineração que, se fossem apreciados pela classe política, poderiam livrar o Estado do sequestro e da dependência do capital mineral (MAM, 2020a): (1) a necessidade de controle social sobre o uso da CFEM;<sup>10</sup> (2) a injustiça fiscal e as desigualdades causadas pelo

---

<sup>10</sup> A Contribuição Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) não é um imposto, é uma contraprestação paga à União pelo aproveitamento econômico dos recursos minerais não renováveis, explorados sob regime de concessão pública (Hickmann, 2019). A taxa da CFEM do minério de ferro,

setor mineral à União, aos estados e aos municípios (revogação da Lei Kandir); e (3) as denúncias e barreiras sobre os mecanismos ilícitos de fluxos e operações financeiras utilizados pela indústria extrativa mineral no país e exterior. Estes recursos derivados destes três pontos supririam e poderiam ser utilizados para estruturar o Sistema Único de Saúde (SUS), a educação, o acesso à água e saneamento, moradia, alimentos sem agrotóxicos, programas sociais, que não precisariam da “caridade” das empresas de mineração.

Por que outros setores das indústrias fecharam e a mineração não, durante a pandemia no Brasil? A resposta tem a ver com aquela transformação que tem ocorrido na economia nacional, pois deixamos de ser uma economia industrial, para sermos uma economia reprimarizada, ou seja, a base do funcionamento da economia nacional é a venda de *commodities* agrícolas e minerais. Portanto, a mineração é considerada uma atividade essencial, porque ela é uma atividade do bloco de poder do Estado e dos rentistas, com influências políticas e econômicas que suscitam a atual fase do *princípio Potosí* do modelo de mineração brasileiro.<sup>11</sup>

---

por exemplo, no Brasil é de 2% a 3,5%, inferior a de países concorrentes, como na Austrália (7,5%) e no Canadá (10%). A Lei n. 13.540, de 2017, obriga os municípios a detalharem os gastos da CFEM, como também destina 20% dos recursos municipais da CFEM para serem preferencialmente investidos em diversificação econômica (MAM, 2020b). É necessário estabelecer a democratização do uso da CFEM. Isso não significa querer mais mineração, mas construir mecanismo populares com algum nível de controle.

<sup>11</sup> Salientamos que estas influências políticas e econômicas vão além da definição do modelo de mineração, podem influenciar e determinar a manutenção de um regime de governo democrático. A busca do controle do lítio sul-americano, apoiada por esses interesses das multinacionais, como a Tesla, foi um dos elementos da conjuntura de disputa da saída de Evo Morales, na Bolívia. No Brasil existe uma aproximação destes interesses de mineração ao governo de Bolsonaro, visto o apoio incondicional a espoliação mineral no Brasil.

### Considerações, enfrentamentos e resistências necessárias

O que se acumulou e quais são os enfrentamentos possíveis e necessários? Em uma década de articulações e as derramas de rejeitos em Mariana e Brumadinho em Minas Gerais revelaram e ampliaram no imaginário social o nosso sistema de perdas permanentes com a indústria da mineração.<sup>12</sup> Da privatização da CVRD, em 1997, aos dias atuais, são inúmeras as articulações e movimentos que se originam tendo como referência o problema mineral brasileiro. Mas, sobretudo, de 2012 para cá, é que se formaram melhores entendimentos e posicionamentos políticos sobre a prática da empresa mineral cujo marco é a duração do super ciclo da mineração (Wanderley, 2017), e as consequências devastadoras do fim de ciclo na institucionalidade, nos territórios e na economia (MAM, 2018).

Vale ressaltar que *o conflito mineral* não só começa a ser pauta das organizações que compõem a Via Campesina Brasil,<sup>13</sup> cada qual ao seu modo e necessidade, como também se constituem como novos espaços de reflexão e elaboração e tomada de

---

Os grupos financeiros, multinacionais são os neoconquistadores, ganhando dinheiro e deixando para a carnificina social na latino-americana (Prashad; Bejarano, 2020).

<sup>12</sup> O Brasil apresenta 790 barragens de rejeitos de mineração e 204 têm potencialidade de dano alto, segundo dados compilados em 2017 pela Agência Nacional de Águas (ANA), com informações da Agência Nacional de Mineração (ANM) (ANA, 2017).

<sup>13</sup> Compõem a Via Campesina Brasil: Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), Pastoral da Juventude Rural, Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), Associação Brasileira de Estudantes de Engenharia Florestal (ABEEF), Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB), Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Pescadores e pescadoras artesanais e Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM).

decisão, com destaque para: a organização do Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração (CNDTFM) em 2014, e sua centralidade no debate do Código Mineral<sup>14</sup> no congresso nacional; a Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale S. A.; o Movimento Pela Soberania Popular na Mineração (MAM); além de inúmeras articulações regionais, no mundo do território e do trabalho na mineração. Articulações sindicais se remontam, novos grupos de interesse se formam, dentre eles o Grupo de Trabalho da Mineração do Projeto Brasil Popular,<sup>15</sup> e o problema mineral brasileiro começa a ganhar uma síntese inicial.

Num balanço mais imediato, poderíamos destacar o que as forças populares acumularam em relação à dimensão do problema mineral, que se reatualiza em tempos pandêmicos, na fissura territorial, no adoecimento da classe trabalhadora, no sequestro do estado e nos lucros dos acionistas em rolagem financeirizada.

A luta pelo território livre de mineração e suas possibilidades de rivalizar<sup>16</sup> com o capital mineral e sua segurança jurídica

---

<sup>14</sup> A rede constituída pelo Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração (CNDTFM), Apesar de ter sido criado com foco no marco regulatório da mineração, teve como diferencial a ampliação das entidades envolvidas, uma vez que incluía, além de movimentos sociais e sindicatos, povos tradicionais e ONGs, totalizando quase 50 agentes sociais. A opção pela constituição de redes busca responder à atuação pelo aumento na agilidade da troca de informações, fortalecimento político de organizações de base local e compartilhamento de estratégias de contestação. Assim como a internacionalização desses movimentos e de uma intensificação das trocas com movimentos sociais de outros países e com diferentes ONGs globais (Milanez; Dos Santos; Pinto, 2016). Para maiores informações, consultar: Milanez (2018).

<sup>15</sup> Para mais informações, acesse o site do Projeto Brasil Popular (2020a).

<sup>16</sup> Ver propostas e resistências presentes no relatório final da Oficina do Grupo de Trabalho de Minas Gerais. Trata-se do capítulo incluso neste livro, intitulado “Comunidades atingidas e territórios afetados pela mineração: realidades e

nas regiões mineradas. Lutas cujo aspecto central é o direito a outra economia da natureza;

As lutas jurídicas e institucionais contra a minério-dependência e a economia de enclave e para que as decisões em âmbito da mineração sejam democráticas não prevalecendo o monopólio do poder da indústria mineral e nem a vontade estatal;

Lutas por um outro sistema tributário da mineração contra as injustiças fiscais e pelo controle popular. Isso diz respeito à luta pelo fim da Lei Kandir, a democratização do uso da CFEM nos municípios minerados e a tributação da água para uso industrial da mineração.

É importante destacar que as redes ideológicas do poder cooperativo global reeditam nestes tempos o uso intensivo dos bens naturais e a superexploração da força de trabalho, acumulação primitiva e lucro extraordinário do capital (Santos, 2018). Assim como a empresa mineral é bloco de poder no poder, sua essencialidade é o *princípio Potosí* e tem atuação no Brasil e no mundo.

A confusão institucional que se formou na metade dessa década e a perda de sentido democrático no país aprofundaram ainda mais a economia de enclave das *commodities* agrícolas e minerais como início meio e fim. O fundamental é entender que na luta por outro modelo de mineração e mineração alternativa está implícita a luta por democracia. Além de absolutizar a renda mineral, provocar desigualdades regionais e crise fiscal e tributária, o bloco de poder da mineração controla a

---

resistências”. Pode ser consultado também por meio do site do Projeto Brasil Popular (2020b). Não esmiuçamos as resistências e enfrentamentos necessários neste capítulo, pois os demais capítulos da publicação tem esse objetivo.

institucionalidade e a democracia liberal de baixa intensidade pelas eleições.

Por fim, abre-se um novo período e esse sujeito coletivo de luta contra o modelo mineral precisa se movimentar, agitando-se rente à barbárie e à danação do capital mineral, suas elites predatórias e o escape que procura os entreguistas da soberania nacional em luta de poder abertamente.

## Referências

- ANA – Agência Nacional de Águas. *Relatório de segurança de barragens 2017*. Brasília, 2017.
- ARÃOZ, Horacio Machado. *Mineração, genealogia do desastre*. São Paulo: Editora Elefante, 2019.
- \_\_\_\_\_. *Potosí, el origen: genealogía de la minería contemporánea*. Quito: Aby-Yala, 2018.
- \_\_\_\_\_. O debate sobre o “extrativismo” em tempo de ressaca, in: DILGER, G.; LANG, M.; PEREIRA FILHO, J. *Descolonizar o imaginário*. Debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. Uruguay: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016. Disponível em: <https://rosalux.org.br/natureza-americana/>. Acesso em: 28 jun. 2020.
- BATISTA, Vera. Estados e municípios já perderam cerca de R\$500 bi com Lei Kandir. *Correio Brasiliense*, Brasília, 2 de out. 2017. Disponível em: [https://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/economia/2017/10/02/internas\\_economia,630599/estados-e-municipios-ja-perderam-cerca-de-r-500-bi-com-lei-kandir.shtml](https://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/economia/2017/10/02/internas_economia,630599/estados-e-municipios-ja-perderam-cerca-de-r-500-bi-com-lei-kandir.shtml). Acesso em: 28 jun. 2020.
- BRUCKMANN, Monica. *Recursos naturales y la geopolítica de la integración sudamericana*. Instituto de Altos Estudios Nacionales, Universidad de Postgrado del Estado, Peru, 2012.
- COELHO, Tádzio Peters. *Projeto Grande Carajás: Trinta anos de desenvolvimento frustrado*. Rio de Janeiro: Ibase, 2014.
- COSTA, Larissa. Por promover aglomeração, mineração é responsável pelo aumento do covid-19 em Minas. *Brasil de Fato*. Belo Horizonte, 25 de jun. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefatog.com.br/2020/06/25/por-promover-aglomeracao-mineracao-e-responsavel-por-aumento-de-covid-19-em-minas>. Acesso em: 28 jun. 2020.
- GIMENES, Erick. Atividades da Vale ajudam a espalhar covid-19 pelo interior do país. *Brasil de Fato*. Belo Horizonte, 16 jun. 2020. Disponível em:

<https://www.brasildefato.com.br/2020/06/16/coronavirus-se-alastra-entre-trabalhadores-de-municipios-com-mineracao-da-vale>. Acesso em: 28 jun. 2020.

- GONÇALVES, R. J. A. F. Capitaloceno e a fratura da natureza: mineração em grande escala e as barragens de rejeitos em Goiás, Brasil. *Territorial – Caderno Eletrônico de Textos*, Goiânia, v. 9, n. 11, 2018.
- HICKMANN, Clair. *Ganhos ou perdas com a mineração?* 16 slides. Material apresentado na Oficina do Grupo de Trabalho de Mineração Projeto Brasil Popular – 4 e 5 out. Belo Horizonte, 2019.
- \_\_\_\_\_; LOEBENS, João Carlos. *Tenebrosas transações*. Instituto Justiça Fiscal. 2019. Disponível em: <https://ijf.org.br/tenebrosas-transacoes-por-clair-hickmann-e-joao-carlos-loebens/>. Acesso em: 2 jun. 2020.
- MAM – Movimento pela Soberania Nacional de Mineração. *Carta de Carajás – Por soberania popular na mineração*. Encontro nacional do MAM, 18 a 21 de maio de 2018, Parauapebas, Pará. 2018. Disponível em: <https://mamnacional.org.br/2018/05/23/carta-de-carajas-por-soberania-popular-na-mineracao/>. Acesso em: 2 jun. 2020.
- \_\_\_\_\_. *CFEM, Lei Kandir e impostos na exploração mineral: quais as saídas para a crise do coronavírus?* YouTube. 20 Abr. 2020a. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JEoDHD76yWc>. Acesso em: 2 jun. 2020.
- \_\_\_\_\_. *Democratizar a CFEM pela Defesa da Vida*. 2020b. Disponível em: <https://mamnacional.org.br/2020/04/20/democratizar-a-cfem-pela-defesa-da-vida/>. Acesso em: 2 jun. 2020.
- MATEUS, Bruno. Mineradoras bancaram 102 deputados eleitos por Minas Gerais em 2014. *O Tempo*. Belo Horizonte, 31 jan. 2019. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/politica/mineradoras-bancaram-102-deputados-eleitos-por-minas-gerais-em-2014-1.2129410>. Acesso em: 2 jun. 2020.
- MELLO, Alessandra. Mineradoras financiam políticos. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 15 Nov. 2015. Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/11/15/interna\\_gerais,708080/mineradoras-financiam-politicos.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/11/15/interna_gerais,708080/mineradoras-financiam-politicos.shtml). Acesso em: 2 jun. 2020.
- MÉSZÁROS, István. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020.
- MILANEZ, Bruno. *Governo Temer “dialoga por decreto” para concluir mudanças no Código Mineral*. Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente a Mineração. 2018. Disponível em: <http://emdefesadosterritorios.org/governo-temer-dialoga-por-decreto-para-concluir-mudancas-no-codigo-mineral/>. Acesso em: 28 jun. 2020.



- \_\_\_\_\_; DOS SANTOS, Rodrigo Salles Pereira; PINTO, Raquel Giffoni. Mineração e violações de direitos humanos: uma abordagem construcionista. *HOMA Publica-Revista Internacional de Direitos Humanos e Empresas*, v. 1, n. 1, p. 7, 2016.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. *De ferro e flexíveis: marcas do Estado empresário e da privatização na subjetividade operária*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- PRASHAD, Vijay; BEJARANO, Alejandro. Elon Musk, a fábrica da Tesla no Brasil e a conquista do lítio sul-americano. *Brasil de Fato*. São Paulo, 12 Mar. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/03/12/elon-musk-a-fabrica-da-tesla-no-brasil-e-a-conquista-do-litio-sul-americano>. Acesso em: 28 jun. 2020.
- PROJETO BRASIL POPULAR. *Mineração*. 2020a. Disponível em: <https://projetoBrasilpopular.org/gt-mineracao/>. Acesso em: 28 jun. 2020.
- \_\_\_\_\_. *Mineração*. 2020b. Disponível em: <https://sites.google.com/view/projetoBrasilpopular/eixo-02-economia-desenvolvimento-e-distribui%C3%A7%C3%A3o-de-renda/minera%C3%A7%C3%A3o?authuser=0>. Acesso em: 28 jun. 2020.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social, in: CASTRO-GÓMEZ, S. & GROSFUGUEL, R. (org.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: siglo del Hombre Editores. Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana. 2007.
- RAGAZZI, Lucas; ROCHA, Murilo. *Brumadinho: A Engenharia de um Crime*. Belo Horizonte: Editora Letramento, 2019.
- SANTOS, Theotônio. A teoria da dependência: Balanços e perspectivas. *Revista Movimento*. São Paulo. 2020. Disponível em: <https://movimentorevista.com.br/2018/02/a-teoria-da-dependencia-balancos-e-perspectivas-capitulo-ii/>. Acesso em: 2 jun. 2020.
- SCHWAB, Klaus. *A quarta revolução industrial*. Edipro, 2019.
- SOUZA, Haroldo, TROCATE, Charles. *Apontamentos Iniciais: Mineração, Tributação e Evasão Fiscal em Tempos de Pandemia*. No prelo.
- STF. Plenário homologa acordo entre União e estados sobre compensações da Lei Kandir. *Portal STF*. 2020. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=443779&ori=1>. Acesso em: 2 jun. 2020.
- TONIAL, Felipe Augusto Leques; MAHEIRIE, Kátia; GARCIA Jr., Carlos Alberto Severo. A resistência à colonialidade. *Revista de Psicologia da Unesp*, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 18-26, 2017.

- TROCCATE, Charles. Quem são os donos da Vale S. A.? *Brasil de Fato*. Parauapebas, 2 Abr. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/04/02/artigo-or-quem-sao-os-donos-da-vale-sa>. Acesso em: 2 jun. 2020.
- \_\_\_\_\_; LIMA, Sabrina. *A luta por soberania popular na mineração- entrevistas conjunturais!* No prelo.
- \_\_\_\_\_; VAN DER MARK, Merel. Respostas de instituições financeiras ao crime de Brumadinho (MG). *Brasil de Fato*. Parauapebas, 7 Mai. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/05/07/artigo-or-respostas-de-instituicoes-financeiras-ao-crime-de-brumadinho-mg>. Acesso em: 2 jun. 2020.
- VALE S. A. *Nossa história 2012*. Rio de Janeiro: 2012. Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/pt/aboutvale/book-our-history/paginas/default.aspx>. Acesso em: 2 jun. 2020.
- WANDERLEY, Luiz Jardim de Moraes. Do *boom* ao pós-*boom* das *commodities*: o comportamento do setor mineral no Brasil. *Versos – Textos para Discussão PoEMAS*, v. 1, n. 1, p. 1-7, 2017.
- \_\_\_\_\_; GONÇALVES, Ricardo Júnior de Assis Fernandes; MILANEZ, Bruno. O interesse é no minério: o neoextrativismo ultraliberal marginal e a ameaça de expansão da fronteira mineral pelo governo Bolsonaro. *Revista da Anpege*, v. 16, n. 29, p. 549-593, 2020.

## CAPÍTULO 2

# COMUNIDADES ATINGIDAS E TERRITÓRIOS AFETADOS PELA MINERAÇÃO: REALIDADES E RESISTÊNCIAS

MURILO DA SILVA ALVES<sup>1</sup>

KARINE GONÇALVES CARNEIRO<sup>2</sup>

TATIANA RIBEIRO DE SOUZA<sup>3</sup>

GEORGINA MARIA VÉRAS MOTTA<sup>4</sup>

LUCIA MARIA FANTINEL<sup>5</sup>

GUSTAVO SOARES IORIO<sup>6</sup>

TÁDZIO PETERS COELHO<sup>7</sup>

---

<sup>1</sup> Docente do Departamento de Ciências da Saúde da Universidade Estadual de Santa Cruz (DCS/UESC), doutorando em Psicologia Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (PPG-PSI-UFMG), mestre em Enfermagem e Saúde pelo PPGES/UESB e membro do Laboratório de Estudos sobre Trabalho, Sociabilidade e Saúde (LETSS/UFMG). [murilosevla@gmail.com](mailto:murilosevla@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutora em Ciências Sociais pela PUC-Minas. Professora Adjunta da UFOP na graduação em Arquitetura e Urbanismo e no mestrado em Direito. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Socioambientais (GEPISA). [karine.carneiro@ufop.edu.br](mailto:karine.carneiro@ufop.edu.br)

<sup>3</sup> Doutora em Direito Público e mestre em Ciências Sociais pela PUC-Minas. Professora Adjunta da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) na graduação e no mestrado em Direito. Coordenadora do GEPISA. [tatiana.souza@ufop.edu.br](mailto:tatiana.souza@ufop.edu.br)

<sup>4</sup> Mestre em Psicologia pela UFMG, doutoranda em Psicologia Social pela mesma instituição e membro do Laboratório de Estudos sobre Trabalho, Sociabilidade e Saúde (LETSS/UFMG). [georginavmotta@gmail.com](mailto:georginavmotta@gmail.com)

<sup>5</sup> Professora aposentada do Departamento de Geologia, do Instituto de Geociências da UFMG. [luciafantinel@gmail.com](mailto:luciafantinel@gmail.com)

<sup>6</sup> Docente da Universidade Federal de Viçosa (UFV) e do Programa de Pós-Graduação em Geografia na mesma instituição. [iorio@ufv.br](mailto:iorio@ufv.br)

<sup>7</sup> Professor Adjunto do Departamento de Ciências Sociais da UFV e pesquisador do grupo de pesquisa e extensão Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS). [tadzioguiabera@gmail.com](mailto:tadzioguiabera@gmail.com)

## Introdução

O território pode ser considerado a matriz da vida social, econômica e política das comunidades/sociedades. Os territórios da América Latina e da África estão mais suscetíveis à atuação e à exploração de empresas e empreendimentos mineiros, pois conjugam uma política pública mineral capturada pelo interesse corporativo das multinacionais e do mercado financeiro nacional e internacional, que mantêm o extrativismo enraizado nos países, como base da dependência econômica.

As empresas e incorporadoras ao mesmo tempo que escapam do controle do Estado, controlam o Estado e distanciam-se de uma relação de responsabilidade para com os territórios minerados e suas comunidades, desorganizando-os social, econômica e ambientalmente – o que é parte da própria política de atuação e do *modus operandi* dessas empresas. Esse contexto pode ser percebido tanto durante os processos de implantação e licenciamento de novos empreendimentos quanto ao longo da fase de operação e também na ocorrência de rompimentos de barragens, tais como os da Samarco/Vale/BHP Billiton, em Mariana; o da Vale, em Brumadinho; e o vazamento da Hydro Alunorte, Imerys e Vale, em Barcarena.

Nesse último aspecto, a permissividade que tem sido observada frente aos crimes cometidos por essas empresas – já que os processos de reparação integral vêm se estendendo ao longo do tempo – reforça o lugar de colônia do Estado brasileiro, principalmente no que tange os aspectos socioeconômicos e socioambientais, pois nossos territórios ainda são considerados os locais onde quase tudo pode ser feito para atender os países de origem dessas empresas – onde a legislação ambiental não seria tão permissiva e, provavelmente elas não teriam condições de operar. O caso de Barcarena, no Pará-Brasil, tipifica a questão, pois as empresas Hydro Alunorte (Noruega) e Imerys (França) registram vários danos ambientais que afetaram o

município desde 2002 e que não seriam tolerados em seus países de origem (Catete *et al.* 2017).

As empresas mineradoras, para atender seus interesses de produção, causam danos irreversíveis ao ambiente e às pessoas, mascarando o valor do trabalho, economizando nas medidas de prevenção e expondo os trabalhadores, as comunidades e os ambientes ao extremo risco. Sua preocupação é o lucro, mesmo diante das contaminações, adoecimentos e mortes nos territórios onde ocorrem os megaprojetos de mineração. Ainda, a mídia hegemônica tem atuado de modo a corroborar com o desejo desenvolvimentista das empresas, produzindo uma narrativa que naturaliza os impactos dos crimes cometidos sob o manto do desenvolvimento sustentável alicerçado em medidas mitigadoras e compensatórias. Neste contexto, a perversidade do capitalismo, nesse caso expresso pela indústria mineral, baseada no modelo exportador, perpetua violações, deixa no país um pequeno percentual de impostos e aprofunda desigualdades sociais, adoecimentos e destruição ambiental onde se instala. Desse modo, a pergunta que aqui emerge é: sustentável para quem?

A descolonização e a crítica deste tipo de “desenvolvimento” e deste tipo de “sustentabilidade” – sustentados em modelos que apaziguam as incompatibilidades entre crescimento econômico, preservação de recursos e justiça ambiental – é cogente, para que as pessoas e as comunidades afetadas assumam o protagonismo dos debates a partir da troca de saberes e da produção coletiva de conhecimento, com vistas à transformação social e à emancipação. O interesse público, nesse interim, deveria ser o foco das legislações minerais, e não um local de disputa assimétrica – tendo em vista as redes de poderes que atuam com vistas a expandir os territórios minerários – que coloca em risco, por exemplo, terras indígenas e sistemas de unidades de conservação, garantidas constitucionalmente.

Neste cenário de disputa política nasceu, em 2016, a iniciativa do Projeto Brasil Popular, a partir de um grupo dedicado a debater e formular o conteúdo programático de um projeto nacional, democrático e soberano para o país, que representasse uma oportunidade para a construção de uma nova hegemonia de forças construída a partir do diálogo junto ao povo brasileiro, construindo assim força social em torno de suas propostas. O grupo acredita que a melhoria das condições objetivas da vida do povo brasileiro depende do modelo de desenvolvimento econômico, político, cultural e ambiental que esteja implantado, pois ele indicará como serão distribuídas as riquezas e a renda gerada pela sociedade, alicerçadas na construção contínua de um Estado soberano e democrático. Guiados pelos referenciais e paradigmas de vida boa para todos/as; bens comuns; igualdade e diversidade; democracia, participação e autonomia; e soberania nacional e desenvolvimento, o projeto está organizado em quatro eixos temáticos (1. Direitos; 2. Economia, desenvolvimento e distribuição de renda; 3. Estado, democracia e soberania popular; 4. Igualdade, diversidade e autonomia) e, dentro deles, 31 Grupos de Trabalho (GTs), divididos em temáticas relevantes para o alcance dos objetivos gerais propostos nos eixos temáticos, estando a mineração inserida no eixo 2 (Projeto Brasil Popular, 2020).

O GT Mineração dedica-se ao estudo e ao desenvolvimento de um novo modelo de mineração orientado pela soberania popular. Esse GT considera a ampla gama de impactos sociais, ambientais e econômicos tipicamente oriundos da atividade mineradora, destacando a necessidade de conter, atenuar e evitar os impactos e as situações de risco geradas pela mineração – que muitas vezes ocorrem em territórios ocupados por grupos politicamente minoritários e economicamente vulneráveis (Projeto Brasil Popular, 2020).

As propostas do GT para a soberania popular na mineração são: regulação de escalas e taxas de extração mineral; possibilidade de serem criadas áreas livres de mineração, de acordo com a vontade das populações das regiões; criação de incentivos de crédito e apoio técnico a cooperativas de mineração e garimpo, no lugar do estímulo a multinacionais de mineração; ampliação da capacidade de fiscalização e monitoramento do aparato estatal; criação da possibilidade de desapropriação dos ativos das empresas, passando a ser diretamente administrados pelos próprios trabalhadores; incentivos à diversificação econômica das regiões mineradas; apoio ao aproveitamento de todos materiais rochosos extraídos das minas; criação e utilização de canais de deliberação locais/municipais de controle popular sobre a mineração; e criação de ampla política pública acerca do monitoramento e da fiscalização de barragens de rejeito de mineração, além de infraestruturas conexas, tais como minero-rodutos (Projeto Brasil Popular, 2018).

Neste intuito, congrega pessoas atingidas pela mineração, militantes de movimentos populares, trabalhadores da mineração, professoras/es, pesquisadoras/es e representantes do poder público para pensar além dos impactos locais e garantir elementos para a proteção às comunidades e aos territórios de Minas Gerais – estado no qual mais da metade dos 853 municípios mineiros têm algum tipo de extração mineral realizadas por empresas públicas ou privadas, nacionais ou multinacionais – é o objetivo do GT Mineração que busca por um novo modelo de mineração para o país.

Os problemas decorrentes da mineração estiveram historicamente silenciados e invisibilizados no Brasil, entrando para a agenda nacional apenas após os dois maiores desastres socioambientais ocorridos recentemente, a saber, o rompimento das barragens de Fundão (em Mariana – MG) e do córrego do Feijão (em Brumadinho – MG). Entretanto, a história dos

danos causados pela mineração é tão antiga quanto a própria mineração.

Na busca de um novo modelo de mineração para o país e na busca da soberania popular na mineração, temos de definir e responder às perguntas: mineração para quem e para quê? A orientação da construção de um projeto Popular para o Brasil no que tange a questão minerária pode ser um começo para traçar tais respostas, pois se inicia por mostrar a ameaça da dependência econômica e a falha na matriz de suprimentos minerais, assim como a manutenção das desigualdades se continuarmos insistindo no atual modelo extrativista, nas legislações minerais e na flexibilização da legislação ambiental e trabalhista.

Nesse contexto, o Grupo de Trabalho de Mineração do Projeto Brasil Popular, no estado de Minas Gerais (GT Mineração/Minas), produziu este documento, que tem como objetivo tanto apresentar suas propostas e diretrizes quanto descrever esse processo de elaboração e produção coletiva, para contribuir na construção de um Programa Popular da Mineração sob a perspectiva da soberania nacional. Este texto foi produzido pelo GT Mineração/Minas e não busca dar evidência à fala de suas/seus autora/es/relatora/es, mas, sim, dar publicidade a uma proposta construída a várias mãos e com uma multiplicidade de vozes.

Após o preâmbulo, a metodologia de elaboração da oficina e do texto é apresentada, seguido de cinco seções com considerações iniciais, resultados e considerações finais de cada temática e consecutivamente das considerações finais sobre a oficina, propostas e resistências possíveis.

## **Metodologia**

O GT Mineração/Minas, com o intuito de construir suas contribuições para o Programa Popular da Mineração sob a



perspectiva da soberania nacional, reuniu-se três vezes,<sup>8</sup> de modo a decidir o formato e a metodologia que seria aplicada para que tal construção ocorresse a partir da socialização, integração e participação de seus membros, assim como daquelas/es que seriam convidados a participar da atividade, em todas as etapas do processo. Como resultado desses encontros foi definido que seria realizada oficina que teria como fio condutor a metodologia dos Círculos de Cultura de Paulo Freire, a partir de cinco eixos temáticos: 1. comunidades/territórios e mineração, 2. saúde e mineração, 3. educação e mineração, 4. produção, trabalho, ambiente e mineração, 5. política/economia e mineração. Esses eixos vieram como resultado da interação e deliberação das/os participantes do GT, todas/os elas/es ligadas/os ao tema da mineração, seja como militantes de movimentos populares, seja como professoras/es e/ou pesquisadoras/es.

A decisão pelos Círculos de Cultura deu-se pelo fato de esta metodologia possibilitar o encontro entre saberes a partir da construção de diálogos, já que as pessoas participantes, a partir de suas experiências, trariam contribuições para cada um dos temas destacados. Os saberes que circulam rompem, desse modo, com formas hierárquicas de produção de conhecimento, uma vez que as pessoas se incorporam ao Círculo com “seus saberes e experiências particulares, leem e interpretam a sua realidade para a tomada de consciência da situação” (Gomez; Penagos, s/d, p. 10).

Desse modo, a partir da evocação e definição dos eixos temáticos, o GT foi dividido em equipes, de acordo com a afinidade entre seus participantes, para traçar uma ementa de cada temática, assim como questões norteadoras para disparar as discussões iniciais no momento das oficinas. Esse trabalho, após

---

<sup>8</sup> As reuniões aconteceram nos dias 19 de julho 2019, na sede da Universidade Federal de Ouro Preto em Belo Horizonte, 13 e 20 de setembro de 2019, na Escola de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais.

ser concluído, foi repassado para todas as pessoas participantes do GT para que fossem integradas novas ideias, correções e sugestões. As ementas e as questões norteadoras finalizadas podem ser visualizadas no quadro 1.

**Quadro 1: Quadro orientador para as oficinas do Grupo de Trabalho de Mineração – Projeto Brasil Popular**

| Tema  | Ementas  | Perguntas norteadoras   |
|---|--|---|
| <b>Comunidades/ territórios e mineração</b> | O grupo “comunidades/ territórios e mineração” está dedicado à discussão sobre a intertemporalidade dos danos sofridos pelas pessoas e comunidades atingidas, que têm suas territorialidades, modos e projetos de vida afetados antes, durante e após a instalação e operação de empreendimentos minerários. Também será abordada a desterritorialização /reterritorialização das pessoas atingidas pela mineração, como consequência do deslocamento forçado. | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Quais os efeitos da mineração sobre as territorialidades, os modos e projetos de vida das comunidades atingidas?</li> <li>• Quais as estratégias do capital mineral para se apropriar material e simbolicamente das territorialidades onde se localizam seus empreendimentos?</li> <li>• O que pode ser considerado “desterritorialização e reterritorialização” no contexto da mineração?</li> <li>• Quais as proposições que este GT pode realizar para enfrentar as questões de territorialidades, modos e projetos de vida diante da atividade minerária?</li> </ul> |
| <b>Saúde e mineração</b>                    | O grupo “saúde e mineração” está dedicado a discussão sobre as condições de vida, bem-estar e saúde física, mental e espiritual das populações, nas dimensões individual e coletiva, que vivem em territórios afetados pela mineração.   | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Como a saúde e as condições de vida são afetadas pela mineração no território?</li> <li>• Quais os cinco maiores impactos na vida e na saúde da população?</li> <li>• Como os serviços de saúde estão articulados com as mineradoras, os movimentos populares e as entidades sindicais?</li> <li>• Quais as proposições que este GT pode realizar para enfrentar as questões de saúde e condições de vida nos territórios afetados pela mineração?</li> </ul>  |

| Tema  | Ementas  | Perguntas norteadoras   |
|---|--|---|
| <b>Educação e mineração</b>                     | O grupo educação e mineração está dedicado à análise da relação histórica que as empresas mineradoras estabelecem com as escolas da educação básica e superior. Além disso, será abordada a necessidade de inclusão do debate crítico sobre o tema “mineração” na matriz curricular das escolas em regiões mineradas. Por fim, deve ser problematizada a necessidade de participação popular na construção do processo de educação e, portanto, nas escolas. | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Quais tipos de dano recaem sobre as escolas localizadas nas regiões de mineração?</li> <li>• Quais as influências das empresas mineradoras na educação básica e superior (apoio financeiro, pedagógico, político, entre outras)?</li> <li>• Como o tema da mineração pode ser introduzido de maneira crítica na matriz curricular na educação básica e superior localizadas em áreas da mineração?</li> <li>• Como garantir a participação popular no processo de construção e gestão do projeto pedagógico na educação básica e superior nas áreas de mineração?</li> </ul> |
| <b>Produção, trabalho, ambiente e mineração</b> | O grupo “produção, trabalho, ambiente em territórios de mineração” está dedicado a análise da organização do trabalho no território, sedução do emprego, renda, benefícios sociais e os conflitos gerados como o aumento da desigualdade social, movimentos migratórios e predatórios dos territórios em ambientes de mineração.   | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Quais as características do trabalho no território de mineração? (considerar o trabalho na mineração e o trabalho em outros setores no território)</li> <li>• Quais os impactos ambientais observados nos territórios com mineração?</li> <li>• Como este grupo de trabalho pensa em desenvolver estratégias de trabalho não dependentes da mineração nos territórios por ela afetados?</li> </ul>   |
| <b>Política/economia e mineração</b>            | O grupo política/economia e mineração está dedicado a discussão sobre como está estruturada a política mineral e as condições e efeitos gerados pela economia mineral.   | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Quais são as características do atual modelo econômico de mineração no Brasil?</li> <li>• Quais são os problemas econômicos, sociais e políticos gerados pela mineração/minero-dependência?</li> <li>• Quais as características da estrutura institucional decorrentes da política de mineração?</li> <li>• Quais propostas para o programa popular na mineração no âmbito da política e economia?</li> </ul>  |

Para a realização da oficina foram previstos dois dias (manhãs e tardes).<sup>9</sup> A manhã do primeiro dia foi destinada para a apresentação dos 38 participantes – membros do GT, pessoas atingidas pela prática extrativo-minerária, representantes de movimentos populares e do legislativo municipal e estadual – e para a realização de uma análise da conjuntura da mineração no Brasil e no Estado de Minas Gerais. Ao final dessas atividades, a metodologia foi apresentada e explicada às/aos participantes e foram formados grupos para o Círculo de Cultura. Cada participante recebeu, aleatoriamente, um número de 1 a 5, e cada grupo foi formado por aquelas/es que tinham o mesmo número, totalizando 5 grupos. Cada grupo se direcionou a uma sala – cada sala representava um eixo temático – onde a/o relator/a e a/o coordenador/a, fixas/os nesse espaço, o recebiam e davam início às atividades: leitura da ementa, das perguntas norteadoras e diálogo.

Os grupos procederam ao diálogo se revezando a cada uma hora em cada uma das salas separadas por eixos temáticos. Desse modo, ao final dos cinco ciclos de diálogo, cada participante debateu os cinco temas. No último turno – a tarde do segundo dia – os relatores apresentaram as sínteses realizadas de cada tema, seguido de abertura para a plenária na qual foram compartilhadas as sínteses dos cinco diálogos de cada eixo temático. As sínteses de cada grupo temático da oficina foram a base para a proposta de produção da síntese final, agregando as situações similares da realidade das pessoas atingidas pela mineração, assim como as sugestões e propostas que serão apresentadas, mais adiante, nos resultados.

---

<sup>9</sup> A oficina foi realizada nos dias 4 e 5 de outubro de 2019, na Escola Sindical 7 de outubro, em Belo Horizonte/MG.

É importante ressaltar que as/os relatoras/es, durante os diálogos, sintetizaram o que foi discutido durante as falas (situações relatadas, ideias, propostas e sugestões para as diretrizes), reservando 10 minutos finais de cada ciclo de discussão para fazer a leitura da síntese para comentários e posterior aprovação pelo grupo. As/os relatoras/os contavam com a figura de um/a coordenador/a escolhida/o em cada ciclo de discussão que apresentava a ementa e perguntas norteadoras, esclarecendo que em cada temática poderiam ser acrescentados pontos não abordados na ementa ou nas questões, assim como delimitava o tempo de fala (2 minutos), dos participantes, o que favoreceu a manifestação de todas as pessoas. Embora não tenha sido construído o perfil das/dos participantes, foi percebida relativa diversidade de procedência, faixa etária e trajetória de vida, o que conferiu riqueza às percepções, análises e propostas.

Após a organização da síntese final pelos relatores, mais dois relatores revisaram esse material final com base no material primário obtido na oficina. O texto foi organizado buscando apresentar a realidade de cada temática de acordo as perguntas norteadoras do quadro 1, assim como as propostas e resistências enunciadas na última pergunta de cada eixo temático – os quais foram apresentados posteriormente ao grupo de trabalho de mineração do Projeto Brasil Popular, no Estado de Minas Gerais (GT Mineração/Minas), para correções e validação do produto da oficina.

### **Comunidades/territórios e mineração**

Discutir a mineração no Brasil implica necessariamente na abordagem das questões relacionadas aos danos causados pela mineração às comunidades e seus territórios, com especial atenção para os danos causados às comunidades tradicionais e aos povos indígenas, que já contam com instrumentos legais

próprios – nacionais e internacionais – para a sua proteção (HOMA, 2006, p. 142). Essa abordagem deve também levar em consideração a degradação da Natureza, no ambiente aonde estão inseridas as comunidades atingidas, bem como os impactos da mineração sobre a qualidade da água, do solo e do ar, que geram consequências irreparáveis sobre a agricultura e criação de animais, com reflexos para a saúde humana e dos animais e para a economia local.

Diante da indissociabilidade dos impactos da mineração (sobre a saúde, economia, territórios etc.), os efeitos sobre as comunidades e territorialidades devem ser analisados sob uma perspectiva transversal, que leve em consideração não apenas os problemas relacionados ao deslocamento compulsório ou ameaça de deslocamento – relacionados a processos de desterritorialização e reterritorialização (Haesbaert, 2004), já que qualquer desterritorialização implica em um processo consecutivo de reterritorialização, mesmo que em condições precárias e de vulnerabilidade –, mas também os impactos e ameaças sobre os modos e projetos de vida das pessoas e comunidades atingidas. No que tange a esses processos, que Haesbaert (2007) denomina como de des-reterritorialização, é importante verificar que se baseiam em dimensões variadas, que podem ou não estar sobrepostas: econômica, política e cultural.

Observe-se que ao tratar da dimensão humana dos danos sofridos em decorrência da mineração, referimo-nos “às comunidades” como forma de ressaltar o caráter coletivo e social dos impactos provenientes desse setor da economia. Também diferenciamos o conceito de “dano” do conceito de “impacto”, por considerarmos que aquele deve ser reparado.

Nesse sentido, é importante chamarmos a atenção para o uso das palavras no tocante à mineração, que está imersa em uma disputa de narrativas entre os que se beneficiam dessa

atividade econômica e os que arcam com os ônus do modelo de exploração adotado. A palavra “impactado”, por exemplo – utilizada no Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC) celebrado entre as empresas responsáveis pelo desastre de Fundão e os governos envolvidos (Coelho *et al.*, 2016, p. 209) – se opõe à palavra “atingido”, que é capaz de criar uma identificação maior entre as pessoas, em razão do seu uso histórico pelas vítimas da mineração e das barragens hidrelétricas.

Outro aspecto relevante na discussão sobre os impactos da mineração nas comunidades e seus territórios, é a dependência econômica criada nas localidades onde a mineração se instala (Wanderley; Mansur; Pinto, 2016, p. 42), tornando os trabalhadores e seus familiares verdadeiros reféns das empresas. Ressaltamos ainda que o medo de se opor aos imperativos das empresas não se restringe ao funcionamento regular da atividade minerária (em razão da ameaça constante da perda do emprego), mas também alcança as vítimas dos desastres ocasionados pela mineração, que receiam pela perseguição e não reparação, caso sejam identificadas como críticas às empresas (Souza *et al.*, 2018, p. 139-140).

### *Resultado da Síntese: comunidades/territórios e mineração*

Ao longo do desenvolvimento da oficina “Os efeitos da mineração sobre as territorialidades” foi identificado que os danos sofridos a modos e projetos de vida pelas pessoas e comunidades atingidas pela mineração não estão necessariamente relacionados aos desastres envolvendo essa atividade, pois desde a realização das sondagens, até a instalação e operação, o modo de vida é afetado pela especulação econômica, pela presença de pessoas estranhas às comunidades, pela circulação de maquinário pesado, pelo barulho das explosões e também pelo

medo dos desastres envolvendo a mineração. Por essa razão, as comunidades não precisam sequer ser retiradas dos seus territórios para que seus territórios sejam tirados delas, pois aos poucos vão perdendo seus hábitos, a liberdade de usar as vias públicas e o direito à paisagem a que estão acostumadas, tornando-se comunidades atingidas e em conflito.

Nesse contexto, pode-se constatar que as formas de organização social e econômica em territórios de mineração tamponam a resistência, pois qualquer economia alternativa à mineração, como a agricultura familiar, por exemplo, passa a ser invisibilizada. Em algumas localidades, todo ensino técnico é voltado para a capacitação para o trabalho na mineração. Também no campo político, observa-se que em algumas localidades a maior parte dos agentes políticos (de todos os poderes) já trabalharam na mineração, de modo que essa forma de ver o mundo está enraizada nas empresas, na sociedade e no Estado.

Portanto, além de desmobilizadora, a mineração produz dependência e desigualdade socioeconômica no território, deixando a comunidade segregada, pois aonde a mineração se instala, mudam-se as relações sociais, de trabalho e de consumo. Além disso, a chegada de grande quantidade de pessoas de fora (uma massa de trabalhadores forasteiros), sem vínculo afetivo e histórico com a região, tende a destruir a cultura local, interferindo nos modos e projetos de vida da comunidade.

Como se pode verificar, os impactos e danos causados pela mineração nos territórios e nas comunidades não estão necessariamente vinculados à ocorrência de desastres, porque são inerentes a essa atividade econômica. Basta a chegada da mineração no território para que os seus efeitos danosos sejam sentidos pela população: na oferta e qualidade da água; no aumento do custo de vida (notadamente moradia e alimentação); na produção de desigualdade socioeconômica, violência



e conflitos nas comunidades; no controle da população; na destruição da cultura local para promover a narrativa do “desenvolvimento”; nas doenças físicas e psicológicas derivadas do controle dos corpos, do trabalho e dos modos de vida; e na eminência da morte nas áreas de auto salvamento. Em geral, sob tais circunstâncias, o tempo atua em favor das mineradoras, uma vez que os danos produzidos por elas acabam sendo naturalizados pelas comunidades e considerados “aceitáveis”.

Ressalte-se, todavia, que a existência de danos provenientes do exercício regular da mineração não diminui a necessidade de se dar atenção especial para as condições sociais, econômicas e ambientais estabelecidas em razão dos desastres ou da iminência de desastres, que potencializam os danos sobre os territórios e as comunidades atingidas.

Durante as discussões desse eixo temático, verificou-se que as estratégias do capital mineral para se apropriar material e simbolicamente das territorialidades onde se localizam seus empreendimentos – assim como qualquer outro grande empreendimento capitalista – são de colocar os territórios minerados e seu entorno sob o seu controle, por meio, principalmente, das relações de trabalho e familiares. Por isso, não é incomum que em territórios onde a mineração está instalada aqueles que não participam de movimentos grevistas recebam agrados das empresas, como, por exemplo, o apoio financeiro para festas de aniversário e casamento. Além disso, em muitas localidades existem “clubes de trabalhadores”, por meio dos quais as empresas exercem verdadeiro controle sobre o comportamento dos seus funcionários, tanto em relação ao consumo de bebida alcoólica quanto sobre as relações de amizade com pessoas “indesejadas”, como é o caso dos sindicalistas.

Essa forma de controlar a população serve para controlar o território, a fim de que as comunidades não perceberem que

a vida sem as mineradoras é possível. Para que essa prática seja eficaz, além de capturar as subjetividades em defesa da exploração minerária, as empresas também colocam a população contra o Estado, oferecendo “benefícios” que deveriam ser resultados de políticas públicas e não de programas de “responsabilidade social da empresa” e de “sustentabilidade”. Dessa maneira as pessoas e comunidades vão perdendo as referências da cultura local e, quando isso acontece, torna-se praticamente impossível pensar fora da mineração.

Com a intensificação da discussão sobre os impactos advindos da mineração, também se tornaram mais conhecidas as estratégias das empresas mineradoras para estabelecerem seu domínio sobre os territórios. Onde as empresas mineradoras estão instaladas é comum que elas exerçam, além do controle sobre a economia local: o controle sobre a informação; uma espécie de paramilitarização do território; o controle sobre os corpos; cooptação de trabalhadores e lideranças locais; perseguição, coação (quando a cooptação não funciona) e criminalização das pessoas atingidas que opõem resistência aos seus interesses. Além das táticas já citadas, as empresas seduzem a comunidade por meio da oferta de emprego, compram terras (a baixo custo) nas áreas próximas à mineração, controlam os espaços da educação e saúde do município e usam o discurso técnico para impor seus interesses.

O grupo observou e considerou que a simples entrada da mineração em um território já é causa suficiente de alteração das relações territoriais e, como consequência, de desterritorialização/reterritorialização (des-reterritorialização), pois os fluxos migratórios na região e a contaminação (da água, do solo e do ar), inerentes à atividade minerária, são ao mesmo tempo formas e efeitos da des-reterritorialização.

A esse processo de alteração nos modos e projetos de vida das pessoas e comunidades atingidas pela mineração podemos atribuir, em sentido amplo, o conceito de des-reterritorialização (física e simbólica), que não se limita à expulsão das comunidades, mas ocorrem também como consequência da mudança no uso do solo e dos espaços públicos. Neste sentido, a des-reterritorialização pode acontecer sem que as pessoas tenham se deslocado, pois as pessoas podem, por exemplo, continuar sobre o mesmo solo, mas sem poder plantar. O rio pode continuar no mesmo lugar, sem, contudo, existir como fonte de água, alimentação e lazer.

Diante desse cenário, durante a discussão observou-se que, em Minas Gerais, os danos causados pela mineração passaram a ser avaliados de forma diferente depois do rompimento das barragens de Fundão e do Córrego do Feijão. Se antes as pessoas majoritariamente viam a mineração como um grande benefício, e o sofrimento das pessoas, por causa da mineração, não era percebido, hoje a convivência com essa atividade econômica está associada ao risco, à incerteza e ao medo, causando outros tipos de sofrimento para as pessoas atingidas.

*Propostas e resistências: enfrentando as questões de territorialidades, modos e projetos de vida em face da atividade minerária*

a) Estratégias para a luta:

- desenvolver estratégias diversas, porque os cenários são diversos (há localidades lidando com a mineração consolidada e outras com a chegada da mineração);
- promover diálogos mais proveitosos com outros setores, notadamente com os ambientalistas;

- lutar pelo reconhecimento e primazia da soberania popular no processo de licenciamento;
- entrar nos territórios onde a empresa está e onde quer entrar, para disputar subjetividades, espaços e narrativas;
- melhorar a comunicação, para reverter, por exemplo, a falsa ideia da população de que a mineração promove empregos e gera ganhos com a CFEM (Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais);
- propor alternativas econômicas;
- impedir que o percentual da CFEM que é destinado à diversificação da economia acabe retornando em benefício das próprias empresas;
- conectar a questão da mineração (que afeta mais diretamente as áreas rurais) com as cidades, revelando os efeitos perversos da mineração sobre a água, o transporte etc.;
- trabalhar a autoestima das comunidades em relação ao valor que existe em seus modos de vida;
- conhecer e fazer uso dos instrumentos legais já existentes que podem favorecer a proteção das comunidades e dos territórios em face da mineração;
- buscar meios para responsabilizar o Estado, para verificar corretamente os projetos e riscos para a população potencialmente atingida.

b) Fortalecendo a comunidade:

- fortalecer o controle popular sobre o território por meio dos protocolos de consulta, que incentivam o processo de organização;

- identificar e fortalecer a cultura local e as práticas já existentes de resistência e solidariedade;
- promover o conhecimento aprofundado sobre a história do território para levar ao autoconhecimento das comunidades;
- promover o conhecimento geológico e geopolítico dos territórios para o controle social da exploração mineral;
- discutir com o povo sobre a água, onde ela pode faltar;
- desenvolver estratégias para viver “com” a mineração (da forma menos danosa) e não “da” mineração e também para se libertar dela;
- discutir sobre a permanência do povo no território onde a mineração ainda não chegou e, sobretudo, demonstrar que o povo não precisa, necessariamente, da mineração.

c) Desenvolvendo produtos:

- produzir material sistematizado e em linguagem acessível sobre as responsabilidades dos entes federados (municipais, estaduais e federal) na área da mineração, para melhor controle social;
- elaborar cartilhas e materiais para diferentes meios de comunicação (whatsapp, instagram, facebook etc.) revelando os efeitos causados pela mineração e as estratégias das empresas para apropriação e controle dos territórios;
- desenvolver anteprojeto de lei voltado para a garantia de formas de participação popular (no processo de licenciamento e de fiscalização da mineração e no processo de reparação de danos) que não se restrinjam às audiências públicas, para que sejam mais efetivas e, sobretudo, mantenham o protagonismo das pessoas atingidas;

- desenvolver anteprojeto de lei criando um estatuto da pessoa atingida e medidas protetivas para afastar as empresas do controle sobre as pessoas atingidas e seus territórios.

*Considerações da temática:  
comunidades/territórios e mineração*

Conhecer os danos e riscos trazidos pela mineração para as comunidades e territórios, além do *modus operandi* das empresas, é fundamental para buscar maneiras mais eficazes de enfrentá-los. O grau de dependência e captura das subjetividades não favorece a luta contra a mineração, mas requer o desenvolvimento de estratégias para conviver com ela de forma menos danosa. Ressalte-se que as estratégias devem ser diversas, porque os cenários são diversos, há localidades lidando com a mineração consolidada, enquanto outras estão lidando com a chegada da mineração no seu território.

Portanto, é fundamental que os movimentos de resistência à mineração conheçam e façam uso dos instrumentos legais já existentes, que podem favorecer a proteção das comunidades e dos territórios em face da mineração, e também desenvolvam um projeto para a mineração no Brasil, que garanta a soberania popular no processo de licenciamento e o protagonismo das pessoas atingidas nos processos de reparação.

### **Saúde e mineração**

O conceito de saúde relaciona-se historicamente à evolução da ciência e à concepção de mundo, ou seja, ao contexto sócio-histórico, propiciando distintas definições e parâmetros (Canguilhem, 1990). Nessa temática adotamos a abordagem baseada na concepção positiva de saúde que assume a multicau-

salidade, a necessidade de níveis ampliados de análises (como sistêmico, social, individual e biológico), a interação corpo e mente e o papel ativo do homem no processo de adoecimento, prevenção e tratamento (Canguilhem, 1990; Stroebe; Stroebe, 1995). Entendemos, portanto, que a apreensão da percepção dos participantes do evento sobre as condições de vida e trabalho nas regiões minerárias é fundamental para compreensão do fenômeno da saúde nas áreas de mineração e elaboração de propostas para intervenção.

A atividade de mineração, apesar de sua importância econômica para o país, envolve complexos aspectos ambientais e de saúde da população e dos trabalhadores, com graves consequências danosas à vida humana e ao meio ambiente. São diversos os impactos ambientais ocasionados pela mineração, tais como prejuízos ao ecossistema local (extinção de espécies vegetais e/ou animais); poluição do ar, do solo, dos lençóis freáticos e dos rios; desmatamento; e degradação de área de preservação ambiental. Somam-se a eles os impactos socioeconômicos, como questões fundiárias; proliferação de doenças; crescimento desordenado de municípios; inchaço populacional; ausência de infraestrutura para atender à população; aumento da violência e da prostituição; e rompimentos de barragens (Fernandes; Araújo; Olivieri, 2014).

Outra característica da atividade é a frequente exposição do trabalhador a numerosos riscos físicos, químicos, biológicos, de acidentes e de fatores decorrentes da organização e dos processos de trabalho, que tiveram alterações expressivas devido ao avanço tecnológico, ampliando a terceirização, com perdas para os trabalhadores das prestadoras de serviço (Parreiras, 2017). Tais mudanças de gestão incluíram o cumprimento de metas, amiúde aumentadas, incentivando a competição com prejuízos ao relacionamento, podendo ocasionar transtornos

psíquicos menores, como insônia, irritabilidade e impaciência, que geram sofrimento e consequências psicossociais (Moulin; Moraes, 2010).

No entanto, os registros sobre a saúde do trabalhador da mineração são divergentes, aparentando omissões de informações pelas empresas. Neste setor, em 2014, a Previdência Social registrou 2.441 acidentes típicos, 222 acidentes de trajeto e 478 doenças ocupacionais, números elevados, porém de menor relevância quanto aos afastamentos por doença ocupacional (DIEESE, 2016). Uma das explicações possíveis é a subnotificação dos casos que envolvem acidentes que não derivam mortes e doenças ocupacionais de longo prazo de desenvolvimento após a exposição, nos quais o nexo causal torna-se difícil por manifestações tardias, como o câncer e doenças mentais, atrelado à falta de treinamento dos profissionais de saúde para a sua identificação inicial. Coadunam com estas informações os dados do Ministério da Saúde sobre a extração de minério de estanho e de carvão mineral, que apresentam a primeira e a terceira maior taxa de mortalidade no Brasil (DIEESE, 2016).

Considerando o exposto, podemos reafirmar que o debate sobre saúde e mineração é complexo e que a participação da população, de militantes e estudiosos é necessária e relevante.

### *Resultados da síntese: saúde e mineração*

Segundo os participantes, a saúde e as condições de vida são afetadas pela mineração no território dos seguintes modos: contaminações variadas da água, do solo, do ar, das plantações, do meio ambiente e das pessoas causadas por produtos utilizados pela mineração, pelos próprios minérios e pela forma de transportá-los; alteração no perfil de saúde da população, com aumento/surgimento de doenças infectocontagiosas, acrescido de acidentes e adoecimentos no trabalho, o que dificulta o aten-



dimento à população, pois não há aporte extra (financeiro e de pessoal) ao serviço de saúde; problemas respiratórios gerados pelo aumento da poeira em geral; estresse e diversos impactos emocionais ocasionados pela compra de terras, quando da instalação de uma mineradora; sofrimentos/adoecimentos mentais relacionados diretamente ao processo de mineração (estresse causado pelo ruído na mineração; ruído das explosões no processo de mineração afetando as condições psíquicas; soar de sirenes associado ao risco de rompimento das barragens gerando problemas de insônia, depressão e uso abusivo de remédios; comportamentos violentos, uso abusivo de álcool e outras drogas por parte dos trabalhadores da mineração decorrentes de fatores da organização e do processo de trabalho, afetando o equilíbrio da família e também as relações sociais, de vizinhança e de amizades); mudanças no processo produtivo da população (a contaminação da água e do solo, por vezes, obriga o abandono da agricultura e busca por novos meios de sobrevivência); desestruturação social por alterações na dinâmica social; mudanças nas relações sociais e familiares devido às diferentes jornadas de trabalho; surgimento de diferentes tipos de adoecimentos dos trabalhadores propiciados pelos diferentes processos e tipos de extração mineral; aumento da violência doméstica, especialmente em relação à mulher; aumento das demandas físicas, cognitivas e psíquicas das mulheres (responsabilizadas por reestabelecer o equilíbrio das relações familiares e pelo aumento da frequência das atividades para manutenção da limpeza e higiene da casa e dos cuidados com a família).

Identificam-se, ainda: a perspectiva frustrada de elevação da qualidade de vida da população, pelo não cumprimento das propostas (inclusive criação de postos de trabalho) das mineradoras durante sua fase de implantação; o sentimento de opressão e constrangimento dos trabalhadores locais pela falta de qualificação para ocupar os postos de trabalho especializa-

dos da mineradora, sendo designados, portanto, a atividades terceirizadas pouco qualificadas e com baixos salários; instabilidade de emprego e ausência de investimento na formação da mão de obra local; crescimento no número de acidentes de trânsito não apenas com trabalhadores, mas também com a população local, decorrente do aumento de fluxo de veículos das empresas mineradoras; elevação do custo de vida (alimentação, moradia, educação e saúde), diminuindo o poder aquisitivo dos moradores e gerando piora em sua qualidade de vida; alteração dos modos de vida das comunidades, pela presença dos trabalhadores da mineração com costumes diferentes; e a regulação da vida social (tempo e espaço) dos trabalhadores pela mineradora.

Em relação aos maiores impactos na vida e saúde da população, identificou-se nos relatos: desequilíbrio ambiental impactando na saúde das populações; diminuição da qualidade de vida da população, devido à contaminação do solo, da água e da redução do volume hídrico; aumento das doenças respiratórias; diminuição da área para a agropecuária e aumento da destruição das plantações; aumento dos acidentes com animais silvestres, que se deslocam para a cidade por alteração no meio ambiente; aumento do uso abusivo de álcool e outras drogas, da violência e da prostituição; e abuso moral e sexual dos trabalhadores e das mulheres.

São ainda consideradas alterações da dinâmica social (dificuldade de acesso a alimentação, moradia, educação na mesma qualidade anterior e piora nas inter-relações sociais) e dos ritmos de vida (em especial idosos e crianças); a desestruturação dos laços sociais, familiares e comunitários; os danos à saúde psíquica gerados pelas grandes alterações nos modos de vida (econômico, cultura e crenças) da população do território; o surgimento de novas formas de adoecer e de morrer no ter-

ritório (aumento dos adoecimentos/sofrimentos psíquicos e das enfermidades físicas, devido excesso de ruídos e poeiras); a invisibilização das doenças e acidentes de trabalho, por ausência de registros, visto que as intercorrências são atendidas pelo sistema da empresa ou conveniados.

Foram também apontados o aumento do custo de vida, sem aumento de renda, dificultando a manutenção do padrão social; o surgimento/consolidação da minério-dependência; a alteração dos modos de produção local; sentimentos de opressão e desesperança da comunidade frente à mineração (aprisionamento da subjetividade da comunidade); e a atual estratégia de “guerra psicológica”, em decorrência da possibilidade de rompimento de barragens, que afetam diretamente os modos de vida e que parece ter como objetivo a desocupação dos territórios.

A articulação dos serviços de saúde com as mineradoras, com os movimentos populares e com as entidades sindicais foram percebidas da seguinte maneira: o movimento sindical não assumiu a discussão pelo serviço público de saúde e nem o debate da relação saúde-trabalho e privilegiou acordos coletivos com planos privados de saúde; a maioria dos serviços de saúde, movimentos sociais e entidades sindicais encontram-se cooptados pelas mineradoras, por meio de ações que incentivam a assistência privada à saúde; a mineradora promove minério-dependência também na saúde, financiando ações dos serviços públicos de saúde e, inclusive, dos órgãos de lazer e cultura; a adoção da assistência privada à saúde falseia os registros dos serviços públicos sobre a saúde de trabalhadores e da população e enfraquece o papel das políticas públicas de saúde e o seu financiamento nos territórios. Ainda, o parecer dos movimentos populares e sindicais sobre o tema fica cindido frente à percepção da população sobre a rapidez de atendimento e “qualidade” dos serviços privados; falta proximidade entre

serviços públicos de saúde e os trabalhadores da mineração já que esses trabalhadores, quando formais, só acessam o serviço na situação de desemprego, tendo dificuldade em estabelecer nexos do adoecimento com o trabalho – já o trabalhador informal não tem essa opção;

Foi relatado, ainda, que ocorre medicalização excessiva da população, principalmente em relação à saúde mental, e são escassos os registros na Saúde Pública de adoecimentos relativos às alterações ambientais provocadas pela mineração.

*Propostas e resistências: saúde e condições de vida nos territórios afetados pela mineração*

a) Promoção da saúde no território:

- desenvolver ações nos três níveis de governos que valorizem o ambiente e as condições de saúde da população, com a participação ativa do cidadão;
- promover o mapeamento das doenças físicas e mentais nos territórios minerados, realizando/utilizando estudos existentes que correlacionam os minerais e a extração mineral com os possíveis adoecimentos, visando ações de vigilância em saúde pública;
- recolocar o debate sobre saúde pública (trabalhadores e populações) no campo da saúde coletiva;
- promover mobilização social constante e permanente sobre o tema saúde, com temas prioritários como a água e agricultura de subsistência;
- incluir no processo de licenciamento ambiental, a compensação financeira, especificamente para o município gerir e custear a adequação/ampliação/manutenção dos

serviços de saúde (equipe de saúde obrigatória, incluindo infraestrutura e equipamentos) e outras compensações, para que respondam às demandas de saúde geradas pelas atividades da mineração, como por exemplo: custeio de tratamentos decorrentes de acidentes, doenças dos trabalhadores e da população; e de manutenção das ações de vigilância em saúde;

- cobrar a implementação/fortalecimento de terapias alternativas (grupos focais e terapias comunitárias), como políticas públicas de saúde para áreas impactadas pela mineração;
- promover debate com os profissionais de saúde sobre as consequências da mineração para a saúde das comunidades e dos trabalhadores, por exemplo, desenvolvendo trabalhos específicos de treinamento dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e Agentes de Combate de Endemias (ACEs), e sobre a identificação dos problemas de saúde relacionados ao impactos e aos danos da mineração, a partir de materiais pedagógicos produzidos para essa finalidade;
- fortalecer o Estado e os movimentos populares e sindicais para que atuem na luta pela saúde dos trabalhadores e das populações.

b) Ações específicas de Saúde para a população do entorno de áreas mineradas:

- promover campanhas de informação da população via cartilhas, abordando as possibilidades de adoecimentos físicos (por contaminação do solo, água e poeiras etc.) e psíquicos (transtornos mentais, uso abusivo de álcool e outras drogas etc.), bem como promover o diálogo

entre a população e os migrantes da mineração sobre as dificuldades do convívio devido os diferentes valores, às vezes conflitantes e desrespeitosos, às crenças e hábitos locais;

- promover rodas de conversa sobre determinadas situações de comunidades de áreas mineradas, como a dispersão da população e a ausência de recursos básicos de sobrevivência;
- criar unidades móveis de saúde e vigilância com equipes específicas para atendimento às comunidades rurais.

c) ações específicas em saúde do trabalhador:

- promover diálogo com o movimento sindical minerário sobre as condições de saúde e segurança do trabalhador;
- buscar a participação dos trabalhadores no debate sobre novos modelos de mineração, por meio de atores da comunidade, das relações de vizinhanças e de representantes religiosos;
- propor novo modelo minerário que permita maior participação/autonomia do trabalhador;
- incluir como condição de licenciamento para atividades minerárias, a criação de equipe específica e obrigatória em Saúde do Trabalhador, vinculada à(s) secretaria(s) de saúde do(s) município(s) nessas áreas;
- Melhorar as condições de trabalho, implementação e acompanhamento da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes na Mineração (CIPAMIN) e observar as normas regulamentadoras (especialmente a Norma Regulamentadora 22 – Segurança e Saúde Ocupacional na Mineração – NR-22 da Secretaria do Trabalho, Minis-

tério da Economia) e da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre a organização local de trabalho.

d) Diversos:

- promover a luta pelo sistema público de saúde, com fortalecimento do SUS;
- incentivar o surgimento de novas formas de trabalho e renda nos territórios, promovendo a agricultura familiar, manufatura de artefatos, artesanato, entre outras;
- valorizar o patrimônio material e imaterial e a tradição da população das cidades/territórios minerários.

*Considerações da temática: saúde e mineração*

O processo de debate sobre a temática demonstrou a adequação metodológica no que tange a representatividade ativa dos envolvidos no processo saúde-doença nos territórios minerados e a opção pela heterogeneidade dos grupos formados para o desenvolvimento das atividades, pois nos favoreceu apreender a complexidade do fenômeno. Três subtemas permearam a discussão: promoção de saúde no território, a saúde da população do entorno dos territórios minerados e a saúde do trabalhador (conforme apresentado nas proposições), tendo a história da mineração nos territórios como eixo transversal.

Observamos que pessoas atingidas pela mineração e militantes desconheciam a heterogeneidade dos agravos à saúde física de trabalhadores e da população, sinalizando o distanciamento dos trabalhadores dos debates e seu silêncio sobre a saúde no dia a dia. A relevância dos agravos à saúde mental da população e dos trabalhadores foi assinalada por todos os participantes. Evidenciou-se que as propostas de intervenções deverão considerar o processo histórico de implantação da mi-

neração nos territórios, tanto pela extensão dos agravos, quanto pela perspectiva de adesão da comunidade às proposições que foram tecidas.

Ressaltamos, ainda, que o processo foi desenvolvido a partir da realidade de Minas Gerais e sua análise pelos participantes de territórios atingidos. Dada a diversidade dos territórios minerados no Brasil, dos diferentes processos e tipos de extração mineral, entendemos que os impactos percebidos poderão diferir de localidade para localidade.

### **Educação e mineração**

As reflexões sobre Educação e Mineração (EM) colocaram em evidência as estratégias e práticas historicamente presentes na relação das corporações mineradoras com a educação e com as instituições de ensino, a natureza do debate sobre mineração nas escolas situadas em territórios minerados e os referenciais a serem adotados na perspectiva de uma abordagem crítica sobre o tema.

Destacam-se, inicialmente, as formas adotadas pelo capital privado para substituir as funções do Estado, especialmente por meio de doações, benfeitorias e atividades promovidas nas escolas; as estratégias empresariais para capturar projetos e dinâmicas formativas nos territórios minerados; e, não menos importante, a disputa de narrativas calcadas na “vocação mineral” de Minas Gerais para influenciar conteúdos e sentidos da educação. Milanez *et al.* (2019) analisam o papel do setor mineral nas mudanças da política ambiental de Minas Gerais e, apoiados em estudos sobre a relação entre corporações transnacionais e Estado, abordam as formas sobre como nos últimos 20 anos as corporações do setor extrativista mineral têm exercido poder de influência sobre as políticas públicas. Os debates no grupo Educação e Mineração sinalizam que o



estruturalismo material e as dimensões ideacional e instrumental, citadas por aqueles autores, podem ser reconhecidas também nas estratégias e ações das empresas do setor mineral para a área da educação.

Apesar da relação acima exposta permear inúmeras dimensões do processo formativo de crianças, jovens e adultos, o debate sobre mineração, quando presente nas escolas de regiões mineradas, ou é guiado pela visão empresarial ou é feito de forma não contextualizada. O escasso (ou inadequado) material didático e a ausência dessa temática na formação docente edificam o muro de contenção que separa a escola do debate crítico sobre conflitos e impactos das atividades econômicas no território e sobre os riscos socioeconômicos, ambientais e tecnológicos da mineração nos territórios minerados. Embora nos últimos anos tenham sido produzidas reflexões teóricas e experiências internacionais e nacionais sobre o tema, permanecem os desafios de formar docentes, elaborar materiais e desenvolver a temática nos projetos pedagógicos e nas atividades de todos os níveis de formação e modalidades de ensino (Antunes-Rocha; Oliveira; Lima, 2018; Claudino, 2018; Marchesini; Aguiar Muñoz; Trajber, 2018; Hunzicker, 2019).

Participantes deste ciclo de debate sinalizaram alguns referenciais para o enfrentamento dos desafios apontados e indicaram o sentido da construção de um ensino para a cidadania territorial plena, capaz de estabelecer diálogos entre as situações vivenciadas e as possibilidades desejadas. Superar os desafios envolve um esforço concentrado para garantir mobilização, participação e organização popular.

### *Resultados da síntese: educação e mineração*

Segundo os participantes, os danos que recaem sobre as escolas, como reflexo da sociedade onde se inserem nas regiões de mineração, são a expressão desses espaços e conteúdos for-

mativos enquanto campo de disputas entre os diversos setores e agentes sociais. As escolas compõem, junto com os locais de trabalho, o território de excelência onde as empresas exercem o controle de conteúdos, métodos e narrativas. O impacto negativo dessa característica manifesta-se nas interferências do capital mineral sobre os projetos pedagógicos, sobre as formas como se ensina e sobre os conteúdos ensinados. As empresas são difusoras da “cultura de obra” na educação, por meio da qual garantem a reprodução da hierarquia das corporações nos espaços escolares. Substituem o lugar educacional por uma formação profissional. Trabalhadores e trabalhadoras, seus filhos e filhas, são induzidos a optar por cursos que atendam às necessidades das empresas, não necessariamente aqueles cursos em que as pessoas almejam ingressar. O discurso e a prática das empresas naturalizam o trabalho na mineração como o destino das/dos estudantes. O ensino médio torna-se, então, o limite formativo para a maioria dos jovens. Sobre a escola, incidem evasão escolar e interrupção da trajetória formativa desses jovens.

Empresas do setor mineral, para dominarem o território, mapeiam e capturam lideranças, neutralizam ou cerceiam resistências e disputam, com a escola, a hegemonia do discurso e os sonhos de vida dos jovens. Ao afastarem do ambiente escolar a discussão sobre impactos e riscos aos quais a comunidade está submetida pela mineração, as empresas amortecem a crítica à minério-dependência e retardam a busca por alternativas econômicas para a comunidade. O principal dano incide sobre a formação do sujeito crítico, uma vez que a escola incorpora o discurso hegemônico de natureza desenvolvimentista e dissipa a reflexão sobre a realidade, impacto este constatado tanto na educação básica como na educação superior. Incide, também, na atenuação da percepção dos riscos socioambientais pela

população a eles exposta (e até mesmo desconhecimento dos riscos), já que a visão idealizada sobre a mineração permeia os espaços educacionais. Nas escolas do campo, o discurso centrado no desenvolvimento econômico e na sedução do emprego urbano “naturaliza” o abandono do campo e corrói as perspectivas da agricultura familiar e da agroecologia.

As empresas do setor mineral e de outros setores produtivos, exercem influências em múltiplos aspectos da educação básica e superior, formando um espectro que vai do suporte material até a produção de expectativas, passando pela criação de sentidos que disputam espaços com a educação crítica e os valores comunitários. São relatadas, nas escolas e em outras instituições de ensino, a execução de obras de melhoria nas edificações, instalação de laboratórios, doação de equipamentos, produtos e materiais bibliográficos, fornecimento de transporte para excursões, apoio financeiro para festas escolares e populares, a promoção de cursos de atualização para docentes e a realização de projetos de formação de lideranças nos quais, segundo uma participante da Oficina, “tudo se discute, menos a mineração”. O aporte de recursos financeiros e/ou materiais das empresas para as escolas tencionam a dinâmica da oferta escolar, os projetos pedagógicos, os materiais didáticos, os conteúdos disciplinares e as formas organizacionais das instituições de ensino. Por meio de programas de palestras, visitas e cursos, as empresas interferem na formação de docentes e gestores. As empresas, ao proferirem discurso que atrela oportunidade de emprego e melhoria das condições de vida ao desempenho da produção, redirecionam expectativas de jovens estudantes e, assim, capturam as trajetórias escolares. Logo, as empresas influenciam as formas de pensar e agir da comunidade escolar e remodelam opções formativas. No capitalismo, a produção do conhecimento também é palco de controle, como exemplifica

edital de órgão de fomento à pesquisa do estado de Minas Gerais para financiamento à pesquisa, em parceria com a mineradora Vale S. A., para atender a interesses dessa empresa.

Para os participantes da Oficina, o tema da mineração pode ser introduzido de maneira crítica na matriz curricular da educação básica e superior, mediante a Educação Ambiental, seja como tema transversal em projetos pedagógicos, seja como atividade curricular específica. Por meio da Educação Ambiental a escola pode e deve promover a reflexão coletiva e crítica sobre a natureza da atividade mineral e seus impactos socioambientais; e sobre as bases para um modelo de mineração com controle social e responsabilidade socioambiental. Essa estratégia envolve a realização de projetos de formação docente, o fortalecimento de grupos de pesquisa sobre ambiente e mineração e, também, a produção de Cartilha Mineral adequada aos diferentes territórios que seja ferramenta de articulação entre os saberes populares e os demais conhecimentos histórica e socialmente construídos. As artes são ferramentas importantes para a abordagem crítica do tema. A discussão sobre reciclagem, lixo zero, agroecologia, geodiversidade e ética pode ser uma tática para enfrentar o desafio de desenvolver uma matriz curricular crítica e laica.

*Propostas e resistências: participação popular no processo de construção e gestão do projeto pedagógico na educação básica e superior nas áreas de mineração*

a) Referências e bandeiras de luta:

- defender a educação como ferramenta para a tomada de consciência da população acerca dos processos de formação/transformação do território e os riscos impostos pelas atividades econômicas das empresas;

- valorizar as lutas populares enquanto espaços e metodologias formativas (a educação na luta);
- atuar politicamente na defesa da escola pública, da liberdade de cátedra e da destinação de recursos públicos para a educação pública;
- manter a disputa incansável no campo das ideias, criando, assim, tensões que, no mínimo, dificultem a captura ideológica da comunidade escolar pelas empresas.

b) Mineração nos Projetos Pedagógicos da educação básica e superior:

- incluir a discussão crítica sobre mineração no tema transversal “Meio Ambiente”, bem como a discussão sobre geodiversidade e ética;
- fazer cumprir a Convenção n. 155 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que dispõe sobre Segurança e Saúde dos Trabalhadores e o Meio Ambiente de Trabalho, mais especificamente no que se refere à inclusão das questões de segurança, higiene e meio ambiente de trabalho em todos os níveis de formação, segundo Decreto n. 7.602 de 07 de novembro de 2011, que institui a Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho;
- incluir a discussão sobre “desenvolvimento e a mineração que queremos” nos projetos pedagógicos dos cursos de formação de profissionais que atuam direta ou indiretamente no setor mineral;
- desenvolver projeto de formação interdisciplinar com as engenharias, cursos da área de saúde e direito potencialmente aplicável (ou adaptável) em cursos de graduação de outras áreas voltados aos impactos da mineração nos territórios;

- incentivar os jovens de áreas mineradas para que ingressem na universidade e abordem o tema mineração em seus projetos de estudos acadêmicos.

c) Educação crítica e formação de professores:

- reforçar os processos educacionais críticos e contextualizados, pautados no respeito, no diálogo e na valorização dos saberes locais, fundamentados em suas respectivas territorialidades.
- atuar na formação de professores; incorporar o tema mineração nas licenciaturas e articular as redes de educação popular nesse projeto de formação;
- promover o debate sobre mineração, ambiente e violação dos direitos humanos com professores da educação básica e superior;
- criar grupos de trabalho das escolas em parceria com universidades e entidades sindicais; e construir referenciais metodológicos para a discussão crítica dessa temática;
- fortalecer a Educação do Campo, a Educação Popular e a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e, ainda, incluir nesses cenários o debate sobre mineração.

d) Produção de materiais e recursos pedagógicos:

- elaborar recursos didáticos, vídeos, cartilhas etc. sobre geodiversidade, ambiente e mineração;
- desenvolver materiais instrucionais na perspectiva crítica sobre a formação territorial dos municípios de Minas Gerais, seus aspectos históricos e sua geodiversidade, bem como sobre mineração e soberania popular;

- incentivar a criação de grupos de teatro e oficinas de produção de charges como ferramentas de promoção da reflexão sobre o tema.

e) Controle social, participação e organização popular:

- mobilizar a comunidade na luta pela aplicação, na educação pública, de percentual da CFEM devida ao município – o recurso financeiro destinado a esse fim deve ser gerido e aplicado de forma autônoma (independente das empresas de mineração) e sob controle popular;
- travar a disputa entorno das possibilidades de futuro dos jovens, frente às investidas do capital mineral, para que conquistem o direito à trajetória educacional por eles desejada;
- promover oficinas de troca de saberes, encontros de capacitação para as novas linguagens/ferramentas de comunicação e espaços de formação com jovens;
- fortalecer a organização e participação de estudantes nas lutas em defesa da educação, assim como na luta por territórios livres de mineração;
- exigir obrigatoriedade de explicitação, nas ações educativas resultantes de compensação ambiental, sobre as causas e razões que geraram tal compensação e que a empresa responsável seja proibida de fazer propaganda nessas ações e através dessas ações.

*Considerações da temática: educação e mineração*

O debate deste eixo perseguiu três questões centrais: as formas de relação que as empresas de mineração estabelecem com as escolas situadas em regiões mineradas; os impactos

na educação derivados dessa relação (empresa e escolas); e os caminhos para a inserção da temática mineração no processo formativo de docentes e estudantes.

Os saberes compartilhados e as análises construídas pelo conjunto de participantes expuseram mecanismos muito variados pelos quais as empresas interferem nas escolas e exercem o controle ideológico na educação. Os impactos ecoam nas instituições de ensino e no processo formativo, espelhados na captura dos projetos de vida, especialmente de jovens. Foi exposto, também, o caráter de urgência que o movimento e a militância devem conferir às construções pedagógicas críticas sobre a mineração e a necessidade de introdução desse debate em todos os níveis da educação e em todas as modalidades de ensino.

A inserção do tema mineração na educação constitui, igualmente, estratégia para envolver e mobilizar as comunidades escolar e acadêmica na discussão e na construção de um modelo de mineração referenciada nos princípios da soberania e submetida a mecanismos de controle social e popular.

### **Produção, trabalho, ambiente e mineração**

Os temas da produção, trabalho, ambiente e mineração, estão aqui agrupados como um único conjunto de questões articuladas. A mineração, enquanto setor econômico vinculado predominantemente à produção de *commodities* em Redes Globais de Produção (RGP) (Henderson *et al.*, 2011), impacta direta e significativamente as escalas locais, ressignificando seus ambientes e as estruturas produtiva e de trabalho/emprego.

Quanto mais as RGPs estão inseridas em circuitos globalizados de mercado por parte das empresas, mais alta a competitividade entre elas e tanto mais intensa a disputa pelo controle sobre mercados, tecnologia e acesso às matérias-primas. É neste



sentido que as escalas locais se tornam de suma importância para a reprodução das redes globais (Swyngedouw, 2018). Protagonizadas por grandes grupos corporativos, as RGP mobilizam todos os meios políticos e econômicos possíveis para garantir o acesso desimpedido a todo tipo de recurso que lhes forem necessários.

Esse processo impacta as comunidades locais de forma dramática, na forma de verticalidades que incidem como forças desagregadoras das maneiras de produção e reprodução social estabelecidas (Santos, 2004). Segundo o olhar das empresas globalizadas, as formas de (re)produção e trabalho dos grupos sociais territorializados sobre os recursos que lhes são necessários se tornam um obstáculo a ser superado. A superação desse “obstáculo” se dá por meio da expropriação.

Originalmente, a expropriação se dá através do divórcio forçado entre os sujeitos sociais e seus meios de produção, aquilo que foi identificada por Marx (2013) como acumulação primitiva. Virgínia Fontes (2010) dilata este conceito, atentando para o fato de que, no capitalismo contemporâneo, a expropriação se dá não só pela separação dos sujeitos e seus meios de produção, mas também por meio das suas formas de reprodução social mais amplas.

É preciso salientar que o trabalho nos territórios de mineração envolve tanto aqueles diretamente relacionados à atividade mineral quanto os indiretamente envolvidos e, por fim, as formas de trabalho prévias ou (relativamente)<sup>10</sup> independentes da mineração. Há ainda que se fazer uma diferenciação aqui entre trabalho em geral e emprego como forma particular de trabalho, regida por contratos, sob o escrutínio da lei etc.

---

<sup>10</sup> Dizemos relativamente porque, dada a indissociabilidade entre os diferentes momentos do sistema econômico, é difícil pensar uma atividade econômica completamente independente de outras.

A mineração é um caso lapidar deste tipo de expropriação apontado por Fontes (2010). Uma vez implementada, ela dissolve as relações de trabalho e de (re)produção, em grande medida pela dissolução dos ambientes em que estas atividades se dão. Alijados da água, da terra e de outros recursos, comunidades de agricultores(as), por exemplo, se tornam alijados de seus próprios meios de (re)produção. Este rol de questões, de primeira ordem de importância, é o que alimentou o debate apresentado nesta seção.

### *Resultados da síntese: produção, trabalho, ambiente e mineração*

O que se identificou no debate entre as características do trabalho nos territórios da mineração, durante a oficina, foi a crescente proliferação das formas precárias de trabalho e emprego, majoritariamente masculino – embora não deva ser desconsiderado tais impactos entre as mulheres, principalmente no que tange serviços de alimentação e limpeza. Na mineração, a terceirização se difunde nos diferentes setores, manifestando salários mais baixos, regimes de contratação menos rígidos, intensificação dos ritmos de trabalho, escalas de horários desfavoráveis, perdas de insalubridade, lideranças sindicais cooptadas etc. Adjacente ao crescimento das atividades minerárias, emerge ainda um setor de serviços também precário, como vendedoras/es de refeições (os famosos “marmitex”), e outros segmentos menos informais, mas também com pouco valor agregado, como oficinas mecânicas, pequenos comércios etc. Já os trabalhos relativamente independentes da mineração são profundamente afetados por ela, especialmente no que tange ao uso dos recursos, especialmente a água, e também o próprio solo retirado.

Este é um ponto de primeira relevância. Os números do desempenho econômico da mineração são comumente bastante

chamativos. No entanto, quando visto de maneira mais aproximada, nota-se uma imensa distância entre os salários mais bem remunerados (cargos de direção, engenharia, concepção etc.), dedicados a poucos profissionais, que muitas vezes não são de profissionais locais, e os que são mal remunerados (“peões”) e englobam a maioria absoluta dos empregos gerados nas comunidades atingidas. Estes são os empregos aos quais os/as trabalhadores/as até então independentes se dedicam – isto considerando aqueles que conseguem se empregar, pois são criados empregos temporários, assim como uma reserva de pessoas desempregadas para atender as demandas da empresa. No saldo geral, acredita-se que o ganho de empregos não compensa a quantidade de trabalho desagregado, como um dos traços da minério-dependência apontada.

Dado todo este contexto de precarização, observou-se ainda o aumento constante de adoecimentos tanto físicos (como, por exemplo, problemas respiratórios crônicos e contaminações) quanto psíquicos (transtornos, depressão etc.). O quadro piora quando consideramos que, dada a expropriação acentuada, toda as relações precárias de produção se estendem em relações precárias e violentas de reprodução social em geral (aumento do alcoolismo, violência doméstica e toda sorte de relações heterônomas).

Todas essas características estão relacionadas à mineração em geral, mas as circunstâncias se alteram conforme o porte do empreendimento e o minério extraído. Especificamente com a mineração de pequeno porte, como os garimpos, a situação é ainda mais precária. É comum observar etapas altamente nocivas à saúde serem desenvolvidas sem qualquer equipamento de segurança, no ambiente doméstico, inclusive com trabalhos precários de mulheres e crianças.

A expropriação se dá não só naquilo que tange diretamente ao trabalho e às formas de produção, como também àquilo que concerne à relação estabelecida entre os grupos sociais e os ambientes nos quais estão inseridos.

Para os participantes da oficina, os impactos ambientais observados nos territórios, pelo uso intensivo por parte da mineração dos recursos do ambiente em que vivem as comunidades atingidas, comprometem a reprodução social desses grupos, principalmente no campo.

A intervenção das mineradoras no ambiente ocasiona em perda de vegetação, poluição do ar e da água, assoreamento dos rios e comprometimento hídrico e dos solos etc. Dada a escala da intervenção, de resíduos gerados pela mineração e das formas de armazenamento (barragens), os ambientes têm afetada sua capacidade de resiliência, prejudicando a biodiversidade e alterando os ciclos naturais. Biomas extremamente sensíveis e importantes são relegados ao fim.

Para além da esfera da produção em si, a esfera da circulação é também profundamente impactante, tanto no campo quanto no ambiente da cidade. Impactos gerados na circulação do minério se multiplicam (poeira, barulho, trepidação, comprometimento estrutural de casas e edifícios, atropelamentos etc.). Especialmente nas cidades. O ambiente também é alterado. Além dos efeitos de tráfego pela circulação do minério, percebe-se a sobrecarga dos serviços públicos. Também comum é a profusão de variadas formas de violência, devido aos fluxos de pessoas e mercadorias nos territórios minerados, e a alteração das dinâmicas sociais, com o aparecimento ou aumento de casos, por exemplo, de estupros, abuso de drogas, crimes, exploração sexual, acidentes de trabalho, doenças infecciosas e ocupacionais etc.

*Propostas e resistências: estratégias de trabalho não dependentes da mineração nos territórios por ela afetados*

- a) Controle rígido sobre os efeitos degradantes da mineração:
- controlar e prevenir os danos causados pela mineração através de marco regulatório amparado na realidade das pessoas atingidas; e criar instituições públicas de fiscalização bem equipadas;
  - responsabilizar as empresas por todo e quaisquer danos causados ao ambiente e aos grupos sociais atingidos;
  - fiscalizar as atividades de mineração, tanto em relação aos impactos ambientais quanto em relação à produção, para evitar a fuga de impostos e de contribuição financeira.
- b) Fortalecimento de cadeias produtivas locais:
- fortalecer as redes localizadas de comercialização, através de feiras agroecológicas, cooperativas de comercialização e contratos com o poder público;
  - promover capacitação para o trabalho, diversificando o máximo possível a produção, para contribuir com o fortalecimento das redes locais de comercialização;
  - promover formas econômicas alternativas, como o modelo das Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSA) e a economia solidária;
  - fortalecer o turismo de base comunitária como alternativa econômica;

- fortalecer alternativas econômicas baseadas nas características locais, valorizando as particularidades de território, como gastronomia, artesanato, entre outras;
- instituir a obrigatoriedade da produção de componentes necessários pelas mineradoras, nos territórios minerários.

c) Fortalecimento da agricultura familiar (camponesa) de base agroecológica

- fortalecer a agroecologia enquanto prática de produção e reprodução social, diminuindo dependência dos/as agricultores/as em relação ao mercado (no que tange a insumos, sementes e venenos);
- criar processos de transição econômica em áreas afetadas pela mineração.

d) Acesso a políticas públicas:

- promover políticas públicas de escopo diverso e complementar, como o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) etc.;
- propor políticas públicas para fomentar a diversificação econômica.

e) Impostos e Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), submetidos ao controle popular:

- reordenar a distribuição da CFEM e dos impostos, privilegiando as pessoas atingidas;
- criar controle social sobre o uso e destinação da CFEM.

- f) Reverter e superar a divisão sexual do trabalho e a atual intensificação da precarização das relações de trabalho na mineração:
- lutar e reivindicar a equiparação salarial entre os gêneros no processo produtivo da mineração;
  - reverter as relações desiguais de gênero que prevalecem no setor;
  - resistir ao avanço da precarização nas relações de trabalho internas à mineração, por meio da luta por ganhos salariais, condições mais salubres e adequadas de trabalho, programas de aperfeiçoamento do/a trabalhador/a, garantias trabalhistas, direito a um sindicato livre e combativo.

*Considerações da temática:  
produção, trabalho, ambiente e mineração*

As relações entre produção, trabalho, ambiente e mineração são bastante delicadas, no entanto, engendram uma questão de primeira ordem de importância. A mineração, pela forma segundo a qual ela tem sido exercida, compromete as estruturas de (re)produção e trabalho localmente engendradas, inserindo de maneira precária estes sujeitos numa rede de produção global. A reprodução social se vê comprometida pela reestruturação do trabalho e pela ruptura de vínculos desses sujeitos com seus ambientes.

Configura-se aí uma prática deliberada de expropriação, na qual o acesso aos recursos e ao trabalho mal remunerado é fundamental para sustentar uma atividade minerária vinculada aos circuitos mais lucrativos da economia globalizada,

inclusive submetidas à égide do capitalismo financeiro e seu ritmo particular.

Diante de tal cenário, não resta outra alternativa a não ser repensar a mineração, agora desde o ponto de vista popular. Este foi o esforço ao qual somamos nossas contribuições.

### **Política, economia e mineração**

A relação entre economia, política e mineração é um dos principais dilemas no debate gerado pela atividade mineradora. Os desafios político-econômicos criados pela instalação ou expansão da mineração perpassam problemas estruturais de nossa sociedade, tais como a pobreza, o desemprego, as desigualdades, os processos decisórios e as relações de poder.

Acerca da economia na mineração e para além da mineração, um dos pontos basilares é o da minério-dependência em economias locais. A dependência é uma situação econômica, política e social na qual algumas sociedades têm sua estrutura condicionada pelas necessidades, interesses e ações de outras nações (Santos, 1978, p. 13). Porém, os termos desta relação são decisivamente determinados pelas forças internas que compõem a sociedade dependente. Em essência, trata-se de uma relação entre classes sociais localizadas em diferentes espaços.

A minério-dependência pode ser definida como situação na qual, devido à especialização da estrutura produtiva de um município, região ou país na extração de minerais, os rumos da estrutura local são definidos em centros decisórios alheios.

Na medida em que a dependência econômica é aprofundada, a tendência é intensificar também a dependência política, num contexto de hegemonia das grandes mineradoras. Em escala local, estadual e federal, grandes empresas mineradoras inserem no processo deliberativo representantes de seus interesses (câmaras dos vereadores, prefeituras, governos estaduais, gover-



no federal, órgãos de licenciamento ambiental e de fiscalização, senado e câmara dos deputados estaduais e federais etc.) que buscam vantagens para a atividade através de financiamentos, isenções fiscais, flexibilidade do licenciamento, direcionamento de investimentos, apoio logístico de transportes, construção de infraestrutura, entre outros mecanismos (Oliveira, 2015; Guimarães *et al.*, 2018). As formas de estruturar a hegemonia política são variadas, sendo que podemos destacar o lobby, o financiamento de campanhas eleitorais (Milanez *et al.*, 2018) e a ocupação majoritária de centros deliberativos.

Por fim, vale citar o estudo de Hartmann *et al.* (2017), que liga o conjunto de bens produzidos por um país à desigualdade de renda. De acordo com a pesquisa, os países que exportam bens menos complexos tecnologicamente são os mais desiguais. O estudo sugere que a estrutura produtiva de um país pode limitar a distribuição de renda, sendo, portanto, os países primário-exportadores mais desiguais do que os países que produzem bens de alta complexidade tecnológica. Tendo esses temas como parâmetro, o grupo “Política, Economia e Mineração” teve como objetivo discutir como está estruturada a política mineral e as condições e efeitos gerados pela economia mineral.

### *Resultados da síntese: política, economia e mineração*

Para os participantes, o modelo econômico da mineração no Brasil pode ser caracterizado como depredatório, violador, internacionalizado, extrativista e escravocrata. Além disso, foi citada a ausência de soberania e que esse modelo se apropria de todos os tipos de opressão, como o de classe, o racismo e o patriarcado.

Não existem mecanismos de controle social, e os processos acontecem de maneira acelerada, violando o direito à vida e aos modos de vida. Não existe um plano sobre o que será feito das comunidades, apenas se exploram os minérios, num dado momento, sem uma visão de longo prazo.

É um modelo de invasão de territórios, envolvendo processos de desterritorialização dos sujeitos e das comunidades, centrado no mercado e na exportação de matérias-primas, atendendo às demandas do mercado externo.

Por fim, cabe ressaltar que não é só uma questão relacionada à mineração, para haver a dominação econômica, há uma dependência política criada, com a manipulação de todas essas dimensões para a viabilização desse processo econômico.

Com a chegada da mineração em um território, problemas econômicos, sociais e políticos são gerados pela mineração/minero-dependência. Os participantes relatam como a economia fica dependente, não se diversificando. Os modos de vida são alterados de maneira decisiva e violados. Os danos são permanentes e, apesar da defesa da reparação integral, compreendeu-se que, na prática, muitos desses danos são realmente irreparáveis. Em escala local, as grandes mineradoras dominam a câmara, a prefeitura, a saúde e outras instâncias, mas o grupo de médias empresas gera também a minério-dependência, conseguindo muitas vezes cooptar o poder público local. Ainda, as reservas naturais sofrem de rigidez locacional, mas os modos de vida também sofrem dessa rigidez.

A dependência também se traduz nessas regiões na afirmação de que “tenho que trabalhar na empresa”, sendo uma realidade que precisa ser superada com a discussão com os trabalhadores e a construção de alternativas de emprego. Por conta dessa dependência, as pessoas acreditam que não faltará água ou que não serão atingidas por barragens de rejeitos,

fato que é aprofundado pelas narrativas e discursos divulgados pelas empresas. As mineradoras monopolizam a geração de renda local, e, com isso, perdem-se as alternativas, que ficam secundarizadas e relegadas, logo foi observado que criar alternativas econômicas no território pode fortalecer as lutas contra a subordinação das pessoas às mineradoras.

As estruturas institucionais decorrentes da política de mineração são caracterizadas, pelos participantes, pela inserção do poder de financiamento das mineradoras para eleger representantes políticos para manobrar a estrutura legal a favor dos interesses dessas empresas. Seja por meio das emendas e projetos, que afrouxam ou autorizam empreendimentos contrários ao interesse do público, seja pelo uso do poder empresarial nos órgãos de influência política (direcionamento de pessoas a cargos estratégicos). Os participantes apontam como os licenciamentos não são realizados com transparência e sofrem pressão das mineradoras para a aprovação. Quanto às leis, elas são elaboradas para beneficiar o capital mineral, ocorrendo o controle da gestão pública, o que não permite o povo participar das decisões. Ainda, muitas vezes, há o uso da violência por parte das empresas, quando a população conhece e enfrenta a situação de precariedade gerada pela exploração minerária.

A flexibilização das normas ambientais e trabalhistas, a captura do poder político, dos conselhos ambientais e a frágil estrutura de fiscalização são as características do modelo institucional, que contribuem para beneficiar as empresas de mineração. O problema também está no Judiciário, que atua, muitas vezes, como organização privada, utilizando golpes e saídas para burlar a própria lei em favor das mineradoras.

*Propostas e resistências: programa popular na mineração no âmbito da política e economia*

a) Inversão da Minério-Dependência:

- aproveitar o excedente da própria mineração, estimulando alternativas como polos têxteis e de agricultura orgânica;
- utilizar a própria mineração para potencializar outros setores, e que isso seja uma condicionante na concessão de lavra na Agência Nacional de Mineração (ANM);
- incentivar a economia cooperativada, para a inversão da minério-dependência;
- fortalecer a possibilidade de alternativas econômicas por meio de organizações comunitárias, agricultura familiar; assessoria técnica da Assistência Técnica e Extensão Rural – Ministério da Agricultura (ATER), organizando a produção do pequeno produtor para atender a demanda local (por exemplo, em escolas);
- aproveitar os ofícios e as potencialidades locais.

b) Controle Social, Participação Popular e Transparência Pública:

- incentivar o controle social por meio de conselhos, fóruns deliberativos, definindo os caminhos da mineração e abrangendo o controle orçamentário.
- instituir a obrigação da empresa repassar recursos financeiros para compor comitês populares que levantem informações para verificar as que são produzidas pela própria empresa;
- formar e capacitar lideranças comunitárias;

- impedir a participação direta de pessoas da mineração no poder político, fenômeno conhecido como “porta-giratória”, por meio de projeto de lei;
- criar outro formato de audiência pública, ou estabelecer outras formas de participação popular com o objetivo de estabelecer dimensões deliberativas, não apenas informativas, e que ocorram também em municípios que contam com infraestrutura de mineração;
- garantir o direito de territórios sem mineração;
- reformatar a representatividade dos conselhos, que atualmente favorecem as empresas;
- listar entidades isentas para atuarem no processo de reparação;
- criar dispositivo de consulta da comunidade para a entrada da mineração nos territórios.

c) Questão Tributária e CFEM (Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais):

- ampliar o valor da CFEM;
- equiparar a política fiscal e a tributação aos parâmetros internacionais que melhor sirvam o país e à população das áreas mineradas;
- vincular os recursos da CFEM a destino definido pelos conselhos de mineração;
- instituir aos municípios, por projeto de lei, a obrigação de emitir relatórios anuais ao Tribunal de Contas para dar visibilidade à forma como a CFEM é gasta, para que a população tenha acesso a essas informações;
- criar diálogo com a população sobre o destino da CFEM;

- instituir no orçamento participativo, ou outro mecanismo similar, como a CFEM será gasta, por decisões da População;
- proibir e punir a venda de minérios para as próprias subsidiárias nacionais e internacionais, evitando o fenômeno conhecido como “preço de transferência”, evitando a simulação de venda e a fuga de impostos.

d) Diversos:

- criar um projeto de lei que estipule o beneficiamento de parte do minério que é extraído no país (compensação fiscal etc.);
- criar estratégia internacional para atingir a imagem das empresas, para afetar a percepção dos acionistas acerca dos danos causados pelas empresas mineradoras nos territórios e suas populações;
- incluir a exploração da água e do petróleo como parte das atividades de mineração;
- discutir com o GT de Ciência e Tecnologia do Projeto Brasil Popular qual modelo de industrialização queremos;
- rever o direito de uso das águas, a outorga, por causa do preço diminuto cobrado às empresas de mineração e também considerar as particularidades de regiões com pouca disponibilidade hídrica;
- produzir material em linguagem acessível que traduza o debate tecnocrático da economia mineral para que as comunidades possam se inserir neste debate;

- incluir em projeto de lei que toda propaganda das empresas de mineração tenha um quarto do tempo utilizado para enunciar que o material divulgado se refere ao crime/acidente/impacto provocado pela empresa no território, visando combater a propaganda e a autopromoção das empresas em contextos de danos causados por ela mesma;
- enviar para parlamentares os resultados da Oficina do GT Mineração-MG (Resumo e apresentação das propostas).

*Considerações da temática: política, economia e mineração*

O debate sobre Política, Economia e Mineração perpassou três eixos principais: inversão da minério-dependência, questão Tributária e CFEM, além de assuntos diversos. Constatou-se o grave problema causado pelo aprofundamento do atual modelo de mineração e sua existência histórica em Minas Gerais.

O profícuo debate foi gerado pela reunião das mais diversas organizações e militantes e foi guiado pelo objetivo de ultrapassar o mero diagnóstico da mineração em Minas Gerais, buscando criar propostas para a alteração do modelo de mineração existente. As reflexões e, principalmente, as propostas formuladas nas discussões podem e devem embasar lutas, resistências e legislações.

Como se sabe, o Grupo de Trabalho em questão é formado a partir de pessoas que (con)vivem com a realidade de mineração em Minas Gerais. Portanto, outras formulações e propostas devem ser trabalhadas em outros estados a partir das respectivas realidades, mesmo que parte do ressaltado neste documento sirva para o contexto da mineração no país.

## Considerações finais

No processo de elaboração e realização da GT Mineração-MG para a I Oficina do Projeto Brasil, entendemos que as comunidades/territórios constituiriam o elo condutor e transversal para discutir a mineração no estado, pois as outras temáticas abordadas (saúde, educação, produção, trabalho, ambiente, e política/economia) estão relacionadas às comunidades atingidas e aos territórios afetados pela mineração e seu entorno.

A mineração, conforme se evidenciou nas realidades descritas nos cinco eixos apresentados, é uma atividade profundamente degradante e deletéria para a população. Controlar e prevenir os danos, bem como responsabilizar as empresas pelos impactos causados pela prática extrativo-minerária em suas múltiplas dimensões, é passo fundamental no sentido de diminuir tais danos sobre a reprodução social das comunidades e seus territórios.

Percebemos que o ponto crucial reside na lógica financeira mineral e suas “vantagens e benefícios”, como a geração de impostos, Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), empregos diretos e indiretos nos territórios. Nesse mesmo contexto, temos como afirmar que as desvantagens da mineração são prejudiciais às comunidades e devastadoras aos territórios. Os rompimentos das barragens de Mariana e Brumadinho deram visibilidade midiática ao que vem ocorrendo nos territórios em que a mineração se instala. Nesses territórios, os impactos sobre a destruição dos modos de vida, saúde, economia, reservas de água, solo, dentre tantos outros enunciados na oficina, são consequências da mineração.

Para além do regime de compensação e reparação realizados pelas empresas mineradoras, é preciso discutir sobre este modelo de mineração empreendido no estado de Minas Gerais e no Brasil. Neste sentido, temos que nos questionar: a quem



a mineração serve? O extrativismo do atual modelo desafia a própria ideia de bem comum da população, pois os recursos naturais – ou seria a natureza? – estão postos a serviço da iniciativa privada e do mercado de capitais. O Estado e suas instituições devem exercer as funções confiadas, cobrar os impostos devidos e se equiparar a parâmetros internacionais (tributos, legislação, revogação da Lei Kandir etc.) nas áreas já afetadas, assim como proteger comunidades e locais em que empreendimentos de extração mineral estão sendo implantados. Neste sentido, torna-se também urgente a discussão sobre territórios livres de mineração, nos quais nem mesmo parâmetros são suficientes para garantir a vida.

Entre os resultados da oficina, este documento apresentou as propostas e diretrizes para contribuir na construção de um Programa Popular da Mineração sob a perspectiva da soberania nacional.<sup>11</sup> Deste modo, as propostas e as resistências descritas em forma de ações, metas e orientações desenvolvidas pelo referido GT (sem desconsiderar a necessidade de aprofundamento e ampliação de debates), a serem encaminhadas às comunidades atingidas, movimentos populares, representantes e agentes políticos de instituições governamentais e não governamentais, são partes de um plano estratégico político, econômico e social a ser desenvolvido nas comunidades atingidas e territórios afetados pela mineração.

---

<sup>11</sup> A replicação da oficina começa a ser realizada em outros estados. No dia 24 de novembro de 2020, foi realizada a I Oficina de Trabalho do GT Mineração-BA, na forma virtual, por conta da pandemia de Covid-19. Adequando-se à realidade da Bahia, as seguintes temáticas foram discutidas para a construção de propostas e um plano de ações: mineração e fiscalização; mineração e território; mineração e mundo do trabalho; saúde e mineração. Esperamos que a execução de propostas, planos de ações e compartilhamento de experiências e resistências fortaleçam a construção de um Programa Popular da Mineração pelos grupos de trabalho no Brasil.

Necessário, ainda, construir com as populações atingidas formas de agir diante das violações aos direitos humanos nos territórios de mineração, assim como cobrar a presença do estado de modo a defender as comunidades e seus territórios. Não é possível aceitar que, a favor do lucro das empresas, as comunidades sejam violadas, as/os trabalhadoras/es sejam expostos a uma série de problemas, os territórios sejam devastados e as empresas mineradoras ainda façam autopromoção de sua imagem em contextos de danos causados por elas mesmas.

É sabido, neste sentido, que a história dos danos causados pela mineração é tão antiga quanto a própria mineração. Um exemplo disso é a perda do transporte ferroviário, que correspondeu a uma transformação do modo de vida do povo mineiro, pois as estações já não existem mais e o trem de passageiros praticamente só existe na memória de quem o usava cotidianamente como transporte. Ainda em Minas Gerais observa-se uma certa naturalização da mineração, o que se reflete no próprio nome do estado e de vários municípios, como, por exemplo, Catas Altas, Ouro Preto e Ouro Branco. Essa naturalização se reflete também na relação produzida entre a população e a mineração, sustentada pela ideia de “desenvolvimento do país”, que habita o imaginário daqueles que trabalham, que pretendem trabalhar ou que desejam que seus filhos trabalhem nas grandes mineradoras. A mineração em Minas Gerais vem se beneficiando desse imaginário da população e utilizando de todos os recursos materiais e simbólicos para capturar a subjetividade do povo mineiro.

Pelas razões elencadas, buscou-se por meio desta síntese do debate e do levantamento das propostas, elaborar um panorama do que ocorreu na *I Oficina do Projeto Brasil – GT Mineração-MG*. Esta foi uma aproximação do que pretendemos gerar no futuro próximo: um programa de mineração guiado

pelo paradigma de soberania popular. Para além da iniciativa da Oficina, outras medidas, reuniões e debates constituídos por moradores das regiões de mineração, militantes, sindicalistas, movimentos populares e intelectuais, são necessários para a construção desse programa. O GT Mineração-MG se soma a esse esforço nacional.

Enquanto não houver um programa com esse caráter, restará a sensação de ressentimento, de um sono rancoroso dos minérios despertados de milênios geológicos – vão os minérios, fica o rancor. E, no fundo da serra, a sirene continuará a não tocar.

### Agradecimento

Agradecemos a revisão de conteúdo do texto realizada pelo professor Cláudio Scliar.

### Referências

- ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel; OLIVEIRA, Antoniel Assis; LIMA, Cleper de Arruda. Educação do Campo: uma possibilidade para a reconstrução da oferta escolar nas áreas campesinas atingidas pelo rompimento da Barragem do Fundão, *in*: SILVA, F. A. *et al.* (ed.). *Diálogos na formação docente com diferentes sujeitos e espaços e espaços educativos*. Curitiba: CRV, 2018, p. 297-310.
- CANGUILHEM, George. *O normal e o patológico* (Maria Thereza Redig de Carvalho Barrocas, trad., Manuel Barros da Motta, rev. técnico). Rio de Janeiro: Forense-Universitário, 1990. (Originalmente publicado em 1966).
- CATETE, Clístenes Pamplona *et al.* Barcarena/PA grandes empreendimentos: uma análise geoespacial do contexto atual, *in*: CONGRESSO ABES/FENASAN – 2017, São Paulo, *Anais...* Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES); Associação dos Engenheiros da Sabesp (AESABESP). São Paulo, p. 1-7. Disponível em: <http://abes.locaweb.com.br/XP/XP-EasyArtigos/Site/Uploads/Evento36/TrabalhosCompletoPDF/VI-169.pdf> Acesso em: 24 fev. 2020.
- CLAUDINO, Sérgio. Educação, riscos e currículos escolares. *Territorium: Revista Internacional de Riscos*, Coimbra, v. 25, n. 2, p. 5-18, 2018. Disponível em: [http://www.uc.pt/fluc/Inicif/riscos/Documentacao/Territorium/T25II\\_Artg/T25\\_II\\_\\_artigo01.pdf](http://www.uc.pt/fluc/Inicif/riscos/Documentacao/Territorium/T25II_Artg/T25_II__artigo01.pdf). Acesso em: 16 dez. 2019.

- COELHO, Tádzio Peters; MILANEZ, Bruno; PINTO, Raquel Giffoni. A Empresa, o Estado e as Comunidades, *in*: ZONTA, Marcio; TROCATE Charles. *Antes fosse mais leve a carga: reflexões sobre o desastre da Samarco/ Vale/ BHP Billiton*. Marabá: Editorial iGuana, 2016.
- DIEESE. *Anuário de Saúde do trabalhador 2016*, 2016. Disponível em [https://www.dieese.org.br/anuario/2016/Anuario\\_Saude\\_Trabalhador.pdf](https://www.dieese.org.br/anuario/2016/Anuario_Saude_Trabalhador.pdf). Acesso em: 16 dez. 2019.
- FERNANDES, Francisco Rego Chaves; ARAUJO, Elaine Rocha; OLIVIERI, Renata Damico. Banco de dados do CETEM/MCTI disponibiliza mais de uma centena de estudos de caso sobre os impactos socioambientais da mineração no território brasileiro. SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SAÚDE & AMBIENTE, 2., (2º SIBSA). *Anais...* Belo Horizonte, 2014. Disponível em <http://verbetes.cetem.gov.br/verbetes/Texto.aspx?p=9&s=1> Acesso em: 16 dez. 2019.
- FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história*. 3. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.
- GOMEZ, Margarita Victória; PENAGOS, Rafael Ávila. O círculo de cultura como dispositivo de pesquisa e intervenção educacional, *in*: COLÓQUIO PAULO FREIRE, 8. *Anais...* [s.d.]. Disponível em: [colquio.paulofreire.org.br](http://colquio.paulofreire.org.br). Acesso em: 12 jan. 2020.
- GUIMARÃES, Clarissa *et al.* *Partido da mineração: a influência das mineradoras nas eleições de 2014 em Minas Gerais*. Mimeo, 2018.
- HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- \_\_\_\_\_; RAMOS, Tatiana Tramontani. O mito da desterritorialização econômica. *GEOgrafia*, v. 6, n. 12, p. 25-48, 2004.
- HARTMANN, Dominik *et al.* A. Linking Economic Complexity, Institutions and Income Inequality. Draft. *World Development*, v. 93, n. s/n, p. 75-93, 2017.
- HENDERSON, Jeffrey *et al.* Redes de produção globais e a análise do desenvolvimento econômico. *Revista Pós Ciências Sociais*, v. 8, n. 15, p. 143-170, 2011.
- HOMA – Centro de Direitos Humanos e Empresas (org.). *Direitos Humanos e Empresas: o Estado da Arte do Direito Brasileiro*. Juiz de Fora: Editar, 2016.
- HUNZICKER, Adriane Cristina de Melo. *O rompimento da Barragem de Fundão: repercussões nos saberes e práticas dos professores da Escola de Bento Rodrigues*. 2019. Dissertação (Mestrado Profissional Educação e Docência) – Linha Educação do Campo, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

- MARCHESINI, Victor; AGUIAR MUÑOZ, Viviana; TRAJBER, Rachel. Vulnerabilidade escolar frente a desastres no Brasil. *Territorium: Revista Internacional de Riscos*, Coimbra, v. 25, n. 2, p. 7-26, 2018. Disponível em: [http://www.uc.pt/fluc/nicif/riscos/Documentacao/Territorium/T25II\\_Artg/T25\\_II\\_\\_artigo13.pdf](http://www.uc.pt/fluc/nicif/riscos/Documentacao/Territorium/T25II_Artg/T25_II__artigo13.pdf). Acesso em: 16 dez. 2019.
- MARX, K. *O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MILANEZ, Bruno *et al.* A estratégia corporativa da Vale S. A.: um modelo analítico para Redes Globais Extrativas. *Versos – Textos para Discussão PoEMAS*, v. 2, n. 2, p. 1-43, 2018.
- \_\_\_\_\_; MAGNO, Lucas; PINTO, Raquel Giffoni. Da política fraca à política provada: o papel do setor mineral nas mudanças da política ambiental em Minas Gerais, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 35, n. 5, p. 161-177, maio 2019. Disponível em: <http://cadernos.ensp.fiocruz.br/csp/artigo/735/da-poltica-fraca-poltica-privada-o-papel-do-setor-mineral-nas-mudanas-da-poltica-ambiental-em-minas-gerais-brasil>. Acesso em: 16 dez. 2019.
- MOULIN, Maria das Graças Barbosa; MORAES, Ana Beatryce Tedesco. Vamos fazer poeira! Fontes e expressões da pressão no trabalho do setor de rochas ornamentais no Espírito Santo. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*. São Paulo, v. 35, n. 122, p. 192-200, 2010.
- OLIVEIRA, Clarissa. *Quem é quem nas discussões do novo código da mineração 2014*. Rio de Janeiro: IBASE, 2015.
- PARREIRAS, Mário. Riscos em mineração, *in*: ARAÚJO FILGUEIRAS (org.) *Saúde e Segurança do Trabalho no Brasil*. Brasília. Gráfica Movimento, 2017.
- PROJETO BRASIL POPULAR. *Caderno de debates 3*. São Paulo. 2018. Disponível em: <https://projetoBrasilpopular.org/wp-content/uploads/2018/09/Caderno-De-Debates-03.pdf> Acesso em: 24 fev. 2020.
- \_\_\_\_\_. *Quem somos?* Disponível em: <https://projetoBrasilpopular.org/quem-somos/> Acesso em: 24 fev. 2020.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2004.
- SANTOS, Theotônio dos. *Brasil: la evolución histórica y la crisis del milagro económico*. México-DF: Ed Nueva Imagen, 1978.
- SOUZA, Tatiana Ribeiro de *et al.* Desafios para uma prática científica crítica diante do desastre na bacia do Rio Doce, *in*: LOSEKANN, C.; MAYORGA, C. *Desastre na Bacia do Rio Doce – Desafios para a universidade e para instituições estatais*. Rio de Janeiro: Folio, 2018.

- STROEBE, Wolfgang; STROEBE, Margaret S. *Psicologia social e saúde*. Lisboa: Instituto Piaget, p. 14-28,1995.
- SWYNGEDOUW, E. Globalização ou glocalização? Redes, territórios e Reescalamento, *in*: BRANDÃO C. A.; FERNÁNDEZ V. R.; RIBEIRO, L. C. de Q (org.). *Escalas Espaciais, Reescalamentos e Estatalidades: lições e desafios para América Latina*. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrôpoles, 2018.
- WANDERLEY, Luiz Jardim; MANSUR, Maíra Sertã; PINTO, Raquel Giffoni. Avaliação dos antecedentes econômicos, sociais e institucionais do rompimento da barragem da Samarco/ Vale/ BHP em Mariana (MG), *in*: MILANEZ, Bruno *et al.* *Desastre no Vale do Rio Doce – Antecedentes, impactos e ações sobre a destruição*. Rio de Janeiro: Folio, 2016.

PARTE II

PODER E RESISTÊNCIAS NO  
CONFLITO MINERAL





## CAPÍTULO 3

# O PODER E A RESISTÊNCIA DOS MOVIMENTOS POPULARES E AS ALTERNATIVAS AO MODELO MINERAL BRASILEIRO

TÁDZIO PETERS COELHO<sup>1</sup>

MARIA JÚLIA GOMES ANDRADE<sup>2</sup>

LUIZ PAULO GUIMARÃES DE SIQUEIRA<sup>3</sup>

MARTA DE FREITAS<sup>4</sup>

LOURIVAL ANDRADE<sup>5</sup>

### Introdução

A história da mineração no Brasil é marcada por violências e resistências. Nos primeiros momentos, no período colonial, tivemos uma atividade que foi realizada através da força de trabalho de negros escravizados. Uma máquina de moer gente

---

<sup>1</sup> Doutor em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professor Adjunto da Universidade Federal de Viçosa (UFV) na graduação em Ciências Sociais. Pesquisador do grupo de estudos e extensão Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS). [tadzio@ufv.br](mailto:tadzio@ufv.br)

<sup>2</sup> Mestre em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Pertence à Coordenação Nacional do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) e ao Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração. [mariajuliaminas@gmail.com](mailto:mariajuliaminas@gmail.com)

<sup>3</sup> Especialista em estudos latino-americanos e membro da coordenação nacional do MAM. [luizpgsiqueira@gmail.com](mailto:luizpgsiqueira@gmail.com)

<sup>4</sup> Mestre em Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente pelo Centro Universitário Senac. Coordenadora do Fórum Sindical e Popular de Saúde e Segurança do Trabalhador e da Trabalhadora de Minas Gerais. Pertence à Coordenação Nacional do MAM. [marta1freitas@gmail.com](mailto:marta1freitas@gmail.com)

<sup>5</sup> Coordenador da Rede Instituto Brasileiro de Educação, Integração e Desenvolvimento Social (IBEIDS) e da Ação Sindical Mineral (ASM). [lourivalandradxe@gmail.com](mailto:lourivalandradxe@gmail.com)

foi a marca da exploração nas primeiras regiões mineradas no Brasil. Eduardo Galeano sintetizou em um termo o que foi esta era: veias abertas. A destruição de gente caminhou junto com a superexploração da natureza, causando devastações ambientais em todas as áreas que a mineração se instalava. O Brasil, fruto do capitalismo dependente e periférico, nunca teve o seu ritmo de exploração mineral ditado por algum tipo de projeto de país autônomo. Os bens minerais sempre escoavam para garantir a riqueza de países de capitalismo central. Quando olhamos a história da mineração no Brasil da época colonial até os dias de hoje temos inúmeros episódios de genocídios, destruição ambiental, domínio à força dos territórios e dos habitantes que neles residiam e repressão à organização dos trabalhadores da mineração. A implementação dos projetos de mineração de ferro em grande escala, iniciados no século XX, impressionam também pela força da imposição de projetos minerários. Os empreendimentos são estabelecidos pelas empresas como inevitáveis, e a alteração dos modos de vida nestes territórios é total. Analisar essa triste história pode dar a falsa sensação de que este modelo de mineração é inevitável. Ou pior: de que a resistência não é possível. E a verdade é que o povo, nesta História, sempre resistiu, mas a resistência da classe trabalhadora nem sempre pode ser encontrada na historiografia oficial.

*Quem construiu a Tebas de sete portas?*

*Nos livros estão nomes de reis.*

*Arrastaram eles os blocos de pedra?*

*E a Babilônia várias vezes destruída –*

*Quem a reconstruiu tantas vezes? Em que casas*

*Da Lima dourada morava os construtores?*

*Para onde foram os pedreiros, na noite em que  
a Muralha da China*

*Ficou pronta? [...]*

*Tantas histórias.*

*Tantas questões*

(Brecht, 2000, p. 166.)

Este capítulo tem como objetivo abordar aspectos da resistência ao modelo mineral brasileiro de momentos mais recentes da nossa história. Queremos responder parte das questões: como a resistência se organizou e se articulou neste último período? Como parte da esquerda brasileira tem formulado sobre um novo modelo mineral no Brasil? Não pretendemos, nos tópicos que iremos nos aprofundar, abarcar o todo das experiências de resistência e formulações deste período, mas, sim, contar uma parte desta história, narrando o histórico da criação do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM); da experiência de formulação de um projeto de país – o Projeto Brasil Popular –, iniciativa impulsionada pela Frente Brasil Popular e que tem um grupo de trabalho específico sobre mineração; e da organização dos trabalhadores da mineração.

São importantes algumas pontuações sobre o contexto da conjuntura mineral contemporânea, para entendermos a criação das iniciativas que vamos desenvolver no texto e como estas se relacionam às outras redes de resistência ao atual modelo de mineração brasileiro. O início dos anos 2000 foi um momento decisivo para a nova conjuntura global da mineração, chamado de *boom* da mineração ou superciclo das *commodities*. Este período consistiu em um aumento substantivo da exploração mineral em várias partes do mundo, notadamente América

Latina, África e Sudeste Asiático. Este processo tem o fator China como um elemento fundamental, pois a urbanização e a industrialização chinesa aumentaram significativamente a demanda por minérios.

Nesse sentido, muitos países, como o Brasil, passaram a direcionar as suas exportações minerárias para a China. Na mesma proporção que novos projetos eram gerados e instalados, e que outros empreendimentos consolidados eram expandidos, aumentavam também as violações nos territórios em conflito com a mineração. A violência histórica deste modelo foi atualizada nesta agressiva nova fase da história global da mineração. Este período recente do *boom* (e *pós-boom*) já foi extensamente estudado na literatura crítica à mineração (Wanderley, 2017). Interessa-nos aqui entender melhor como o povo foi construindo e articulando as resistências.

Os anos 2000 foram marcados por resistências pulverizadas, em escala local, com a criação de associações e movimentos temáticos como, por exemplo, movimentos de caráter ambientalista, focados na defesa de regiões específicas. É ainda nesta década que se iniciam as construções das primeiras redes temáticas da mineração. Destacamos aqui a criação da Rede Justiça nos Trilhos (JnT) e a Articulação Internacional dos Atingidos e Atingidas pela Vale (AIAV), criadas entre os anos de 2009 e 2010.

Ao mesmo tempo que formas de organização coletiva se iniciavam em alguns lugares, organizações populares já estabelecidas precisavam lidar, naquele momento, com a novidade imposta pela expansão da mineração desse período. É o que aconteceu com quase todas as organizações ligadas ao campo da Via Campesina Brasil, tais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Movimento dos Pequenos Agricultores

(MPA), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), que atuavam em regiões nas quais o conflito mineral surgia ou se intensificava. Organizações ligadas à Igreja Católica, como Cáritas Brasileira e Pastorais Sociais, passaram a acompanhar de perto situações de violações causadas pela implementação de projetos nas Dioceses em que atuavam. O tema da mineração passou a ser também pauta de algumas organizações não governamentais, como o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), a Justiça Global, o Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), o Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS) e a Rede Brasileira de Justiça Ambiental.

O período da explosão da exploração mineral foi sucedido, alguns anos depois, por uma riquíssima resistência que construiu inúmeras movimentações nos territórios. Uma grande ação do período foi a ocupação organizada pelo MST-PA, em 2007, com 5 mil camponeses/as, por 45 dias, da Estrada de Ferro Carajás (EFC), ferrovia que escoava os minérios extraídos do Projeto Grande Carajás em Parauapebas (PA) e região até São Luís no Maranhão. Foi nessa ocupação dos trilhos da Vale que se utilizou, pela primeira vez, a sigla MAM, então Movimentos dos Atingidos pela Mineração. Nesse contexto, a história do MAM será contada na primeira das seções deste texto. A sensação de ser “atingido pela mineração” foi, naquele período, uma identidade potente para muitas resistências locais.

No nível das articulações, muitos processos foram sendo construídos e entrecruzados durante esse período de *boom* das *commodities*. Surgiram novos grupos de pesquisa nas universi-

dades, em suporte às populações em conflito com a mineração nos territórios, e outros grupos já existentes passaram a focar a pesquisa e extensão na temática da mineração.

Nesse momento, observamos também um marco nas formulações críticas ao modelo mineral. São daí as primeiras referências fundamentais para processos de luta, como a própria noção do que estava em curso: o superciclo das *commodities*, o neoextrativismo, a dimensão da minério-dependência, a necessidade de se pensar sobre as taxas e ritmos de exploração, a bandeira de territórios livres de mineração e a injustiça fiscal que é inerente ao modelo mineral.

Parte do recente desenvolvimento de tais formulações, visando a construção de um projeto popular de país para o setor, foi realizada pelo GT Mineração do Projeto Brasil, a partir de 2016. A segunda seção do texto tratará de aprofundar essa história.

Alguns desses pontos conduziram à construção de um conjunto de organizações que, em 2012, traçaram as bases para o que foi, em 2013, o lançamento do Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração (composto por movimentos populares, ONGs, movimentos ambientalistas e pesquisadores). Uma preocupação importante para o conjunto das organizações que lidavam com o tema da mineração naqueles anos era a elaboração, em curso, de um novo código mineral brasileiro. O projeto de lei para o novo marco regulatório da mineração foi realmente lançado em junho de 2013, e o Comitê, recém-nascido, tornou-se o principal ator político durante todos os anos de tramitação do código, articulando dezenas de organizações na luta de enfrentamento institucional, e se tornou também a principal referência de uma comunicação crítica ao modelo mineral, dando visibilidade para casos de

denúncia e traduzindo para a sociedade em geral o que estava em jogo quando se falava de mineração.

O momento da tramitação do código também foi decisivo para a rearticulação de sindicatos de trabalhadores da mineração, que passaram a se articular em torno da frente Ação Sindical Mineral. A parceria entre as organizações do Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração com os trabalhadores reunidos na Ação Sindical Mineral foi decisiva como força política durante a tramitação do código, pela capacidade de tratar o conjunto das pautas de forma unificada. Por isso, a história da resistência dos trabalhadores da mineração será desenvolvida na terceira seção deste texto.

Se para grande parte da sociedade brasileira a mineração passou a existir como uma questão apenas após os rompimentos das barragens de rejeitos de mineração em Mariana (2015), pertencente à Samarco, à Vale e à BHP Billiton, e Brumadinho (2019), pertencente à Vale, o problema mineral faz parte da realidade de populações espalhadas em todas as regiões do Brasil há bastante tempo. Enfrentar o conflito mineral, de forma coletiva, se materializou em lutas de diferentes maneiras e naturezas. Contaremos agora um pouco da história e pautas que guiam o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM).

### **A experiência de resistência do MAM**

O marco do início de construção do MAM foi uma reunião nacional em 2012, com militantes de nove estados do Brasil, representando diferentes processos de luta e resistência à mineração que estavam em curso naquele momento. Essa época, como mencionado na Introdução, era de intensificação da exploração dos bens minerais e de pulverização de conflitos com a mineração em muitas partes do Brasil. A reunião que

aconteceu na cidade de Parauapebas (PA) representava o encontro das grandes mobilizações empreendidas pelo MST contra a Vale naquela região e as diversas resistências em curso, em outros oitos estados do Brasil. Naquele momento, forjava-se o esforço de construção de uma organização popular nacional, cujo nome era então Movimento dos Atingidos pela Mineração, com a sigla MAM.

A construção do MAM nasceu, por um lado, diante de uma reflexão da necessidade de um movimento de caráter nacional, que servisse como instrumento de organização dos diferentes sujeitos em conflito com o modelo de mineração no Brasil, e por outro lado, da necessidade que fosse um movimento de caráter popular, anticapitalista e que priorizasse o trabalho de base junto às populações em conflito com a mineração. As resistências articuladas em torno do MAM, naquele momento, avaliaram que era necessário construir uma ferramenta de organização popular nacionalizada para: 1) potencializar as condições de enfrentamento ao capital mineral; 2) articular lutas locais; 3) projetar na pauta política nacional a necessidade de se alterar, de maneira estrutural, o modelo de mineração.

Ao longo das reuniões nacionais, em 2013, o Movimento amadureceu a leitura de que seu nome deveria ser alterado para Movimento pela Soberania Popular na Mineração, mantendo-se a sigla MAM. O conteúdo deste nome expressa a necessidade da construção de um novo modelo mineral no Brasil, que implique na elaboração de um projeto de país que tenha a soberania do povo como princípio.

Em 2014, o MAM realizou cursos nacionais de formação de militantes, iniciativa que passou a acontecer em nível estadual, regional e nacional ao longo dos anos seguintes. São realizados, hoje, cursos de curta duração nas regionais e cursos nacionais, de 45 dias, com turmas de formação sobre o



problema mineral brasileiro. Os cursos se transformaram em ações fundamentais do movimento para a formação de novos militantes, para a articulação da militância em nível nacional e para o fortalecimento de lideranças que são referências de lutas em seus estados de origem. Os processos de formação política da militância possibilitam a construção dos valores e princípios da organização, e é a partir deles que é exercido o método organizativo e as formas de lutas.

Um sujeito prioritário das ações do MAM tem sido a juventude dos territórios em conflito com a mineração já que uma das estratégias das mineradoras é a de tentar se aproximar da juventude e se apropriar da simbologia e tradições das regiões através da cultura. O capital mineral opera de maneira sistemática no campo da cultura pois sabe de seu papel político-ideológico e de sua potência no processo de dominação do território. Para o MAM, desde seu início, a cultura é um dos elementos fundamentais para formação crítica, ideológica, econômica e social de um povo. A partir dessa compreensão, a arte e a cultura têm tido um papel central nas atividades e tarefas da organização em todos os espaços do movimento, especialmente nos processos de formação com a juventude.

Um outro elemento que surge com muita força desde o início do processo de organização do MAM é o envolvimento e o protagonismo das mulheres na luta contra a mineração. Além da forte opressão sofrida pelas mulheres por essa sociedade capitalista, patriarcal e machista, nos territórios minerados elas sofrem um impacto diferenciado já que recaem sobre elas, com maior intensidade, algumas mazelas da mineração, tais como a tarefa de cuidar das residências e dos entes familiares afetados pela atividade mineradora. Em 2017, as mulheres do MAM realizaram uma primeira reunião nacional para compartilhar vivências; refletir sobre os desafios das organizações

das mulheres em um movimento misto; e qualificar a formação política sobre feminismo, os efeitos da mineração na vida das mulheres e a situação das mulheres que são trabalhadoras do setor mineral. A partir desse encontro foi reafirmado o feminismo como uma dimensão estratégica central do movimento para o enfrentamento ao capital mineral. Após esse primeiro encontro, houve outras reuniões nacionais e encontros estaduais de mulheres do MAM na Bahia, em Goiás e em Minas Gerais.

Em 2018, o MAM realizou seu primeiro Encontro Nacional, na cidade de Parauapebas, local da primeira articulação para a construção do Movimento. Foram quatro dias de formação, música, teatro, debates, lutas, elaborações e apontamentos dos desafios da luta popular no conflito mineral no Brasil. O encontro foi um momento de culminância dos seis primeiros anos da história do Movimento e um balanço do percurso da construção de sua construção. Participaram cerca de 800 pessoas, de 16 estados do país. A preparação envolveu etapas de formação nos estados e foi um momento marcante para impulsionar a construção do Movimento em algumas regiões. O encontro expressou a grande variedade de pautas que estão presentes no MAM, com destaque para dois grandes conjuntos de desafios: como atuar em territórios já minerados e reféns da minério-dependência; e como construir o movimento em territórios que são ameaçados pela instalação de empreendimentos minerários. Estas situações concretas geram tipos diferentes de pautas e ações.

Nas regiões onde a mineração já está consolidada, a minério-dependência é um fator que desafia a mobilização popular devido a hegemonia que o capital mineral consegue exercer nos territórios. Entretanto, as mineradoras, além de pagar uma baixa tributação ao Estado, ainda são um dos setores que mais sonegam impostos no Brasil. Nesse sentido, nos municípios e

estados com forte presença da mineração, a pauta em torno da questão fiscal e disputa pela renda mineral é um elemento com grande potencial de mobilização popular.

O MAM tem construído diversas formas de lutas em contextos que enfrentam essa realidade, através da implementação de pautas que buscam: a revogação da Lei Kandir<sup>6</sup> e a ampliação e controle popular da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM); a construção de alternativas econômicas à mineração, central em regiões mineradas, para que se possa romper com a lógica da dependência econômica à mineração; e a oposição à expansão de projetos de mineração, buscando impedir uma destruição ambiental ainda maior já que os territórios afetados sofrem, por anos, danos ambientais e sociais em consequência da atividade dos empreendimentos minerais, como ocorre, por exemplo, em muitas partes mineradas de Minas Gerais,

A construção do “não à mineração” está expressa também na bandeira dos territórios livres de mineração adotada pelo MAM em muitas regiões do país. Essa é a principal frente de luta na região de Santa Quitéria (CE), São José do Norte (RS), Serro (MG) e Serra do Brigadeiro (MG), para dar alguns exemplos emblemáticos dos últimos anos. A luta do “não” é a defesa de outro modo de vida, de geração de renda e emprego. Nessas regiões, existe uma afirmação forte de que a agricultura familiar é a identidade principal das comunidades, e que esta atividade tem potencial de longo prazo, inclusive, na geração de empregos para a região. Nesse último caso, é trabalhada a

---

<sup>6</sup> Lei Federal n. 87, de setembro de 1996, conhecida como Lei Kandir, devido ao nome de seu autor, Antônio Kandir. A Lei Kandir isenta de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) os serviços e os bens primários, manufaturados e semimanufaturados destinados à exportação.

ferramenta da agroecologia para fortalecer a matriz tecnológica junto à agricultura familiar.

Há um desafio grande em construir a resistência naqueles territórios onde a mineração ainda não está instalada. A possibilidade de um projeto de mineração é entendida, frequentemente, como a chegada de empregos e riquezas. Nessas situações, para expor os problemas trazidos pela atividade mineral, o MAM tem utilizado a defesa das águas como uma ferramenta mobilizadora junto à população. O efeito que a mineração causa nas águas é um dos elementos que mais escancaram as contradições de um projeto minerário pela importância que a água tem para a vida. Vale ressaltar, ainda, que não é suficiente lutar pelo direito de dizer não, é preciso construir também alternativas econômicas para as necessidades reais do povo, para que a chegada da mineração em uma região não seja vista como a “redenção” daquele lugar.

Em todos as regiões nos quais o MAM atua, o trabalho de base é um eixo central de atuação. E a busca pela construção de parcerias nos territórios, é ação essencial, por entender que a luta contra algum projeto mineral só terá êxito se for travada com todos os parceiros que estão em oposição com este modelo. Nesse contexto, é importante destacar a ferramenta das Assembleias Populares da Mineração, iniciadas em 2017, que são formas de reunir a população, conversar sobre os problemas e pensar coletivamente as linhas de ações. A assembleia popular não é o evento, mas, sim, a metodologia de um processo, e tem se mostrado muito eficaz nos processos organizativos. Desde 2017, foram realizadas dezenas de assembleias, em todas as regionais do MAM.

Outra frente de luta importante para o MAM está relacionada com a discussão sobre o problema mineral brasileiro. Dirigentes nacionais do movimento, conjuntamente com pes-

quisadores e professores universitários parceiros, têm formulado propostas sobre diversos aspectos do modelo de mineração: diversificação econômica; monitoramento de barragens; controle popular da atividade mineradora, dentre outros. O MAM criou um espaço de encontro dos pesquisadores e professores parceiros, que se reúne anualmente e desenvolvem juntos projetos, como o Dicionário Crítico da Mineração, lançado em 2018. O MAM também produziu outros livros, como a coleção sobre *A Questão Mineral no Brasil*, publicada em parceria com a editora Iguana e a coletânea de poemas *Poema Mineral*. Também foram produzidas inúmeras cartilhas voltadas para a formação dos militantes do movimento. O MAM também participa da iniciativa Projeto Brasil, ajudando a coordenar o GT Mineração, que será abordado ainda neste capítulo.

Na batalha das ideias é importante destacar o esforço do MAM em produzir vídeos, textos, materiais de comunicação para as redes sociais em linguagem acessível para a população em geral. A comunicação do MAM objetiva dar visibilidade para as lutas regionais e para o conteúdo das discussões críticas sobre o modelo mineral. Em termos de audiovisual, o MAM produziu diversos vídeos, que auxiliam a entender casos emblemáticos e as questões nos conflitos gerados pela mineração.<sup>7</sup> O trabalho desenvolvido pela comunicação do MAM tem sido um auxílio importante para as mobilizações regionais e para popularizar as questões relacionadas ao modelo mineral brasileiro.

Em suma, o MAM tem tido um papel cada vez maior no fortalecimento da organização popular dos territórios em conflito com a mineração, na articulação com trabalhadores do setor mineral, na elaboração da crítica ao modelo de mineração

---

<sup>7</sup> Disponível no website do MAM: <https://mamnacional.org.br/>

e na formulação de um programa político para o uso dos bens minerais pautado pela soberania popular.

### **Mineração no Projeto Brasil Popular**

Diversas organizações se dedicam a realizar a crítica à forma como é organizada a atividade mineradora no Brasil e no mundo. Algumas dessas organizações foram apresentadas neste capítulo. As tragédias e os danos decorrentes da atividade mineradora têm evidenciado a necessidade dessa crítica, entretanto, para além dela, existem esforços para se construir uma proposta alternativa de organização da mineração no Brasil.

Historicamente, o tema da mineração no campo político de esquerda, dentre os recursos naturais, ficou à reboque das discussões sobre o petróleo e a questão agrária. Com a expansão da mineração durante a primeira década do século XXI, e o início da reação organizada pelos movimentos sociais nesse período, se tornou nítido que a mineração foi ignorada durante muito tempo e que tal postura cobrava seu preço. Era necessário sair da postura simplesmente reativa aos projetos do capital mineral e passar a propor alternativas à mineração no que se convencionou chamar um novo modelo de mineração. Esta compreensão foi desenvolvida na medida em que se mobilizaram organizações e movimentos populares dedicados à mineração.

O setor de mineração utiliza frequentemente em seus argumentos a favor da manutenção e expansão da atividade, o fato de que basicamente todas as cadeias produtivas têm início com a utilização de algum tipo de insumo mineral. Em geral, utilizam como exemplo em seu discurso o consumo massivo de produtos do cotidiano, como celulares, geladeiras, computadores etc. Segundo esse argumento, quem se opõe

à atividade mineradora seria contrário também à utilização desses produtos.

É possível contra argumentar que é uma redundância a utilização de minerais como base produtiva da sociedade, ou seja, obviamente, todos os produtos, ou pelo menos a maioria, utilizam bens minerais enquanto insumos e que não devemos nos limitar a essa discussão óbvia. É preciso dar um passo à frente e encarar a questão de como organizar essa atividade, que é necessária para qualquer sociedade humana, mas que na sua forma atual gera efeitos, danos, mortes e tragédias em larga escala. Porém, para evitar as nomenclaturas utilizadas pelo discurso empresarial de mineração, verde e sustentável, importa ressaltar que a atividade mineradora, em qualquer modelo, não está livre de gerar danos. Por isso, buscamos destacar a necessidade de conter, atenuar e evitar as situações de risco geradas pela atividade, que tendem a atingir a classe trabalhadora e os grupos politicamente minoritários: população quilombola, indígena, ribeirinha, pequenos agricultores etc.

É com o intuito de colaborar para uma proposta alternativa de organização da mineração que o Grupo de Trabalho sobre Mineração (GTM), do Projeto Brasil Popular (PBP) (PBP, 2020a), vem se dedicando ao longo dos últimos cinco anos ao estudo e discussão da mineração no Brasil.

O PBP é uma iniciativa ligada à Frente Brasil Popular (FBP)<sup>8</sup> que busca formular propostas e análises, em diálogo

---

<sup>8</sup> Criada em 5 de setembro de 2015, a Frente Brasil Popular reúne diferentes organizações e movimentos populares e tem como objetivo “defender a democracia e outra política econômica, para defender a soberania nacional e a integração regional, para defender transformações profundas em nosso país decidimos”. Desde sua criação, a FBP tem sido um importante espaço de articulação do campo político progressista. Disponível em: <http://www.frentebrazilpopular.org.br/conteudo/compromissos-da-militancia/>. Acesso em: 25 jun. 2020.

com a população, estruturadas a partir da perspectiva de um projeto de nação. Este projeto de país democrático e soberano busca formar uma nova hegemonia junto às forças populares. Desde fevereiro de 2016, o PBP busca construir este conjunto de propostas. Ao longo dos últimos anos, foram criados os paradigmas que servem para guiar a formulação do conjunto de propostas. São eles: 1. Vida boa para todos/as; 2. Bens comuns; 3. Igualdade e diversidade; 4. Democracia, Participação e autonomia; 5. Soberania Nacional e Desenvolvimento.

O PBP está estruturado em quatro eixos temáticos,<sup>9</sup> que, por sua vez, dividem-se em diferentes grupos de trabalho. O GTM foi fundado em agosto de 2016, reunindo integrantes do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), da Ação Sindical Mineral e pesquisadores/professores. Em 2020, o GTM está estruturado com grupos de trabalho em quatro estados (MG, BA, RS e GO/DF), integrando variadas organizações e tendo lançado diversos documentos e realizado uma Oficina de debates sobre mineração.

Em 2018, publicamos a primeira síntese de propostas do GTM, *Um Novo Modelo de Mineração para o Brasil* (PBP, 2018). No documento, sistematizamos dez pontos de suma importância para alteração da estrutura de mineração no país, que aqui expomos resumidamente: criação e utilização de canais de deliberação locais/municipais de controle popular sobre a mineração; possibilidade de serem criadas Áreas Livres de Mineração; ampliação da capacidade de fiscalização e monitoramento do aparato estatal; criação de ampla política pública acerca do monitoramento e da fiscalização de barragens de rejeito de mineração, além de infraestruturas conexas, como

---

<sup>9</sup> Diretos; Economia, desenvolvimento e Distribuição de renda; Estado, democracia e soberania popular; Igualdade, diversidade e autonomia.



minerodutos; diversificação econômica e distribuição da renda mineira; regulação de escalas e taxas de extração mineral; criação da possibilidade de desapropriação dos ativos das empresas, passando a ser diretamente administrados pelo Estado ou, até mesmo, pelos próprios trabalhadores; criação de crédito e apoio técnico a Cooperativas de Mineração e Garimpo; apoio ao aproveitamento de todos os materiais rochosos extraídos das minas; aplicação de medidas de segurança e saúde no trabalho, conforme previsto na Norma Regulamentadora 22 (NR 22).

Este documento serviu de base para textos utilizados no I Encontro Nacional do MAM, em 2018, e colaborou com propostas legislativas na regulação da atividade (MST, 2018). Esta primeira síntese reunia reivindicações básicas para um novo modelo de mineração. Entretanto possuía limites nas discussões sobre o trabalho na mineração, o tema da água, o apontamento de alternativas econômicas e a democratização dos processos decisórios relativos à atividade mineradora.

Com o aprofundamento das discussões, uma nova síntese de propostas foi construída com base na soberania e controle popular na mineração, onde algumas diretrizes foram alteradas, outras excluídas e, ainda, novos pontos incluídos (PBP, 2020b). Resumidamente: criação de espaços de deliberação municipais/submunicipais de controle popular sobre a mineração; convocação da Conferência Nacional de Mineração, democrática e representativa de todos os segmentos do setor; discussão sobre Territórios Livres de Mineração; incentivos à diversificação econômica das regiões mineradas; aumento da percentagem de Compensação Financeira pela Exploração dos Recursos Minerais (CFEM); repasse de recursos da CFEM para a saúde e a educação; criação de entidades que fiscalizem e monitorem os gastos dos recursos da CFEM; previsão de participação especial nas minas com grande lucratividade; reestatização da Vale S.

A.; revogação da Lei Kandir; criação de crédito e apoio técnico a cooperativas de mineração e garimpo, no lugar do estímulo a multinacionais de mineração; apoio ao aproveitamento de todos os materiais rochosos extraídos das minas; ampliação da capacidade de fiscalização e monitoramento do aparato estatal; fortalecimento da agricultura familiar (camponesa) de base agroecológica; inclusão do tema da Mineração nos Projetos Pedagógicos da educação básica e superior; ações específicas de saúde para a população do entorno e atingidas pela mineração. O documento apresenta ainda propostas para os trabalhadores da mineração e o tema da água.

O GTM vem se estruturando nos estados para melhor representar as especificidades, demandas e necessidades de cada um deles em relação à atividade mineradora. O primeiro grupo a ser montado foi em Minas Gerais, e foi este grupo também o primeiro a realizar uma Oficina do GTM. Nos dias 4 e 5 de outubro de 2019, na Escola Sete de Outubro, em Belo Horizonte, ocorreu a Primeira Oficina do GTM, reunindo movimentos sociais, pesquisadores, militantes, atingidos pela mineração, representantes do poder público e sindicatos. Dessa Oficina, surgiu um novo documento que buscou contribuir na construção de um Programa Popular da Mineração sob a perspectiva da soberania nacional e que se encontra como o Capítulo 2 deste livro (Alves *et al.*, 2020).

Na oficina, além de assuntos geralmente abordados no tema da mineração (comunidades, saúde, trabalho, economia, territorialidade e direitos), surgiu como eixo da Oficina a importância da educação nas regiões mineradas. A criação desse eixo foi baseada na compreensão da aplicação de “estratégias e práticas historicamente presentes na relação das corporações mineradoras com a educação e com as instituições de ensino”, e da necessidade de mapear “os referenciais a serem adotados

na perspectiva de uma abordagem crítica sobre o tema” (Alves *et al.*, 2020, p. 20). A partir da experiência do GTM-MG, as oficinas se constituíram como o caminho metodológico para a estruturação do GTM nos outros estados.

Em 2020, as propostas do GTM estão colaborando no Fórum Técnico Minas Gerais pela Ciência: por um desenvolvimento inclusivo e sustentável, realizado pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG, 2020). A iniciativa foi paralisaada devido à pandemia de SARS-CoV-2. Por fim, reafirmamos que o Projeto Brasil Popular traz a possibilidade de vislumbrarmos novos caminhos para o país, e que a mineração é parte fundamental de um projeto de país democrático com vida boa para todos/as, igual e diverso, autônomo e soberano. Para tal, é essencial pensar um modelo de governança que garanta a participação popular nos processos de tomada de decisão relacionados à mineração.

### **A mineração no Brasil e os trabalhadores**

Para compreender o setor de mineração, vale destacar as características do mundo do trabalho mineral. O relatório *Atlas: Mapeando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na Mineração* (PNUD, 2017) avalia que a geração de empregos na mineração tem limites, pois o número de postos de trabalho criados diretamente são pequenos em relação ao tamanho do investimento de capital. Além disso, a modernização e o desenvolvimento tecnológico vêm reduzindo as necessidades de força de trabalho. Segundo os autores do Atlas, o emprego direto oferecido nas minas normalmente requer níveis de habilidade que não estão disponíveis para as populações locais. Assim, apesar da relevância da mineração para a economia nacional e de todas as promessas de emprego feitas para gestores públicos e para a população em geral, o setor de mineração

não gera número de postos de trabalho compatível com a sua importância estratégica.

O *Plano Nacional de Mineração – 2030: Geologia, Mineração e Transformação Mineral* (PNM-2030) (MME, 2011) registra que, em 2008, o número total de empregos diretos no setor mineral era da ordem de 1,1 milhão, dos quais 903 mil na transformação mineral e 187 mil na mineração, o equivalente a 8% dos empregados da indústria. De acordo com dados do IBRAM (2019), os trabalhadores da mineração brasileira trabalham em aproximadamente 9.500 empreendimentos. São empresas de grande porte com produção acima de um milhão de toneladas ano, médio porte com produção entre 100 mil toneladas e um milhão de toneladas ano e mais de 8.000 pequenas e micros empresas. Os trabalhadores desenvolvem suas atividades laborais também em cerca de 2.000 lavras garimpeiras, 830 complexos de água mineral e nos processos dos mais de 1.300 licenciamentos minerais. No primeiro trimestre de 2020, esses empreendimentos minerais empregavam 783.500 pessoas, sendo 174.111 trabalhadores diretos nas atividades de mineração e 609.389 empregos diretos da indústria de transformação mineral (IBRAM, 2020).

O Portal da Mineração do IBRAM informa que neste mesmo período o efeito multiplicador de emprego da indústria extrativa na cadeia industrial brasileira gerou 1,9 milhões de empregos diretos, indiretos e induzidos. Apesar de registrar os empregos diretos, indiretos ou induzidos pelo setor mineral, o IBRAM não menciona um dado relevante, que são os empregos gerados por meio da terceirização para trabalhar dentro das mineradoras. Somente na Vale, em 2017, do total de 101,6 mil empregados no Brasil, 57 mil eram trabalhadores terceirizados (Vale, 2017). Em 2019 a Vale empregava 149,3 mil trabalhadores, sendo 71,1 mil do quadro próprio e 78,2 mil

terceirizados. Desse total de profissionais diretos e terceirizados, 75,6% atuavam no Brasil (Vale, 2019).

Trabalhando em condições precárias, submetidos a uma rotina intensa com exigências extenuantes de produtividade e expostos a vários riscos ambientais, os trabalhadores terceirizados, de acordo com o DIEESE (2017), recebem até 27% menos do que o empregado da empresa contratante. Sobre as condições de trabalho dos terceirizados, Delgado e Amorim (2014) escrevem:

A terceirização reduz o nível de efetividade dos direitos fundamentais dos trabalhadores terceirizados, mesmo sem retirá-los do plano de vigência formal, já que promove a redução salarial e de benefícios sociais, enseja empregos precários com alta rotatividade de mão de obra, piora consideravelmente as condições de saúde e segurança, permite a maior incidência de acidentes de trabalho entre os trabalhadores terceirizados e dificulta a ação sindical voltada à conquista de novos direitos (Delgado; Amorim, 2014, p. 44).

Para agravar as condições de trabalho na mineração, há que somar aos milhares de trabalhadores terceirizados os mineiros sem registro formal de trabalho, muitos inclusive em condições de trabalho análogo à escravidão. Ciente que a mineração é um dos setores econômicos com alta taxa de emprego informal, a SGM/MME (MME, 2011) ao reconhecer a precarização dos vínculos trabalhistas no setor, cita no PNM 2030 que:

[...] não se pode desconsiderar a informalidade, especialmente na mineração, na extração de minerais de alto valor unitário (gemas, ouro, diamante etc.) e também na lavra de agregados minerais para a construção civil (areia, argila, brita, pedras ornamentais etc.), um contingente de mão de obra distribuída pelos 5.584 municípios brasileiros e que não aparece nas estatísticas oficiais (MME, 2011, p 13).

Outro ponto a ser destacado sobre o trabalho na mineração é a questão de gênero. As poucas pesquisas sobre o trabalho feminino na mineração revelam que o número de mulheres que trabalham nas minerações do Brasil é muito superior ao registrado pelos órgãos governamentais, pois grande parte desse trabalho é informal. Considerado como trabalho leve, complementar, ou seja, de menor gratificação salarial, os registros oficiais não mostram a real situação do trabalho feminino na mineração.

Estudo feitos por Castilhos e Castro (2006) estimam que cerca de 18% de mulheres que trabalham nas minerações brasileiras não recebem nenhuma gratificação. Revela ainda que trabalhando na informalidade, inúmeras mulheres estão expostas a condições precárias e aos mais diversos tipos de violências nas minas, nos garimpos, nas olarias, nos areais e nas siebas.<sup>10</sup> E, como agravante, acabam por levar os filhos para os locais de trabalho, onde os pequenos inicialmente brincam, mas depois transformam as brincadeiras no trabalho árduo de minerar para complementar a renda familiar.

Assim, os números de empresas e empregos divulgados pelo IBRAM, obviamente são subnotificados. Além de não registrarem as empresas terceirizadas que mineram, sendo estas empresas de construção, logística, segurança e de serviços, eles não registram as milhares de cavas, minas e “buracos” feitos informalmente a favor de investimentos irregulares ampliando o saques dos recursos naturais minerais. Normalmente, com uso de mão de obra análoga à escravidão, milhares dessas perfurações são feitas em terras indígenas e de povos tradicionais

---

<sup>10</sup> Siebas é um monte de cascalho já lavado e bateado, mas ainda com resto de pedras em que idosas e crianças trabalham. Isso é muito comum no Vale do Jequitinhonha (MG).

e em terras públicas em todo Brasil, com alta concentração na Amazônia.

Devido às altas taxas de mortalidade, ferimentos e doenças entre os mineiros, a mineração, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2016), continua sendo a ocupação mais perigosa no mundo. Dado às irregularidades trabalhistas e o descaso com as legislações de saúde e segurança do trabalhador e com a segurança de barragens, trabalhar na mineração, inclusive nas grandes empresas, é frequentemente ter direitos à saúde e à vida negados. Considerada como a atividade econômica que mais mata trabalhadores no Brasil, somente em 2016, quando a taxa nacional óbitos no trabalho foi de 5,57 para cada grupo de 100 mil empregados formais, a mineração registrou uma taxa de 14,81 mortes, ou seja as atividades do setor mineral matava três vezes mais que a média dos outros setores. De acordo com os dados do Observatório de Saúde e Segurança do Trabalho do Ministério Público do Trabalho (OBSERVATORIO SST, 2020), nas mineradoras, no Brasil, foram 25.650 notificações de acidentes de trabalho, entre 2012 e 2018, sendo que uma parcela dessas vítimas teve que se aposentar por invalidez ou morreu.

Se à primeira vista os acidentes de trabalho ganham uma maior importância, dada a frequência e a visibilidade dos mesmos, não se pode esquecer que são preocupantes as doenças relacionadas ao trabalho por causarem, frequentemente, lesões irreversíveis e/ou por evoluírem rapidamente para o óbito. Entre as doenças ocupacionais, as pneumoconioses causadas pela inalação de poeiras, em especial a sílica, no ambiente de trabalho, são frequentes nas atividades de extração e beneficiamento de minerais. A silicose – pneumoconioses decorrente da deposição

de poeiras de sílica<sup>11</sup> (quartzo) no pulmão – constitui uma das principais causas das doenças pulmonares ocupacionais dos milhares trabalhadores mineiros que estão expostos a esse agente nocivo.

Os rompimentos recentes de barragens agravaram, e muito, os sofrimentos e o adoecimento mental daqueles que trabalham nas minerações. Nesse cenário entre a riqueza do setor mineral e as precárias condições de saúde e de vida dos trabalhadores que geram adoecimento e morte, poucos trabalhadores podem contar com a “proteção e assistência” dos sindicatos profissionais, uma vez que só existem no Brasil 86 sindicatos dedicados apenas aos mineiros e 10 outros que são ecléticos, com outras categorias (construção civil, reflorestamento, materiais de acabamento entre outros). Há ainda uma parcela de trabalhadores que são representados por outras entidades sindicais,<sup>12</sup> como os sindicatos dos trabalhadores da construção civil. Outros, como os terceirizados, sequer sabem a qual entidade sindical pertencem.

Dois exemplos recentes de resistência na história sindical mineira, foi a criação no início dos anos 1990 da Confederação dos Trabalhadores do Setor Mineral (CNTSM), que mobilizou e unificou a maioria dos sindicatos durante quase 20 anos e,

---

<sup>11</sup> Há que considerar ainda a gravidade dessa poeira: a Agência Internacional de Pesquisa sobre o Câncer da Organização Mundial da Saúde (IARC/OMS) considera a sílica livre cristalina inalada como cancerígeno humano pulmonar. Ratificando essa posição do IARC, o Brasil incluiu a poeira de sílica na Lista Nacional de Agentes Cancerígenos para Humanos (LINACH), por meio da Portaria Interministerial MPS/MTE/MS n. 9 de 7 de outubro de 2014.

<sup>12</sup> Presente em menos de 200 cidades brasileiras, a maioria dos sindicatos de mineiros representam trabalhadores das grandes multinacionais. A pouca cobertura das entidades sindicais representativas dos trabalhadores está evidenciada nos mineiros que trabalham diariamente sem nenhuma legalidade e ou formalidade nos garimpos, olarias, barreiros, cascalheiras, pedreiras, terras pretas, terras raras.



recentemente, a Ação Sindical Mineral (ASM), que se articulou em dezembro de 2013 com todos os sindicatos de mineiros, federações, confederações e centrais para o enfrentamento do Marco Regulatório da Mineração, que foi se transformando no Marco da mineradoras em forte *lobby* no Congresso Nacional.

### Considerações finais

O debate da mineração passou ao longo da história brasileira sendo monopolizado pelas empresas e acadêmicos próximos a elas. Por muito tempo, não percebemos que o Brasil é um dos principais países do mundo em termos de extração mineral e que tal fato gera consequências. No entanto, ao menos nos últimos dez anos, novas perspectivas surgiram das lutas populares. Um novo modelo mineral é debatido nos campos, sertões, cidades e minas do país. Nessa mudança, o MAM se construiu como organização popular que busca colaborar na transformação do atual modelo de mineração brasileiro.

Junto ao MAM, os trabalhadores da mineração e os pesquisadores das universidades se organizam para colaborar a pensar e implementar esse novo modelo mineral. Dado ao autoritarismo que historicamente marca as relações capital/trabalho, a maioria dos sindicatos precisam organizar e reorganizar os trabalhadores nas minas, sobretudo agora após a reforma trabalhista de 2017, que retirou direitos e dificultou a reação dos trabalhadores e que desestruturou as entidades sindicais de trabalhadores.

A tarefa de organizar os trabalhadores para enfrentar as novas e velhas formas de exploração e opressão nunca foi fácil. E para tal é necessário construir coletivamente um projeto para o movimento sindical mineral em defesa dos interesses dos trabalhadores e um novo modelo de mineração no país. Embora difícil, a reorganização dos trabalhadores não é impossível.

Afinal, na história dos mineiros não existe só morte e dor. Há também luta e resistência quando os mineiros se transformam em sujeitos ativos para garantir melhores condições de trabalho e de vida (Scliar, 1996).

O campo político com uma perspectiva de soberania popular na mineração ultrapassa a postura de apenas reagir aos movimentos do capital mineral e passa a pautar transformações nessa atividade. A população organizada dos territórios minerados, a reorganização dos trabalhadores da mineração e a formulação de uma proposta de novo modelo de mineração são algumas das tarefas que estão abertas para formulação e que já contam com importantes contribuições. Novas possibilidades são criadas nesse processo recente, porém intenso e diverso.

## Referências

- ALMG – Assembleia Legislativa. Fórum Minas Gerais pela Ciência abre inscrições. *ALMG*. 2020. Disponível em: [https://www.almg.gov.br/acompanhe/noticias/arquivos/2020/02/20\\_release\\_inscricoes\\_forum\\_tecnico\\_ciencia.html](https://www.almg.gov.br/acompanhe/noticias/arquivos/2020/02/20_release_inscricoes_forum_tecnico_ciencia.html). Acesso em: 25 jun. 2020.
- ALVES, Murilo Silva *et al.* *Comunidades Atingidas e Territórios afetados pela Mineração: realidades e resistências*. PROJETO BRASIL POPULAR. Mimeo. 2020. Disponível em: <https://sites.google.com/view/projetobrasilpopular/eixo-02-economia-desenvolvimento-e-distribui%C3%A7%C3%A3o-de-renda/minera%C3%A7%C3%A3o?authuser=0>. Acesso em: 2 jun. 2020.
- BRECHT, Bertolt. *Poemas (1913-1956)*. São Paulo: Editora 34, 2000.
- CASTILHOS, Zuleica Carmem; CASTRO, Nuria Fernández. Mulheres na mineração: restituito quae sera tamem, *in*: CASTILHOS, Zuleica Carmem; LIMA, Maria Helena Machado Rocha; CASTRO, Nuria Fernández (org.). *Gênero e trabalho infantil na pequena mineração: Brasil, Peru, Argentina, Bolívia*. Rio de Janeiro: Cetem/CNPq, 2006. p. 41-64.
- DELGADO, Gabriela Neves; AMORIM, Helder Santos. *Os limites constitucionais da terceirização*. 1. ed. São Paulo: LTr, 2014.
- DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. *Nota Técnica Número 172 -Terceirização e precarização das condições de trabalho – Condições de trabalho e remuneração em atividades tipicamente*

- terceirizadas e contratantes. 2017. Disponível em: [www.dieese.org.br](http://www.dieese.org.br) Acesso em: 2 jun. 2020.
- IBRAM – Instituto Brasileiro de Mineração. *Seminário Construindo o Futuro da Mineração no Brasil*. Nova Lima (MG), 6 a 8 de agosto de 2019.
- \_\_\_\_\_. *Infográfico Mineração em Números – 1º trimestre 2020*. 2020. Disponível em: <http://portaldaminerao.com.br/ibram/consulte-o-infografico-mineracao-em-numeros-dados-do-setor-mineral-2o-trimestre1o-semester-2020/> Acesso em: 2 jun. 2020.
- MME – Ministério de Minas e Energia. *Plano Nacional de Mineração 2030*. 2011. Disponível em: [http://www.mme.gov.br/documents/36108/469987/PNM\\_2030.pdf/c1c58bf5-d32b-00be-5b70-8bf73e4923ad](http://www.mme.gov.br/documents/36108/469987/PNM_2030.pdf/c1c58bf5-d32b-00be-5b70-8bf73e4923ad) Acesso em: 2 jun. 2020.
- MST. Encontro Nacional do MAM começa nesta sexta feira. *MST*. 2018. Disponível em: <https://mst.org.br/2018/05/17/encontro-nacional-do-mam-comeca-nesta-sexta-feira-18/>. Acesso em: 25 jun. 2020.
- OBSERVATORIO SST – Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho. *Notificações de Acidentes de Trabalho*. 2020. Disponível em: <https://observatoriosst.mpt.mp.br/atualthttps://smartlabbr.org/sst> Acesso em: 2 jun. 2020.
- PBP – Projeto Brasil Popular. Caderno 3. *Grupo de Trabalho Mineração*. 2018. Disponível em: [https://projetoBrasilpopular.org/wp-content/uploads/2018/09/Caderno-03-\\_-Minera%C3%A7%C3%A3o.pdf](https://projetoBrasilpopular.org/wp-content/uploads/2018/09/Caderno-03-_-Minera%C3%A7%C3%A3o.pdf). Acesso em: 25 jun. 2020.
- \_\_\_\_\_. *Grupo de Trabalho Mineração*. 2020a. Disponível em: <https://sites.google.com/view/projetoBrasilpopular/eixo-02-economia-desenvolvimento-e-distribui%C3%A7%C3%A3o-de-renda/minera%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 2 jun. 2020.
- \_\_\_\_\_. *Mineração*. Proposta para debate. 2020b. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/1GdGYiFdH-yFUIxngkkCCC\\_NEpIP2Obw/view](https://drive.google.com/file/d/1GdGYiFdH-yFUIxngkkCCC_NEpIP2Obw/view). Acesso em 25 jun. 2020.
- PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. *Atlas: mapeando os objetivos de desenvolvimento sustentável na mineração*. 2017. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/ods/atlas--mapeando-os-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-na-m.html>. Acesso em: 2 jun. 2020.
- SCLIAR, Cláudio. *Geopolítica das Minas do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 1996.

- VALE. *Relatório de Sustentabilidade*. 2017. Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/relatorio-de-sustentabilidade-2017/Paginas/default.aspx> em 15/07/2020 Acesso em: 2 jun. 2020.
- VALE. *Relatório de Sustentabilidade*. 2019. Disponível em: [http://www.vale.com/PT/investors/information-market/annual-reports/sustainability-reports/Sustentabilidade/Relatorio\\_sustentabilidade\\_vale\\_2019\\_alta\\_pt.pdf](http://www.vale.com/PT/investors/information-market/annual-reports/sustainability-reports/Sustentabilidade/Relatorio_sustentabilidade_vale_2019_alta_pt.pdf) Acesso em: 2 jun. 2020.
- WANDERLEY, Luiz Jardim. Do *boom* ao pós-*boom* das *commodities*: o comportamento do setor mineral no Brasil. *Versos – Textos para Discussão PoEMAS*, v. 1, n. 1, p. 1-7, 2017.

## CAPÍTULO 4

# PODER, SEDUÇÃO E AUTOPROMOÇÃO DAS EMPRESAS DE MINERAÇÃO EM TERRITÓRIOS ATINGIDOS POR DESASTRES CRIADOS EM FUNDÃO E NO CÓRREGO DO FEIJÃO

DANIELLE PASSOS JORGE<sup>1</sup>  
MARINA PAULA OLIVEIRA<sup>2</sup>  
SIMONE SILVA<sup>3</sup>  
VERÔNICA VIANA DE SOUSA<sup>4</sup>

### Introdução

*Se muito vale o já feito, mais vale o que será.*  
(Milton Nascimento, 1978).

O presente capítulo constitui um esforço de síntese da práxis acumulada pelas experiências organizativas no enfren-

---

<sup>1</sup> Arquiteta e Urbanista da Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (AEDAS), com atuação na assessoria técnica dos atingidos e atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão no município de Barra Longa (MG). Especialização em Direitos Humanos pela PUCRS, em andamento. danijorgebh@gmail.com

<sup>2</sup> Atingida e Coordenadora de Projetos da Arquidiocese de Belo Horizonte para as comunidades atingidas pelo rompimento da barragem da Vale S. A. em Brumadinho (MG). Mestranda em Relações Internacionais pela PUC-Minas. marinapaulaoliveira@gmail.com

<sup>3</sup> Graduada em Artes Visuais, mãe, militante do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), integrante da comissão de atingidos e atingidas de Barra Longa e do Coletivo de saúde do território. simonebarrasilva@hotmail.com

<sup>4</sup> Advogada da Aedas, com atuação na assessoria técnica dos atingidos e atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão no município de Barra Longa (MG). Especialização em Direitos Humanos pela PUCRS, em andamento. Especialização de direito ambiental e urbanístico pela PUC-Minas, em andamento. adv.veronicaviana@gmail.com

tamento à mineração predatória, a partir das experiências das bacias hidrográficas do Rio Doce e do rio Paraopeba, em Minas Gerais, mas que também se manifestam em outros corpos, territórios e histórias de luta contra a mineração, agronegócio e outros grandes empreendimentos.

A primeira sessão reservou-se à discussão da agente “mineradora” e do “Estado de Minas Gerais”, a fim de melhor compreender o processo de minério-dependência entranhado nas veias mineiras. Em seguida, abordou-se a constituição do sujeito “atingido” e, por fim, a disputa para sua desconstituição e as resistências construídas.

Este texto apresenta uma abordagem qualitativa, construída a partir da integração dialética das experiências dos atingidos, assim como da observação participante de duas atingidas – também autoras deste texto. Os depoimentos dos atingidos presentes na terceira sessão – onde são apresentadas as táticas utilizadas por empresas mineradoras – foram coletados a partir de entrevistas semiestruturadas.

Para tal, elencamos 10 categorias, consideradas como táticas implementadas pelos empreendimentos minerários: a) identificação; b) conquista do território; c) definição do local de disputa; d) fragmentação; e) dispersão; f) confusão; g) criminalização; h) cooptação; i) ameaça; e j) violência física ou morte. Essas categorias foram sistematizadas a partir de produções teóricas já construídas sobre poder, território e mineração, assim como da observação participante das autoras.

As análises aqui apresentadas, apesar de oriundas da experiência pós-implantação dos empreendimentos, notadamente os rompimentos de barragens, apresentam resultados que já podem ser observados antes mesmo da implantação dos empreendimentos minerários, com a perturbação do meio ambiente, expropriação dos territórios, intervenção no processo comuni-

tário de construção de laços de solidariedade e desmonte das economias regionais e locais, processos que sustentam a própria atividade desses empreendimentos.

Ao reunir experiências de dominação por parte das empresas, a partir dos olhares e percepções de pessoas atingidas pela mineração, este texto cumpre seu objetivo inicial de auxiliar na sistematização de táticas implementadas pelas mineradoras, que se repetem e se atualizam no tempo e no espaço. Os resultados escancaram que o poder das empresas minerárias se constitui a partir da violação dos territórios, sujeitos, meio ambiente, cultura e identidade das comunidades.

### **A agente mineradora e o estado de Minas Gerais: a minério-dependência**

*Quantas toneladas exportamos de ferro?  
Quantas lágrimas disfarçamos sem berro?*  
(Carlos Drummond de Andrade, 1984).

Fala-se em demasia sobre os benefícios da mineração, por outro lado muito pouco se discute sobre seus impactos socioambientais que, agora, mais do que nunca, conhecemos profundamente nas bacias hidrográficas do Rio Doce e do Rio Paraopeba.<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> Às 16 h 20 min do dia 5 de Novembro de 2015, rompe a Barragem de Fundão (2008), pertencente ao complexo da Alegria, localizado no subdistrito de Bento Rodrigues – distrito de Santa Rita do Durão, município de Mariana (MG). Esse, que foi classificado como o maior desastre ambiental do país, ocasionou o derramamento de uma massa de aproximadamente 48,3 milhões de metros cúbicos de lama que estava estocada na barragem, gerando um tsunami de destruição ao longo de toda a bacia do Rio Doce, chegando até o Oceano Atlântico, a uma distância de 650 km do local do desastre. Foram 19 mortes, a destruição das regiões de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira,

Essa visão romantizada da mineração não é uma coincidência. A história se repete em outros municípios historicamente dependentes economicamente da mineração, como é o caso de grande parte das cidades do Estado de Minas Gerais, por exemplo. Mineradoras do mundo inteiro utilizam-se das mesmas táticas de manipulação, dominação e controle dos territórios nos quais atuam.

Essa relação desequilibrada e abusiva entre empresas minerárias e comunidades começa antes mesmo da instalação dos empreendimentos. As empresas se esforçam para maquiagem conhecimentos e confundir lideranças comunitárias, seja sufocando as comunidades com demasiadas informações, ou não fornecendo material informativo e transparente o suficiente para que a população participe dos processos de licenciamento e autorização com soberania e segurança.

Para se consolidar nos territórios, as mineradoras apresentam a instalação do seu empreendimento como um fato inquestionável, como um retrato da realidade. A população, então, acaba se acostumando com a precariedade e com os impactos negativos do empreendimento, como se eles fossem inevitáveis – “um mal necessário”. Desenhos de trens, barulho de suas buzinas e buracos nas montanhas e serras são naturalizados

---

além do isolamento por dias de comunidades ao longo do trajeto da lama. A destruição se estendeu por 39 municípios, provocando alterações profundas no ambiente, na fauna, na flora e nos modos de vida, danos contínuos nas diversas esferas das vidas das comunidades. Por sua vez, em 25 de janeiro de 2019, por volta das 12 h 30 min, ocorreu o rompimento da barragem I da mina Córrego do Feijão e o soterramento das barragens B-IV e B-IV-A, pertencentes à mineradora Vale, resultando do despejo de cerca de 13 milhões de metros cúbicos de rejeitos e no falecimento confirmado de 238 pessoas, além de 32 pessoas não encontradas, o que a qualifica como o segundo maior rompimento de barragem com mortes do mundo. Ademais, os danos ecossistêmicos, socioambientais e as perdas dos projetos e modos de vida estenderam-se de Brumadinho ao Rio São Francisco (MG).



desde a infância nesses territórios atingidos pela mineração, o que ilustra, em partes, a situação de minério-dependência.<sup>6</sup>

É fácil identificar quem são os principais beneficiários dessa relação de dependência, poder e sedução: as mineradoras – mais precisamente os membros de seu conselho gestor e seus grandes acionistas – e aqueles eleitos por elas, especialmente políticos e governantes que mostram, constroem e facilitam os caminhos das pedras.

Segundo dados da Agência Nacional de Mineração (ANM), a arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) no estado de Minas Gerais foi de 670 milhões nos primeiros meses de 2020. Esse valor corresponde a 39% do montante nacional, sendo o segundo estado com maior arrecadação, ficando atrás apenas do Pará (Bianhetti, 2020).

A título de exemplo, ao analisar-se a economia das cidades de Mariana e Brumadinho verifica-se que antes do rompimento de Fundão, a CFEM de Mariana, paga pela Samarco, correspondia a 8,8% das receitas correntes (SICONFI, 2018). Por sua vez, as receitas de Brumadinho oriundas da CFEM pagas pela Vale foram de R\$ 16,5 milhões (ANM, 2018), o que corresponde a 10,5% das receitas correntes do município (SICONFI, 2018; Coelho, 2017).

Por um outro olhar, ao analisar como essa movimentação financeira é percebida pelas populações, dados do IBGE, em 2013, apontam que o PIB per capita de Mariana foi superior a R\$ 100.000,00 – enquanto o brasileiro foi de R\$ 26.445

---

<sup>6</sup> De acordo com Coelho (2017, p. 2): “a situação de dependência, particularmente em regiões de mineração, defino a minério-dependência enquanto situação na qual, devido à especialização da estrutura produtiva de um município, região ou país na extração de minerais, os rumos da estrutura local são definidos em centros decisórios externos”.

–, no entanto, o Censo Demográfico de 2010 apontou que a renda média dos trabalhadores assalariados na cidade era de R\$ 1.245,89.

No mesmo sentido, o PIB per capita de Brumadinho foi de R\$ 40.099,77 em 2016 – o brasileiro foi de R\$ 30.407,00 (IBGE, 2020a). Em 2018, o salário médio mensal da cidade era de 2,4 salários mínimos, no entanto a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 26,2% e, considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, 33,5% da população estava nessas condições, o que a colocava na posição 611 (de 853) entre as cidades do estado e na posição 3.902 (de 5.570), entre as cidades do Brasil, em relação aos rendimentos mensais por pessoa, segundo dados do IBGE (2020b).

Nesse sentido, fica evidente que nos dois casos os ganhos financeiros dos municípios com a atuação minerária não são percebidos por toda a população, mas habitam o imaginário coletivo como possibilidade para todos.

Conclusão no mesmo sentido foi apresentada pela Fundação João Pinheiro, ao analisar os dados de 2017, segundo os quais cinco dos dez municípios mineiros com maiores Produtos Internos Brutos (PIBs) *per capita* têm como principal atividade a mineração (Lagôa, 2019).

Em suma, essa dependência se inicia no campo econômico e constrói raízes na política e na estrutura social do município e do estado. Parte desse processo de entranhamento será analisada no próximo tópico.

## **A desconstituição do sujeito atingido: táticas da empresa**

*Achavam-se agrupados e presos à terra por uma raiz comum, como uma moita de bambu. E*

*como esse vegetal, inclinavam-se e dobravam-se. Mas, sobreviviam às maiores tempestades* (Morris West, O embaixador, 1985, p. 24).

As comunidades que entram em disputa com as empresas de mineração iniciam um intenso processo dialético, marcado pela tensão da expropriação e pela necessidade de afirmação da vida. Esse processo diz respeito à constituição do sujeito coletivo de direitos que disputará a defesa dos territórios e das pessoas que nele vivem, fazem e criam.

Esse processo, contudo, não envolve somente a ação ativa de comunidades atingidas e mineradoras, tratando-se de um complexo conflito de classes, que gera desigualdades sociais muitas vezes sustentadas pela atuação do próprio Estado. De acordo com David Harvey (2014), o saque, o roubo, a fraude e a pilhagem de recursos naturais são estruturantes do sistema capitalista. O surpreendente, pois, é saber que muitas dessas práticas não são consideradas ilegais. Aqui, mais uma vez, os Estados e as instituições internacionais são responsáveis por orquestrar as desigualdades geradas no sistema econômico, a fim de proteger os pilares capitalistas (Harvey, 2014).

Somado a isso, destaca-se que a mineração não é um sujeito de classe única, mas de várias frações de classes, que forma uma nova burguesia regional atrelada ao capital minerador, uma vez que constitui relações com a burguesia local, regional, nacional e internacional, utilizando-se de ferramentas que lhes dão a possibilidade de organizar um bloco repressor, intimidador e espoliador contra a classe trabalhadora rural e urbana dos territórios em que se instalam. Sendo assim, pode-se dizer que a minério-dependência é um processo construído socialmente interclasses, apesar de ser gestado e liderado pelos principais beneficiários dessa relação de dependência, poder e sedução: a

classe capitalista transnacional. Segundo Harvey, os capitalistas transnacionais não possuem qualquer compromisso ou tradição vinculada a nenhum território local, isto é, preocupam-se, em última instância, com a maximização dos seus próprios lucros, mesmo que isso signifique prejuízos irreparáveis para outrem (Harvey, 2014).

Por outro lado, a experiência coletiva de enfrentamento das empresas do setor minerário faz emergir o sujeito coletivo: “atingidos” (pela mineração). O ser coletivo, que se percebe violado, toma consciência da sua situação sócio-histórica, passando a subverter as condições de opressão. Segundo Corrêa (2004, p. 82), “desta organização e luta saltam do anonimato, do mundo do outro, do mundo do não ser, para surgirem como verdadeiros sujeitos de direito”.

Os conflitos e as contradições evidenciadas geram movimento e mudança, uma vez que as ações protagonizadas pelos “atingidos” possibilitam a construção de estratégias de liberdade. Eder Sader (1988, p. 222) afirma que

a consciência de seus direitos consiste exatamente em encarar as privações da vida privada como injustiça no lugar de repetições naturais do cotidiano. E justamente a “revolução” de expectativas produzidas [...] esteve na busca de uma valorização da dignidade, não mais no estrito cumprimento de seus papéis tradicionais, mas sim na participação coletiva numa luta contra o que consideram as injustiças de que eram vítimas. E, ao valorizarem a sua participação na luta por seus direitos, constituíram um movimento social contraposto ao clientelismo característico das relações tradicionais entre os agentes políticos e as camadas subalternas.

Em essência, o que se pretende demonstrar é que a “práxis da liberação” constrói e reafirma direitos, permitindo que os atingidos rompam com as delimitações produzidas pela mineração e formulem seu próprio processo de auto-organização em resistência às violações de direitos por parte do setor minerário.

Por essa razão, entender as estratégias de poder, sedução e autopromoção das empresas implica em conhecer as táticas de desconstituição do sujeito coletivo “atingidos”. Nesse sentido, ao longo deste tópico, elencamos dez categorias de táticas implementadas pelos empreendimentos minerários: a) identificação; b) conquista do território; c) definição do local de disputa; d) fragmentação; e) dispersão; f) confusão; g) criminalização; h) cooptação; i) ameaça; e j) violência física ou morte. Essas categorias foram sistematizadas a partir das produções teóricas já construídas sobre o tema, bem como da observação participante das autoras, não pretendendo preencher todas as possibilidades de ação, mas somar-se aos esforços de desnaturalização das realidades vividas pelas comunidades.

*a) A identificação: criação de laços emocionais com a empresa*

Para instalação de um empreendimento minerário são realizadas diversas pesquisas sobre o território, não apenas para elaboração de estudo de impacto ambiental (arts. 225, § 1º, IV da CF/88 e arts. 9º, III e IV, 10, caput, da Lei n. 6.938/81), mas para diagnóstico político, socioeconômico, cultural, socioassistencial, identificação de conflitos existentes e projeções de possíveis fatores de risco.

No entanto, essa abordagem é iniciada a partir da escolha dos funcionários que atuarão nos territórios, normalmente jovens e bonitos. É com a chegada deles que os empreendimentos ganham rosto e se materializam na vida cotidiana das comunidades, aprofundando-se a identificação das pessoas afetadas com as mineradoras. Os funcionários atuam ativamente buscando nas narrativas reforçar possíveis laços, desde gostos parecidos, origens iguais, similaridades culturais.

Após mapear possíveis identificações prévias, desde lideranças a comunidades inteiras, as mineradoras criam novos espaços para a conexão, como times de futebol ou grupos religiosos. É possível identificar que os espaços de esporte, cultura e lazer, normalmente negligenciados no processo reparatório, são centrais para essa etapa.

Nesse sentido, há uma tentativa de captura social e afetiva das comunidades por parte das empresas, que começam a investir significativamente em iniciativas que historicamente não faziam parte de seu escopo de atuação.

Na comunidade de Gesteira, a Fundação Renova<sup>7</sup> duas vezes conseguiu derrubar o processo, conseguiu convencer a comunidade de desistir do reassentamento, mas com a chegada da assessoria a comunidade conseguiu retomar a luta pelo reassentamento e foi semeada uma bananeira com a intenção de ser plantada no terreno que será feito o reassentamento. Quando foi assinado o documento, a Fundação Renova, como sempre, né, queria participar do processo da plantação da bananeira, queria oferecer todo suporte para celebrar junto com a comunidade. Isso é uma forma de fazer propaganda em cima das nossas dores, em cima das nossas costas, porque a maioria do dinheiro é gasto com as propagandas que são para os investidores verem, mas na realidade o nosso sofrimento, o nosso calvário, não aparece (Atingida de Barra Longa/MG).

A professora Raquel Rigotto (2018, p. 229) sintetiza:

Nessa disputa pela apropriação material e social da natureza confrontam-se racionalidades distintas que, por um lado, significam o espaço como fonte de acumulação e, por outro, como lugar de memória, fonte de identidade e de reprodução de seus modos de vida [...]. Tal confronto se instaura desde o anúncio do empreendimento – fase em que os agentes econômicos, comumente acompanhados pelos agentes do Estado, operam no sentido de

---

<sup>7</sup> Fundação nascida da destinação de patrimônio das mineradoras para reparação, resultado do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC).

obter a licença ambiental, mas também a ‘licença social para operar’ – assim denominados pelo setor empresarial.

A ‘licença social’ descrita pela autora versa sobre as táticas de construção de um ambiente propício para atuação, partindo da mitigação do estranhamento da comunidade com a inserção do novo ator e rotinas diferenciadas, mas também perpassa por “debates sobre a avaliação do empreendimento, suas repercussões para o lugar, seus benefícios e malefícios, comumente marcados por acentuada assimetria de poder” (Rigotto, 2018, p. 229).

*b) A conquista do território:  
alteração da cartografia social dos espaços*

A etapa seguinte de conquista territorial versa sobre a quebra da identificação das pessoas violadas com os territórios, nessa fase é comum as comunidades passarem a abrigar um número significativo de profissionais das empresas, além disso, é possível que as redes socioassistenciais passem a ser protagonizadas pelos empreendimentos, desde o financiamento à execução dos serviços.

Em essência, nessa fase, toda a geografia da cidade é alterada e o imaginário da cidade sem empresa passa a ser algo distante. Aqui já são percebidos diversos danos reflexos, como o aumento dos preços de aluguéis e dos preços dos produtos nos supermercados, além disso, as comunidades começam a ter dificuldade de se imaginarem sem a empresa, já que diversos serviços “públicos” passam a ser executados por ela e alguns empregos são gerados.

Mesmo antes do rompimento da barragem, a Vale S. A. já executava projetos sociais na cidade de Brumadinho. Me lembro que quando eu estudava, fazia parte do Projeto Vale Juventude. Era um projeto desenvolvido nos municípios onde a empresa operava. A proposta valorizava o protagonismo e o empoderamento da juventude. Lá, aprendi sobre diversas temáticas da conjuntura po-

lítica: racismo, gênero, sexualidade, preconceito, sustentabilidade ambiental etc. A única coisa que eu não aprendi foi problematizar a mineração. Como eu estudava em escola pública e conhecia um pouco da educação sucateada, me sentia extremamente grata à empresa, por saber que, através de seus projetos sociais, eu tinha acesso a recursos materiais que eu jamais teria em outras circunstâncias: tinta, canetinhas, papéis coloridos, pastas, passeios etc. (Atingida de Brumadinho).

A partir deste relato, percebe-se a necessidade da empresa de desenvolver projetos sociais nos municípios onde mantém operações, não somente em razão da responsabilidade social em fazer uma devolutiva ao território explorado, mas também de garantir a conformação de uma cartografia social que seja favorável à manutenção de seus negócios no longo prazo. Sendo assim, capturar e formar lideranças jovens torna-se também uma das suas principais táticas corporativas.

Outro aspecto fundamental para compreender as táticas desenvolvidas por empreendimentos minerários diz respeito à conquista simbólica dos territórios, que se materializa no esforço em garantir o controle das narrativas e histórias que acontecem nos territórios:

Apesar deles [a Vale] terem nos matado, eles querem controlar como vamos nos recordar do rompimento da barragem. Eles queriam fazer uma atividade no Natal de 2019, em memória das vítimas que eles mataram. Eles gostam de financiar gastos nos atos em memórias das vítimas que acontecem todo dia 25 de cada mês, para que nós enxerguemos a Vale como aquela que também presta as homenagens do nosso lado. Eles vão financiar o Memorial das vítimas, que terá uma estrutura gigante e certamente muito bem feita. Sei que isso é a obrigação deles, mas daqui uns anos, quando alguém visitar o Memorial, vai parecer que, de fato, foi um acidente, e que, de fato, a Vale se importa. O que eu vejo todos os dias nos territórios é o contrário. Estão muito pouco comprometidos com os direitos e com a reparação integral das vítimas, e muito preocupados em investir recursos em



iniciativas que garantam a boa imagem da empresa na memória social das pessoas (Atingida de Brumadinho).

A partir das narrativas que implementam nos territórios, as mineradoras acabam sustentando a ideia de que os danos e impactos negativos trazidos pela mineração são custos inevitáveis para o desenvolvimento socioeconômico e a garantia de bem-estar social na região. Nesse sentido, se por um lado há poluição, destruição e morte, por outro, há também empregos – o que chamaremos neste capítulo de Chantagem Ambiental de Benefícios.

*c) A definição do local de disputa:  
o controle da maneira de dizer a palavra*

Essa fase versa sobre a escolha do canal de diálogo com os atingidos, sendo a definição do local de disputa extremamente importante e, por isso, pode variar de acordo com as forças envolvidas e as condições organizativas das comunidades. Na experiência organizativa dos atingidos da bacia do Rio Doce, as mineradoras tencionam permanentemente entre os campos extrajudiciais (reuniões, atendimentos em escritório, dentre outros) e o âmbito judicial.

Normalmente, a primeira opção é privilegiada, desde que os atores locais ainda não estejam bem estruturados e não haja ainda um sujeito coletivo de direitos. Nas negociações é comum que a estrutura burocrática (hierárquica) seja colocada como entrave, sendo marcantes os rodízios de funcionários como tática para que os mesmos debates e acordos sejam refeitos diversas vezes, posto que as transições de equipes se dão com perda dos acúmulos construídos.

À medida que os atingidos começam a construir organização, a disputa extrajudicial começa a ser tirada do territó-

rio e transferida para espaços de controle das empresas ou de maior poder de influência (escritórios sedes, cidades maiores, judiciário, dentre outros). Por sua vez, a via judicial é marcada pela perda significativa do poder coletivo, a partir do distanciamento do território e da construção de uma esfera representativa, tendo em vista que em algumas situações até mesmo os representantes são escolhidos pela empresa.

Aqui é assim: quando começamos a criar vínculos com algum funcionário da empresa que se importa com a comunidade, eles vão lá e trocam o funcionário de lugar. Quando vamos procurar o funcionário, eles falam que agora tem outro responsável. Esse novo responsável não cumpre com nenhum combinado que antes a comunidade tinha estabelecido e a gente acaba tendo que aceitar e tentar construir outro combinado novo. No final das contas, a gente sempre perde (Atingida de Brumadinho).

Vem um bando de aproveitadores, inúmeros advogados, entram em contato com esse juiz pra poder levar a demanda dos atingidos no momento de vulnerabilidade onde não podemos sair, não podemos lutar, não podemos ir para a luta, vem o juiz e dá várias decisões sem escutar e sem conhecer a realidade dos atingidos. Muitos atingidos estão assinando procurações, abaixo-assinados sem saber o que estão assinando (Atingida da Bacia do Rio Doce).

#### *d) A fragmentação: instalação da desconfiança e a construção da empresa-vítima*

A fase da fragmentação visa quebrar as identificações que existiam no território para que mais facilmente possam ser substituídas por outras e os atingidos não consigam se perceber uns nos outros. Para isso, normalmente as empresas promovem a reparação de forma seletiva, reparando os danos apenas para algumas pessoas em determinada localidade ou famílias e deixando outras sem a devida reparação, embora estejam na mesma condição de vivência e de dano sofrido. Essa tática gera

nas pessoas que não receberam a reparação desconfiança em relação aos reparados. Essa fase se utiliza das noções de verdade e justiça dos atingidos, que partem do pressuposto de que as empresas possuem critérios, mesmo que eles não consigam identificar.

Desse modo, a empresa acaba optando pela individualização dos casos, em vez de tratar situações semelhantes de maneira coletiva. A individualização permite que ela crie e adote posturas diferenciadas diante dos mesmos danos encontrados. Em outras palavras, a empresa não cria parâmetros coletivos para reparação dos danos decorrentes dos crimes que cometem. Ou seja, se amanhã ela romper nova barragem em outra cidade, não haverá nenhum precedente que proteja os atingidos, uma vez que ela opta sistematicamente por resolver as questões de maneira individualizada.

Essa fase tem uma segunda consequência: o fortalecimento da perspectiva da empresa como vítima, sendo os atingidos tratados como oportunistas. A não identificação das empresas como violadoras interfere em todo o processo reparatório, impedindo que medidas mais efetivas sejam tomadas, bem como a aceitação de critérios restritivos nas ações reparatórias adotadas pelas empresas a partir de fundamentações abstratas de controle de abusos que poderiam ocorrer por parte de “não impactados” que estariam tentando obter vantagens com o desastre.

A Fundação Renova reconhece o vizinho da direita e não reconhece o vizinho da esquerda. Quando as pessoas não estão organizadas em um coletivo, as pessoas em vez de brigar com a empresa, de ir procurar os seus direitos com a empresa, elas começam a brigar entre elas. Ficam preocupadas com o porquê uma está recebendo e ela não, por que foi feito a reforma na casa de uma e não a dela, sendo que sofreram os mesmos danos, a empresa usa isso para dividir o povo, causar intrigas, e brigas entre os atingidos. Hoje

por exemplo na minha família, tem pessoas que não convivem mais um com o outro, não conversam um com o outro, e nossa família era uma das famílias mais bonitas que tinha, uma das mais unida na comunidade. Perdemos dois entes queridos com essa demora da reparação que nunca chega, essa reparação que só existe no papel do TTAC, do TAC Gov, em vários documentos e acordos entre empresas e governo, mas na nossa vida enquanto atingido, isso não chega (Atingida de Barra Longa).

#### *e) A dispersão: perda do foco*

A dispersão é utilizada pela Fundação Renova como estratégia para fragmentar a luta dos atingidos pela reparação integral, forçando uma individualização para negociação dos casos e acordos judiciais. As assembleias são um dos formatos utilizados para negociações coletivas em Barra Longa, conduzidas e organizadas pelos atingidos. Nas assembleias são apresentadas as reivindicações amplamente discutidas e construídas anteriormente pelos atingidos, tornando-se um espaço de reivindicação e negociação com a Fundação Renova.

Com a potência das assembleias a dispersão é utilizada para que os atingidos percam o foco do objetivo estabelecido. Essa tática inclui, desde questões aparentes simples, como a distribuição de lanche na hora de encaminhamentos importantes ou funcionários que tiram os atingidos durante alguns momentos das reuniões, à criação de entraves/problemas que precisam ser resolvidos, mesmo que não centrais, retardando os processos e sobrecarregando as lideranças.

Uma das formas de desorganizar usada pela empresa na reunião de negociação é com o lanche. Enquanto os atingidos estavam pressionando a empresa para respostas, para sair alguma negociação, todo mundo junto questionando, do nada a empresa solta o lanche no meio da reunião, o povo dispersou e foi comer, alguns ficaram na reunião, mas já tinha dispersado bastante. Depois

dessa reunião nós ficamos responsáveis pelo horário do lanche, os atingidos agora são responsáveis pelo lanche e tem o horário certo para servir (Atingida de Barra Longa).

Aqui estão incluídas diversas ações das empresas e seus funcionários que desviam os atingidos da reparação integral, podendo se manifestar no fomento de conflitos nas comunidades, famílias ou na reestruturação burocrática da reparação, demandando tempo para aprendizado dos atingidos e reorganização.

*f) A confusão: informações incompletas ou confusas*

A tática da confusão versa sobre a violação do direito à informação adequada. O que se percebe é que em muitas situações elas não são passadas de forma real ou completa para os atingidos. Outra estratégia para causar confusão é a transmissão das informações sob formas que dificultam o entendimento e a interpretação, dependendo do nível de formação e conhecimentos técnicos da população a que se dirigem. Também é comum que as empresas se façam comunicar através de advogados, normalmente em quantidade desproporcional à necessidade, tentando disputar a consciência do justo e da existência ou não do direito, fazendo os atingidos duvidarem se estão ou não certos.

Destacamos que o acesso à informação ampla, transparente e pública, em linguagem acessível, adequada e inteligível a todos os interessados, é condição necessária à participação social esclarecida, posto que as informações são ferramentas essenciais para a compreensão da realidade que se pretende planejar ou intervir.

A Fundação Renova liga para os atingidos falando que eles não são atingidos e com isso não tem direitos a reparação. Como que

o atingido vai provar que a Fundação Renova ligou falando que ele não tem direito porque não tem nenhum documento para provar? (Atingida de Rio Doce).

Rigotto (2018, p. 230), ao analisar o tema, aponta:

Na perspectiva dos grupos sociais afetados por projetos de desenvolvimento que buscam incidir neste campo ambiental, suas preocupações com frequências não são levadas em conta. Já o próprio acesso a informações constitui-se como dificuldade, seja no que diz respeito às características do projeto, aos riscos que gera e à garantia dos direitos dos afetados. Tais informações, fundamentais para que os sujeitos dos territórios possam compreender, avaliar e se posicionar, muitas vezes são difíceis de serem acessadas, ou são incompletas, em linguagem inadequada, enviesadas ou distorcidas pela decisão política prévia de implementar o projeto. Soma-se ainda a dificuldade para esses grupos em avaliar as implicações do empreendimento para o seu modo de vida, principalmente por envolverem riscos tecnológicos sobre os quais não têm experiência anterior ou memória coletiva em sua história.

Um exemplo do apontado está na injustiça cognitiva imposta pelas mineradoras nos temas ligados aos riscos percebidos pelas comunidades quanto à contaminação dos rios, terras e pessoas, constantemente negados pelas empresas. Zhouri e Oliveira (2013, p. 75) alertam sobre a utilização de estudos científicos para desqualificação dos atores locais, evidenciando que “a produção do conhecimento científico se vê, cada vez mais, incorporada às dinâmicas de mercado e aos seus mecanismos de gestão”.

*g) A criminalização: a quebra da identificação com os lutadores*

A criminalização age na quebra da identificação e na construção do exemplo negativo, ou seja, condutas a serem reprimidas. Alguns atingidos que começam a se organizar e reivindicar seus direitos passam a ser tratadas de “forma dife-

rente” pelas empresas. Para essas pessoas, as empresas passam a adotar critérios muito mais rígidos para promover a reparação e ações mais severas para detê-las. Na maioria das vezes essa mudança é simbólica, posto que essas pessoas não eram reparadas antes, por isso, reivindicam, e continuam sem ter seus direitos atendidos.

Nessa fase atua-se sobre a esperança da reparação com a construção da ideia de que se algumas ações forem evitadas (participar de reuniões, manifestações, aproximação dos movimentos sociais, dentre outras) o atingido conquistará seus direitos. A pobreza, desigualdade e vulnerabilização são fatores centrais para essa etapa, posto que fomentam uma tendência de as populações aceitarem mais facilmente os acordos, condições e renúncia de direitos que lhes são impostas, por acreditarem que assim o processo transcorrerá mais rápido.

Por ser negra, mulher do alto do morro, já é uma invisibilidade, estou na luta já tem cinco anos. Imagina uma mulher preta do alto do morro militante? A empresa me fez uma proposta de sair da militância, de sair da frente das reuniões, se eu deixar de lutar pelo povo serei reconhecida como atingida e terei todos os direitos reconhecidos, inclusive o cartão emergencial retroativo. É dessa forma que as empresas atuam no território, se você é militante, se você tem coragem... a empresa é racista e machista, se você consegue ter espaço de fala você é ameaçada, tentam nos silenciar o tempo todo. Um funcionário da empresa em uma reunião de negociação, me mandou calar a boca. São essas coisas que uma atingida passa quando ela assume a posição de linha de frente (Atingida de Barra Longa).

#### *h) A cooptação: o reforço da esperança*

A criação do exemplo negativo é construída em paralelo ao reforço positivo, ou seja, aquelas pessoas que evitarem as condutas que as empresas querem reprimir terão suas demandas

atendidas. É o que se chama de cooptação. Elas são construídas como exemplo e reforçam a esperança da reparação coletiva. É comum que os exemplos de criminalização/cooptação sejam tirados da mesma família ou comunidade.

As pessoas cooptadas passam a representar as empresas dentro da comunidade, posto que elas cumprem duplo papel, tanto de omissão (deixar de participar de reuniões, manifestações, aproximação dos movimentos sociais, dentre outras) quanto de ação (reproduzir os discursos das empresas e atuar na sua defesa). Essa dupla posição gera a quebra dos laços afetivos e a divisão da comunidade.

Além das lideranças comunitárias é comum que autoridades públicas, pesquisadores e formadores de opinião também passem a representar as narrativas das empresas, tentando construir uma narrativa única dos fatos e saber técnico possível.

As empresas procuram as lideranças das comunidades, que passam a defender a empresa e com isso ficam contra a comunidade tendo acesso a todos os direitos. Passam a trabalhar pela empresa contra a comunidade. Na minha comunidade o líder foi cooptado, hoje ele teve todos os danos reparados (Atingida de Barra Longa).

### *i) Ameaça: criminalização direta*

O processo de criminalização se manifesta de forma mais direta pela ameaça, intimidação e perseguições que muitas vezes podem ser feitas pela própria empresa, desde que mais sutil, ou por “capangas” ou mesmo milícias.

Eles ficam virando carro aqui na porta de casa de madrugada; tem marcas de freiada aqui na porta de casa. Já chegaram em minha casa sem avisar, perguntaram por mim, mas minha esposa não sabia quem era. Então resolvi denunciar. Eu tenho medo de que



eles façam alguma coisa comigo e com minha família (Atingido de Conceição do Mato Dentro *apud* GESTA-UFMG, 2016, p. 1)

A intimidação também pode se manifestar diretamente em ações das empresas, em momentos que os atingidos se sentem compelidos a aceitar acordos e renúncia de direitos.

*j) Violência física ou morte*

Segundo dados da Anistia Internacional (2018), no ano de 2018, 62 defensores de Direitos Humanos foram mortos entre janeiro e setembro, mais do que no ano anterior, a maioria morta em conflitos por terras e recursos naturais. Já os dados do ano de 2019 apontam que América Latina voltou a ser a região mais perigosa do mundo para essas pessoas atuarem, sendo que 210 pessoas morreram de forma violenta nas Américas.

Em Minas Gerais, a Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania de Minas Gerais (Sedpac), em parceria com o Instituto DH, executa o Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos (PPDDH-MG).

Entramos com uma ação na justiça e conseguimos barrar um licenciamento que tinha várias irregularidades, cinco pessoas assinaram a ação civil pública. Logo depois nós cinco começamos a ser ameaçados. Recebi mensagens no WhatsApp, me enviaram um vídeo de uma pessoa andando na rua e uma bomba explodindo, recebi uma mensagem de um encarte de jornal sobre um ativista que foi assassinado, passei a receber ligações de uma suposta funerária oferecendo seus serviços. Outra pessoa, deste grupo dos cinco, recebeu um bilhete na porta de casa falando que estão de olho nela que poderia ser uma vítima, teve um que sofreu agressão física de uma pessoa da comunidade ligada a empresa. Fizemos a denúncia e até hoje nada aconteceu, tivemos que entrar para o programa de proteção do estado (Atingido de Conceição do Mato Dentro).

## A invenção da verdade: publicidade e propaganda

Empresas mineradoras ocupam os mais variados espaços. O fazem porque precisam manter a relação de minério-dependência que viabiliza sua atuação de dominação, apropriação e expropriação dos territórios de interesse. Com uma rápida pesquisa na internet pode-se identificar campanhas de solidariedade, projetos sociais e outras iniciativas que, num primeiro momento, seriam consideradas positivas para a sociedade, na tabela 1 colocamos algumas das ações praticadas pela Vale.

**Tabela 1: Ações das empresas**

| Empresa         | Ações  | Valores      | Local   |
|-----------------|--|--------------|---|
| Vale            | Financiamento de projetos na área da cultura.  | 20 milhões   | Brasil  |
| Vale            | Qualificação da defesa civil – treinamentos das equipes e no suporte de uma consultoria especializada para a construção de planos de resposta integrados   | 8,7 milhões  | Paraná  |
| Vale            | Combate à Covid-19   | 5,24 milhões | Minas Gerais                                      |
| Fundação Renova | O <i>Futuro do Rio Doce</i> é fruto da parceria entre a Fundação Renova e o Instituto Elos e busca o desenvolvimento de jovens talentos dos municípios da bacia do Rio Doce  | —            | Minas Gerais e Espírito Santo (Bacia do Rio Doce) |
| Vale            | Programa Formação Profissional<br>Vale Alfabetizar<br>Educação Afetivo-Sexual / PEAS Vale Tri-lheiros<br>Vale Mais<br>Vale Ambiente<br>Vale Comunidade – Encontro com Lideranças<br>Vale Comunidade – Rede Cultura<br>Vale Comunidade – Circuito Mineração<br>Escola que Vale<br>Casa do Professor | 17,4 milhões | Minas Gerais                                      |

Fonte: Renova, 2020; Vale, 2020.

Essas multinacionais compõem, inclusive, organismos e instituições internacionais. Com seus trajes sociais, funcionários de seu “Departamento de Direitos Humanos” falam sobre sustentabilidade, desenvolvimento social, e responsabilização socioambiental. Participam destes espaços para se referenciar e pegar o carimbo internacional de responsabilidade social para continuar matando em outros lugares.

Pouco se comprometem com a responsabilização criminal e/ou judicial pelos crimes cometidos, que continuam acontecendo com impunidade. Enquanto isso, milhões de reais são investidos em publicidade e propaganda, afinal, a bolsa de valores não pode cair. Além de matar, eles também fazem teatro internacional.

Tudo nos leva a acreditar que a estratégia de marketing, publicidade e propaganda de empresas mineradoras possui basicamente três objetivos: 1) garantir a manutenção de suas operações nos territórios, a partir da criação de narrativas que sustentem a minério-dependência; 2) associar a empresa com ações e projetos que possam garantir a construção de narrativas sobre os impactos positivos, o respeito ao meio ambiente e às comunidades locais por parte do empreendimento, a imagem ligada ao poder; e 3) provocar uma guerra cultural que leve a ideologia mineral como pensamento absoluto e acima de qualquer outra forma cultural de entendimento de mundo.

Em síntese, as empresas buscam construir uma boa imagem nos territórios onde atuam. Uma das táticas utilizada por elas é a construção de narrativas através de ações, projetos e propagandas, com o objetivo de vincular a imagem da mineração a ações que tragam benefícios para os territórios. Essas ações na verdade, evidenciam a correlação de forças entre as empresas, comunidades e populações atingidas, mantendo o controle sobre os territórios.

Ressalte-se que as propagandas das empresas de mineração, em destaque a Vale, circulam no horário nobre dos principais veículos de informação e mídias digitais do país, que correspondem aos custos mais elevados dentro da grade das emissoras.

Após o rompimento da barragem do Córrego do Feijão em Brumadinho, nos deparamos com uma onda de propagandas da Vale, na tentativa de construir uma narrativa própria sobre o crime, que ela chama de “acidente”, e da sua atuação para reparar os danos causados ao meio ambiente e às populações atingidas. Tais propagandas circularam, e ainda circulam, não para servir de suporte e informar a atingidos e atingidas sobre a reparação integral dos danos sofridos, mas para narrar a história e desvincular a imagem da empresa do desastre ambiental e suas consequências, fortalecendo a ideia de que, apesar do “acidente”, ela tem feito o possível. Essa construção ideológica tranquiliza os acionistas e investidores, constrói uma imagem de que os danos causados estão sendo reparados e que a empresa executa ações além das suas obrigações. Essas táticas são utilizadas para dar continuidade aos projetos da Vale nos territórios, sendo também usadas em Mariana e, de uma forma mais avassaladora, em Brumadinho.

Para termos uma ideia dos gastos da Vale com publicidade na tentativa de construir sua imagem como uma empresa preocupada com a reparação dos danos, segundo Visentainer (2020) em sua publicação “Uma vida para Vale S. A. vale menos que um anúncio de 30 segundos no Jornal Nacional”, a mineradora gastou, no período de uma semana, o valor de R\$ 79,2 milhões de reais com anúncios nos telejornais da Rede Globo. É importante ressaltar que esse valor é referente a apenas uma emissora, em um curto período de tempo, evidenciando o poder hegemônico da Vale na construção da própria narrativa

sobre os desastres-crimes cometidos. Um dos grandes desafios perante a correlação de forças entre os atingidos e as empresas é a construção da narrativa pelas populações atingidas e a desconstituição da “história única”.

No caso do desastre de Fundão, apesar de ter a especificidade de uma fundação privada para gerir a reparação, a Fundação Renova, tem sido demonstrado que após cinco anos do rompimento a narrativa criada da reparação perpassa pelas causadoras dos danos, tendo em vista que o seu conselho curador é composto por representantes das empresas responsáveis pela barragem.

No entanto, nos dois casos é possível perceber a intensa disputa para que os atingidos possam contar sua história, o que tem sido possível através da organização e construção do sujeito coletivo de direitos junto aos movimentos sociais, que têm ajudado os atingidos e as atingidas a se organizarem e se identificarem como sujeitos de direito e, com isso, iniciar o processo de luta para transformação da realidade que foram submetidos com o rompimento.

As comunidades sabem o que querem: água limpa, terra, ar de qualidade, saúde e condições dignas de vida. Elas querem reparação integral pelos crimes socioambientais cometidos. Para se comprometer com essas demandas, as empresas precisam abrir mão de alguns privilégios e projetos de morte, e se engajar em compromissos reais com os atingidos e atingidas.

Esses espaços de diálogos em âmbito local, regional, nacional e até internacional, não podem continuar sendo uma maquiagem para que haja a falsa pretensão de escuta por parte das empresas. É necessário que haja escutas e conversas reais porque os impactos e danos nas comunidades também são reais.

### Considerações finais

Em regra, as empresas, depois de esgotarem as reservas minerais, retiram-se dos territórios, a despeito de toda a degradação, contaminação e precarização da saúde local deixada para trás. Iniciam assim, novos ciclos de instalação de seus empreendimentos em outras regiões, com potencial de reservas ricas e alta lucratividade. A única coisa que permanece são os impactos e as violações de direitos nas comunidades.

O esforço de sistematizar as estratégias utilizadas pelas empresas mineradoras no contexto de reparação contribui para que consigamos visualizar essas ações enquanto método utilizado por elas para garantir a situação de domínio territorial, social, político e cultural nas regiões atingidas pelos seus empreendimentos. A consciência das pessoas atingidas sobre as estratégias e ações das empresas no processo de expropriação dos territórios gera aprendizado e possibilita a formulação de táticas de resistência. A título de exemplo: se por um lado as empresas enviam seus funcionários, ainda desconhecidos pela comunidade, para participar das reuniões anonimamente e, assim, obter informações sobre as discussões realizadas, por outro lado, os atingidos podem solicitar uma apresentação prévia dos funcionários das empresas, em todas as reuniões, a fim de que eles não utilizem o anonimato para influenciar a tomada de decisão.

Os momentos de negociações com as empresas também são espaços importantes para que seja evidenciada a força coletiva, sendo perceptível o esforço dos atingidos para conduzirem as reuniões, não permitindo que as empresas assumam o controle. Para isso, os momentos prévios de formulação coletiva pelos atingidos, sem empresa, para a construção de metodologias e definição dos pontos de acordos da comunidade, são importantes. Em Barra Longa (MG), quando as negociações levam os

atingidos a situações que necessitam que eles tomem decisões sobre a qual não debateram previamente, a comunidade solicita que a empresa se retire momentaneamente do local da reunião, buscando evitar que as oscilações e discordâncias não sejam usadas para desconstituição do sujeito coletivo.

Outro acúmulo das experiências de reparação é o direito às assessorias técnicas independentes escolhidas pelas comunidades. As assessorias técnicas são ferramentas para efetivação da participação livre e informada dos atingidos, instrumentos para que eles tenham acesso às informações produzidas pelas empresas e instituições de justiça, em linguagem acessível, e que possam transformá-las em produção de saber confiável e localizado no respeito aos modos, projetos e protagonismo dos atingidos. Constituem, em síntese, uma quebra na lógica de produção/saber único estabelecida pelas empresas, atuando diretamente na simetria de poder entre os atingidos e as mineradoras.

Localmente, a síntese e memória histórica da luta e enfrentamento do projeto minerário aqui esboçada é feita pelas comissões de atingidos, associações, coletivos, igrejas, arquidioceses, assessorias técnicas e movimentos sociais, como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) e o Movimento Sem Terra (MST). É a partir da auto-organização dos atingidos que saltos coletivos são dados. O aprendizado extraído de outros processos impede que a cada novo caso a experiência seja zerada e os debates sejam repetidos, rebaixados, e os sujeitos atingidos revitimizados. Nesse sentido, espera-se que os relatos coletados e aqui descritos sejam úteis na medida em que, agora sistematizados, possam ser entendidos não como produtos de coincidência, mas, sim, de uma elaboração estratégica por parte de equipes formadas, preparadas e bem remuneradas para

defender, em última instância, os interesses das mineradoras e dos governos.

## Referências

- ANISTIA INTERNACIONAL. *Informe 2017/2018: Introdução, em foco e panoramas*. Anistia Internacional. Anistia Internacional, 2018. Disponível em: <https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2018/02/informe2017-18-online1.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2020.
- ANM. *Maiores Arrecadadores CFEM*. 2018. Disponível em: [https://sistemas.anm.gov.br/arrecadacao/extra/relatorios/cfem/maiores\\_arrecadadores.aspx](https://sistemas.anm.gov.br/arrecadacao/extra/relatorios/cfem/maiores_arrecadadores.aspx). Acesso em: 22 out. 2020.
- BIANHETTI, Mara. Arrecadação da CFEM no Estado diminui 17% no acumulado do ano. *Diário do comércio*. 5 jul. 2020. Disponível em: <https://diariodocomercio.com.br/economia/arrecadacao-da-cfem-no-estado-diminui-17-no-acumulado-do-ano/>. Acesso em: 10 jun. 2020.
- COELHO, Tádzio Peters. Dossiê Minério-dependência em Brumadinho e Mariana. *Versos – Textos para Discussão PoEMAS*, v. 1, n. 3, 2017. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/ls/article/viewFile/46681/pdf>. Acesso em: 22 jun. 2020.
- CORRÊA, Elídia Aparecida de Andrade. Os novos sujeitos de direito socio-históricos. *Argumenta Journal Law*, v. 4, n. 4, p. 81-97, 2004. Disponível em: <http://seer.uenp.edu.br/index.php/argumenta/article/view/37/38>. Acesso em: 21 jun. 2020.
- GESTA-UFGM. *Nota de repúdio à criminalização e intimidação de lideranças comunitárias em Conceição do Mato Dentro/MG*. 2016. Disponível em: <https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/noticias/nota-de-repudio-a-criminalizacao-e-intimidacao-de-liderancas-comunitarias-em-conceicao-do-mato-dentromg/>. Acesso em: 24 jun. 2020.
- HARVEY, David. *O novo imperialismo*. 8ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- IBGE. *Brasil em síntese*. 2020a. Disponível em <https://brasilemsintese.ibge.gov.br/contas-nacionais/pib-per-capita>. Acesso em: 24 jun. 2020.
- \_\_\_\_\_. *Brumadinho*. 2020b. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/brumadinho/panorama>. Acesso em: 20 jun. 2020.
- LAGÔA, Tatiana. Mineração e Café fazem o PIB de Minas cair 1,5% no terceiro trimestre. *Portal Tempo*. 2019. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/economia/mineracao-e-cafe-fazem-pib-de-minas-cair-1-5-no-terceiro-trimestre-1.2273714>. Acesso em: 15 jun. 2020.



- RENOVA, Fundação. *Notícias*. 2020. Disponível em: <https://www.fundacaorenova.org/noticias/>. Acesso em: 22 out. 2020.
- RIGOTTO, Raquel Maria. Conhecimento em disputa no conflito ambiental em torno da mineração de Urânio e Fosfato no Ceará, in: ZHOURI, Andréa (org.). *Mineração, violências e resistências: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil*. Editora Iguana; ABA, 2018.
- SADER, Eder. *Quando novos atores entram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SICONFI – Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro. *Consultar declaração*. 2018. Disponível em: [https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/declaracao/declaracao\\_list.jsf](https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/declaracao/declaracao_list.jsf). Acesso em 20 jun. 2020.
- VALE. *Social e Cultura*. 2020. Disponível em: [http://novo.more.ufsc.br/homepage/inserir\\_homepage](http://novo.more.ufsc.br/homepage/inserir_homepage). Acesso em: 20 out. 2020.
- VISETAINER, Kátia. Uma vida pra Vale S. A. vale menos que um anúncio de 30 segundos no Jornal Nacional. MOVIMENTO PELA SOBERANIA POPULAR NA MINERAÇÃO, 2020. Disponível em: <http://mamnacional.org.br/2020/01/25/uma-vida-para-vale-s-a-vale-menos-que-um-anuncio-de-30-segundos-no-jornal-nacional/>. Acesso em: 20 jun. 2020.
- ZHOURI, Andréa; OLIVEIRA, Raquel. Conflitos entre desenvolvimento e meio ambiente no Brasil: desafios para a antropologia e os antropólogos, in: FELDMAN-BIANCO, Bela. *Desafios da Antropologia Brasileira*. Brasília: ABA, p. 75-108, 2013.



## CAPÍTULO 5

### A RESISTÊNCIA NO CAMPO DE LUTA ACADÊMICO: CIÊNCIA PARA QUEM? PARA QUÊ?

KARINE GONÇALVES CARNEIRO<sup>1</sup>  
TATIANA RIBEIRO DE SOUZA<sup>2</sup>

*Essa minha coragem de estar aqui que é muito difícil. Simone, o sonho dela é conhecer um cinema, e o meu sonho é conhecer uma faculdade. E hoje eu tô aqui no meio, né? Eu hoje estou realizando esse sonho, dando este depoimento de dor e de tristeza. (D. Vera, mulher, mãe, guerreira e atingida de Gesteira, durante o Seminário de Balanço de Três Anos do Rompimento da Barragem de Fundão, realizado na UFOP).*

---

<sup>1</sup> Pós-doutoranda em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas), mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), graduada em Arquitetura e Urbanismo pela UFMG. Professora adjunta da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), na graduação em Arquitetura e Urbanismo e no mestrado em Direito, coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Socioambientais (GEPISA). karine.carneiro@ufop.edu.br

<sup>2</sup> Doutora em Direito Público e mestre em Ciências Sociais pela PUC-Minas, pós-doutora pela Universidad Rovira i Virgili (URV), na Espanha. Professora adjunta da UFOP, na graduação e no mestrado em Direito, coordenadora do GEPISA e integrante da Rede Internacional para o Constitucionalismo Democrático Latino-Americano (RCDLA). tatiana.souza@ufop.edu.br

## Introdução

O desastre sociotécnico e ambiental<sup>3</sup> ocasionado pela ruptura da barragem de Fundão – de propriedade da Samarco, da Vale e da BHP Billiton –, em Mariana (MG), no ano de 2015, é um dos maiores desastres criados<sup>4</sup> do Brasil e do mundo. As dimensões de seus impactos sobre a Natureza<sup>5</sup> têm sido amplamente discutidas.<sup>6</sup> No momento da escrita deste capítulo, quase cinco anos após o rompimento, a reparação integral dos danos causados pelo desastre ainda está longe de se concretizar, muito embora a Fundação Renova, representante das empresas e responsável pelo desenvolvimento e implementação dos programas de reparação, reúna “técnicos e especialistas de diversas áreas de conhecimento, dezenas de entidades de

---

<sup>3</sup> A utilização deste termo busca dar relevância tanto a “[...] um processo deflagrado para além de uma avaria ou erro meramente técnico, remetendo-nos, assim, às falhas da governança ambiental, produtoras de novos padrões de vulnerabilidade que expuseram, de fato, a população ao risco” (Zhourri *et al.*, 2018, p. 40) quanto de explicitar os impactos causados à Natureza.

<sup>4</sup> A denominação “desastre criado” vem sendo desenvolvida e utilizada pelo Grupo de Estudos e Pesquisas Socioambientais (GEPSA/UFOP), “tendo em vista que os desastres não naturais também podem ser causados pelo modelo de governança empresarial que avalia o custo da reparação dos danos causados pelo desastre iminente como mais viáveis economicamente do que as medidas preventivas. Portanto, seja pela negligência, imprudência, imperícia ou até dolo humano, seja por erro ou defeito técnico, seja por mau uso da tecnologia, todos os desastres não naturais foram criados, justificando o uso dessa terminologia” (Carneiro; Souza; Menuchi, 2020, p. 46).

<sup>5</sup> O termo Natureza é utilizado na perspectiva de Eduardo Gudynas (2015) com o intuito de abarcar toda a vida humana e não humana, já que, segundo o autor, a ambição advinda do sistema-mundo capitalista recaiu sobre a Natureza, transformando-a num objeto que deve ser explorado, capitalizado e mercantilizado de forma a gerar riquezas. Deste modo, os territórios e suas populações são, cada dia mais, inseridos na dinâmica de capitalização advinda da extração dos chamados “recursos naturais”, mas que, para o autor, nada mais é que o nome dado à natureza expropriada.

<sup>6</sup> Ver: Zonta e Trocate (2016); Milanez e Losekann (2016); Losekann e Mayorga (2018); Oliveira *et al.* (2020).

atuação socioambiental e de conhecimento científico do Brasil e do mundo” (Fundação Renova, 2020).

Este último aspecto poderia nos fazer pensar que a ciência, responsável no último século por uma série de avanços tecnológicos – da biomedicina à nanotecnologia –, teria falhado com todos aqueles que vêm sofrendo com os danos provocados nas comunidades e territórios atingidos pelas empresas minerárias. Mas fato é que, por ter afetado uma diversidade de territórios e comunidades da bacia do Rio Doce, estendendo-se de Minas Gerais ao Espírito Santo, assim como por parte do litoral brasileiro, muitos são os atores envolvidos nos múltiplos processos referentes ao desastre: as próprias empresas, os órgãos do sistema de justiça, as comunidades atingidas, movimentos populares, ambientalistas, poderes públicos e a academia – lugar de excelência da produção do conhecimento considerado científico.

Nesse sentido, com exceção das empresas minerárias, que têm atuado de modo a mobilizar a ciência para reproduzir a lógica do lucro sobre a vida, e dos movimentos populares e dos ambientalistas, que se opõem a tal visão empresarial predatória, o posicionamento dos demais atores citados não é homogêneo. Ou seja, no interior das instituições está aberto um campo de disputas entre discursos, narrativas e formas de atuação.

No âmbito acadêmico, este campo de disputas evidencia discursos que, embora multifacetados, marcam, em grande medida, duas posições. Em uma delas, são edificados discursos científicos que tentam construir uma visão hegemônica e conciliatória entre a exploração/expropriação mineral e a possibilidade de justiça socioambiental como forma de perpetuação do empreendimento desenvolvimentista. Já na outra posição, a hegemonia desses discursos é confrontada por meio de um posicionamento crítico-científico que se distancia da noção de verdade como categoria absoluta e busca dar visibilidade

às violações provocadas pelas empresas nos territórios e às negligências do poder público, como forma de resistência e luta.

É neste sentido que Michel Foucault (2012), ao tratar das práticas discursivas, aponta que “o discurso não tem apenas um sentido ou uma verdade, mas uma história, e uma história específica que não o reconduz às leis de um devir estranho” (Foucault, 2012, p. 155). Ou seja, não perfaz um campo neutro, como exploraremos mais adiante. Como aponta Candiottto (2006, p. 67):

Supondo que a problemática da verdade esteja inserida na história crítica do pensamento, infere-se que aquilo normalmente reconhecido como verdadeiro não está no objeto (ele não preexiste, não é dado, torna-se tal numa articulação específica) nem no sujeito (ele não é uma essência, não é originário, torna-se assim nas práticas em que é tomado); tampouco na adequação entre um e outro (já que não são unidades fixas e determinadas), mas nas articulações históricas de sua mútua modificação e constituição.

No contexto dos desastres criados pela mineração, Fundão não inaugura as consequências danosas do *modus operandi* desse ramo de atividade frente à natureza e às comunidades atingidas, apoiado por discursos e práticas científicas. Muito ao contrário, conforme apontam Santos e Wanderley (2016), nos últimos 20 anos, considerando-se apenas o estado de Minas Gerais, foram identificados 8 rompimentos de barragens da mineração. Ainda, 4 anos após o desastre de Fundão, a enorme proporção dos danos ocasionados pelo rompimento da barragem do Córrego do Feijão, em Brumadinho, no ano de 2019, comprometendo a bacia do Rio Paraopeba e ceifando centenas de vidas, não apenas evidenciou a repetição desse tipo de desastre como instaurou uma nova prática da atividade mineral que, ao identificar barragens com risco iminente de ruptura, tem expulsado centenas de famílias de seus territórios de existência, implementando o que tem sido denominado como “terrorismo de barragem” (O terrorismo..., 2019).



**Figura 1: Pesquisa e Produção Científica no site da Vale**

*Fonte: Vale, 2020.*

Tal situação, exemplar do trato da Natureza como recurso e/ou *commodity*, traz como consequência o extermínio de diversidades de vidas e de modos de vida. Entretanto, as empresas responsáveis por essa política que gera mortes, mobilizam – em seus sites, materiais de divulgação e propagandas – o saber científico como forma de construir uma imagem ambiental e socialmente responsáveis (Figuras 1 a 3).

O conteúdo das matérias constantes nos sites explicitados nessas figuras atrela ações e programas de algumas empresas mineradoras com a prática e o conhecimento científicos. Quando contrastamos essas imagens com as pontuações explicitadas acima e com outras imagens (Figuras 4 e 5) relacionadas aos rompimentos de barragens ocorridos nos últimos anos, ressaltamos as perguntas que compõem o título deste capítulo: Ciência para quem? Para quê? Podemos, ainda, perguntar: Ciência para a vida ou ciência para a morte?



Figura 2: Reportagem sobre a “Estação de Ciência” da Anglo Gold  
Fonte: De Fato, 2014.

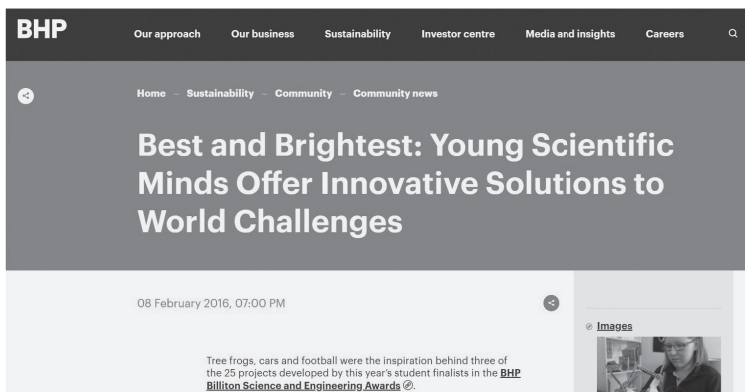


Figura 3: Jovens mentes científicas como oferta de soluções inovadoras para os desafios mundiais – site BHP Billiton  
Fonte: BHP, 2016.





**Figura 4:** Rompimento da barragem da Vale em Brumadinho (2019)  
*Fonte: Cáritas, 2019.*



**Figura 5:** Rompimento da barragem da Samarco/Vale/BHP Billiton em Mariana (2015)  
*Fonte: Estadão, 2019.*

O conteúdo das matérias constantes nos sites explicitados nessas figuras atrela ações e programas de algumas empresas mineradoras com a prática e o conhecimento científicos. Quando contrastamos essas imagens com as pontuações explicitadas acima e com outras imagens (Figuras 4 e 5) relacionadas aos rompimentos de barragens ocorridos nos últimos anos, ressaltamos as perguntas que compõem o título deste capítulo: Ciência para quem? Para quê? Podemos, ainda, perguntar: Ciência para a vida ou ciência para a morte?

É nesse contexto que pretendemos, no presente capítulo, explicitar, dentre as várias formas de atuação acadêmico-científicas frente ao desastre de Fundão, como o Grupo de Estudos e Pesquisas Socioambientais da Universidade Federal de Ouro Preto (GEPISA/UFOP) tem, cientificamente, atuado em defesa dos direitos das pessoas atingidas pelo rompimento da barragem. O intuito é mostrar as possibilidades de resistências – forjadas no encontro entre pesquisadoras/es e comunidades atingidas – às maneiras de atuação das empresas responsáveis pelos desastres, e sua representante, a Fundação Renova, que têm utilizado a ciência como ferramenta de encobrimento das vulnerabilidades provocadas por elas em comunidades já historicamente vulnerabilizadas.

Cabe ressaltar que são muitas/os as/os pesquisadoras/es e grupos de pesquisa de distintas Instituições de Ensino Superior no país que, a partir da singularidade de seus trabalhos prático-teóricos, têm contribuído com a luta das pessoas atingidas.<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> Dentre esses grupos, destacamos aqueles que compõem, juntamente com o GEPISA/UFOP, a Rede de Pesquisa Rio Doce. São eles: o Centro de Referência em Direitos Humanos (CRDH/UFJF); o Centro de Direitos Humanos e Empresas (HOMA/UFJF); O Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Mobilizações Sociais (Organon/Ufes); e o Núcleo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS/UFJF).

Assim, o que apresentaremos é um dentre os vários modos de atuação e posicionamento acadêmico-científicos que se fundam em práticas de ensino, pesquisa e extensão, objetivando contribuir para a transformação social e para a emancipação das pessoas atingidas.

Desse modo, abordaremos, com foco no caso de Fundão, formas de resistir a partir de determinadas dimensões da produção acadêmico-científica. É importante ressaltar que as reflexões que serão apresentadas são parte de um processo de sistematização aberto e em construção, que não pretende apontar um caminho único e definitivo, mas servir de ferramenta para outras construções do pensamento crítico-científico em defesa das pessoas atingidas. Assim, num primeiro momento, exploraremos a dimensão da resistência acadêmico-institucional, com o intuito de ressaltar que a universidade não é um campo neutro. Em seguida, abordaremos a resistência teórico-conceitual para dar relevância ao valor das palavras e dos conceitos, que podem causar ainda mais violências. Finalmente, sob a forma de resistência metodológica, temos como intuito mostrar que é no encontro com o saber das pessoas que se pode construir um conhecimento científico emancipatório e a favor do povo e da vida.

### **Resistência acadêmico-institucional: a universidade é também um campo de luta**

O contexto de formação do GEPSA coincide com uma série de discussões e eventos acadêmicos que se iniciaram na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) logo após o rompimento da barragem de Fundão. A efervescência dos debates em torno do desastre criado pela Samarco/Vale/BHP Billiton não se devia apenas à sua gravidade, mas também ao fato da Universidade estar localizada muito próxima ao epicentro

do desastre e, tradicionalmente, formar profissionais e prestar serviços para as empresas mineradoras. Quanto a este último aspecto é válido ressaltar que esta não é uma característica exclusiva da UFOP, mas o fato de cargos de direção da Samarco terem sido, tradicionalmente, ocupados por ex-alunos da instituição aprofundou tal debate na universidade.

No que tange ao primeiro aspecto, ou seja, da gravidade dos danos causados pelo rompimento de Fundão, uma ampla literatura acadêmica já apresentou esses danos em suas diferentes dimensões: socioeconômicas, ambientais, culturais, espaciais etc.<sup>8</sup> Mas se, por um lado, a importância da contribuição de distintas áreas do saber para o enfrentamento desses danos, a partir de uma atuação acadêmica inter e transdisciplinar independente das empresas minerárias, tem considerado a complexidade da reparação integral por meio de um viés crítico, por outro lado, chamamos atenção para a tática das empresas causadoras do desastre de, juntamente com instituições de fomento, incentivar a atuação de grupos de pesquisas e pesquisadores através de editais que não apenas pautam os temas das pesquisas a serem realizadas, mas também, em alguns casos, impõem cláusulas de confidencialidade no tocante à divulgação dos dados e resultados.

Não há dúvidas de que são as empresas causadoras dos danos que precisam arcar com os custos da reparação, inclusive do levantamento de dados e desenvolvimento das tecnologias necessárias para isso. Entretanto, esse dever não pode implicar no controle do processo de reparação pelas empresas que tampouco devem se beneficiar com a publicidade do que está sendo feito para fins de reparação de danos. A destinação de recursos para financiamento de pesquisas voltadas para a repa-

---

<sup>8</sup> Ver também: Zhouri (2018) e Pinheiro *et al.*, (2019).

ração de danos de um desastre deve ter um caráter reparador e punitivo para as causadoras dos danos, e a sua gestão deve ser feita pelo estado ou por entidade sem vínculo com as empresas. Ademais, os resultados das pesquisas produzidas não podem ser apropriados, nem veiculados pelas empresas, mas, ao contrário, devem ressaltar que estão vinculados à condenação delas pelo cometimento de crimes.

Portanto, a recusa ao financiamento de pesquisas pelas empresas causadoras dos danos, diretamente ou por meio de agências de fomento, surge como uma forma de resistência acadêmico-institucional, já que aponta para a autonomia da universidade, sobretudo da universidade pública, no desenvolvimento do conhecimento de interesse social e não de interesses privados. Isso, longe de modelar uma postura purista, como poderiam argumentar alguns, pontua e reforça a independência e a autonomia na produção do conhecimento científico já que, como diz o ditado, deixar “o lobo cuidando das ovelhas” pode implicar na extinção do rebanho.

Ainda, já que para defender seus interesses as empresas mineradoras podem utilizar os serviços disponíveis no mercado, contratando outras empresas para atender às suas demandas, o acionamento da academia passa a funcionar como um selo de certificação ou de chancela para suas práticas, sob a alcunha do cientificismo. Ou seja, o uso das universidades, por parte das empresas mineradoras e da Fundação Renova, no processo de reparação no caso de Fundão, tem o condão de comprometer grupos de pesquisa e pesquisadoras/es autônomas/os com os seus interesses, garantindo o controle sobre a produção do conhecimento e mobilizando a ciência para justificar seu *modus operandi*.

Conforme pontuado quanto à efervescência do debate em torno do rompimento da barragem de Fundão na UFOP,

vale ressaltar a proximidade da universidade à barragem de Fundão e a formação, por nossa instituição, de profissionais para trabalharem na mineração. Enquanto o primeiro ponto coloca a UFOP no epicentro da ruptura – se consideramos sua localização em comparação a outras instituições públicas de ensino superior –, devemos destacar que, em 2014, um ano antes da destruição promovida pela Samarco, sua diretoria executiva era composta, em boa parte – o que incluía o diretor presidente Ricardo Vescovi –, por graduados pela universidade (Samarco, 2014).

Esses fatos por si só não são, de forma alguma, um problema. Entretanto, nossa experiência institucional durante os meses que sucederam ao rompimento da barragem de Fundão possibilitou verificar que essa relação tão próxima entre a UFOP e as empresas mineradoras levou a universidade a tomar predominantemente duas posturas após o rompimento da barragem de Fundão: para o público externo, manteve um injustificável silêncio em relação ao que havia acontecido, e, para o público interno, realizou várias atividades em que se reafirmava a segurança das barragens de rejeitos da mineração e tratava o desastre como um “acidente”, atribuído à época a um tremor de terra que sequer chegou a ser confirmado como causa do rompimento da barragem.<sup>9</sup>

Ainda nesta toada, é válido lembrar que o Instituto Tecnológico Vale (ITV) está implementado no *campus* da Universidade, conforme pontuam Milanez *et al.* (2018, p. 138):

---

<sup>9</sup> Este tema foi tratado em uma reunião realizada logo após o rompimento da barragem de Fundão entre as pessoas atingidas, movimentos populares, professoras/es da UFOP (inclusive do GEPSA), padres e o Ministério Público Estadual, na Arquidiocese de Mariana, no dia 11 de novembro de 2015. Neste encontro um promotor, tendo sido arguido por um atingido sobre especulações de que um tremor de terra havia ocasionado o rompimento da barragem, ressaltou que mesmo se isto se confirmasse, as empresas seriam responsáveis pelos danos.

“o convênio de cooperação assinado, em 2013, entre o ITV e a UFOP resultou na criação do Parque Laboratorial do Instituto Tecnológico Vale, inaugurado, em 2017, no *campus* desta mesma Instituição de Ensino Superior”.

Essa proximidade da universidade com a indústria mineira deve ser compreendida de forma crítica, principalmente quando as empresas com as quais está vinculada passam a interferir nas políticas institucionais, comprometendo o caráter público da universidade. Ademais, se as empresas mineradoras contam, em seus quadros de funcionários, com um quantitativo expressivo de profissionais formados pela UFOP e estão praticando crimes com a sua atividade econômica, deve haver maior preocupação da universidade com a formação desses profissionais. A minério-dependência bate também às portas da universidade, configurando-se como um risco para a independência da pesquisa científica, e temos que resistir a isso.

De qualquer modo, tanto a falta de uma manifestação institucional contundente e crítica às empresas responsáveis pelo desastre quanto a insistência em justificar o rompimento da barragem como um acidente inerente ao processo de desenvolvimento fez com que docentes da UFOP que atuam no campo da produção do conhecimento científico-crítico reagisse a essa postura. Nesse contexto, foi realizado no dia 9 de dezembro de 2015, pouco mais de um mês após o rompimento da barragem, um debate no auditório do Departamento de Geologia (DEGEO), sob o título “O mito da neutralidade da ciência”, contando com professoras e professores dos Departamentos de Direito, Química, Física, e Biologia da UFOP, além da participação de professores do Instituto Federal de Ouro Preto. O principal desafio daquele evento era colocar em pauta a inexistência de uma ciência neutra, tendo em vista que os saberes técnicos são sempre desenvolvidos e colocados a servi-

ção de determinados interesses e posicionamentos ideológicos, sendo, portanto, também políticos. A escolha da localização de uma barragem e de uma determinada técnica construtiva para ela, por exemplo, é também uma decisão política, fazendo com que a ciência esteja sempre mobilizada por interesses, sejam eles sociais ou particulares.

Naquele momento, pudemos observar não apenas uma disputa quanto aos conceitos que começaram a ser usado como referência para o tema – tais como acidente, evento, desastre, tragédia, atingidos, afetados, impactados etc. –, mas também quanto à cobrança de uma postura da universidade frente aos danos ocasionados às pessoas atingidas. Compreendíamos que se o posicionamento institucional não fosse marcado por uma postura de apoio às populações atingidas, isso significaria o apoio implícito às empresas causadoras dos danos.

Com a persistência do silêncio institucional frente ao maior desastre ambiental do Brasil, ocorrido às suas barbas, o grupo de professoras e professores que organizaram o referido seminário no DEGEO passaram a se encontrar, a fim de organizar uma ação estratégica de apoio às pessoas atingidas e, com isso, assumir o que entendíamos como o dever de uma universidade pública, que é produzir conhecimento de interesse social.

Dessa organização estratégica surgiu a ideia de criar um grupo de pesquisa, que mais tarde foi formalizado como Grupo de Estudos e Pesquisas Socioambientais (GEPISA/UFOP), que se mantém como um grupo de apoio às pessoas atingidas e de resistência acadêmico-institucional frente à utilização da universidade para atender interesses do mercado. Nesse sentido, a criação do GEPISA está relacionada a uma resistência acadêmico-institucional.

Desde a sua criação, em 2016, o GEPISA passou a acompanhar os desdobramentos do desastre de Fundão, constituindo,



posteriormente, a Rede de Pesquisa Rio Doce em articulação com os Grupos de Pesquisa PoEMAS (UFJF), Organon (UFES) e HOMA (UFJF) – que mais recentemente conta também com a participação do CRDH (UFJF, Governador Valadares) – tanto em razão do capital acadêmico dos referidos grupos quanto pelo reconhecimento nacional e internacional de seus compromissos com a defesa dos direitos das pessoas atingidas por atividades extrativo-minerárias. A referida rede de grupos de pesquisa tem possibilitado uma interlocução em nível de excelência acadêmica, reconhecida tanto pelas pessoas atingidas, quanto pelas assessorias técnicas já instituídas ao longo da Bacia do Rio Doce – entre elas as dos municípios de Mariana e de Barra Longa – e pelos membros dos diferentes órgãos do Ministério Público e da Defensoria Pública.

Também se articulam com as atividades de pesquisa do GEPSA, movimentos populares envolvidos com a defesa dos direitos das pessoas atingidas, bem como organizações de defesa de Direitos Humanos. Assim, contando com diversas parcerias institucionais e populares, o GEPSA vem produzindo publicações, eventos e tecnologias sociais que resultam de um trabalho coletivo, voltado para a defesa dos direitos das pessoas atingidas pela mineração. É neste campo de luta na universidade que o GEPSA se posiciona.

### **A resistência teórico-conceitual: o nome das coisas importa**

*Conceitos não são palavras, são posicionamentos, são lados.*

(Participante de uma reunião, ocorrida logo após o desastre de Fundão, em 11 de novembro de 2015, na Arquidiocese de Mariana).

Quando tratamos de luta por direitos, o nome das coisas importa. Quando tratamos de reconhecimento, o nome das coisas importa. Exatamente pelo fato de a luta das pessoas atingidas, pelo direito à reparação integral dos danos sofridos em decorrência da barragem de Fundão, corresponder ao exercício regular de direitos e ao reconhecimento da sua condição de atingidas é que o nome das coisas importa.

O primeiro ponto importante para discutirmos sobre a resistência no campo teórico-conceitual é reconhecermos que um caso de desastre como o de Fundão é marcado pela existência de dois lados com interesses opostos, sendo um lado o das empresas causadoras dos danos e responsáveis pela reparação, e o outro lado o das pessoas atingidas por esses danos. Enquanto as empresas querem ter o menor custo no cumprimento do seu dever de reparar, as pessoas atingidas querem a garantia do direito à reparação integral dos danos que sofreram, independentemente de quanto isso custe para as empresas. São, portanto, interesses divergentes, de modo que não é possível atuar em ambos os lados dessa disputa de interesses.

Para promover os interesses das empresas, seus representantes (sejam eles funcionários ou prestadores de serviços) tentam minimizar os efeitos dos danos que foram causados, usando para isso as palavras que melhor expressam essa perspectiva atenuada do desastre. É nesse contexto que observamos, por exemplo, que os representantes das empresas sempre se referem ao desastre como um “acidente” ou “evento”; referem-se aos “danos” como “impactos”; referem-se ao auxílio emergencial às pessoas atingidas como um “benefício” e se referem às pessoas atingidas como “impactadas”. Essa disputa pelo nome das coisas tem gerado uma verdadeira guerra de narrativas, que requer também por parte da academia um posicionamento em relação a quais interesses representam, os das empresas ou os das pessoas atingidas.

A guerra de narrativas que vimos assistindo no caso de Fundão, por exemplo, não significa apenas a escolha das palavras mais adequadas para designar as coisas. Trata-se principalmente de uma postura de resistência teórico-conceitual, que não se curva ao discurso hegemônico, mas reflete criticamente sobre os acontecimentos e propõe a revisão das suas bases teóricas.

A experiência do GEPSA nos territórios afetados pelo rompimento da barragem de Fundão tornou clara para as suas pesquisadoras e pesquisadores a necessidade de aprofundamento de estudos sobre conceitos relativamente consolidados, tais como desastre, reparação, reassentamento, acesso à justiça, dentre outros. Essa constatação, revelada pela imersão no território, criou para o grupo uma nova frente de atuação acadêmica contra os abusos da mineração: a resistência teórico-conceitual.

Em busca de melhores respostas para demandas identificadas na prática, o GEPSA passou a se dedicar a estudos sobre: a natureza do desastre ocorrido em Fundão, qualificando-o como “desastre criado”; o fenômeno do encadeamento de ações que resultaram no colapso da barragem e seguiu produzindo danos, denominando-o de “desastralização”; o direito das pessoas atingidas à “assessoria técnica independente e popular” e sua importância para a garantia do direito de acesso à justiça; o reassentamento involuntário e os direitos decorrentes do deslocamento forçado de pessoas e comunidades; e, por fim, as diferentes dimensões da reparação integral.

Entre essas proposições, temos nos permitido pensar os desastres a partir da noção de “acontecimento”, tal como proposta por Michel Foucault. Muito embora não seja o intuito deste texto aprofundar as questões conceituais-teóricas relacionadas a esta proposição foucaultiana, é mister destacar o modo como temos relacionado o conceito de “acontecimento” ao de desastre. De acordo com Fonseca (2015), o acontecimento, para Foucault, não é um mero fato que aconteceu em uma

determinada data, mas, sim, uma singularidade histórica. Ao citar Judith Revell, este autor explicita ainda que, em Foucault, o acontecimento tampouco é a mera descrição de um fato, mas aquilo que uma arqueologia vai identificar como uma rede de possibilidades, discursos, de poderes, estratégias e práticas para entender a singularidade daquele fato. Problematização do acontecimento que Foucault denomina como “acontecimentalização”.

[...] poderia tomar por entrada [...] não o problema do conhecimento, mas aquele do poder; ele avançaria não como uma investigação legítima, mas como algo que eu chamaria uma experiencial de *acontecimentalização*. [...] E, já em seguida, o que isso quer dizer? O que eu entenderia por procedimento de acontecimentalização, [...] seria isso: de início, tomar conjuntos de elementos onde se pode perceber em primeira aproximação, portanto, de modo absolutamente empírico e provisório, conexões entre mecanismos de coerção e conteúdos de conhecimento. Mecanismos de coerção diversos, talvez mesmo conjuntos legislativos, regulamentos, dispositivos materiais, fenômenos de autoridade etc.; conteúdos de conhecimento que se tomará igualmente em sua diversidade e em sua heterogeneidade, e que se reterá em função dos efeitos de poder de que são portadores enquanto válidos, como fazendo parte de um sistema de conhecimento. O que se busca então não é saber o que é verdadeiro ou falso, fundamentado ou não fundamentado, real ou ilusório, científico ou ideológico, legítimo ou abusivo. Procura-se saber quais são os elos, quais são as conexões que podem ser observadas entre mecanismos de coerção e elementos de conhecimento, quais jogos de emissão e de suporte se desenvolvem uns nos outros, o que faz com que tal elemento de conhecimento possa tomar efeitos de poder afetados num tal sistema a um elemento verdadeiro ou provável ou incerto ou falso, e o que faz com que tal procedimento de coerção adquira a forma e as justificações próprias a um elemento racional, calculado, tecnicamente eficaz etc. (Foucault, 1990).

Desse modo, a noção de “acontecimentalização” deve ser compreendida como a cristalização de determinações históri-

cas complexas que se opõe à ideia de uma estrutura universal. Cabe-nos, portanto, analisar as diferentes redes de poderes e saberes às quais certos acontecimentos pertencem (Fonseca, 2015). Nesse sentido, torna-se plausível compreender os desastres como uma acontecimentalização já que dizem respeito a determinações complexas que conformam singularidades.

Nessa perspectiva, a complexidade dos desastres não deve e não pode ser esgotada com a identificação de uma localização espaço-temporal encerrada por uma linearidade histórica que a produz e que gera determinados efeitos identificáveis ou mensuráveis. Assim, se observamos a ruptura de uma barragem, ela pode ser compreendida como o ponto crítico ou de visibilidade máxima de uma acontecimentalização. Por isso, a partir do conceito de acontecimentalização, temos trabalhado, em relação aos desastres, com o conceito de “desastralização”, de forma a dar complexidade às multiplicidades de mecanismos, táticas e estratégias resultantes e partícipes de relações de poderes e saberes que tecem a trama dos desastres criados. Com tal postura e lançando mão deste conceito, temos buscado puxar o fio de Ariadne<sup>10</sup> no labirinto dos acontecimentos criados e estabelecidos como “a verdade” sobre os desastres e o modo como repercutem nos territórios, para que possamos contribuir na luta pelos direitos das pessoas atingidas.

No caso que estamos abordando no presente capítulo, o do rompimento da barragem de Fundão, o desastre antecede o

---

<sup>10</sup> Referimo-nos, nesse sentido, à mitologia grega. Uma de suas lendas conta que Teseu foi desafiado a matar o Minotauro, que vivia em um Labirinto construído para impossibilitar sua fuga. Ariadne, filha do Rei Minos, para auxiliar Teseu em sua tarefa, entregou-lhe um novelo de lã, tecido por ela, para que ele o fosse desenrolando à medida que percorresse o labirinto, como forma de marcar o caminho. Foi dessa forma que Teseu, após derrotar o Minotauro, conseguiu fazer o caminho de volta. Essa lenda nos faz pensar nas ferramentas, estratégias e táticas que devem ser pensadas para o enfrentamento de situações complexas.

momento da ruptura e continua após ele, abarcando, inclusive, o período das medidas e das ações relacionadas à reparação integral – já que a reparação tem sido coordenada e executada pelas próprias empresas causadoras dos danos e pela Fundação Renova, a representante das empresas nos territórios afetados. Na verdade, esse desastre esteve e está presente no cotidiano das populações atingidas, se considerarmos as condicionantes que o criou e as consequências da ruptura da barragem. Assim, o caso de Fundão se configura, portanto, como uma desastralização, ou seja, uma rede, uma parte de uma cadeia ampla e sistêmica (espacial, territorial, econômica, social, política etc.) que é construída e que não deve ser escondida ou invisibilizada.

Desse modo, o enfrentamento teórico para problemas ainda não tratados adequadamente no contexto dos danos causados pela mineração é imprescindível para o avanço na luta pelos direitos das pessoas atingidas. Essa é a contribuição que a academia pode oferecer, na medida em que se posiciona politicamente do lado das pessoas atingidas, em contraponto ao saber produzido para defender os interesses da mineração.

Para além de produzir teorias, o trabalho de resistência teórico-conceitual requer diálogo com os saberes que emanam dos territórios, o que apenas é possível com a indissociabilidade entre teoria e prática, tema que será tratado no próximo tópico. Entretanto, nesse escopo, vale pontuar que no caso do reassentamento coletivo de Gesteira, em Barra Longa, as empresas deram o nome de “Master Plan”<sup>11</sup> para o projeto do reassentamento. Um nome que implica em uma prática neoliberal de produção do espaço, distanciada da realidade de vida de sua comunidade. Por isso as pessoas atingidas de

---

<sup>11</sup> Sobre os *Master Plans* nos casos de reassentamentos provocados pelo rompimento da barragem de Fundão, ver: Xavier e Carneiro (2020).

Gesteira, juntamente com sua Assessoria Técnica – a Associação Estadual de Defesa Social e Ambiental (AEDAS) – e o GEPSA, ao reconceituarem tal projeto para “Plano Popular do Reassentamento Coletivo de Gesteira” trouxeram práticas de participação e engajamento popular.<sup>12</sup> Ou seja, um novo nome que gera novas práticas de resistência.

Ao contrário do que o cientificismo moderno faz crer, não existe verdade a ser revelada pela ciência, nem neutralidade nos seus resultados. O que a academia produz são metodologias, técnicas e teorias que respondem a problemas, demandas e interesses específicos. A resistência teórico-conceitual significa levar para a academia os problemas, as demandas e os interesses populares, bem como a interlocução com os saberes populares, a fim de produzir conhecimento de interesse social. E qualquer pretensão de neutralidade, baseada em um suposto saber científico, não passa de instrumentalização das ciências para legitimar práticas corporativas violadoras de direitos. Não é à toa que as áreas do conhecimento dedicadas à mineração se situam no campo considerado como “ciências exatas”, em oposição às chamadas “ciências humanas e sociais”, o que tem trazido resultados destruidores para a dimensão humana e coletiva da atividade minerária.

Por se tratar de produção de conhecimento, a resistência teórico-conceitual é dinâmica e está em permanente revisão e aperfeiçoamento. Nesse sentido, as contribuições teórico-conceituais não podem cair na armadilha da produção da “verdade”, devendo manter-se abertas para a permanente reavaliação dos conceitos e teorias já produzidos. Um exemplo disso pode ser ilustrado pela adoção do termo “atingido” para

---

<sup>12</sup> Sobre o Plano Popular do Reassentamento Coletivo de Gesteira, ver: Senna e Carneiro (2019).

se referir às vítimas do rompimento da barragem de Fundão (por representar o compartilhamento de identidade com outras pessoas em situação de vulnerabilidade por motivos semelhantes ao do rompimento da barragem), em oposição ao conceito de “impactado”, geralmente utilizado pelas empresas.

Um grande desafio na resistência teórico-conceitual propugnada pelos grupos acadêmicos críticos é fazer com que as suas produções teórico-conceituais reverberem nas decisões judiciais relacionadas com os processos de reparação. Essa dificuldade se deve em larga medida à predominância do discurso hegemônico na formação dos profissionais das carreiras jurídicas, entre outros, fazendo com que eles muitas vezes tenham uma visão de mundo atravessada pelo discurso corporativo, favorecendo, por isso, a perspectiva das empresas. Trata-se de uma disputa que transcende o discurso e se situa na dimensão epistemológica, tornando desafiadora a tarefa de fazer os saberes não hegemônicos serem considerados nos processos decisórios.

A luta pelos direitos das pessoas atingidas somente terá êxito quando elas se tornarem protagonistas dos processos de reparação. Isso requer que o aparato teórico conceitual produzido pela academia reflita e se some aos saberes populares que vêm sendo historicamente invisibilizados. Da mesma maneira, requer que nas decisões judiciais das demandas relacionadas aos desastres causados pela mineração, não prevaleçam a narrativa nem a perspectiva corporativa, mas sim os saberes forjados na luta por direitos, sob pena de não se produzir justiça. No mesmo sentido, Boaventura de Souza Santos afirma que “a injustiça social global está, desta forma, intimamente ligada à injustiça cognitiva global. A luta pela justiça social global deve, por isso, ser também uma luta pela justiça cognitiva global” (Santos, 2009, p. 31).



Portanto, a produção de justiça na luta das pessoas atingidas pela atividade extrativo-minerária requer, entre outras formas de resistência, a resistência teórico-conceitual – que traz repercussões na prática –, que pode ser promovida pelos grupos acadêmicos situados no campo crítico. Essa resistência também deve estar comprometida com a interlocução com os territórios, de modo a refletir a justiça cognitiva que é condição para a justiça social também no caso das pessoas atingidas pela mineração.

### **A resistência metodológica: fazendo com quem vive a luta**

*Quem passou o que nós passamos, a gente tá morto-vivo. [...] A minha dor está sendo escola pra mim hoje.*

(D. Vera, mulher, mãe, guerreira e atingida de Gesteira, durante o Seminário de Balanço de Três Anos do Rompimento da Barragem de Fundão, realizado na UFOP).

Como atestam Gilles Deleuze e Michel Foucault em uma conversa publicada no livro *Microfísica do Poder* (1979), a necessidade de um pensamento acerca da produção do conhecimento deve considerar que “nenhuma teoria pode se desenvolver sem encontrar uma espécie de muro e é preciso a prática para atravessar o muro” (Foucault; Deleuze, 2009, p. 70). Em outras palavras, os autores evidenciam que tal relação toma corpo a partir de um “sistema de revezamentos em um conjunto” que, menos que um sistema de representação, é a existência de uma ação de teoria e uma ação de prática em rede. Um sistema que funciona como uma caixa de ferramentas que não serve para si mesma, que não totaliza.

É nesta perspectiva de indissociabilidade entre teoria e prática que temos trabalhado no âmbito metodológico de modo a ir além dos muros da universidade – e de seus laboratórios e gabinetes –, de forma a nos encontrar com as pessoas em seus territórios de vida e existência para uma construção conjunta e coletiva de conhecimento. Para isso, temos colocado em prática o método cartográfico baseado na filosofia de Gilles Deleuze e Félix Guattari (2011).

De início é importante destacar que tal método não se configura como uma coletânea de mapas, embora estes possam fazer parte do arcabouço de processo e resultados que se derivam de uma cartografia. Nosso Grupo tem caminhado no mesmo sentido de Passos, Kastrup e Escóssia (2015) e Romagnoli (2009), já que compreendemos a cartografia como uma potente ferramenta, devido a uma série de razões, dentre as quais destacamos: sua ruptura com as formas clássicas e tradicionais de métodos cientificistas calcados na busca por uma verdade suprema e absoluta; a descrença em um saber hierarquizado, que posiciona o saber considerado como técnico, científico ou acadêmico como superior àquele das pessoas; a ruptura da cisão entre objeto de pesquisa e pesquisador/a, já que todos são partícipes do processo de construção do conhecimento; a realização de um trabalho que se destaca por ser desenvolvido “com”, e não “para” ou “sobre” as pessoas; a busca por novas formas de representação estético-políticas, respeitando as diversidades de linguagens, culturas e tradições das comunidades; a ausência de receitas de atividades metodológicas a serem postas em prática, assim como de um encadeamento pré-determinado dessas ações, sendo suas construções pensadas e realizadas em conjunto com as pessoas envolvidas no processo de pesquisa; e a compreensão de que todos são afetados pelo encontro no campo, proporcionado pela pesquisa no âmbito de uma dupla

afetação (academia e comunidades) – o que faz cair por terra a ideia da blindagem de sentimentos e afetos durante o processo do levantamento de problemas e demandas das pessoas envolvidas.

Além disso, o método cartográfico compreende a pesquisa como um processo de construção coletiva, sempre aberto a reconstruções, o que faz com que todos que participam dela tenham conhecimento de suas etapas, resultados e proposições. Também, a cartografia compreende que aquela/e que pesquisa não inicia este processo – como aquela/e que vai inaugurar ou descobrir algo –, mas, em sua imersão no campo, faz sua entrada pelo “meio”. Tal fato implica no respeito aos processos de vida das comunidades e ao acúmulo histórico das lutas.

Finalmente, nos nossos trabalhos temos verificado, de um modo geral, duas derivações e/ou possibilidades de construção de trabalho, não necessariamente excludentes, a partir da aplicação deste método. A primeira delas exige um comprometimento da/o pesquisador com o campo sob uma perspectiva de imersão, a partir do encontro com as pessoas. Nesse sentido, é imprescindível compreender que o trabalho não é e não pode ser feito com imediatismo, do dia para a noite. Ao contrário, é o tempo que consolidará relações de confiança que permitirão o engajamento e a colaboração, para que se possa promover processos emancipatórios e de transformação social. Nem a comunidade acadêmica envolvida, nem as pessoas dos territórios sairão deste processo da mesma forma como entraram.

Nesse sentido, temos observado que a produção de tecnologias sociais (jogos, cartilhas, maquetes, rodas de conversa etc.) tem sido de grande valia como forma/plataforma de interação entre as pessoas participantes dos trabalhos a serem realizados. O GEPSA, nesse contexto, tem elaborado, desenvolvido e apli-

cado – em parceria com as pessoas atingidas e suas assessorias técnicas – essas tecnologias sociais.<sup>13</sup>

Já a segunda derivação ou possibilidade, embora também voltada para um processo de imersão, estão calcadas na busca pelo levantamento de dados e informações que servem de base a uma representação estético-política que tem como objetivo dar visibilidade a discursos e narrativas que são invisibilizados pelos discursos e narrativas hegemônicos. Ou seja, são produzidas informações (cartilhas, infográficos, cartazes, mapas etc.)<sup>14</sup> a partir de uma linguagem simples e clara, como forma de promover o desocultamento de processos de vulnerabilização.

Tendo, de forma breve, delineado as principais proposições e ações relativas ao método cartográfico, torna-se necessário pontuar as razões pelas quais ele se transforma, no âmbito acadêmico, em uma dimensão de resistência.

Nesse sentido, a estrutura rígida da metodologia científica tradicional para o início de uma pesquisa, que opera a partir do encadeamento consecutivo de proposições *a priori* – como base para a definição, por exemplo, de hipóteses, perguntas e proposição de resultados ou produtos –, é o ponto central de diferença entre esta e a cartografia. Isso ocorre porque é a imersão e o processo cartográfico que conduzirão ao estabelecimento de tais proposições, já que é o encontro com o campo que indicará os caminhos que serão trilhados pela pesquisa, a partir dos territórios e suas comunidades.

Nesse âmbito, a resistência tem sido aquela de fazer os “guardiões” da legitimidade metodológica acadêmico-científica

---

<sup>13</sup> Algumas dessas tecnologias sociais, produzidas e aplicadas pelo GEPSA, estão descritas nos seguintes trabalhos: Carneiro, Souza e Melo (2019) e Souza e Carneiro (2019).

<sup>14</sup> Algumas dessas informações, baseadas numa representação estético-política, podem ser vistas em: GEPSA (2017) e Carneiro, Souza e Menuchi (2020).

compreenderem que certezas e verdades não são objetos da cartografia e que, apesar de direcionamentos serem construídos, eles são formulados a partir de uma temática geral. Os aprofundamentos e/ou recortes – sejam eles temáticos e/ou territoriais – apenas podem ser estabelecidos ao longo do desenvolvimento do processo cartográfico. A resistência, assim, é também aquela de pontuar que esse é um método científico e legítimo de produção do conhecimento, cercado da necessária rigidez metodológica (tais como aquelas relativas às formas de registro das atividades, da ética em pesquisa, das inscrições etc.).

Em sua produção, ainda por implicar na elaboração de uma pesquisa engajada e, por que não dizer, militante, muitas vezes a cartografia acaba por ser questionada por se distanciar da cientificidade e se tornar um procedimento político. Ora, nesse sentido, o que dizer, com vistas ao tema deste livro, das pesquisas acadêmicas feitas e financiadas para/por empresas minerárias? Tratam-se de pesquisas igualmente engajadas e comprometidas com um campo de interesses – o da maior obtenção de lucros com o menor custo –, mas nesse caso com a alcunha de neutralidade.

### **Considerações finais**

O desafio de compreender as realidades e resistências na mineração passa também pela compreensão do papel da ciência, que pode ser mobilizada tanto para a afirmação do modelo extrativo-mineral nas bases em que vem sendo desenvolvido quanto para superá-lo. Nesse sentido, a ciência é apenas mais um campo de disputas, assim como acontece com as riquezas minerais, os territórios e a Natureza, não podendo, portanto, ser negligenciada na luta por direitos.

Essa possibilidade de mobilizar a ciência para interesses opostos não está vinculada à invalidade dos seus resultados, mas à inafastabilidade de dois pressupostos para o desenvolvimento dela: servir a alguém e a alguma coisa. Soma-se a esse caráter contextual da ciência, em relação ao atendimento de interesses identificáveis, a provisoriedade dos seus resultados, que dependem da tecnologia disponível em determinado tempo e lugar.

Entendendo que a ciência não é capaz de oferecer todas as respostas demandadas pela sociedade, o direito ambiental cuidou de proteger as pessoas e os territórios limitando o poder do estado e das empresas, de desempenhar atividade econômica potencialmente poluidora, à capacidade de tomar previamente as medidas necessárias para evitar danos. Para isso foram consolidados, pelo menos teoricamente, os princípios da prevenção e da precaução no Direito Ambiental, sendo este último relacionado à limitação de atividades econômicas diante da incerteza científica acerca da possibilidade de poluir e causar danos. Nesse sentido, a ciência somente deveria ser mobilizada pelas empresas mineradoras quando os resultados das pesquisas produzidas fossem capazes de atestar a inexistência de risco de dano pelo desempenho da sua atividade econômica.

No entanto, ao desconsiderar os estudos científicos cujos resultados contrariam seus interesses e descontextualizar os estudos científicos produzidos para elas, as empresas mineradoras fazem parecer que a sua atuação é pautada pela segurança e neutralidade (como se fosse isenta de decisões políticas) e voltada para o desenvolvimento. Dessa forma, a ciência não vem sendo utilizada como ferramenta para o desenvolvimento de um modelo de mineração responsável, mas para a manutenção do modelo de mineração expropriatório e destruidor que vimos acompanhando.

Como principal *locus* de produção do conhecimento científico, a universidade faz parte da rede de resistências ao atual modelo extrativo-mineral e deve ser acionada para proteger a Natureza e para fortalecer a luta pelos direitos das pessoas atingidas, colocando o saber científico a serviço dos interesses sociais. Como toda atuação em rede, a universidade deve reconhecer o seu papel, bem como respeitar o papel dos demais atores, não se transformando em protagonista da luta, mas fortalecendo o protagonismo popular.

Diante da possibilidade de o conhecimento científico responder a interesses tão distintos em relação à mineração, a resistência ao atual modelo minerário passa também pela defesa do caráter público da universidade. As pesquisas científicas de interesse social precisam da garantia do financiamento público, tendo em vista que o capital privado é canalizado para as pesquisas que atendem aos seus interesses. Dessa maneira, a rede que se forma para a defesa dos direitos das pessoas atingidas pela mineração – contando com diferentes coletivos, movimentos populares, entidades de defesas de direitos humanos e órgãos do estado – também deve atuar, como parte dessa luta, na defesa da pesquisa científica de interesse social, dependendo para isso do investimento estatal nas universidades públicas.

Assim, resistir ao atual modelo de mineração significa também resistir academicamente, fazendo prevalecer os interesses sociais sobre os interesses privados nas universidades públicas, popularizando as pautas das pesquisas científicas, reformulando os conceitos e teorias que servem historicamente à hegemonia dos interesses do mercado e desenvolvendo metodologias e tecnologias que produzam vida, e não morte.

## Referências

- BHP. *Best and Brightest*: young scientific minds offer innovative solutions to world challenges. 2016. Disponível em: <https://www.bhp.com/sustainability/community/community-news/2016/02/best-and-brightest-young-scientific-minds-offer-innovative-solutions-to-world-challenges/>. Acesso em: 5 out. 2020.
- CANDIOTTO, Cesar. Foucault: uma história crítica da verdade. *Trans/Form/Ação*, Marília, v. 29, n. 2, p. 65-78, 2006. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-31732006000200006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31732006000200006&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 6 out. 2020.
- CÁRITAS. *Nota de pesar e solidariedade*. 2019. Disponível em: <http://mg.caritas.org.br.s174889.gridserver.com/nota-de- pesar-e-solidariedade-6/>. Acesso em: 6. Out. 2020.
- CARNEIRO, Karine Gonçalves; SOUZA, Tatiana Ribeiro de; MELO, Talita Lemos. Maquete-Lousa: Tecnologia Social como ferramenta para a construção coletiva de territorialidades – o caso do plano popular do reassentamento coletivo de Gesteira/Barra/Longa/MG. *Revista Indisciplinar*, Belo Horizonte, v. 5, n. 2, p. 287-321, 2019.
- \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. MENCHI, Carolina Aparecida. A necessidade de se discutir um marco regulatório para os reassentamentos involuntários no Brasil. *Alemur – Além dos Muros da Universidade*, Ouro Preto, v. 5, p. 43-53, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufop.br:8082/pp/index.php/alemur/article/view/4190>. Acesso em: 7 set. 2020.
- DE FATO. Estação de Ciência Anglo American foi inaugurada nessa sexta-feira. *De Fato*. Belo Horizonte. 23 de mar. 2014. Disponível em: <https://defatoonline.com.br/estacao-de-ciencia-anglo-american-foi-inaugurada-nessa-sexta-feira/>. Acesso em: 2 out. 2020.
- ESTADÃO. Em dois anos, ação contra executivos e mineradoras por tragédia de Mariana sofre 9 meses de interrupções. *Estadão*. 2019. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/em-dois-anos-acao-contra-mineradoras-por-19-homicidios-em-mariana-sofre-9-meses-de-interruptoes/>. Acesso em: 3 out. 2020.
- FONSECA, Márcio Alves da. *Debate 1*: Cátedra Michel Foucault e a Filosofia do Presente. Agemt PUC-SP. Youtube. 13/5/2015 (1.25'). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MbjmL1An2js>. Acesso em: 8 mar. 2020.
- FOUCAULT, Michel. Qu'est-ce que la critique? Critique et *Aufklärung*. *Bulletin de la Société française de philosophie*, v. 82, n. 2, p. 35-63, avr./juin, 1990. (Conferência proferida em 27 de maio de 1978.) Tradução de Gabriela Lafeté Borges e revisão de Wanderson Flor do Nascimento. Disponível em: <http://michel-foucault.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/critica.pdf>. Acesso em: 1 set. 2020.



- \_\_\_\_\_. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense, 2012.
- \_\_\_\_\_; DELEUZE, Gilles. Os intelectuais e o poder - conversa entre Michel Foucault e Gilles Deleuze, *in: Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2009.
- FUNDAÇÃO RENOVA. *A Fundação*. 2020. Disponível em: <https://transparencia.fundacaorenova.org/fundacao>. Acesso em: 2 out. 2020.
- GEPSA. *Cartilha Por que você precisa de assessoria técnica?*. Ouro Preto: GEPSA, 2017. Disponível em: [https://issuu.com/gepsaufop/docs/final\\_cartilha\\_assessoria\\_p\\_ara\\_o\\_is](https://issuu.com/gepsaufop/docs/final_cartilha_assessoria_p_ara_o_is). Acesso em: 3 jun. 2018.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. V. 1. São Paulo: Editora 34, 2011.
- GUDYNAS, Eduardo. *Derechos de la Naturaleza: ética biocéntrica y políticas ambientales*. Buenos Aires: Tinta Limón, 2015.
- LOSEKANN, Cristiana; MAYORGA, Cláudia. *Desastre na bacia do rio doce – desafios para a universidade e para instituições estatais*. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2018.
- MILANEZ, Bruno *et al.* Desafios para uma prática científica crítica diante do desastre na bacia do Rio Doce, *in: MILANEZ, Bruno.; LOSEKANN, Cristiana (org.). Desastre no Vale do Rio Doce: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição*. Rio de Janeiro: Folio Digital, 2016; p. 123-148.
- \_\_\_\_\_; LOSEKANN, Cristiana (org.). *Desastre no Vale do Rio Doce: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição*. Rio de Janeiro: Folio Digital, 2016.
- OLIVEIRA, Pablo da Costa *et al.* *Pesca artesanal e o desastre ambiental no Rio Doce*. Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro: Camilah Antunes/Faperj, 2020.
- PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da (org.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2015, p. 52-75.
- PINHEIRO, Tarcísio Márcio Magalhães *et al.* (org.). *Mar de lama da Samarco na bacia do rio Doce: em busca de respostas*. Belo Horizonte: Instituto Guaicuy; 2019.
- REVISTA MANUELZÃO – Saúde, Ambiente Cidadania na Bacia do Rio das Velhas. O terrorismo das barragens. Belo Horizonte, n. 84, p. 22, mar. 2019. Disponível em: <https://manuelzao.ufmg.br/biblioteca/revista-manuelzao-84/>. Acesso em: 5 set. 2020.
- ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. A cartografia e a relação pesquisa e vida. *Psicologia e Sociedade*, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 166-173, 2009.
- SAMARCO. *Relatório Anual de Sustentabilidade*. 2014. Disponível em: <https://www.samarco.com/wp-content/uploads/2016/08/2014-Relatorio-Anual-de-Sustentabilidade.pdf>. Acesso em: 5 set. 2020.

- SANTOS, Boaventura de Souza. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes, *in*: SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula (org.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina; CES, 2009.
- SANTOS, Rodrigo Salles Pereira dos; WANDERLEY, Luiz Jardim. Dependência de barragem, alternativas tecnológicas e a inação do estado: repercussões sobre o monitoramento de barragens e o licenciamento do Fundão, *in*: ZONTA, Márcio; TROCATE, Charles. *Antes fosse mais leve a carga*: reflexões sobre o desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton. Marabá/Pará: Editorial iGuana, p. 87-138, 2016.
- SENNA, Gabriel de Melo; CARNEIRO, Karine Gonçalves. O deslocamento forçado das pessoas atingidas pelo desastre de Fundão, em Gesteira Velho, Barra Longa/MG: o Plano Popular do Reassentamento Coletivo para a reparação às vulnerabilidades geradas, *in*: SEMINÁRIO SOBRE ECONOMIA MINERÁRIA, 18, Diamantina, 2019. *Anais...* 2019. Disponível em: [https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/portal/download/diamantina-2019/D18\\_490.pdf](https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/portal/download/diamantina-2019/D18_490.pdf). Acesso em: 22 set. 2019.
- SOUZA, Tatiana Ribeiro; CARNEIRO, Karine. Observatório do reassentamento: [r]existir – um jogo de memória, afeto e visibilidade, para cartografar modos de vida, *in*: ENANPUR, 18, Natal, 2019. *Anais...* 2019. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviiienanpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=1646>. Acesso em: 12 ago. 2019.
- VALE. *Pesquisa e produção científica*. 2020. Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/PT/initiatives/environmental-social/natural-reserve/Paginas/pesquisa-producao-cientifica.aspx>. Acesso em: 4 out. 2020.
- XAVIER, Celiane Souza; CARNEIRO, Karine Gonçalves. O *Master Plan* como instrumento para reassentar a população de Bento Rodrigues atingida pelo rompimento da barragem de Fundão em Mariana, Minas Gerais: é possível falar de participação popular? *Revista Estudos Avanzados*, Santiago, v. 32, n. 1, p. 18-40, 2020.
- ZHOURI, Andrea, *et al.* O desastre no rio Doce: entre as políticas de reparação e a gestão das afetações, *in*: ZHOURI, Andrea (org.). *Mineração, violências e resistências*: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil. Marabá: Editorial iGuana, 2018.
- ZONTA, Márcio; TROCATE, Charles (org.). *Antes fosse mais leve a carga*: Reflexões sobre o desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton. Marabá: Editorial iGuana, 2016.

## CAPÍTULO 6

# RELAÇÕES DE TRABALHO NA MINERAÇÃO: ANÁLISE DOS ACORDOS COLETIVOS FIRMADOS ENTRE O SINDICATO METABASE INCONFIDENTES E A VALE S.A. COM VALIDADE NO PERÍODO DE 2009 A 2018

KATHIUÇA BERTOLLO<sup>1</sup>  
NEIDIMAR SANTOS DOS REIS<sup>2</sup>

### Introdução

Nas linhas que seguem serão analisados e discutidos os acordos coletivos firmados entre o Sindicato Metabase Inconfidentes e a Vale S. A. com validade no período de 2009 a 2018.<sup>3</sup> Para tanto, assumimos como fundamento o modo de produção capitalista e a sua configuração, a partir da dependência e da superexploração da força de trabalho (Marini, 2005) neste território. Assim, é explicitado acerca do período recente, dando ênfase ao chamado *boom* e *pós-boom* das *commodities*, questão que entendemos estar diretamente relacionada com os rompimentos das barragens/crimes ocorridas em Minas Gerais.

A partir desta condição histórica são apontados os dilemas e desafios colocados à organização sindical da classe trabalhadora

---

<sup>1</sup> Assistente Social. Mestre e doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). [kathibertollo@gmail.com](mailto:kathibertollo@gmail.com)

<sup>2</sup> Bacharel em Serviço Social pela UFOP. [neidireis@gmail.com](mailto:neidireis@gmail.com)

<sup>3</sup> Este texto é dedicado à Memória de Bruno Augusto Carrilho Coga, militante da mineração em Minas Gerais. Sua contribuição foi fundamental para a realização deste estudo.

brasileira em tempos pretéritos e na contemporaneidade, dando ênfase à atuação e à organização do Sindicato Metabase Inconfidentes nas lutas gerais da classe trabalhadora e na pactuação dos já mencionados acordos coletivos. Explicitamos que a luta de classes está presente nos documentos firmados, seja pela luta e resistência dos trabalhadores organizados e representados pelo sindicato ou pela ofensiva exploratória da mineradora, uma vez que os documentos demonstram a conquista e a manutenção de direitos, bem como a perda de benefícios ao longo dos anos analisados.

Em meio a este conjunto de elementos, demarcamos a importância e a necessidade da organização coletiva dos trabalhadores para fazer frente à superexploração da força de trabalho, à destruição ambiental e às mortes decorrentes da necessidade de o capital retomar as taxas de lucro neste contexto produtivo. Nesse sentido, ressaltamos a atuação do Sindicato Metabase Inconfidentes enquanto uma entidade combativa e alinhada aos interesses da categoria profissional que representa e da classe trabalhadora como um todo. Por fim, esta discussão intenta contribuir com a luta sindical dos trabalhadores da mineração na região Inconfidentes de Minas Gerais.

### **Capitalismo dependente e o contexto da mineração extrativista em Minas Gerais.**

Minas Gerais ocupa lugar emblemático no globo quando se pensa acerca da mineração, seja pelo seu passado rico em ouro, diamantes e outros metais preciosos que foram expropriados pelas metrópoles europeias, ou pelo seu presente em que o minério de ferro ocupa a referência central da extração mineral, produção esta que é direcionada prioritariamente ao exterior, aos grandes centros imperialistas e em desenvolvimento. Assim, neste chão a riqueza e a pobreza, âmbitos imbricados, porém contrastantes, decorrem e são fomentados pela atividade mineral.

A América Latina, o Brasil, o estado de Minas Gerais e seus inúmeros municípios em que ocorre a exploração mineral são territórios conformados pela lógica do capitalismo dependente e da superexploração da força de trabalho (Bertollo, 2017). É o lugar, a posição e a condição relegados a estes em âmbito da divisão internacional do trabalho. “Temos um sistema mundial que opera com núcleos e acumulação de valor em contraste com amplos territórios que sofrem de desacumulação” (Osório, 2012, p. 76). Nesse sentido, o mesmo autor prossegue afirmando que

os processos que permitem a transferência de valores de uma região e uma economia para outras variam no tempo. Se na etapa colonial isso era possível por meios preferencialmente políticos (as colônias entregando tributos e impostos às metrópoles ou sofrendo despojos de riquezas e metais preciosos pela simples condição colonial), posteriormente tal processo tende a se apoiar de maneira predominante em mecanismos econômicos (deterioração nos termos de intercâmbio ou intercâmbio desigual, pagamento de royalties, transferência devido ao monopólio de conhecimentos, juros da dívida etc.) (Osório, 2012, p. 77).

Estes elementos determinantes conformam e estruturam historicamente a produção mineral no país, em Minas Gerais e particularmente nos municípios da chamada Região Inconfidentes, que demonstrou ter expressiva dependência econômica e política à atividade de extração de minério de ferro, uma vez que vivenciaram fortemente os impactos dos ciclos de *boom* e *pós-boom* das *commodities* que resumidamente podem ser compreendidos da seguinte forma:

A primeira parte do ciclo, que durou até 2011, corresponde à fase de constante e aguda valorização nos preços de várias *commodities* minerais no mercado internacional. O minério de ferro de 62% de teor que, em maio de 2002, custava US\$ 12,60 a tonelada, chegou a US\$ 187,10 em janeiro de 2011, uma valorização de quase 15 vezes em 10 anos. [...] Até 2011, o setor da mineração

se comportava como se o crescimento da demanda e dos preços fosse se manter crescente, não restringindo novos investimentos e aquisições e sem limites para a expansão da fronteira mineral. A partir 2012, com o alastramento da crise econômica global, em especial para a Europa, e com a desaceleração do crescimento da economia na China, os preços das *commodities* minerais entram em decréscimo. [...] o minério de ferro voltou a US\$ 39,60 a tonelada, queda de 79% (Wanderley, 2017, p. 1-7).

A partir destas movimentações econômicas no âmbito do comércio mundial de *commodities*, pode-se dizer que o período de *boom* se caracterizou pelo alto preço e expressiva demanda de minério de ferro, já o período denominado de *pós-boom* foi marcado pelo excesso de oferta no mercado internacional e pela retração da demanda global e chinesa, o que ocasionou preços mais baixos.

Essa oscilação determinada pela crise econômica mundial influenciou diretamente o âmbito da produção e das relações de trabalho na mineração em Minas Gerais. Agravaram-se as condições laborais e sociais dos trabalhadores. A comprovação máxima desse contexto foi o rompimento da barragem/crime de Fundão ocorrido em 5 de novembro de 2015. Fato/crime este que está intimamente relacionado ao descaso e à omissão da mineradora para com os seus trabalhadores e à comunidade em seu entorno, bem como ao objetivo primordial de retomar os patamares de lucratividade afetados pelo período de baixa nos preços e na demanda.

Nesse sentido, torna-se relevante explicitar o posicionamento do Sindicato Metabase Inconfidentes frente à situação laboral dos trabalhadores e ao ocorrido:

O Sindicato Metabase Inconfidentes e a CSP-Conlutas se solidarizam com as vítimas e se colocam à disposição dos trabalhadores e das comunidades neste momento de dor e sofrimento. Também nos colocamos à disposição do Metabase Mariana, representante dos trabalhadores da Samarco Mineração para juntos, darmos uma resposta do conjunto do movimento sindical para este grave

problema causado pela Samarco. A política da Samarco para com os trabalhadores e as comunidades é a mais perversa possível. Uma empresa que lucra bilhões todos os anos e investe muito pouco em seus trabalhadores, em segurança e nas cidades. Há aproximadamente um mês, a CSP-Conlutas divulgou um boletim informativo com uma grave denúncia sobre o aumento dos acidentes de trabalho na empresa. Mesmo diante da grave situação de risco, a Samarco manteve sua produção, sem se preocupar com os riscos de acidentes iminentes. Para as grandes mineradoras, o mais importante é o lucro. A preocupação com a vida dos trabalhadores e das comunidades é secundarizada (Cahis Contra Corrente, 2005).

Esta situação tênue entre a vida e a morte no contexto laboral da mineração extrativista, de exaurimento precoce da força de trabalho pelos constantes acidentes e turnos de trabalho, de destruição abrangente, alastrada e definitiva da natureza é marca histórica de nossa conformação enquanto país de capitalismo dependente, subordinado econômica e politicamente aos ditames e interesses dos centros imperialistas e da superexploração da força de trabalho, condição de cotidiano e vida imposta aos trabalhadores. Assim, é fundamental a organização da classe trabalhadora para tensionar e fazer frente a estas questões estruturais das esferas da produção e reprodução social sob a hegemonia do capital.

### **Organização sindical da classe trabalhadora brasileira: considerações sobre o Sindicato Metabase Inconfidentes**

*É pelo número de sócios que se mede a força do sindicato. O Sindicato não é só um prédio, nem é somente seus diretores, o Sindicato é a organização de todos os trabalhadores e deve estar a serviço dos trabalhadores.*

(ILAESE; Sindicato Metabase Inconfidentes, 2017, p. 20).

A organização sindical da classe trabalhadora brasileira tal qual como conhecemos hoje denota de processos históricos, políticos e de resistência mesmo antes da abolição da escravatura no país. É imperioso reconhecer os “levantes” ocorridos nos centros urbanos e desencadeados pelos trabalhadores escravizados e que tiveram o apoio dos trabalhadores livres. Essa atuação conjunta já explicitava “valores da nova classe em formação” e já incluía “o compartilhamento de modelos e forma associativas, assim como de padrões de mobilização e luta [...] que se desdobra para além da abolição” (Mattos, 2009, p. 21-24). Dos “levantes” às “associações de ajuda mútua” e à primeira “greve” no país em 1858, a formação da classe trabalhadora e a conformação tal qual conhecemos na atualidade foi forjada no âmbito da luta de classes e da posição ocupada na divisão social do trabalho.

Ao conformar-se como modo de produção hegemônico, o capitalismo vai configurando e impondo a chamada divisão internacional do trabalho, em que os territórios/Estados-Nação ocupam posições distintas, bem como configura e acirra a luta entre as classes sociais fundamentais. Nesse cenário econômico-global, o lugar ocupado pelo continente Latino-Americano é de dependência, e a classe trabalhadora latino-americana é submetida à superexploração da força de trabalho. Tal conformação histórica é reafirmada e ganha novos e agravados contornos a partir das últimas décadas do século XX, com a ofensiva neoliberal, com a chamada reestruturação produtiva e com a financeirização da economia, estratégias estas que orientam o capital na busca pela retomada das taxas de lucro e fazem com que as relações laborais permaneçam pautadas a partir da exploração de uma classe sobre outra e se acentuem cotidianamente. Este é o cenário a partir do qual a classe trabalhadora brasileira se constitui ao longo dos séculos e que



impõe desafios ímpares ao seu fortalecimento e organização sindical na contemporaneidade.

É imperioso destacar que a classe trabalhadora brasileira é conformada historicamente pelo processo de escravidão e posteriormente pela dominação imperialista, o que a subordina à adversas e restritas possibilidades de sobrevivência, ou seja, um contingente de homens e mulheres, adultos, crianças, jovens e idosos são cotidianamente submetidos ao trabalho informal, ao desemprego estrutural e à superexploração da força de trabalho.

Acerca da Região dos Inconfidentes, território de abrangência e atuação do Sindicato ora em evidência, destaca-se que a principal fonte e atividade econômica é a mineração extrativista de minério de ferro. Os trabalhadores representados por este sindicato residem majoritariamente nos municípios de Congonhas-MG, Mariana-MG e Ouro Preto-MG. Esses municípios cresceram populacionalmente e se conformaram de vilas a cidades de médio porte através das riquezas minerais próprias dessa região do país. A configuração resultante de que os municípios não possuem atividades produtivas expressivas economicamente como a mineração, condiciona parte expressiva da população residente a vender sua força de trabalho às mineradoras que ali estão situadas. Destaca-se que no ano de 2013, o município de Ouro Preto-MG possuía 5.200 pessoas trabalhando no setor de serviços e 5.667 na mineração. Em Mariana-MG, município vizinho, neste mesmo ano, 4.660 pessoas estavam empregadas no setor de serviços e 1.633 na mineração. Após o rompimento da barragem/crime de Fundão ocorre uma queda destas estimativas, passando para 1.059 pessoas empregadas na mineração e 3.902 no setor de serviços no ano de 2016 (Lampião, 2019). Em suma,

explicita-se uma realidade em que a parcela de renda a qual a maior parte da população tem acesso é aquela que possibilita

apenas o suficiente para manter biologicamente viva uma singular mercadoria- a força de trabalho, nada, além disso; o que remete estes indivíduos historicamente ao lugar de sujeitos superexplorados, seja no setor minerário extrativo ou no setor de serviços e de construção que servem de suporte para que o primeiro aconteça e se perpetue no município (Bertollo, 2017, p. 160).

Importa destacar ainda que a relação entre a Compensação Financeira pela Exportação de Recursos Minerais (CFEM) e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) não ocorre de maneira proporcional, ao contrário reafirma a perpetuação da desigualdade entre as classes sociais neste território e a partir das riquezas por ele geradas. No ano de 2010, Mariana-MG ocupava a 3<sup>a</sup> posição no *ranking* estadual de arrecadação da CFEM e a 52<sup>a</sup> posição no *ranking* do IDHM. Situação semelhante ocorreu com o município de Ouro Preto-MG, que ocupava a 11<sup>a</sup> e a 57<sup>a</sup> posição, respectivamente (Lampião, 2019).

Diante deste cenário, aponta-se que somente com organização coletiva será possível potencializar as lutas e resistência dos trabalhadores vinculados ao contexto da mineração extrativista nesta região. Assim, é mister reconhecer o sindicato “como o instrumento de representação de interesses coletivos mais próximo ao mundo do trabalho” (Mattos, 2009, p. 9) e requisitar uma organização e atuação classista e autônoma, rechaçando qualquer postura atrelada ao Estado, de apaziguamento das lutas e pautas reivindicatórias, e de mera instância prestadora de serviços, situação esta, que vem marcando fortemente a ação e estrutural sindical do país nas últimas décadas e que se manifesta no setor produtivo da mineração.

A Vale tem buscado aproximar as direções sindicais de seus interesses, as subordinando de diferentes formas. No Brasil, uma das principais táticas têm sido o apoio à formação de chapas que disputem a direção dos sindicatos, além da demissão de funcio-

nários que se disponham a formar chapas de oposição à Vale e da inviabilização das mesmas (Milanez *et al.*, 2018, p. 25).

Em nosso entendimento e constatação, a postura sindical de mitigação das pautas e da organização coletiva não está presente na realidade organizativa e interventiva do Sindicato Metabase Inconfidentes, ao contrário, histórica e cotidianamente “se posiciona explícita e fortemente a favor dos interesses dos trabalhadores e contra os desmandos do capital/empresas mineradoras” (Bertollo, 2017, p. 227), constituindo-se em um sindicato de referência em nível nacional e internacional no que se refere à organização dos trabalhadores e às lutas travadas no contexto da mineração.

O Metabase Inconfidentes está há décadas na luta dos(as) operários(as) da mineração nas cidades de Congonhas, Ouro Preto/Mariana e região em MG, além de travar campanhas nacionais e internacionais em defesa da classe trabalhadora! (ILA-ESE, 2017, p. 70).

Essa postura interventiva, de atuação de modo amplo e articulado ao máximo de trabalhadores possível, reflete-se desde o processo histórico de conformação da atual estrutura organizativa e territorial do Metabase Inconfidentes, que decorreu da união entre o Metabase Timbopeba e o Sindicato distrital de Antônio Pereira (Ouro Preto-MG) com o Metabase de Congonhas-MG, que, dessa forma, passou a representar os trabalhadores da Indústria de Extração de Ferro e Metais Básicos dos municípios de Congonhas-MG, Belo Monte-MG e Ouro Preto-MG.

A partir desta configuração, a sede localiza-se no município de Congonhas-MG, sendo que em Mariana-MG o sindicato possui uma subsede. Isso se explica pela proximidade geográfica e melhor condição de atuar politicamente junto aos trabalhadores, em especial aos da Mina Timbopeba que se

localiza no distrito de Antônio Pereira (Ouro Preto-MG), mas que fica muito próximo do centro urbano de Mariana-MG, local em que a maioria dos trabalhadores residem, acessam o comércio e o setor de serviços, dentre outros elementos. Importa destacar que

o processo de luta junto aos trabalhadores e consequentemente junto às comunidades dos municípios mineradores acontece por meio de assembleias, participação e realização de debates públicos, assessoria junto aos trabalhadores, dentre outras ações que vão além das pautas locais e da categoria, uma vez que se alinham a questões que atingem e marcam a vida da classe trabalhadora como um todo (Bertollo, 2017, p. 228).

Além destas formas de atuação, o Sindicato Metabase Inconfidentes mantém uma página na rede social *Facebook* em que de imediato explicita seu posicionamento ao afirmar que “está na luta em defesa dos trabalhadores e de uma sociedade mais justa” (Sindicato Metabase Inconfidentes, 2019). Este espaço serve como mais um canal de divulgação dos informes-boletins do sindicato, publicização de registros fotográficos e em vídeo de ações realizadas junto aos trabalhadores e da posição da diretoria perante as causas organizativas do contexto produtivo e laboral da mineração na região. Também são socializadas informações sobre o impacto e a importância de se combater as ofensivas do capital e do Estado por meio da restrição de direitos trabalhistas, da (contra)reforma da previdência social, entre outras pautas atreladas ao conjunto da classe trabalhadora. Por fim, explicita-se que o sindicato é filiado à CSP-Conlutas Central Sindical e Popular e dessa forma pauta a questão da organização, da luta e da resistência dos trabalhadores da mineração na Região Inconfidentes junto a outros sindicatos e movimentos sociais do país e em nível internacional.

### **Análise dos acordos coletivos firmados entre o Sindicato Metabase Inconfidentes e a Vale S. A. nos anos de 2009 a 2018**

A análise dos acordos foi realizada através de pesquisa bibliográfica e documental. Foram analisadas as informações contidas em cada acordo coletivo, dando ênfase para cada ano do período em que foram firmados e possuíam validade, e estes dados foram relacionados e analisados a partir de bibliografia que trata o tema, ou seja, buscamos subsídios teóricos que possibilitassem uma melhor compreensão e reflexão do conteúdo pactuado entre as partes. O acesso aos acordos coletivos se deu por meio do Sindicato Metabase Inconfidentes, que disponibilizou cópia dos documentos para que o estudo fosse realizado pelas autoras.

Foram analisados os acordos coletivos firmados entre o Sindicato Metabase Inconfidentes e a Vale S. A. com validade no período de 2009 a 2018. Isso significa dizer que o último acordo analisado foi aquele firmado no ano de 2017, mas que teve sua vigência também ao longo de meses do ano civil de 2018, quando foi assinado o acordo coletivo referente ao ano de 2018 e que adentrou o ano civil de 2019, e assim sucessivamente. Destaca-se que os acordos são pactuados nos meses de outubro/novembro, a depender do contexto de negociações. O período de um ano de validade deste documento ultrapassa o limite do ano civil corrente e adentra ao calendário/meses do ano seguinte. A fim de abranger todo o período de validade do mesmo é que nas tabelas aparecerá 2017 como a última referência de ano, pois se trata do ano em que foi firmado o último acordo coletivo analisado neste estudo, mas, por ter validade também em vários meses de 2018 é que utilizamos essa referência temporal no corpo do texto.

Dito isso, ainda importa ressaltar que entre os anos de 2009 a 2015 os acordos coletivos tinham vigência de dois anos; após, passaram a ser anuais.

Em caso de não cumprimento do acordo firmado, foi estabelecida uma multa de R\$ 100,00. Para o “Acompanhamento do Acordo” por meio de reuniões trimestrais durante o período (ano) de sua vigência, sendo que, na última destas reuniões seriam apresentadas as propostas a serem pactuadas no acordo seguinte, e as partes seriam avisadas e chamadas com 15 dias de antecedência, antes do término do acordo em vigência, para o fechamento do novo acordo e posterior assinatura deste. Não houve alteração dessas questões nos acordos coletivos ao longo dos anos analisados. Acerca do repasse aos sindicatos, que ocorre por meio de desconto na folha de pagamento dos trabalhadores sindicalizados no 5º dia útil de cada mês, destaca-se que tal questão também não sofreu alteração entre as partes no período analisado.

Para uma melhor realização e compreensão da análise, os dados foram agrupados em quatro cláusulas, organizadas em tabelas, sendo: 1) Cláusulas trabalhistas (salariais); 2) Cláusulas sociais; 3) Acordos e Benefícios referentes à área da saúde (auxílios médicos e odontológicos); e 4) Acordos e Benefícios referentes à área da família (cônjuges e filhos).

É relevante destacar acerca da organização dos trabalhadores e dos acordos coletivos que tais pactuações após firmadas abrangem e contemplam todos os trabalhadores das minas da Vale S. A. na qual o Metabase Inconfidentes possui base territorial de atuação, sejam estes trabalhadores sindicalizados ou não e independentemente do tempo de contratação pela empresa, mas considerando, obviamente, a particularidade de cada profissão/categoria e a possibilidade de os trabalhadores

serem representados por outros sindicatos de categoria, situação que é recorrente no trabalho na mineração.

Dito isto, ressalta-se que os benefícios garantidos nas cláusulas dos acordos abrangem de forma ampla o conjunto de trabalhadores, o que reconhecemos como uma grande conquista de classe. Em contraposição, consideramos como uma estratégia de fragmentação e apaziguamento das lutas o fato de que é possível que trabalhadores que atuam nas minas não sejam representados por este sindicato, como é o caso dos trabalhadores terceirizados e dos que são representados pelos sindicatos de suas categorias profissionais e não pelo ramo de atuação.

Os dados a seguir estão organizados na tabela 1 (p. 208) e nos informam sobre as cláusulas trabalhistas. Acerca do reajuste do Salário Base, é perceptível que a categoria teve um reajuste mais significativo no ano de 2011 com uma porcentagem de 8,6% e, em 2016 com 8,5%. Dentre os anos de menor valor reajustado, destacamos o ano de 2017 com uma porcentagem de apenas 2,5%. Destaca-se que não houve aumento significativo na média salarial, que ficou estabelecida em R\$ 1.253,84. Acerca disso é relevante explicitar que o piso salarial é considerado como base de cálculo para o pagamento do adicional de insalubridade, o que interfere diretamente na remuneração total recebida pelos trabalhadores.

O Abono Salarial, que é um benefício repassado para os trabalhadores através de um valor que é desvinculado do salário, nos anos de 2009 e 2010 foi de R\$ 600,00, e de 2011 a 2014 de R\$ 700,00. O aumento mais considerável deste benefício aconteceu no ano de 2015, no qual o valor foi de R\$ 4.660,00. Essa grande diferença deve-se ao fato de que a mineradora Vale S. A. foi responsável por um significativo aumento da atividade de extração de minério de ferro na região e com

isso teve, conseqüentemente, um aumento expressivo em seus lucros naquele período.

Destacamos que foi em 5 de novembro de 2015 que aconteceu o rompimento/crime da barragem de Fundão em Mariana-MG, de propriedade da Samarco S.A, da BHP Billiton e da Vale S. A. Relacionamos tal acontecimento diretamente com o aumento da produção/extração de minério de ferro e com a superexploração da força de trabalho nessa atividade produtiva (Bertollo, 2017). Enfatizamos que os trabalhadores vinculados à atividade da mineração neste município são representados pelo Sindicato Metabase Mariana, sendo este o motivo de não abordarmos mais fortemente o rompimento/crime no texto ora apresentado.

No entanto, mesmo que os dados dos acordos coletivos analisados não se refiram diretamente às pactuações entre a mineradora responsável pelo rompimento/crime (Samarco S.A.) e o sindicato que representa os trabalhadores a ela vinculados (Metabase Mariana), é imperioso destacar a relação direta entre o dado correspondente ao valor repassado via abono salarial ano de 2015 e o rompimento/crime, pois explicita que todo o contexto produtivo nas diferentes empresas mineradoras e minas de suas propriedades foi levado ao extremo, ou seja, houve um aumento da extração e, conseqüentemente, dos lucros. Isso explicita a forma consciente assumida pelas mineradoras de atenuar o contexto altamente degradante e destrutivo a que são submetidos os trabalhadores, ou seja, opta-se e pactua-se legalmente a distribuição de parte (irrisória) do montante financeiro adquirido pela empresa, porém vai-se até as últimas conseqüências ao que se refere à produção desenfreada de minério de ferro na região.

O valor do adicional noturno, que é direito dos trabalhadores no horário de 22h00 até às 5h00 do dia seguinte, é



referido ao valor da hora calculada com base no Salário Base. Nos acordos coletivos, os valores são de 60%, divididos em 20% e 40% conforme o horário trabalhado. Os valores do adicional noturno, de 20%, mantiveram-se ao longo dos anos. Já os valores de 40% passaram, a partir de 2013, para 45% do valor da hora de trabalho de cada funcionário.

Quanto ao pagamento de horas extras, os trabalhadores não obtiveram maiores ganhos. Os valores se mantiveram os mesmos ao longo dos nove anos analisados, sendo que nas duas primeiras horas extras de trabalho o percentual a ser pago foi de 50%, a partir da terceira hora foi de 110%, e para as horas extras trabalhadas em dia de repouso semanal, feriado, fins de semana ou dia que não seja de expediente do trabalhador, ficou estabelecido em 120%. Acerca da antecipação do 13º Salário, foi estabelecido que o pagamento de 50% do salário ocorreria no mês de novembro de cada ano e os demais 50% seriam pagos no mês de dezembro. Essa cláusula não é diferente das regras da CLT.

O Bônus Por Acordo de Dois Anos caracteriza-se como mesmo benefício do Abono Salarial. Nos anos de 2009 a 2014 os acordos coletivos tinham vigência de dois anos, dessa forma, o valor do abono a ser pago aos trabalhadores se referia ao período de vigência do acordo, no entanto, o pagamento era dividido em parcelas anuais. No ano de 2009 o valor do bônus foi de R\$ 1.200,00, sendo pago R\$ 600,00 no ano de 2009 e R\$ 600,00 no ano de 2010. No ano de 2011 o valor acordado foi de R\$ 1.400,00, sendo repassado aos trabalhadores R\$ 700,00 no ano de 2011 e a mesma quantia em 2012. O mesmo ocorreu até 2014, quando os acordos passaram a ser firmados anualmente e o bônus extinto.

**Tabela 1: Dados referentes às cláusulas trabalhistas nos acordos firmados entre o Sindicato  
Metabase Inconfidentes e Vale S. A. e com validade no período de 2009 a 2018**

| CLÁUSULAS TRABALHISTAS                                | ANOS        |             |             |             |             |             |             |             |             |             | MÉDIA |
|---|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------|
|   | 2009        | 2010        | 2011        | 2012        | 2013        | 2014        | 2015        | 2016        | 2017        |             |       |
| <b>REAJUSTE SALÁRIO BASE</b>                          | 7,0%        | 7,0%        | 8,6%        | 8,0%        | 6,0%        | 5,4%        | 0,0%        | 8,5%        | 2,5%        | 5,9%        |       |
| <b>ABONO SALARIAL</b>                                 | R\$600,00   | R\$600,00   | R\$700,00   | R\$700,00   | R\$700,00   | R\$700,00   | R\$4.660,00 | R\$0,00     | R\$0,00     | R\$962,22   |       |
| <b>PISO SALARIAL</b>                                  | R\$930,00   | R\$1.000,00 | R\$1.000,00 | R\$1.250,00 | R\$1.325,00 | R\$1.325,00 | R\$1.396,55 | R\$1.515,00 | R\$1.542,99 | R\$1.253,84 |       |
| <b>ADICIONAL NOTURNO</b>                              |             |             |             |             |             |             |             |             |             |             |       |
| até às 23:55h   | 20%         | 20%         | 20%         | 20%         | 20%         | 20%         | 20%         | 20%         | 20%         | 20,0%       |       |
| de 23:55h às 5:00h                                    | 40%         | 40%         | 40%         | 40%         | 45%         | 45%         | 45%         | 45%         | 45%         | 42,8%       |       |
| <b>HORAS EXTRAS</b>                                   |             |             |             |             |             |             |             |             |             |             |       |
| Duas Primeiras horas                                  | 50%         | 50%         | 50%         | 50%         | 50%         | 50%         | 50%         | 50%         | 50%         | 50,0%       |       |
| A partir da terceira hora                             | 110%        | 110%        | 110%        | 110%        | 110%        | 110%        | 110%        | 110%        | 110%        | 110,0%      |       |
| Feriados e fins de semana                             | 120%        | 120%        | 120%        | 120%        | 120%        | 120%        | 120%        | 120%        | 120%        | 120,0%      |       |
| <b>ANTECIPAÇÃO do 13º salário</b>                     | 50%         | 50%         | 50%         | 50%         | 50%         | 50%         | 50%         | 50%         | 50%         | 50,0%       |       |
| <b>BÔNUS</b> por acordo de 2 anos                     | R\$1.200,00 | R\$1.200,00 | R\$1.400,00 | R\$1.400,00 | R\$1.400,00 | R\$1.400,00 | R\$0,00     | R\$0,00     | R\$0,00     | R\$888,89   |       |
| <b>MULTA</b> entre as partes por não cumprir o acordo | R\$100,00   | R\$100,00   | R\$100,00   | R\$100,00   | R\$100,00   | R\$100,00   | R\$100,00   | R\$100,00   | R\$100,00   | R\$100,00   |       |

*Fonte: elaborada por Neidimar Santos dos Reis, 2018.*

Os dados a seguir estão organizados na tabela 2 (p. 210) e nos informam sobre as Cláusulas Sociais. Acerca do Cartão Alimentação fornecido aos trabalhadores pela Vale S. A., é importante ressaltar que o trabalhador participa com 5% do custo total do benefício. No ano de 2009 o valor que os trabalhadores receberam foi de R\$ 320,00. De 2011 a 2012 passa a ser de R\$ 500,00. Em 2013 ocorre um aumento de R\$ 120,00, permanecendo o valor deste auxílio em R\$ 620,00 até o ano de 2016, quando é conquistado um novo aumento, porém de somente R\$ 80,00. A situação piora no acordo referente aos anos de 2017 e 2018, pois o aumento conquistado foi mais irrisório ainda, somente R\$ 17,00. O que os acordos explicitam sobre este direito é que ocorreu uma desvalorização expressiva no valor recebido, considerando que o preço dos alimentos aumentou ao longo dos anos. No período analisado, a média total recebida via cartão alimentação foi de R\$ 546,33.

De acordo com o que consta nos itens 18 e 18.1 do acordo coletivo referente aos anos de 2009/2011 e que dispõem sobre o Reembolso Educacional:

A empresa reembolsará os seus empregados com as despesas incorridas por esses cursos de ensino fundamental, ensino médio e ensino superior em curso de graduação (a partir da autorização de funcionamento pelo Ministério da Educação), nos termos da Instrução INS-0036 (Sindicato dos Trabalhadores..., 2009, p. 13).

Assim, nos anos de 2009 até 2018, o reembolso aos trabalhadores que cursaram o nível médio foi de 90%, já aos trabalhadores que cursaram o ensino superior o reembolso foi de 75% até o ano de 2011, quando este percentual passou a ser de 85%. Ressalta-se que as porcentagens de reembolso são baseadas no salário-base de cada trabalhador.

No percurso de análise das cláusulas sociais ainda foi possível constatar que o benefício de Cartão Material Escolar/

**Tabela 2: Dados referentes às cláusulas sociais presente nos acordos firmados entre o Sindicato Metabase Inconfidentes e Vale S. A. e com validade no período de 2009 a 2018**

|   | ANO  |           |           |           |           |           |           |           |           |           | MÉDIA |
|---|--|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-------|
|   | 2009   | 2010      | 2011      | 2012      | 2013      | 2014      | 2015      | 2016      | 2017      |           |       |
| <b>CLÁUSULAS SOCIAIS</b>                |  |           |           |           |           |           |           |           |           |           |       |
| <b>CARTÃO ALIMENTAÇÃO</b>               | R\$320,00  | R\$320,00 | R\$500,00 | R\$500,00 | R\$620,00 | R\$620,00 | R\$620,00 | R\$700,00 | R\$717,00 | R\$546,33 |       |
| <b>REEMBOLSO EDUCACIONAL</b>            | Ensino Médio<br>90%  | 90%       | 90%       | 90%       | 90%       | 90%       | 90%       | 90%       | 90%       | 90%       |       |
|   | Ensino superior<br>75%   | 75%       | 85%       | 85%       | 85%       | 85%       | 85%       | 85%       | 85%       | 83%       |       |
| <b>CARTÃO MATERIAL ESCOLAR/UNIFORME</b> | R\$24,00   | R\$24,00  | R\$24,00  | R\$24,00  | R\$0,00   | R\$0,00   | R\$0,00   | R\$0,00   | R\$0,00   | R\$10,67  |       |
| <b>VALE CULTURA</b>                     | R\$0,00  | R\$0,00   | R\$0,00   | R\$0,00   | R\$50,00  | R\$50,00  | R\$50,00  | R\$0,00   | R\$0,00   | R\$16,67  |       |
| <b>REPASSE AOS SINDICATOS</b>           | Descontos no 5º dia útil do mês, na folha de pagamento dos associados (não houve alteração entre 2009 à 2017). |           |           |           |           |           |           |           |           |           |       |
| <b>ACOMPANHAMENTO DO ACORDO</b>         | Reuniões trimestrais com 15 dias de antecedência (não houve alteração entre 2009 a 2017).                      |           |           |           |           |           |           |           |           |           |       |

*Fonte: elaborada por Neidimar Santos dos Reis, 2018.*

Uniforme, que era fornecido no ano de 2009, no valor de R\$ 24,00, deixou de ser concedido aos trabalhadores nos anos seguintes. Também, o benefício Vale Cultura, incentivado pelo governo federal como uma forma de integrar os trabalhadores à cultura e ao lazer, foi ofertado apenas de 2013 a 2015.

Os dados a seguir estão organizados na tabela 3 (p. 212) e nos informam sobre os Acordos e Benefícios referentes à área da saúde (auxílios médicos e odontológicos). Entre os anos de 2009 a 2017, as Despesas com Tratamento Psicológico e Psicoterápico tiveram um reembolso de 40% com cada tipo de tratamento. Esse valor se manteve ao longo dos anos, e os limites do reembolso são de acordo com o limite máximo. Dos valores analisados, a média total final do limite semestral clínico foi de R\$ 1.279,98, e a média final do limite do reembolso de 40% do tratamento em regime de internação foi de R\$ 2.559,88 por beneficiário.

O benefício do reembolso das Despesas com Vacinas também manteve os mesmos requisitos anteriores, isto é, a Vale S. A. reembolsaria o valor de 40% das despesas com vacinas utilizadas para prevenção de doenças infectocontagiosas devidamente registradas no Ministério da Saúde. Dentre os valores analisados e demonstrados na tabela 3, a média final do limite do valor do reembolso é de 40% do total de R\$ 234,16 reais.

O Reembolso das Despesas Médicas de Grande Risco permaneceu com o percentual de participação da Vale S. A. em 70%. O Reembolso das Despesas Médicas de Pequeno Risco foi de 65% nos anos de 2009 a 2015. A partir de 2015 até 2018 esse valor foi reduzido para 55%, ou seja, uma perda considerável para o trabalhador de 10% desse benefício. As Despesas de grande Porte com Internação permaneceram com 99% de reembolso pela Vale S. A. ao longo dos anos 2009 até 2018. Em relação ao Atendimento Odontológico, a empresa participou

**Tabela 3: Dados referentes às cláusulas da saúde presentes nos acordos firmados entre o Sindicato Metabase Inconfidentes e Vale S. A. e com validade no período de 2009 a 2018**

| CLÁUSULAS DA SAÚDE                           | ANO         |             |             |             |             |             |             |             |             |             |  |
|--|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|--|
|  | 2009        | 2010        | 2011        | 2012        | 2013        | 2014        | 2015        | 2016        | 2017        | Média       |  |
| <b>DESPESAS COM TRATAMENTO PSICOLÓGICO</b>   | 40%         | 40%         | 40%         | 40%         | 40%         | 40%         | 40%         | 40%         | 40%         | 40%         |  |
| Repassse                                     | 40%         | 40%         | 40%         | 40%         | 40%         | 40%         | 40%         | 40%         | 40%         | 40%         |  |
| Limite semestral (clínico)                   | R\$1.007,51 | R\$1.007,51 | R\$1.158,88 | R\$1.158,88 | R\$1.340,47 | R\$1.340,47 | R\$1.412,64 | R\$1.532,71 | R\$1.560,76 | R\$1.279,98 |  |
| <b>PSICOTERÁPICO</b>                         | 40%         | 40%         | 40%         | 40%         | 40%         | 40%         | 40%         | 40%         | 40%         | 40%         |  |
| Limite semestral (internação)                | R\$2.015,02 | R\$2.015,02 | R\$2.317,77 | R\$2.317,77 | R\$2.680,54 | R\$2.680,54 | R\$2.825,29 | R\$3.065,44 | R\$3.121,54 | R\$2.559,88 |  |
| <b>DESPESAS COM VACINAS</b>                  | 40%         | 40%         | 40%         | 40%         | 40%         | 40%         | 40%         | 40%         | 40%         | 40%         |  |
| Repassse                                     | 40%         | 40%         | 40%         | 40%         | 40%         | 40%         | 40%         | 40%         | 40%         | 40%         |  |
| Limite por vacina                            | R\$184,32   | R\$184,32   | R\$212,01   | R\$212,01   | R\$245,20   | R\$245,20   | R\$258,44   | R\$280,41   | R\$285,54   | R\$ 234,16  |  |
| <b>REEMBOLSO DE DESPESAS MÉDICAS</b>         | 70%         | 70%         | 70%         | 70%         | 70%         | 70%         | 70%         | 70%         | 70%         | 70%         |  |
| Grande Risco                                 | 70%         | 70%         | 70%         | 70%         | 70%         | 70%         | 70%         | 70%         | 70%         | 70%         |  |
| Pequeno Risco                                | 65%         | 65%         | 65%         | 65%         | 65%         | 65%         | 65%         | 65%         | 65%         | 62%         |  |
| <b>REEMBOLSO DESPESAS ODONTOLÓGICAS</b>      | 50%         | 50%         | 50%         | 50%         | 50%         | 50%         | 50%         | 50%         | 50%         | 50%         |  |
| 50%  | 50%         | 50%         | 50%         | 50%         | 50%         | 50%         | 50%         | 50%         | 50%         | 50%         |  |
| <b>DESPESAS DE GRANDE RISCO (INTERNAÇÃO)</b> | 99%         | 99%         | 99%         | 99%         | 99%         | 99%         | 99%         | 99%         | 99%         | 99%         |  |
| 99%  | 99%         | 99%         | 99%         | 99%         | 99%         | 99%         | 99%         | 99%         | 99%         | 99%         |  |
| <b>ATENIMENTO ODONTOLÓGICO</b>               | 65%         | 65%         | 65%         | 65%         | 65%         | 65%         | 65%         | 65%         | 65%         | 62%         |  |
| 65%  | 65%         | 65%         | 65%         | 65%         | 65%         | 65%         | 65%         | 65%         | 65%         | 62%         |  |
| <b>MEDICAMENTOS ESPECIAIS</b>                | 60%         | 60%         | 60%         | 60%         | 60%         | 60%         | 60%         | 60%         | 60%         | 60%         |  |
| 60%  | 60%         | 60%         | 60%         | 60%         | 60%         | 60%         | 60%         | 60%         | 60%         | 60%         |  |

*Fonte: elaborada por Neidimar Santos dos Reis, 2018.*

com o reembolso de 65% do valor total do tratamento até o ano de 2015, e deste ano em diante o valor do reembolso foi reduzido para 55%. Para a compra de medicamentos especiais o valor do reembolso foi de 60% e esse valor permaneceu o mesmo até o ano de 2018. Nos acordos coletivos realizados nos últimos anos do período realizado, os trabalhadores perderam alguns benefícios do Plano Odontológico, tais como o direito à prótese dentária e tratamentos odontológicos mais específicos. Dessa forma, pode-se afirmar que em questões de benefícios de saúde em geral os trabalhadores não perderam tanto como em relação à questão específica de tratamento odontológico.

Os dados a seguir estão organizados na tabela 4 (p. 214) e nos informam sobre os acordos e benefícios referentes à área da família (cônjuges e filhos). Pode-se destacar em relação ao Auxílio Creche/Maternal que é concedido 100% de reembolso no caso de atendimento a filho até o 36º mês de vida, e 60% de reembolso no caso de atendimento a filho do 37º ao 72º mês de vida. O valor máximo de limite de reembolso deste benefício aumentou entre 2009 e 2014, indo de R\$ 245,48 para R\$ 327,22, no entanto, não foi possível localizar informações sobre este benefício nos acordos firmados nos anos seguintes. Percebe-se que esse benefício fomenta muito fortemente a rede privada de educação no município de Mariana-MG e região. Fomento este, que se dá em detrimento ao ensino público, mas que por deixar de constar nos acordos significa, contraditoriamente, uma perda relevante para os trabalhadores e para seus filhos que não necessariamente conseguirão uma vaga na rede pública de atendimento.

Para a Trabalhadora Gestante Mãe, a empresa garantirá o emprego ou o salário de 120 dias, após licença maternidade. Citamos, ainda, o expresso no item 28 do acordo coletivo referente aos anos de 2009/2011, em que é garantida a transferência Provisória da Gestante:

**Tabela 4: Dados referentes às cláusulas da área familiar presentes nos acordos firmados entre o Sindicato Metabase Inconfidentes e Vale S. A. e com validade no período de 2009 a 2018**

| CLÁUSULAS DA ÁREA FAMILIAR                                   | ANO   |           |           |           |           |           |           |      |      |  |
|--|---|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|------|------|--|
|  | 2009  | 2010      | 2011      | 2012      | 2013      | 2014      | 2015      | 2016 | 2017 |  |
| AUXÍLIO CRECHE/<br>MATERNAL                                  | Reembolso (até 36 meses)  | 100%      | 100%      | 100%      | 100%      | 100%      | 100%      | 100% | 100% |  |
|  | Reembolso (de 37 a 72 meses)  | 60%       | 60%       | 60%       | 60%       | 60%       | 60%       | 60%  | 60%  |  |
|  | Limite máximo   | R\$245,48 | R\$245,48 | R\$285,83 | R\$285,83 | R\$327,22 | R\$327,22 |      |      |  |
| EMPREGADA GESTANTE MÃE                                       | A EMPRESA GARANTIRÁ O EMPRREGO OU SALÁRIO 120 DIAS, APÓS LICENÇA MATERNIDADE. |           |           |           |           |           |           |      |      |  |
| EMPREGADO PAI  | GARANTIA DO EMPRREGO OU SALÁRIO POR 60 DIAS, APÓS NASCIMENTO DO FILHO.        |           |           |           |           |           |           |      |      |  |
| SAÚDE DO CONJUGE (TRATAMENTO DE SAÚDE)                       | MESMOS DIREITOS, CONSIDERA-SE COMPANHEIRO INCLUINDO PARCEIRO DO MESMO SEXO.   |           |           |           |           |           |           |      |      |  |
| LICENÇA À MÃE DO FILHO ADOTIVO (LEI:10.421 DE ABRIL DE 2012) | Crianças até 1 ano  | 120 dias  |           |           |           |           |           |      |      |  |
|  | Crianças de 1 a 4 anos  | 60 dias   |           |           |           |           |           |      |      |  |
|  | Crianças de 4 a 8 anos  | 30 dias   |           |           |           |           |           |      |      |  |

*Fonte: elaborada por Neidimar Santos dos Reis, 2018.*



com base no artigo 392, § 4º da CLT, à empregada gestante é assegurado o direito de transferência provisória do setor ou função, quando as condições de saúde exigir, desde que haja prévia comprovação desta necessidade através de laudo médico emitido ou aprovado pelo médico do trabalho da empresa (Sindicato dos Trabalhadores..., 2009, p. 18).

Já, para o Trabalhador Empregado Pai a empresa garantirá o emprego ou o salário por 60 dias, após nascimento do filho.

O Benefício de Saúde do Cônjuge (tratamento de saúde) é oferecido a todos, com os mesmos direitos, considerando companheiro também pessoas do mesmo sexo. Esse benefício consta no item 10.3 do acordo referente aos anos de 2009/2011 sob a seguinte redação:

A empresa considerará o cônjuge e, nos termos de seu regulamento, o (a) companheiro (a), inclusive do mesmo sexo, como dependente do empregado para efeitos de assistência médica supletiva, independente da data de admissão do mesmo na empresa e da renda percebida (Sindicato dos Trabalhadores..., 2009, p. 9).

Percebe-se que há certo avanço no que se refere ao reconhecimento e tratamento ético e digno às relações familiares dos trabalhadores, sejam elas hétero ou homoafetivas.

No tocante ao benefício “da mãe de filho adotivo”, a empresa agirá nos termos da Lei n. 10.421, de 15 de abril de 2002, ou seja, a empresa concederá licença maternidade à trabalhadora que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança com até 8 anos de idade. O período dos benefícios, conforme a referida lei, é configurado da seguinte forma: para crianças de até 1 ano de idade a licença para a mãe trabalhadora será de 120 dias; para crianças de 1 ano até 4 anos será de 60 dias; e para crianças de 4 a 8 anos será de 30 dias.

Após apresentarmos os principais elementos presentes nos acordos coletivos estudados, consideramos que a luta de classes no âmbito das relações trabalhistas entre o Sindicato Metabase

Inconfidentes e a Vale S. A. é real, se põe, explícita e reafirma em cada pactuação realizada. Situação esta, que pode ser relacionada com a questão da privatização da mineradora, com as modificações e os impactos desse acontecimento ao que se refere aos direitos e condições de trabalho quando a Vale ainda era uma empresa estatal e após a sua privatização.

Importa ressaltar que pela metodologia assumida neste estudo ora apresentado não conseguiremos abordar de modo mais incisivo esta questão tão polêmica e questionável da privatização da Companhia Vale do Rio Doce e de como o processo aconteceu. O que faremos é destacar alguns elementos presentes nas relações entre o Sindicato Metabase Inconfidentes e a mineradora antes e depois da privatização, pois compreendemos que estes subsidiam e potencializam o entendimento do contexto em que as pactuações anteriormente demonstradas ocorreram. Assim, destacamos a partir de Carrano (2017 *apud* Bertollo, 2017, p. 132) que

a Vale do Rio Doce (hoje apenas Vale) foi vendida por R\$ 3,3 bilhões, quando somente as suas reservas minerais eram calculadas em mais de R\$ 100 bilhões à época. [...] A empresa foi criada em 1942 com recursos do Tesouro Nacional. Durante 55 anos, foi uma empresa mista e o seu controle acionário pertencia ao governo. Depois do leilão de privatização da companhia, com militância ativa de José Serra, ministro do planejamento à época, a Vale passou a ser comandada pelo banco Bradesco, integrante do consórcio Valepar, detentor de 32 por cento das ações, enquanto os investidores estrangeiros passaram a somar 26,7% das ações totais da empresa.

Esta informação explícita uma posição de classe assumida pelo Estado brasileiro, ou seja, entreguista dos bens e patrimônios públicos ao capital internacional. Essa opção política e financeira de condução do Estado-nação é alinhada e incorporada às premissas neoliberais, que especialmente a partir da

segunda metade do século XX e nestas primeiras décadas do século XXI apenas reafirmam, perpetuam e agravam a condição de dependência do país em relação aos países de capitalismo central. Ou seja, o processo de privatização da Companhia Vale do Rio Doce se deu em contexto de capitalismo dependente e subordinado, e que no tempo presente assume conformação cada vez mais agravada, incidindo de forma destrutiva sobre a força de trabalho, neste caso em tela, sobre os trabalhadores da mineração extrativista na Região Inconfidentes de Minas Gerais.

O embate entre as partes, isto é, os elementos e contornos da luta de classes presentes no processo produtivo e nas relações de trabalho na mineração e que têm incidência na pactuação dos acordos coletivos firmados entre o Sindicato Metabase Inconfidentes e a Vale, antes e após a privatização da mineradora, assumia as seguintes conformações:

Se no período estatal, a produtividade era incentivada pelo apelo ao sentimento cívico de gerar divisas ao país, hoje ela tem várias outras formas de ser requerida: recompensa econômica coletiva, grupal ou individualizada (através da participação nos resultados e/ou nos lucros); metas estabelecidas e controladas dia a dia, e, não menos importante, a ameaça velada de um mercado de trabalho excessivamente inflacionado, frente a uma demanda da empresa cada vez mais reduzida. Hoje, as admissões são parcimoniosas e não acontecem na proporção necessária nos momentos de crescimento da demanda, e para cobrir necessidades eventuais a empresa usa o mecanismo das terceirizações (Carvalho, 2013, p. 93).

Esse contexto de acirramento das disputas, que em última instância significa a busca e efetivação de maior exploração dos trabalhadores e de maior lucratividade da mineradora, é mais bem compreendido quando se explicitam as mudanças ocorridas na forma e meios de negociações, como no texto de Carvalho (2013, p. 102):

De acordo com o Metabase/Inconfidentes, no período totalmente estatal, existiu uma coordenação nacional, na qual participavam, com funcionamento regular e profissional, mesmo com diferenças entre as várias tendências existentes na época, mas com muito mais maturidade política para entender essa necessidade. As demissões eram esporádicas, falava-se na época que se empregar na Vale era quase a mesma coisa que entrar no serviço público para o trabalhador comum. [...] As negociações coletivas aconteciam anualmente e os resultados eram os esperados. As reivindicações mais negociadas, em seu período totalmente estatal, foram a carteira de benefícios e direitos aprimorados durante o tempo, principalmente no que tange a assistência médica, salários e outros. Os benefícios sociais eram os investimentos nas cidades onde a CVRD tinha suas operações, como hospitais, moradia para os trabalhadores, clubes e outros. Eles não têm notícia de nenhum ano sem negociação. Ajuizaram apenas um dissídio coletivo na época de estatal (mas não especificaram a demanda).

Após a privatização, o cenário se agrava, conforme pode ser observado na longa, mas importante, citação do estudo da mesma autora:

a relação do Metabase/Inconfidentes com a empresa privatizada não é positiva. De acordo com os dirigentes, após a privatização, a Vale deixou de repassar a mensalidade dos sócios do sindicato e não sentou com o sindicato para negociação de acordo coletivo, sendo que essa atitude demorou quase dois anos para ser resolvida. Afirmaram que as demissões promovidas pela empresa depois da privatização foram totalmente injustas, visando somente o lucro e o aumento de produtividade, geradas também pelo assédio de todos os tipos por causa do excesso de autoridade dos cargos de chefia. Ocorreram demissões em massa após a privatização, e a mais significativa foi a de 2008, na administração ex-presidente da empresa Roger Agnelli. Frente a isso, o sindicato participou de uma luta nacional, encabeçada por eles e pelo Metabase Itabira, com denúncias ao Ministério Público, atos com os movimentos sociais em várias cidades do estado de Minas Gerais, como em janeiro de 2009 em Itabira com 15 mil pessoas nas ruas e o de Mariana que reuniu 12 mil pessoas, denúncias na imprensa na-

cional e internacional, informes ao movimento sindical e social do mundo inteiro, denúncias na OIT e várias outras iniciativas. As negociações coletivas junto à empresa após a privatização são anuais. Ocorreram dois acordos com zero por cento de reajuste e uma pressão forte nas áreas com demissões. As reivindicações mais negociadas e os direitos conquistados foram: avanços mínimos na assistência médica supletiva, cartão alimentação, ganhos maiores nos salários variáveis e queda no custo fixo. Afirmam que a empresa continua fazendo “cortes secos” nos direitos após a privatização ou comprar benefícios via negociação (Carvalho, 2013, p. 107-108).

Estas informações explicitadas por Carvalho (2013) somadas às que apresentamos acerca da análise dos acordos coletivos firmados entre o Sindicato Metabase Inconfidentes e a Vale S. A. com validade no período de 2009 a 2018, ou seja, passadas décadas da privatização da empresa pública, retratam o acirramento vivenciado no ‘mundo do trabalho’ e nas atividades laborais sob o domínio e hegemonia do capital, fortemente do capital internacional, bem como o fato de que este contexto é e deve ser permeado pela luta organizada da classe trabalhadora no sentido de fazer enfrentamento às ofensivas e ataques vivenciados cotidianamente. Este cenário é condição eliminável de sua própria existência enquanto relação de compra e venda da força de trabalho e de propriedade privada dos meios de produção.

### **Considerações finais**

Buscamos evidenciar que o contexto da mineração extrativista na Região Inconfidentes de Minas Gerais, mais precisamente nos municípios de abrangência do Sindicato Metabase Inconfidentes é fundamentado pela lógica da dependência, da superexploração da força de trabalho e da destruição ambiental.

Sendo a atividade minerária uma atividade extremamente danosa e penosa aos trabalhadores, à natureza e à vida social de seu entorno, há a necessidade de organização coletiva para tensionar, fazer frente e impor limites e negativas à premissa da exploração incontrolável almejada e imposta pelas empresas.

Nesse sentido ganha relevância a atuação sindical, enquanto um instrumento coletivo de apresentação de pautas, demandas e requisição de direitos trabalhistas. A partir do estudo realizado, podemos observar que este é um contexto de perdas e ganhos para os trabalhadores. Perdas, que são expressão da ofensiva do capital, ou seja, das mineradoras sobre os trabalhadores no sentido de lucrar cada vez mais a partir da negação de condições mínimas e adequadas de trabalho. Já os ganhos e a manutenção de direitos é devido ao caráter combativo do sindicato Metabase Inconfidentes, de seus dirigentes e de sua base organizada, condição historicamente assumida pela entidade, conforme podemos observar quando foi explicitada a relação com a mineradora antes e após sua privatização.

As empresas tremem quando o Sindicato chega na mesa de negociação com um número alto de sindicalizados na base. Quando é assim, a empresa sabe que os trabalhadores estão unidos e que o Sindicato é forte! Quando o número de sindicalizados é alto, a empresa sempre pensa duas, três vezes antes de tentar passar o trabalhador para trás, já que ela sabe que se o trabalhador se revoltar, não tem produção (ILAESE, 2019).

Ressaltamos que o contexto político, econômico e social do país, cujas marcas históricas vêm desde a escravidão aos atuais ataques e ofensivas sobre os direitos sociais, trabalhistas e previdenciários a partir de modificações das legislações por meio das chamadas “reformas”, que na verdade nada mais são do que contrarreformas, bem como os rompimentos das barragens/crimes em Mariana-MG e Brumadinho-MG e a imi-

nência de novos rompimentos, tal como pode ocorrer em Ouro Preto-MG (*G1 Minas*, 2020), apontam para a importância e necessidade de a classe trabalhadora se organizar em sindicatos, e que estes assumam uma postura combativa, rechaçando qualquer alinhamento com as mineradoras, expoentes do capital que nestas terras somente deixam um lastro de destruição, exploração e morte.

## Referências

- BERTOLLO, Kathiúca. *Mineração e superexploração da força de trabalho*: análise a partir da realidade de Mariana-MG. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2017.
- CAHIS CONTRA CORRENTE. Centro Acadêmico de História da Universidade Federal de Ouro Preto. *Nota do Sindicato Metabase Inconfidentes e da CSP Conlutas sobre o grave acidente na barragem da Samarco Mineração*. 5 nov. 2015. Disponível em: <https://cahiscontracorrente.wordpress.com/2015/11/06/nota-do-sindicato-metabase-inconfidentes-e-da-csp-conlutas-sobre-o-grave-acidente-na-barragem-da-samarco-mineracao/>. Acesso em: 1 jul. 2017.
- CARVALHO, Laura Nazaré de. Análise da ação dos sindicatos dos trabalhadores da mineradora Vale S. A. na região sudeste brasileira. *Textos & Debates*, Boa Vista, n. 23, p. 91-114, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://revista.ufr.br/textosedebates/article/view/1623>. Acesso em: 20 jul. 2018.
- ILAESE. Instituto Latino-Americano de Estudos Socioeconômicos. *Trabalho & exploração*: O mapa da exploração dos trabalhadores no Brasil. Ano 1, v. 1, 2017.
- \_\_\_\_\_. *Campanha Salarial dos Trabalhadores da Vale 2015, 2016, 2017, 2018*. 2019. Disponível em: <http://www.ilaese.org.br>. Acesso em: 23 jul. 2019.
- \_\_\_\_\_. ; SINDICATO METABASE INCONFIDENTES. *As verdades que a Vale e os governos não mostram*: Campanha salarial dos trabalhadores da Vale 2017-2018. 2017.
- G1 MINAS. Barragem da Vale em Ouro Preto entra no nível 2 de emergência. *G1: Minas*. 2020. Disponível em: [https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2020/04/01/barragem-da-vale-em-ouro-preto-entra-no-nivel-2-de-emergencia.ghtml?fbclid=IwAR2iX27z1NTGC\\_Nx0cwbfc652IGu6kwxzdtI18PRd5GkZnPcO1DfAvVNs](https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2020/04/01/barragem-da-vale-em-ouro-preto-entra-no-nivel-2-de-emergencia.ghtml?fbclid=IwAR2iX27z1NTGC_Nx0cwbfc652IGu6kwxzdtI18PRd5GkZnPcO1DfAvVNs). Acesso em: 4 abr. 2020.

- LAMPIÃO. A mineração vale? *Jornal-laboratório do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto*, 34ª ed., ano 9, jul. 2019.
- MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência, *in*: TRANSPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (org.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 137-180.
- MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- MILANEZ, Bruno *et al.* A estratégia corporativa da Vale S. A.: um modelo analítico para Redes Globais Extrativas. *Versos – Textos para Discussão PoEMAS*, v. 2, n. 2, 1-43, p. 25, 2018.
- OSÓRIO, Jaime. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica, *in*: FERREIRA, Carla; OSÓRIO, Jaime; LUCE, Mathias (org.). *Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo: Boitempo. 2012.
- SINDICATO METABASE INCONFIDENTES. *Meta base inconfidentes*. 2019. Disponível em: [https://www.facebook.com/pg/metabaseinconfidentes/about/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/pg/metabaseinconfidentes/about/?ref=page_internal). Acesso em: 23 jul. 2019.
- SINDICATO DOS TRABALHADORES na indústria de extração de ferro e metais básicos de Congonhas, Belo Vale e Ouro Preto e Vale S. A. – 2009 a 2017. *Acordos coletivos de trabalho, 2009-2011*. Congonhas-MG.
- \_\_\_\_\_. *Acordos coletivos de trabalho, 2011-2013*. Congonhas-MG.
- \_\_\_\_\_. *Acordos coletivos de trabalho, 2013-2015*. Congonhas-MG.
- \_\_\_\_\_. *Acordos coletivos de trabalho, 2015-2016*. Congonhas-MG.
- \_\_\_\_\_. *Acordos coletivos de trabalho, 2016-2017*. Congonhas-MG.
- \_\_\_\_\_. *Acordos coletivos de trabalho, 2017-2018*. Congonhas-MG.
- WANDERLEY, Luiz Jardim. Do boom ao pós-boom das *commodities*: o comportamento do setor mineral no Brasil. *Versos – Textos para Discussão PoEMAS*, v. 1, n. 1, p. 1-7, ago. 2017. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/318213362\\_Do\\_Boom\\_ao\\_Pos-Boom\\_das\\_commodities\\_o\\_comportamento\\_do\\_setor\\_mineral\\_no\\_Brasil](https://www.researchgate.net/publication/318213362_Do_Boom_ao_Pos-Boom_das_commodities_o_comportamento_do_setor_mineral_no_Brasil). Acesso em: 25 set. 2017.



PARTE III

A LUTA DAS MULHERES NA DEFESA  
DOS TERRITÓRIOS MINERADOS



## CAPÍTULO 7

# AS MUITAS RESISTÊNCIAS DAS MULHERES EM CONFLITO COM O EMPREENDEDIMENTO MINAS-RIO<sup>1</sup>

MARIA JÚLIA GOMES ANDRADE<sup>2</sup>

*A mulher é mais aventureira. Ela pensa em tudo. Eu acho que todas, todas as letras têm um pingo do sentido da mulher. A mulher ela é aventureira. Eu sinto por mim assim, eu não me importo de enfrentar qualquer coisa ali na frente por um amigo, por um filho... por filho eu morro mesmo, né? Por um marido, por uma família minha que aquilo fica doendo na gente assim. Então é por isso que eu falo, as mulheres elas têm que ter voz. Porque sem elas o mundo ia ficar muito sem a aventura da mulher.*

(Coelho, 2019, p. 134)

---

<sup>1</sup> Dedico este texto a três corajosas mulheres: Darcília Pires de Sena, Patrícia Generoso e Juliana Deprá. Mulheres imprescindíveis para a existência de muitos processos de luta. Dona Darcília e Patrícia, pilares da história da resistência em Conceição do Mato Dentro, e Juliana, uma mulher fundamental para a formação de jovens militantes na região de Conceição do Mato Dentro e Serro.

<sup>2</sup> Mestre em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense e membro da Coordenação Nacional do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) e do Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração. mariajuliaminas@gmail.com

## Introdução

Projetos de mineração causam impactos irreversíveis nos territórios em que eles se instalam. A paisagem, o uso do solo, as águas, a recarga hídrica, a fauna e a vegetação do local se desequilibram ou são destruídos. E a vida das pessoas, atravessadas por esses empreendimentos, são alteradas – quase sempre – de forma violenta e brutal. Os supostos impactos positivos da geração de empregos advindos da mineração e a maior arrecadação fiscal do município não são capazes de esconder o fato de que esses são empregos (quase sempre) precários e que os impactos da mineração tiram muitas outras possibilidades de geração de renda e trabalho, como a agricultura familiar. Nesse sentido, dentre muitas, uma pergunta que se levanta é: quanto da arrecadação fiscal precisa ser aplicada para a maior demanda no sistema de saúde do município e para consertar os estragos nas vias que os próprios veículos de mineração causam? No modelo de mineração em que estamos inseridos, os ganhos realmente são para poucos e os ônus para muitos. Ainda, o Estado, que licencia os empreendimentos, é capturado por interesses corporativos e não protege a população afetada.

Mas uma outra questão importante se coloca: todas as pessoas são atingidas da mesma maneira? A realidade mostra que não, e que são as mulheres as mais impactadas por esse modelo. Na nossa sociedade machista e patriarcal coube às mulheres o lugar de “cuidadoras” do espaço da casa. É essa casa que fica sempre mais suja por causa do pó do minério. É no quintal dessa casa que a biquinha de água está secando, e assim fica mais difícil cuidar da horta e dos animais, tarefas em geral colocadas para as mulheres nas áreas rurais. São as mulheres que passam a madrugada com um/a filho/a no nebulizador ou que levam os/as idosos/as até o posto de saúde, porque eles/as estão sentindo falta de ar desde que a mineração chegou. São as mulheres que sentem mais medo ao andar pelas estradas das comunidades para visitar os parentes, porque agora existem

muitos homens diferentes trabalhando na mina. E comumente assim, ficam cada vez mais restritas ao espaço da casa e do lote. A chegada da mineração em um território impõe uma enorme sobrecarga à vida das mulheres.

O universo de trabalho na mineração industrial é predominantemente masculino. Isso faz com que a maioria dos empregos no setor sejam oferecidos para homens que, quando da implementação de um projeto no território, chegam em centenas (ou milhares, como no caso do projeto Minas-Rio). Frequentemente, observa-se a situação de que homens de uma família são empregados na mineradora ou em firmas de terceirizadas, e as mulheres são as que ficam em casa. Isso contribuiu para que as mudanças advindas dos impactos da mineração, tais como as mudanças na disponibilidade hídrica, no comportamento dos animais, no aumento da poeira e ruído sejam, primeiramente, percebidas por essas mesmas mulheres, muito embora os homens de uma família, muitas vezes, são duplamente atingidos: no local de trabalho e no de moradia. Mas a escalada das mudanças no cotidiano é, em geral, percebida pelas mulheres. Essa percepção é um elemento importante para entender o que mobiliza as mulheres para a resistência.

Nesse sentido, é importante mencionar a carência enorme de maiores estudos no Brasil, que contemplem a realidade das mulheres trabalhadoras da mineração. Essas mulheres também existem, mas a vida do trabalho das mulheres na mineração ainda é pouco visibilizada.

Nas muitas lutas de resistência à mineração dos últimos 15 anos, a participação expressiva das mulheres é uma constante, na maioria dos casos. O processo do protagonismo das mulheres na resistência contra projetos de mineração foi estudado recentemente por algumas pesquisadoras em suas dissertações de mestrado: Bernadete Monteiro (2019), que estudou a experiência do coletivo auto-organizado de mulheres do norte de Minas Gerais contra a então Carpathian Gold, que explorava

ouro em Riacho dos Machados; Ana Luisa Queiroz Freitas (2016), que tratou da liderança das mulheres contra a Vale em Catas Altas (MG); Gabriela Fernandez (2016), que analisou o protagonismo na luta em defesa das águas do grupo de 5 mulheres no bairro Pires, em Congonhas (MG); Paula Sassaki Coelho (2019), que estudou os diversos impactos da mineração na vida das mulheres em Conceição do Mato Dentro (MG); Débora Rosa (2019), que analisou as violências e resistências na vida das mulheres atingidas pelo rompimento da barragem em Mariana (MG); e Francisca Érica dos Santos Souza (2020), que analisou os processos de resistências de mulheres ao Projeto Grande Carajás, que atravessa os estados do Pará e Maranhão.

Estudos acadêmicos com o foco em narrar protagonismo de mulheres no enfrentamento à mineração são, assim, um campo relativamente recente nas ciências sociais, e com grande abertura para novos estudos. Nos últimos anos, a relação entre mulheres e mineração também foi assunto de oficinas e cartilhas de algumas organizações, como o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), o Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS) e a Justiça nos Trilhos (JnT). O assunto é também uma vertente de elaboração e trabalho nas comunidades do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM).

E quem são essas mulheres em resistência? As suas histórias de luta são conhecidas e devidamente contadas? Quem são as mulheres na mineração? Elas são trabalhadoras, atingidas, militantes, apoiadoras e pesquisadoras. São tantas identidades possíveis e, às vezes, várias ao mesmo tempo.

Este capítulo pretende analisar a resistência das mulheres no conflito do projeto Minas-Rio, focando nos processos de mobilização que envolvem as mulheres das comunidades rurais de Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas, municípios de Minas Gerais. Para tal, a metodologia desenvolvida foi a análise de estudos produzidos nos últimos anos sobre o

empreendimento Minas-Rio, tendo como foco o recorte escolhido para o trabalho: o impacto diferenciado da mineração na vida das mulheres da região e as resistências por elas travadas nesta história.<sup>3</sup> Para expor esse assunto, este capítulo está dividido em seções que analisam aspectos diferentes deste caso: o que é o projeto Minas-Rio e os diversos impactos que ele causa na região na qual foi instalado; o histórico da resistência ao empreendimento; como o rompimento das barragens de rejeitos em Mariana e Brumadinho aumentaram a sensação de medo da população que vive abaixo da barragem da Anglo American e as transformações experimentadas por mulheres que se envolveram nas ações de resistência contra a mineração.

### **O empreendimento Minas-Rio e os impactos gerados no território<sup>4</sup>**

O projeto Minas-Rio é um grande complexo minerário de exploração de minério de ferro localizado entre os municípios

---

<sup>3</sup> Através das minhas tarefas no Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), tenho acompanhado questões relacionadas ao empreendimento Minas-Rio desde 2013 e, especialmente, nos anos de 2016 e 2017 me desloquei diversas vezes para o território para acompanhar reuniões, encontros nas comunidades, oficinas e audiências públicas relacionadas à terceira fase da expansão do complexo da Anglo American. As informações observadas nestas visitas também foram utilizadas como fonte para a escrita deste capítulo.

<sup>4</sup> O projeto Minas-Rio tem um histórico de mulheres pesquisadoras que analisaram diferentes aspectos dos impactos, violações e resistências relacionadas ao empreendimento. Essas pesquisadoras também se envolveram nas resistências, do lado da população atingida, atuando nas audiências públicas, realizando pesquisas e produzindo relatórios que refutavam os estudos contratados pela Anglo American. As mulheres pesquisadoras do Minas-Rio também são uma parte importante da história da resistência neste conflito. Estou me referindo a mulheres como Ana Flávia Santos, Andréa Zhouri, Denise Pereira, Larissa Vieira, Paula Sasaki Coelho, Clarissa Prates, Lívia Ferraz da Costa Duarte, Maria Letícia de Alvarenga Carvalho, Luciana Costa Leite, Ana Costa, Ana Alvarenga, Michelle Oliveira, Yasmin Antonietti, Débora Rosa e Claudia Mayorga. Trabalhos de algumas destas pesquisadoras se encontram nas referências deste capítulo.

de Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas, em Minas Gerais. O projeto inicialmente da MMX, de Eike Batista, foi vendido para a Anglo American em 2008. Ele consiste na extração do minério, planta de beneficiamento, barragem de rejeitos e um mineroduto de 525 km de extensão, que leva a polpa triturada do minério, por água, até o Porto do Açu, no município de São João da Barra (RJ), atravessando 33 cidades entre os dois estados.

O turbulento licenciamento também foi marcado pela fragmentação de suas estruturas: a Secretaria Estadual do Meio Ambiente de Minas Gerais (SEMAD) foi responsável por licenciar a mina, planta de beneficiamento e barragem de rejeitos; o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA) licenciou o mineroduto; e o Porto do Açu foi licenciado pelo Instituto Estadual do Ambiente (INEA) do estado do Rio de Janeiro.

Esse processo de fragmentação, segundo comenta o relatório, configura uma estratégia frequente de grandes empreendimentos, que, além de acarretar o subdimensionamento dos impactos globais de um projeto, reforça o cenário de inexorabilidade de sua implementação, pois o sequenciamento entre os cursos dos distintos processos acaba por tornar necessária cada uma de suas parcelas ou etapas. Afinal, de que valeria um mineroduto se uma mina para captação do minério? (Cidade e Alteridade, 2014, p. 15-16 *apud* Vieira, 2015, p. 75).

O impacto global do projeto Minas-Rio não foi considerado, e cada etapa das licenças eram concedidas em paralelo, embora com sincronicidade entre os diferentes órgãos ambientais. Em 2006, foi concedida a Licença Prévia (LP) do porto; em 2007, a LP do mineroduto; e, em 2008, a LP da mina. O alto número de condicionantes não cumpridas impossibilitariam que a empresa obtivesse a Licença de Instalação (LI), mas naquele momento foi criada uma invenção processual



para privilegiar a empresa: a LI da mina foi dividida entre LI Fase 1 e LI Fase 2, concedidas, respectivamente, em 2009 e 2010. A lógica de não resolução de fato das condicionantes, que eram repassadas para as licenças seguintes foi a tônica de todo o licenciamento e, também, das expansões do empreendimento já em operação. Tais estratégias, de fragmentação e não resolução dos problemas de uma etapa através de inserção de novas condicionantes, criavam justamente, uma pressão do discurso da inevitabilidade do empreendimento. O problemático licenciamento do Minas-Rio foi estudado por vários pesquisadores (Vieira, 2015; Prates, 2017; Bittencourt, 2017; Santos; Ferreira; Penna, 2018) e é um caso emblemático de violações na concessão de licenças a um projeto de mineração.<sup>5</sup> O empreendimento adquiriu a Licença de Operação (LO) da mina em 29 de setembro de 2014. Dias antes, no dia 23 de setembro, o IBAMA havia concedido a LO do mineroduto. E em maio, deste mesmo ano, o INEA já havia concedido a LO do porto.

Os impactos negativos do projeto começaram já na fase das obras. Durante os anos em que durou a instalação do empreendimento, o modo de vida das comunidades rurais de Conceição do Mato Dentro se alterou de maneira irreversível. Um dos pontos mais graves foi o assoreamento e contaminação de rios e córregos, o que afetou (e, em diversos casos, inviabilizou) a agricultura familiar para as famílias que vivem na região.

---

<sup>5</sup> Para um histórico detalhado de todo o processo de licenciamento do projeto Minas-Rio, recomendo acessar o Observatório dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais do Grupo de Pesquisa em Temáticas Ambientais da UFMG (GESTA): <https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/conflito/?id=582>. Pesquisadores e pesquisadoras associados ao GESTA/UFMG produziram diversos estudos e pareceres em relação ao licenciamento do Minas-Rio, do início do empreendimento até a última expansão ocorrida, o *Step 3*.

Muitas nascentes também secaram, antes mesmo do início da fase de operação. Ainda, as obras para a instalação do projeto removeram comunidades inteiras, para estabelecer a cava, a planta de beneficiamento ou a barragem. Outras comunidades foram profundamente impactadas com rachaduras de casas, perda de áreas de cultivo e proibição de passagem em vias de acesso tradicionais.

No local onde está localizada a barragem ficava a comunidade de Água Santa, que tinha esse nome por causa de uma bica de água, considerada de propriedades medicinais e utilizada especialmente pelas mulheres. A comunidade foi deslocada no início das obras do empreendimento, para dar lugar ao depósito de rejeitos que hoje é a razão de pavor e medo para moradores das comunidades à jusante dela.

A região rural de Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas é formada por diversas pequenas comunidades tradicionais e sua população é majoritariamente negra, conforme foi sinalizado no “Estudo Preliminar: violações de Direitos Humanos no contexto do empreendimento Minas-Rio em Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim, Minas Gerais”:

A instalação do empreendimento de mineração de ferro em Conceição do Mato Dentro afetou e seguirá afetando de maneira diferenciada os grupos e comunidades rurais negras da região. De acordo com dados levantados junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, de 2010, na base de setor censitário foi possível identificar o perfil étnico racial da população que vive no entorno do empreendimento. As áreas mais próximas ao empreendimento da Anglo American se destacaram pelo alto grau de auto-identificação da população como não branca, com índices superiores as médias municipais. A população situada no mesmo setor censitário (31175043500002) do empreendimento de mineração, que incluem principalmente as comunidades de Água Quente, Beco, Turco, Sapo e Cabeceira do Turco, na zona

rural do distrito de São Sebastião do Bom Sucesso, em Conceição do Mato Dentro, 89,6% se auto-declaram não brancos, sendo a ampla maioria como pardos e negros. Seguindo as áreas mais próximas ao empreendimento, destacamos que a população da vila de São Sebastião do Bom Sucesso (311750435000001), em Conceição do Mato Dentro, se declarou em 85,6% dos casos como não brancos; enquanto em Alvorada de Minas, no setor censitário (310240700000003) que contempla as comunidades de São José do Jassém, Jassém, Passa Sete, Teodoro e São José do Arruda 96,5% se identificaram como não brancos (Santos; Milanez, 2017, p. 131-132).

As mulheres das comunidades rurais da região têm em comum um perfil de camponesas, com uma relação forte com a terra. Como a região é marcada por grandes fazendas, as famílias, muitas vezes, têm historicamente um regime de meeiros com os proprietários. A compra extensiva de terras, por parte da Anglo American, tem alterado essa relação e encurralado algumas das comunidades em espaços mais reduzidos. Ainda, pelo fato da maioria das famílias não possuírem grandes propriedades, os quintais dos lotes têm uma grande importância para a soberania alimentar e diversidade dos cultivos (hortaliças, milho, mandioca, feijão, leguminosas e árvores frutíferas). As violações ao direito humano à água no contexto do empreendimento Minas-Rio têm sido constantemente denunciadas pela população e por organizações parceiras, como o Coletivo Margarida Alves de Assessoria Popular (2017). No contexto descrito, a menor disponibilidade de água, fundamental para a agricultura, tem alterado também a disponibilidade e variedade de alimentos para a subsistência de muitas famílias.

Todas as casas das mulheres que visitei tinham quintais com árvores frutíferas, hortaliças, ervas e temperos, animais de criação de pequeno e – por vezes, de médio porte – animais domésticos e plantações variadas (mandioca, milho, feijão, quiabo, entre outras). O cuidado de seus lotes, ou pelo menos de seus quintais

(na maior parte das vezes feito pelas mulheres), é fonte de parte importante da subsistência e do modo de vida. Mesmo que a renda principal das famílias seja oriunda de outras atividades, na maioria das vezes, empreendidas pelos homens como arrendatários, ou prestação de serviços e trabalhos variados na área urbana, na mineradora e em suas empresas terceirizadas, comercializando sua produção, entre outros. Vale ressaltar que estas atividades são realizadas pelas mulheres, como ocorre em outros locais de características camponesas, já que os homens ocupam-se majoritariamente das atividades que possuem retornos financeiros. A atividade mineradora é altamente impactante para as famílias e seus modos de vida ligados ao campo porque seu impacto mais imediato se dá em relação aos recursos naturais da região, em especial ao uso da terra, da água e poluição de maneira geral. E como a maior parte dos homens trabalha parcial ou totalmente fora dos lotes, são as mulheres, muitas vezes, as primeiras a perceberem e se atentarem às mudanças causadas pela mineração. E a valorizar a produção de subsistência que realizam (Coelho, 2019, p. 53).

Outra mudança negativa causada pela mineração se refere à dimensão da violência. São frequentes os relatos do aumento de casos de alcoolismo e agressão doméstica. Outro temor comum às mulheres das comunidades rurais é a sensação de insegurança após a chegada dos trabalhadores que foram para as obras, além do constante trânsito de veículos da Anglo American, em geral dirigidos por homens. O sentimento geral compartilhado por essas mulheres é o de não se sentirem mais tranquilas, como eram antes da mineração, para andar pelas estradas vicinais, que ligam casas e comunidades. Ao não se sentirem mais seguras para visitar amigas e parentes, isso contribuiu para que saíssem menos de casa, ficando mais restritas ao espaço doméstico.

Um dado relevante sobre o aumento do índice da violência contra a mulher está no já mencionado “Estudo Preliminar: violações de Direitos Humanos no contexto do empreendi-

mento Minas-Rio em Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim, Minas Gerais”, que apurou um aumento de quase 270% de notificações, no sistema de saúde de Conceição do Mato Dentro, de violência contra mulheres entre os anos de 2011 e 2014. Esses são os anos dos maiores picos de obras do projeto Minas-Rio na região.

O impacto na disponibilidade de águas para as comunidades, que foi sentido desde os primeiros anos da instalação do empreendimento, provocou mudanças em práticas de sociabilidade entre mulheres da área rural, como a prática na comunidade dos Faustinos de lavar roupas juntas:

As mulheres se encontravam no córrego Pereira e na bica para lavar as roupas e vasilhas. Esse encontro, embora, *a priori*, acontecesse para realizar as tarefas domésticas, acontecia também como uma forma de sociabilidade e de lazer entre elas, como me conta Lenita: “A água corria demais. Era uma bica só, todo mundo usava ela. Tinha duas pedras, uma do lado da outra, uma surrava de um lado, outra do outro, e a gente ficava lá conversando” [...] A gente ia lá [no Pereira], lavava lençol, cobertor, vasilha, juntava nós e ficava lá proseando, rindo demais, era bom demais” (Duarte, 2017, p. 77).

As alterações negativas na vida acontecem de diferentes maneiras nas comunidades rurais: poeira, ruídos, trincas nas casas, alto volume de tráfego de veículos da mineradora, contaminações dos cursos d’água e secamentos das nascentes. Em alguns locais, como na comunidade da Cabeceira do Turco, é muito forte o tremor causado pelo funcionamento do mineroduto.

Já a comunidade de São Sebastião do Bom Sucesso (Sapo) é especialmente afetada pela poeira devido à proximidade com a cava. O odor ruim do córrego do Passa Sete e da barragem de rejeitos é sentido em muitos lugares, especialmente em dias mais secos.

Comunidades do município de Dom Joaquim, que sequer são consideradas como afetadas pelo empreendimento, já sofrem com a menor disponibilidade de água, após a instalação da estação de bombeamento de água do Rio Peixe, que leva água para o mineroduto e para a planta de beneficiamento.

Na comunidade dos Faustinos, as nascentes secaram e as mulheres são as responsáveis por buscar água potável, em um local que fica a quilômetros das casas. O trajeto de ida e volta gasta cerca de uma hora, gerando ainda mais sobrecarga de trabalho para essas mulheres.

Finalmente, as comunidades à jusante da barragem de rejeitos convivem com o medo cotidiano de um rompimento, como ocorreu em Mariana e Brumadinho. Em 2017 a empresa iniciou o licenciamento da terceira expansão – o *Step 3*, junto à SEMAD, constituindo mais um processo agressivo e acelerado de aumento da produção, novamente sem considerar os dados ao longo das obras e operação do empreendimento. Mais uma vez, todas as licenças foram concedidas pelos órgãos ambientais responsáveis, SEMAD e IBAMA.

Em decorrência da expansão do projeto Minas-Rio, os impactos negativos na vida das pessoas e dos territórios afetados pelo projeto, ao longo de mais de 10 anos da sua implementação, vêm se intensificando. Mas, ao longo desse tempo, com os problemas da população cada vez mais agravados, as mobilizações de diferentes naturezas, em resistência ao Minas-Rio, também se multiplicaram.

### **Percursos da resistência**

Não havia nada parecido com um grande projeto de mineração antes da Anglo American chegar a Conceição do Mato Dentro. Tampouco existiam grandes experiências de organização coletiva em associações, sindicatos ou movimentos popula-

res. A chegada da mineração significou uma ruptura de muitos modos de vida, e impôs às comunidades atingidas a necessidade de aprender a fazer mobilização e resistência coletivamente.

Um grande projeto de mineração, do porte do Minas-Rio, implica um alto montante de burocracia e conhecimento especializado de diferentes áreas do conhecimento. Um Estudo de Impacto Ambiental, de centenas de páginas, simplesmente não é um conteúdo acessível à população rural da maior parte do país. Está associado também ao licenciamento um rito de tramitação que envolve muitas reuniões e audiências públicas, mas estas não significam um poder decisório real da população atingida; além disso, esse aprendizado de participação implica num alto dispêndio de energia e de alterações na rotina das comunidades. Não se trata apenas de participar, mas sim de entender o que estava atravessando de forma tão brutal o território. Para tentar incidir sobre o licenciamento, foi fundamental o apoio de parceiros como professores/as universitários/as,<sup>6</sup> pesquisadores/as, ambientalistas e advogados/as populares. As mulheres das comunidades rurais de Conceição do Mato Dentro também se envolveram nesse processo de participar dos espaços de licenciamento do projeto.

A entrevistada L, atingida, Comunidade Água Quente Passa Sete, avalia que o processo de resistência iniciou-se antes mesmo da concessão da licença prévia da mina e que ele foi importante para que a empresa não tivesse simplesmente passado por cima das pessoas. Ela avalia que:

---

<sup>6</sup> Destacadamente, o Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA/UFMG), que atua no território de forma contínua desde os primeiros anos da instalação do projeto, produzindo pesquisas sobre o caso, participando das audiências públicas do empreendimento e apoiando os/as atingidos/as em suas lutas.

Existe um processo de resistência, contra o empreendimento, sim. São várias pessoas né [...] Cê vê que algumas ficaram pelo caminho, mas deram a sua contribuição, outras vão se agregando nesse caminho. Mas esse processo se iniciou ali, 2006, 2007 [...] Final de 2006, início de 2007, a LP veio em 2008. [...] Apesar do empreendimento já ter conseguido licença de operação, esse processo de resistência do qual faço parte também, ele segurou muitas coisas, muitas coisas mesmo. Apesar da gente não ter conseguido tudo, né, mas algumas coisas a gente conseguiu e eu fico pensando o que que seria se não tivesse resistência nenhuma. A empresa tinha simplesmente passado por cima de todo mundo (Vieira, 2015, p. 162).

Nos primeiros anos da instalação do projeto, a resistência das mulheres passou sobretudo pela participação em espaços ligados ao licenciamento do empreendimento, na tentativa de impedir a instalação. As ações de incidência nos espaços institucionais das concessões de licenças tiveram sempre uma participação significativa das mulheres atingidas. É importante entender a participação nos espaços públicos do licenciamento do projeto Minas-Rio como uma forma de expressão de resistência, apesar de ela não ter acontecido apenas durante a instalação do empreendimento. O acompanhamento dessa esfera continua até os dias de hoje, nos processos de concessão das licenças das expansões e das outorgas de água para uso da mineradora.

Participar de um licenciamento de um projeto de mineração é uma experiência extremamente desgastante, especialmente para os moradores e moradoras dos territórios afetados pelo empreendimento. O impacto emocional desse envolvimento tem consequências para a saúde mental da população atingida, e essa dimensão também precisa ser considerada.

Ao longo de todos estes anos e de inúmeras audiências públicas e reuniões, houve participação ativa de mulheres atin-



gidas, que apresentaram falas marcantes nesses espaços públicos que tratavam do projeto. A pesquisadora Paula Sasaki Coelho analisou uma das audiências da terceira expansão do Minas-Rio, que aconteceu em julho de 2017:

Por fim, a despeito da recomendação do MPF, das denúncias, da falta de transparência da empresa em todo o processo, bem como do não cumprimento das condicionantes das etapas anteriores, a audiência pública para dar seguimento à expansão da etapa 3 aconteceu em 20 de julho de 2017 [...] A audiência pública de 20 de julho se deu acompanhada por protestos. Houve intervenção estética, organizada pelo MAM e liderada pela juventude, nas ruas de Conceição, manifestações cênicas e cartazes de denúncia e defesa da soberania com dizeres como: ‘Não queremos ser Bento Rodrigues’, ‘Bento Rodrigues nunca mais!’, ‘Nossos destinos devem ficar em nossas mãos’, ‘Minério não se bebe’, ‘A mineração é um câncer no seio de Minas Gerais’, ‘A Anglo massacra’, entre outros. Todos esses acontecimentos tiveram alto protagonismo feminino em sua preparação e em seu decorrer. Durante a audiência pública, houve falas de denúncia, muitas delas protagonizadas por mulheres (com destaque para Luiza e Helenira) sobre as irregularidades e a precarização das condições de vida, a violência gerada diante das contradições impostas pela mina e o descaso e omissão do poder público, assim como foi feito ato simbólico com cartazes na audiência direcionados à mesa composta por representantes da empresa, com dizeres referentes à defesa da vida, do território de Conceição e pela soberania, tais como: ‘Projeto Minas-Rios, projeto de morte’, ‘Queremos nossos direitos’ (Coelho, 2019, p. 74).

Nos primeiros anos das obras de instalação do empreendimento, ocorreu um processo de criação de Comissão de atingidos e, em 2012, por mediação do Ministério Público Estadual de Minas Gerais (MPE-MG), foi criada a Rede de Acompanhamento Socioambiental (REASA), que funcionou durante alguns anos e contou, de forma contínua, com grande participação das mulheres das comunidades rurais. As reuniões

eram itinerantes, circulando por algumas das comunidades atingidas. As lideranças da REASA romperam com esse processo de reuniões com o MPE-MG, em 2014, e criaram a Rede de Articulação e Justiça dos Atingidos do Projeto Minas-Rio (REAJA), visando uma organização mais autônoma dos atingidos e atingidas. A REAJA foi fundamental para o monitoramento rigoroso de cada movimentação das concessões de licença para a mineradora e para dar visibilidade nacional para o conflito.

As práticas de mobilização que estão ancoradas no local ao mesmo tempo que criam links com o externo são as formas mais eficazes para construir os processos de engajamento e mobilização. A experiência singular se constrói enquanto evento emocional crítico no território, mas, para se constituir em uma causa ampla de um movimento de protesto, ela precisa viajar, sair do território e explicar ao mundo as injustiças que ali ocorrem (Losekann, 2018, p. 109).

A situação de violações que acontecia durante a instalação do projeto Minas-Rio ficou conhecida principalmente por meio da REAJA e de organizações parceiras. Nesse sentido, a articulação para a resistência “viajar” foi fundamental para fortalecer as lideranças do território e denunciar o conflito em curso. Nos anos que duraram a obra foram construídas audiências públicas na Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) e foram feitas articulações com organizações nacionais, que também corroboraram para aumentar a visibilidade do caso. Durante uma audiência pública na ALMG, em 6 de maio de 2013, um cartaz dizia: “Já somos atingidos”. Uma das primeiras lutas foi justamente essa: pelo direito de o conjunto real de comunidades ser reconhecido como atingido. A mineradora Anglo American e o Estado de Minas Gerais, no licenciamento, sempre consideraram um

universo muito menor de atingidos do que de fato é a realidade. Durante as “viagens do protesto” para Belo Horizonte sempre houve participação massiva de mulheres. A articulação para além de Conceição do Mato Dentro foi uma estratégia fundamental de resistência, ao longo de toda a história de mobilizações desta população.

Uma iniciativa de articulação e encontro, que até hoje é muito lembrada pelas mulheres que dela participaram, foi o intercâmbio entre os atingidos pelo projeto Minas-Rio, de Conceição do Mato Dentro, onde está localizada a mina, e de São João da Barra (RJ), município onde foi instalado o Porto do Açú, para escoar o minério de ferro. Em um primeiro momento, os moradores de Conceição receberam os de São João da Barra. E o segundo encontro foi a viagem dos moradores de Conceição para conhecer o local onde chegava o mineroduto. Para algumas mulheres foi a primeira vez que viajavam para outro estado, algumas viajaram sem o marido e os filhos. Esses encontros permitiram que conhecessem outras realidades que se, por um lado, eram muito diferentes do território em que viviam, por outro, permitiam a vivência de uma identidade maior: de serem todas atingidas pelo Minas-Rio.

A entrevistada G, quando perguntada se houve algum momento do processo de resistência que considera marcante, menciona o intercâmbio dos atingidos:

Mas um ponto positivo marcante, por exemplo, foi o intercâmbio, que eu particularmente tinha um sonho, assim. Eu falava assim: ‘Gente, por que esse empreendimento não é um todo, por que não está sendo discutido junto? O que essas pessoas do outro lado... Por que não está se discutindo todos os impactos?’ Então, marcante, para mim, também, foi por exemplo fazer o intercâmbio, ter as pessoas de lá, aqui, a gente se conhecendo mais, e fazendo uma rede maior, entendeu? Porque hoje o que acontece lá a gente tenta dar publicidade aqui, e o que acontece

aqui, eles replicam lá, entendeu? Então isso foi marcante. Fazer, por exemplo, pra conseguir uma audiência pública na Assembleia Legislativa, trazendo a comunidade para fora de Conceição e trazer essa discussão para fora da municipalidade, também foi marcante (Vieira, 2015, p. 165).

Esse intercâmbio foi um marco, mas o envolvimento na luta fez com que mulheres das comunidades atingidas de Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas viajassem várias outras vezes: para as audiências públicas do licenciamento em Diamantina e que depois foram transferidas para Belo Horizonte; para o curso estadual de formação do MAM, em Mariana (MG), em 2015; para ação direta do MAM, em Itabira, também em 2015; para o ato do 8 de março de 2016 em Catas Altas (MG); para encontros realizados pelo MAM e o Comitê Nacional em Defesa dos Territórios, em Brasília, no ano de 2017; para atividades da Via Campesina Brasil, em Brasília, em 2018; para o Primeiro Encontro Nacional do MAM, em Parauapebas (PA) em 2018; para o Primeiro Encontro Estadual de Mulheres do MAM de Minas Gerais, em Viçosa, em 2018, e para inúmeras reuniões em Belo Horizonte, com diferentes órgãos públicos. É importante registrar também que uma atingida de Conceição do Mato Dentro esteve presente no Encontro dos Atingidos pela Mineração organizado pelo Papa Francisco, em 2015, em Roma; e para atividades em Londres, em 2017, inclusive com participação na Assembleia de Acionistas da Anglo American. Estas duas viagens foram muito importantes para a visibilidade internacional das violações do Minas-Rio. A possibilidade de viajar, conhecer pessoas de outros lugares e participar de encontros proporcionou para essas mulheres experiências que têm se mostrado transformadoras na resistência à mineração. Muitas dessas viagens e encontros

se tornaram marcos da história de vida das mulheres e um fortalecimento para continuarem na luta.

Um desses momentos marcantes foi a participação no curso de formação do MAM, que aconteceu em Mariana, em dezembro de 2015. A barragem de rejeitos da mineradora Samarco havia se rompido há pouco mais de um mês. O curso reuniu cerca de 70 representantes de territórios em conflito com a mineração dos estados da Bahia e de Minas Gerais. Durante a semana que durou o encontro, foi realizada também uma visita a Bento Rodrigues, guiada por moradores do distrito destruído pela lama de rejeitos. No último dia, a turma viajou até Itabira, para realizar um protesto contra a mineradora Vale S. A., onde estava sendo inaugurado um novo campus da Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI), patrocinado pela Vale.

De lá seguiram para Ouro Preto e Mariana e fizeram também uma ação em protesto contra o dono da Samarco, logo após o rompimento. Narra com entusiasmo de como entraram no lugar onde seria a inauguração de um campus da universidade em que o dono da empresa estava presente, e logo foram se espalhando e entrando com faixas escondidas (na medida do possível!). No momento do discurso do empresário, abriram as faixas e denunciaram os danos da mineração e do rompimento da barragem de Fundão.

‘Eles não estavam esperando a gente! Acharam que ninguém ia fazer nada...’ ‘Eles estavam tão confiantes que ninguém ia fazer nada, que a gente entrou com tudo de baixo do braço na cara deles’. O dono da empresa teve de se retirar e não conseguiu fazer o discurso que estava programado. Luiza diz que foi ‘melhor viagem da vida dela’ (Coelho, 2019. p. 128).

É nesse cenário que o Movimento pela Soberania Popular na Mineração atua na região de Conceição do Mato Dentro, desde 2015, priorizando o trabalho de base e de formação

junto às comunidades atingidas pelo Minas-Rio. Também tem contribuído em articulações e mobilizações no âmbito do licenciamento. Em 2016, o MAM iniciou um projeto, em parceria com a Cáritas de Minas Gerais, voltado para a formação das mulheres desse território. O projeto, encerrado em 2018, foi inspirado na experiência das Arpilleras do Chile, mulheres que através dos bordados contavam aspectos de vida e denunciavam o que acontecia na ditadura de Pinochet. Essa experiência chilena se espalhou para diversos países da América Latina e se transformou numa ferramenta dos movimentos populares para a realização de espaços de auto-organização das mulheres. O projeto consistia em encontros de formação, apenas de mulheres, e na confecção de painéis bordados, que expressavam os sentimentos e a realidade vivida nas comunidades. A forma coletiva é entendida neste processo como uma ferramenta para fortalecer a resistência.

Em Conceição do Mato Dentro, os encontros para que as mulheres realizassem juntas a costura e os bordados foram conduzidos por uma bordadeira da região. As formações foram assessoradas por mulheres militantes do MAM, da Caritas de Minas Gerais e pela pesquisadora Paula Sasaki Coelho. O primeiro encontro aconteceu em setembro de 2016, e os demais aconteceram ao longo de 2017. Em 2018, houve uma mostra dos 12 painéis confeccionados na Casa de Cultura de Conceição do Mato Dentro, com uma roda de conversa para a partilha da experiência. Em todos os painéis houve a expressão dos impactos causados pela mineração no território, e naqueles feitos por mulheres de comunidades abaixo da barragem de rejeitos, o medo de um rompimento foi um tema constante nos bordados.

Em agosto de 2017, no âmbito do projeto das Arpilleras, foi realizado o I Encontro de Mulheres Atingidas pela Mineração

em Conceição do Mato Dentro, reunindo cerca de 30 moradoras de comunidades rurais da região. A tônica do encontro foi o resgate da trajetória de resistência contra o Minas-Rio e, o estudo coletivo da história de mulheres lutadoras em outros momentos da história do Brasil, e também no contexto de outros países. Uma das biografias escolhidas foi a de Berta Cáceres, a lutadora de Honduras assassinada em 2016. Muitas mulheres disseram que se sentiam identificadas com a história de Berta e uma das participantes disse: “Parece até que ela está falando da gente aqui” (Coelho, 2019, p. 88).

Nos momentos de formação, os temas não focavam apenas na mineração, mas também sobre aspectos da vida, como a sobrecarga de trabalho que é a vida das mulheres. Um dos encontros do projeto das Arpilleras, em 2017, teve como tema principal debater a ocupação do tempo das mulheres das comunidades rurais e as dinâmicas de trabalho, como a divisão sexual do trabalho. A pesquisadora Paula Sasaki Coelho, que ajudou a assessorar esse encontro, descreveu o conteúdo do debate em sua Dissertação de Mestrado:

No caso das mulheres do campo, seu trabalho nos quintais, com os animais de criação, cuidado com membros da família, entre outros, são também desconsiderados enquanto trabalho. Sintetizarei outras falas, não necessariamente na ordem em que elas foram ditas ao longo da formação, quando debatíamos a Divisão Sexual do Trabalho: “A mulher faz muito e não é valorizada, não tem o reconhecimento”; “A gente é mais sobrecarregada que os homens”, “Os homens são muito desligados”, “Temos múltipla função. Tem momentos para dentro de casa, para os outros, para fora, mas para nós não temos não. É mais que cinco em uma!”. Surgiram também questões relacionadas aos padrões rígidos de beleza, a responsabilização exclusiva com xs filhxs e a mulher enquanto “desocupada e por isso que luta”. A partir das frases citadas durante o momento da formação, fica evidente o quanto

essas mulheres sabem de sua enorme carga de afazeres (Coelho, 2019, p. 83).

A forte presença das mulheres nas mobilizações também foi percebida pela mineradora Anglo American. Como consequência, a empresa passou a utilizar de estratégias para desmobilizar essa participação, com investimentos em diversos cursos voltados exclusivamente para mulheres. Em muitos casos, a mineradora oferece empregos para mulheres que se destacam nas mobilizações e que participam com maior protagonismo dos espaços públicos. Nesse sentido, o assédio constante da mineradora gera grandes desafios para a organização das mulheres no território.

### **O medo de que aconteça de novo**

O rompimento da barragem de rejeitos Fundão da Samarco/Vale/BHP Billiton em Mariana, em novembro de 2015, gerou consequências para a dinâmica das mobilizações do conflito Minas-Rio, em Minas Gerais, especialmente no que se refere às comunidades abaixo da barragem de rejeitos da Anglo American.

O caso mais emblemático é a comunidade de São José do Jassém, no município de Alvorada de Minas, que passou a participar ativamente de mobilizações e atividades após o rompimento da barragem em Mariana. A comunidade, localizada a cerca de 8 km da barragem de rejeitos da Anglo American, foi protagonista das mobilizações após o rompimento da barragem em Mariana. No início de 2016, moradores da comunidade realizaram protestos de fechamento da rodovia MG10, pelo direito de reconhecimento como atingidos e com a pauta do reassentamento coletivo. O medo de um rompimento da barragem da Anglo foi catalisador de muitas mobilizações ao



longo dos últimos anos. No caso de São José do Jassém, foram também grandes a participação das mulheres nas atividades e seu protagonismo nas falas em espaços públicos.

Muitos moradores de comunidades abaixo da barragem de rejeitos da Anglo American sentem que é apenas uma questão de tempo que a lama chegue lá também (MAM, 2018). Nessas comunidades rurais de Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas não houve rompimento, mas o sentimento de medo e ansiedade domina a vida das pessoas. A pesquisadora Clarissa Prates define esta situação como “cotidiano do medo” (Prates, 2017), um forte sentimento de insegurança em relação à barragem que já estava presente desde os anos das obras do Minas-Rio:

Para os atingidos das comunidades de Passa Sete, Água Quente e São José do Jassém, a instalação da barragem de rejeitos sobre suas casas não significou somente mais um impacto da mineração, passível de ser compensado e/ou mitigado pelo empreendedor através das condicionantes estabelecidas pelo órgão ambiental. Para esses atingidos, significou a convivência com mais uma violência cotidiana que desestruturou os seus modos de vida e implicou em mudança nas suas rotinas diárias. A instalação da estrutura significou a ‘produção do risco’ na localidade, intensificando vários processos que já haviam sido iniciados, como violência administrada, violência simbólica e sofrimento social (Prates, 2017, p. 57).

O medo que a barragem da Anglo possa romper também é algo muito presente na vida dos moradores da comunidade dos Faustinos, como analisado pela pesquisadora Lívia Duarte. O medo aumenta na comunidade dos Faustinos na época de chuvas, o que gera a preocupação se a sobrecarga das águas não poderá ser o gatilho para o rompimento da barragem da Anglo American. O medo da chuva também é muito frequente nas comunidades de Passa Sete, Água Quente e São José do Jassém.

Eles colocaram aquele trem [sirene] lá pra avisar, mas até que toca já correu água, a gente num guenta correr, né, a gente já tá de idade, tem criança, né, gente velha, a gente tem que pegar eles, aí já pegou nós tudo. Muita chuva a represa vai enchendo e não aguenta o peso. *Hoje em dia qualquer pessoa já fica com medo no tempo de chuva*, a gente tá aqui embaixo, né. A gente quer a vida da gente e a água também a gente quer (Trecho de conversa com Solange, 2017) (Duarte, 2017, p. 92, grifo da autora).

Na atualidade, as pessoas das comunidades rurais de Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas que estão localizadas à jusante da barragem de rejeitos sentem temor quando chove. A água da chuva, até então abençoada para os cultivos, causa medo e tira o sono. É importante reforçar que o medo já existia mesmo antes do rompimento da barragem de rejeitos em Mariana, mas foi esta situação que o materializou. Quando aconteceu o rompimento em Brumadinho, em 2019, o medo se atualizou e se cristalizou como algo absolutamente possível de ocorrer também em Conceição do Mato Dentro.

No projeto *Arpilleras*, o risco do rompimento foi expresso em muitos dos painéis. A cada momento de encontro para realizar as costuras e os bordados também se conversava sobre o sentimento deste medo e como sentiam a vida antes da mineração chegar:

As temáticas dos painéis giraram em torno das comunidades e seu cotidiano (as casas, os rios, pessoas, animais etc.) e também dos impactos da mineração e o medo de um possível rompimento de barragem, como o da Samarco. Os painéis realizados pelas mulheres da comunidade da Água Quente, por exemplo, eram os painéis que representavam a comunidade no presente e um possível rompimento. Mostrando o futuro como algo incerto. O texto que acompanhava os painéis trazia o conteúdo de orgulho daquilo que se tem na comunidade, somado à dúvida quanto ao futuro e da “bomba rio acima”, como descreve no texto. As mulheres da comunidade de São José do Jassém escolheram bordar os

painéis do “orgulho” e “do medo”. O primeiro representava suas características de vida, as belezas, a fauna, plantações, o rio limpo, casas e uma figura humana. Já no painel do medo, o cenário do rompimento, traz a lama no rio, as pessoas sendo vítima, as cruzeiras simbolizando morte e destruição (Coelho, 2019, p. 99-100).

O medo de que aconteça de novo o rompimento de uma barragem é fator de muito sofrimento para a população das comunidades rurais e tem sido também um elemento mobilizador para a participação em lutas coletivas. É importante entender o que move as mulheres para a resistência e como elas vivenciam as transformações pessoais do envolvimento nesses processos de mobilização, já que “o lugar está impregnado de memórias as quais são fundamentais para os processos de mobilização” (Losekann, 2018, p. 86).

### Transformações

A entrevistada L destaca que não é hoje a mesma pessoa que era em 2007, antes da chegada do empreendimento. Ela atribui a mudança ao processo de resistência, destacando que “a realidade que eu vejo no mundo é muito diferente. A visão que tenho do mundo, das pessoas, até de valor mesmo... o que é valor para mim hoje e o que era antes, totalmente diferente. Eu sou realmente uma outra pessoa” (Vieira, 2015, p. 165).

Na maior parte do tempo da história das lutas em Conceição e região, a participação das mulheres era basicamente centrada nas adultas, várias delas idosas e vivenciando muito desgaste emocional com esse processo de resistência que já dura mais de 10 anos. Era pouco comum a participação da juventude, sendo, por isso, um dos grandes desafios para a organização social, estimular a participação dos jovens, muito disputados também pela mineradora.

No final de 2016, o MAM iniciou na região encontros de juventude, através de oficinas de diversas modalidades artís-

ticas tais como de batucada, paródias musicais e *estêncil*. As atividades eram uma parceria do MAM com a Cáritas MG, que então atuava na região. Mas o maior desejo dos jovens à frente da iniciativa era de oficinas de teatro. Por isso, foi apresentado um projeto à Cáritas que se chamava “Revolução da Juventude”, nomeado pelos próprios jovens que tinham idade entre 15 e 17 anos, muitos deles filhos e filhas de lideranças dos processos de resistência.

A primeira oficina de teatro aconteceu no início de 2017, assessorada pelo coletivo nacional de cultura do MAM e por artistas parceiros do movimento. Na sequência, foi criado um grupo de teatro dos jovens das comunidades atingidas, que se reuniu com frequência nos anos de 2017 e 2018. O grupo se apresentou muitas vezes em Conceição do Mato Dentro e nos municípios da região. Os integrantes também participaram de encontros fora de Minas Gerais e apresentaram enquetes montadas pelo grupo, que expressavam os problemas causados com a chegada da Anglo American e seus sonhos para o futuro. O grupo de teatro passou a ser um momento de encontro, e muitas vezes de único lazer na semana, para jovens moradores das comunidades. A experiência desses encontros e do grupo de teatro foi um marco importante para o início da participação de vários jovens em processos mais gerais de luta no território. Atualmente, é comum a participação de lideranças jovens, especialmente das meninas, nas audiências públicas que tratam de concessão de licenças.

No processo de transformação de algumas jovens mulheres das comunidades, que passaram nos últimos anos a participar das atividades de resistência, destaca-se o relato de uma jovem da comunidade do Passa Sete, coletado em 2018, pela pesquisadora Paula Sasaki Coelho:

Nossa, como é diferente ver história na escola e história nas formações, por exemplo. Porque na escola fala mais sobre... os brancos né? Vamos dizer assim. Fala muito sobre o que os brancos fizeram, do que teve no Brasil não sei o que lá. Não sei o quê da Guerra mundial... fala muito sobre os militares, mas não fala muito sobre o povo assim, sabe? E na formação, assim, hoje no movimento, fala sobre o que o povo lutou também. De que houve luta naquela época e que o povo conquistou. Perderam, mas também conquistaram muita coisa através da luta. E no colégio não aprende isso! Aí a gente aprende muito que a pessoa fez isso e isso e o povo sofreu, e só [...] O movimento mudou nossa forma de ver a vida assim, sabe? O modo da gente ver as coisas, o nosso ponto de vista sobre o mundo. Tipo assim, eu... eu não sabia política. Qualquer tipo de política, eu não entrava muito nessas pautas. E agora a gente conversa bastante sobre política. Na verdade, o mundo é uma política, né? A gente conversa bastante sobre a questão das mulheres, principalmente das mulheres negras. Do espaço delas conquistarem e a gente assim: nossa, a gente também é uma delas. É muito massa. Essa coisa do empoderamento feminino também. Aí a gente fica: cara, eu não gostava de usar um brinco grande porque eu achava que era feio. Cara, agora eu uso o que eu quiser. Ou eu vou usar o que eu quero usar. Não é porque se os outros vão achar feio, não! Se eu acho bonita, entendeu? Se eu me acho bonita com brinco grande, eu vou usar brinco grande. Se eu me sinto confortável assim ou se eu quero... é isso. (Coelho, 2019, p. 129-130)

Integrantes do grupo de teatro também ajudaram a organizar, junto com o MAM, momentos de formação nas comunidades para temas que extravasam a dimensão da mineração. Um dos momentos mais marcantes para as jovens, deste tipo de atividade, foi o ciclo de atividades na comunidade de São José do Jassém, em novembro de 2017, tendo como marco o dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra. Jovens de outras comunidades da região afetadas pelo Minas-Rio também participaram. Foram organizadas palestras, oficinas de cartazes e confecção de bonecas *Abayomi*, aulas de dança e

mostras de vídeos (MAM, 2017). Foi a primeira vez que o dia da consciência negra foi celebrado em uma das comunidades rurais afetadas pelo Minas-Rio. Para toda a organização das atividades foi fundamental a participação de jovens mulheres das comunidades, que já estavam vivenciando espaços de formações e encontros estaduais e nacionais e queriam contar, no seu território, uma história que não fosse só a do “que os brancos fizeram”, como disse a jovem da comunidade do Passa Sete para a pesquisadora Paula Coelho (2019).

O processo das transformações passa também pela experiência de receber pessoas de fora da região, especialmente pesquisadores e militantes. O intercâmbio de 2013 dos moradores de São João da Barra é recordado com carinho por quem o viveu. E outros, mais recentes, também são assuntos constantes nas conversas. Em 2017, por exemplo, o MAM organizou um intercâmbio internacional à Conceição do Mato Dentro de militantes de alguns países da África que vivem o conflito da mineração. Em 2018, militantes do MAM de regiões mineradas de diferentes estados do Brasil passaram uma temporada na região, ajudando na construção de hortas agroecológicas, nos ensaios do grupo de teatro e nos encontros das mulheres. E todas estas três situações foram momentos muito especiais, e são muito lembrados, justamente pela troca estabelecida entre pessoas que também vivenciavam a realidade do conflito com a mineração. As diferenças culturais, inclusive da língua, se mostraram menores diante do que significou a solidariedade e identificação da dor dos problemas causados pela mineração. Outro momento que marcou esta trajetória recente foi o das oficinas, que, em 2017, com o grupo de teatro de São Paulo “Estudo de Cena”, realizou em parceria com os jovens o vídeo documentário *Narrativas de Ferro*, que conta a história da juventude que vive o conflito com a mineração. A troca de

experiências sobre estratégias de luta também aconteceu no percurso da resistência do empreendimento Minas-Rio, por receber no território lutadores e lutadoras de outras resistências à mineração.

Por fim, é importante ressaltar os efeitos na dinâmica da vida do envolvimento em mobilizações em territórios divididos pelo conflito mineral. Conforme pontua Losekann (2018), “Na realidade, a análise de efeitos é tão complexa que se observado por ângulos diferentes, um efeito pode ser considerado tanto positivo quanto negativo. O engajamento pode implicar em rupturas de laços pessoais e em sofrimento individual” (Losekann, 2018, p. 107). Tal aspecto é de relevância já que para uma pessoa se engajar e continuar na resistência, muitas vezes, ela tem que enfrentar o atrito e afastamento de vizinhos e mesmo de familiares. Esses aspectos emocionais em participar nas lutas coletivas são sentidos de forma especial para as mulheres, no desafio de enfrentar o companheiro ou marido, para que consigam se envolver ativamente nas atividades ou para viajar. Implica também em uma reorganização da vida, para conciliar as tarefas domésticas e o cuidado com os filhos. Para muitas mulheres dos territórios em conflito com a mineração a participação em espaços de mobilização é uma movimentação revolucionária para a dinâmica da vida.

### **Considerações finais**

São muitos anos de violências para a população em conflito com o empreendimento Minas-Rio. São muitos anos de resistência do povo e muita história de mulheres atuando com enorme protagonismo. Essas histórias precisam ser visibilizadas e contadas. Quando olhamos para a instalação e a operação de um projeto emblemático de violações como o Minas-Rio, pode parecer que não é possível resistir e que um projeto de

mineração está acima de todas as forças do povo. Pode parecer também que a mineração é inevitável. Mas as mulheres de Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas nos mostraram como foi possível, através de muita organização, articulação e luta coletiva, garantir que o rolo compressor da empresa e que os processos de licenciamento conduzidos pelo Estado não fossem mais violadores ainda. As mulheres resistiram e não pararam, apesar de tanta dor, perdas e adoecimento, o que nos leva a perguntar: De onde vem tanta força? Da necessidade de viver e cuidar dos seus?

O território de Conceição do Mato Dentro assim como sua população, com todos os seus afetos e memórias, foram brutalmente transformados pela chegada da atividade mineira. Muitas mulheres deste território se arriscaram a viver uma luta coletiva, para defender o seu lugar e suas famílias. Nesse contexto, é na inspiração da sabedoria de mulheres mais velhas, que estão na resistência desde os primeiros anos deste projeto, que jovens mulheres da região estão se desafiando a se formarem também. Elas têm se transformando na experiência da resistência, refletindo inclusive sobre como são as dinâmicas de suas vidas. Isso pode ser observado na fala de uma jovem moradora da comunidade do Passa Sete, ao refletir sobre o envolvimento das mulheres nas lutas:

É! E houve luta! E o povo foi pra rua. Até as mulheres mesmo foram pra rua. E que, por mais que ainda exista muito preconceito hoje, desde muito tempo que as mulheres já lutam. E elas tem poder sobre as coisas. aí a gente pensa assim: porque quando as mulheres falam que tem que ir numa reunião, porque que os homens não podem fazer a janta? A mulher: não, eu tenho que fazer a janta, se não, eu não posso ir. Tenho que dar banho no menino, se não, eu não posso ir. O homem, ele é pai, porque que ele não pode dar banho no menino? Ele também mora naquela casa, porque que ele não pode fazer comida? Aí fica assim. E eu



acho que as mulheres têm que por isso na mente também, que elas não têm que ser dominadas pelos homens ou pelas atitudes dos homens ou por medo das atitudes dos homens. Elas têm que fazer, tipo, o que elas querem! Por mais que antigamente e hoje também tem isso que as mulheres tem que fazer coisas de mulher e que homem tem que fazer coisa de homem. As mulheres têm que desconstruir, tem que tentar a resistência. Tem que estar sempre na resistência para desconstruir isso. Porque mulher pode fazer coisa de homem e homem pode fazer coisa de mulher e isso não vai mudar nada, isso não vai fazer ela menos do que ela é, nem menos do que qualquer outra pessoa. Nem o homem ser menos, nem a mulher ser menos. Eles vão ser eles mesmos, vão ser seres humanos e isso não vai fazer deles menos ser humano, sabe? (Coelho, 2019, p. 126).

A luta de resistência das mulheres em Conceição do Mato Dentro foi inicialmente contra a instalação do projeto. Logo em seguida, contra os processos de expansões do empreendimento em curso e sempre aceleradas. É uma luta pela água e pela terra, pelo direito de poder cultivar e ter alimentação de qualidade e suficiente para viver e gerar alguma renda. Uma luta de denúncia de tantas violações cometidas ininterruptamente pela empresa, pelo Estado e pelos sucessivos governos em todos os seus níveis. Uma luta pela saúde, contra o adoecimento trazido pela poeira, pelo barulho, pela água suja que desce da barragem de rejeitos. As mulheres lutam para que possam sair de casa, falar, dizer o que estão pensando e sentindo nas tristes e odiosas audiências públicas deste empreendimento. Uma luta para que os maridos e companheiros não as agridam quando voltem para casa. Uma luta por alternativas de cultura, para que se possa cantar, fazer teatro e escrever poesias. Uma luta para conhecer a história das mulheres que lutaram antes deste tempo. Uma luta por outro mundo, que não seja injusto, desigual e machista. Uma luta, em sua maioria, de mulheres negras e camponesas. Uma luta, tantos anos depois do início

das obras do projeto, ainda pelo direito de serem reconhecidos/as como atingidos e atingidas.

Diante desse cenário tão difícil vivido pelas mulheres deste território, a esperança está na força das transformações, vividas por todas elas, protagonistas de muitas resistências em Conceição do Mato Dentro e região. Existem muitas mulheres neste território despertas e vigilantes, que seguirão em luta e que estão formando jovens mulheres para seguir na resistência. A história ainda não acabou, e a força da resistência contra a mineração passa pelo protagonismo das mulheres.

## Referências

- BITTENCOURT, Carlos. *A corporatização do território em Conceição do Mato Dentro (MG) pela mineradora Anglo-American: estratégia corporativa e subordinação do lugar*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.
- COELHO, Paula Sasaki. *Mulheres e mineração: protagonismos e narrativas de mulheres acerca dos impactos e das mudanças vividas em Conceição do Mato Dentro a partir do empreendimento Minas-Rio*. 2019. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.
- COLETIVO MARGARIDA ALVES. CPT. *Dossiê Denúncia: ameaças e violações ao direito humano à água em Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas*. 2017. Disponível em: [https://issuu.com/coletivomargaridaalves/docs/dossi\\_viola\\_\\_\\_\\_odireito\\_\\_\\_\\_gua](https://issuu.com/coletivomargaridaalves/docs/dossi_viola____odireito____gua). Acesso em: 6 jul. 2020.
- DUARTE, Livia Ferraz da Costa. *A gente quer a vida da gente e a água também a gente quer. Transformações nos usos tradicionais da água pelo empreendimento minerário Minas-Rio, em Conceição do Mato Dentro, MG*. Monografia (Graduação em Ciências Socioambientais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.
- FERNANDEZ, Gabriela Fraga. *Pês Vermelhos: relações simbólicas e a luta pela vida frente à mineração de ferro no bairro Pires (MG)*. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.
- FREITAS, Ana Luisa Queiroz. *Gênero, Território e Mineração: um estudo sobre o protagonismo feminino em conflitos socioambientais no Morro D'água*,

- Catas Altas – MG. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.
- GESTA – Grupo de Estudo em Temáticas Ambientais. *Mapa dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais e resistência à instalação e operação da mina e do mineroduto do projeto Minas-Rio*. 2019. Disponível em: <https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/conflito/?id=582>. Acesso em: 6 jul. 2020.
- LOSEKANN, Cristiana. “Não foi acidente!” O lugar das emoções na mobilização dos afetados pela ruptura da barragem de rejeitos da mineradora Samarco no Brasil, in: ZHOURI, Andréa (org.). *Mineração, Violências e Resistências: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil*. Marabá: Editora Iguana, 2018, p. 67-112.
- MAM. *Racismo Ambiental é tema de debates em comunidades negras rurais afetadas pelo empreendimento da Anglo American*. Nota de 21 de novembro de 2017. Disponível em: <https://mamnacional.org.br/2017/11/21/mg-racismo-ambiental-e-tema-de-debate-em-comunidades-negras-rurais-afetadas-pelo-empreendimento-da-anglo-american/>. Acesso em: 6 jul. 2020.
- \_\_\_\_\_. *Famílias estão apavoradas com aumento de barragem em Conceição do Mato Dentro (MG)*. Nota de 9 de outubro de 2018. Disponível em: <https://mamnacional.org.br/2018/10/09/familias-estao-apavoradas-com-aumento-de-barragem-em-conceicao-do-mato-dentro-mg/>. Acesso em: 6 jul. 2020.
- MONTEIRO, Bernadete Esperança. *Contribuições da auto-organização das mulheres trabalhadoras rurais do Norte de Minas Gerais na resistência à mineração*. 2016. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2016.
- PRATES, Clarissa Godinho. *Efeitos derrame da mineração, violências cotidianas e resistências em Conceição do Mato Dentro-MG*. Dissertação (Mestrado interinstitucional em Sociedade, Ambiente e Território) – Universidade Federal de Minas Gerais, Montes Claros, 2017.
- ROSA, Débora. *Violências e resistências - Impactos do rompimento da barragem da Samarco/Vale e BHP Billiton sobre a vida das mulheres atingidas em Mariana/ MG*. 2019. Tese (Doutorado em Programa de Pós-graduação em Psicologia Social) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.
- SANTOS, Ana Flávia Moreira Santos; FERREIRA, Luciana da Silva Sales; PENNA, Vinícius Villela. Impactos Supostos, Violências Reais: a construção da legalidade na implantação do projeto Minas-Rio, in: ZHOURI, Andréa (org.). *Mineração, Violências e Resistências: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil*. Marabá: Editora Iguana, 2018, p. 181-225.

- SANTOS, Ana Flávia Santos; MILANEZ, Bruno (coord.). *Transformações Socioambientais e Violações de Direitos Humanos no Contexto do Empreendimento Minas-Rio em Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim, Minas Gerais*. Belo Horizonte, 2018. Disponível em: [http://coletivomargaridaalves.org/wp-content/uploads/2019/11/EstudoPreliminar\\_Out2018\\_Web.pdf](http://coletivomargaridaalves.org/wp-content/uploads/2019/11/EstudoPreliminar_Out2018_Web.pdf). Acesso em: 6 dez. 2020.
- SOUZA, Francisca Érica dos Santos. *Para levar uma margarida, tinha que levar todas: mineração e resistências-femininas na região de Carajás (Pará e Maranhão)*. Dissertação (Mestrado em Integração Contemporânea da América Latina) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Foz do Iguaçu, Paraná, 2020.
- VIEIRA, Larissa Pirchiner de Oliveira. *O Projeto Minas Rio e a Mineração em Conceição do Mato Dentro/MG: Uma análise dos discursos, dos conflitos e da resistência*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

## CAPÍTULO 8

# SE AUTO-ORGANIZANDO PARA DESORGANIZAR: A RESISTÊNCIA DAS TRABALHADORAS RURAIS DO NORTE DE MINAS GERAIS À MINERAÇÃO

BERNADETE ESPERANÇA MONTEIRO<sup>1</sup>  
MARCELO FIRPO PORTO<sup>2</sup>

### Introdução

Esse capítulo é parte da dissertação<sup>3</sup> defendida no Programa em Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP/FIOCRUZ) e tem como objetivo compartilhar os resultados da análise feita, a partir de uma perspectiva teórica feminista e da saúde coletiva, das contribuições da auto-organização das mulheres trabalhadoras rurais do norte de Minas na resistência à mineração. O trabalho dialoga com a ação das mulheres do Coletivo de Mulheres do Norte de Minas (CMNM) na resistência à mineração e busca contribuir na visibilização das mulheres envolvidas nessa luta.

A metodologia da pesquisa centrou-se na adoção de uma abordagem qualitativa, que aprofundou os processos vivenciados pelas mulheres na sua relação com o contexto local e

---

<sup>1</sup> Mestra em saúde pública pela ENSP/FIOCRUZ, enfermeira, integrante da coordenação nacional da Marcha Mundial das Mulheres e da Consulta Popular. [bernadete.esperanca@gmail.com](mailto:bernadete.esperanca@gmail.com)

<sup>2</sup> Pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz, coordenador do Núcleo Ecologias, Epistemologias e Promoção Emancipatória da Saúde I (NEEPES/ENSP/FIOCRUZ). [mfirpo2@gmail.com](mailto:mfirpo2@gmail.com)

<sup>3</sup> O título da dissertação defendida no ano de 2016 é: *Contribuição da auto-organização das mulheres trabalhadoras rurais do norte de Minas Gerais na resistência à mineração.*

em como a ação destas mulheres também altera a realidade da região e de suas vidas. O método que utilizamos possibilitou a conexão entre a sistematização do arcabouço teórico e a análise empírica da realidade em questão, em um movimento de retroalimentação, no qual, a partir do debate teórico, problematizou-se a realidade empírica e vice-versa. Ainda, a partir da análise dialética, foram incorporadas contribuições da economia feminista e da saúde coletiva.

Como núcleo central da metodologia, trabalhamos com a trajetória das mulheres do Coletivo de Mulheres do Norte de Minas a partir das suas histórias de vida. As entrevistas foram realizadas no primeiro trimestre de 2016. Nossa opção foi pela história de vida tópica, pois trabalhamos com um recorte da vida das mulheres entrevistadas voltado para trajetória de participação social. Combinada com as entrevistas, foi utilizada a técnica de observação participante, uma vez que a posição de pesquisadora e militante da Marcha Mundial das Mulheres colocou a primeira autora em um *locus* privilegiado, reforçando uma perspectiva dialógica da metodologia. Esse recurso foi utilizado para tentar apreender os elementos não verbalizados durante as entrevistas, ou não selecionados no exercício de memórias das entrevistadas, bem como uma maneira de compreender a dinâmica e as práticas sociais das mulheres.

As entrevistas foram feitas com um total de seis mulheres de três municípios do Norte de Minas: Porteirinha, Riacho dos Machados e Rio Pardo de Minas. Foram essas as mulheres entrevistadas por residirem em municípios que são atingidos pela mineração, por participarem desde os primeiros espaços para criação do Coletivo de Mulheres do Norte de Minas, por serem mulheres que se destacam como lideranças na região do norte de Minas, por terem se colocado disponíveis para serem entrevistadas e também por serem as que conseguimos ter

acesso no período. Tendo em vista o aumento da criminalização das lutas sociais, foi feita opção em nominá-las por nome de flores e não por seus nomes próprios, sendo elas Açucena, Adália, Mandacaru, Margarida, Calândria e Violeta.

As mulheres entrevistadas são trabalhadoras rurais com idades entre 38 e 52 anos, sendo que cinco delas são casadas, uma é separada e todas têm filhos. Cinco nasceram no norte de Minas, e uma nasceu na Bahia, mas foi para Norte de Minas ainda jovem. Todas são alfabetizadas, com grau escolaridade que varia do ensino fundamental incompleto ao ensino médio completo.

Muitas relatam o início da participação nos movimentos através da presença nas atividades promovidas pela igreja católica, principalmente das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e pastorais sociais. Algumas se envolveram na luta pela terra e na época da pesquisa todas eram diretoras de Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs). Elas também são parte do conselho diretor do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA/NM), e algumas delas também fazem parte de associações, cooperativas locais e do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM). Todas participam do Coletivo de mulheres do Norte de Minas (CMNM) desde o início de sua formação, algumas participaram da organização precursora do Coletivo CAA Mulher.

A atividade mineral na região do norte de Minas Gerais não era algo comum, pois esse território sempre teve no extrativismo vegetal e na agricultura suas principais atividades econômicas. Mas com a busca de ampliação dos territórios de extração mineral por parte das empresas com apoio do estado, essa atividade passou a fazer parte do contexto norte mineiro há mais de uma década. Essa expansão agravou situações já existentes nessa região como o acesso diminuído à água e a

violência contra mulher. Ainda, trouxe novos problemas como a contaminação da terra e da água, além de problemas de saúde e a prostituição. Mas ao mesmo tempo forjou novos sujeitos de luta. É nesse sentido que se coloca o CMNM, constituído por mulheres que vêm de diversas experiências de organização e luta e que incorporam a resistência à mineração como parte das lutas em defesa dos seus territórios, das suas vidas e do povo da região. A partir da sua auto-organização, essas mulheres trouxeram contribuições e aprendizados importantes para essa luta.

### **A mineração e o impacto sobre os territórios e a vida das mulheres**

Operações minerais como as de ouro e ferro, principalmente as de larga escala, geram inúmeros impactos socioeconômicos, ambientais e de saúde para as populações atingidas. A mineração é associada frequentemente à apropriação de terras dos povos tradicionais, ocasionando massivo deslocamento de pessoas. Suas operações geram uma destruição massiva das terras ao seu redor tais como erosão, desmatamento, desertificação e assoreamento das mesmas. Os resíduos tóxicos usados na extração de alguns minérios como ouro, geram a poluição dos rios e dos solos. A poluição do ar advém da poeira proveniente de demolição contínua da terra e transporte dos minérios. Além disso, a exploração de minérios de baixa concentração em grandes extensões de terra produz uma quantidade enorme de resíduos que, ao não serem reciclados, são armazenados em barragens que têm provocado grandes tragédias recentes no Brasil, como nas cidades de Mariana e Brumadinho.

A introdução da atividade mineradora nos territórios afeta diretamente a gestão coletiva e o uso dos bens comuns. Em muitos casos, coloca em risco outras formas de trabalho e produção que dependem diretamente do meio ambiente equi-



librado, como a agricultura familiar (Milanez *et al.*, 2013). A contaminação dos solos e a apropriação indevida de terras fazem com que as famílias também deixem de produzir seus alimentos para subsistência e passem a comprá-los no mercado. Essa situação acentua processos de empobrecimento da população rural. Segundo Amat y Leon (2015), a produção mineira tem sempre buscado o controle das terras e fontes de água, o que afeta os meios de vida das comunidades e a produção de alimentos pelos camponeses e pelas camponesas.

O avanço da mineração agudiza os conflitos pela disputa do território ao ocupar o espaço de reprodução social do camponato, de quilombolas e indígenas, destruindo costumes e valores dessas comunidades. A forma de atuação autoritária das empresas minerárias traz para as cidades mineradoras características tais como a militarização do espaço, espionagem e criminalização (Coelho, 2015). Por isso, a luta contra a mineração reveste-se também em luta pela democracia.

A mineração, em sua fase de operação, normalmente gera uma quantidade restrita de empregos, geralmente de baixa qualidade, reforçando o ciclo perverso de reprodução de desigualdades socioeconômicas (Milanez *et al.*, 2013). Além disso, a migração massiva de pessoas para as áreas de mineração, a pouca empregabilidade no processo de extração associado aos acidentes de trabalho ou ambientais e aposentadorias por problemas de saúde geram problemas de saneamento, desemprego, desigualdade social e pobreza. O alcoolismo e consumo de drogas ilícitas são recorrentes nas áreas de mineração impostas nesse modelo.

Uma vez que os recursos minerais se exauram nas regiões de extração, as empresas se retiram das áreas, deixando para trás a destruição ambiental e a população mais empobrecida, e levam consigo os altos lucros dos períodos de produção

mineral. O estado de Minas Gerais é exemplo disso (Souza; Minayo; Cavalcanti, 2007).

A desigualdade de poder na definição sobre o uso dado aos recursos naturais expressa-se nas formas distintas de sua apropriação, as quais tendem a ser invisibilizadas no momento de implementação de um projeto. Os critérios que orientam a escolha sobre essa implementação são atravessados pelas determinações de classe, gênero e raça que definem as relações desiguais de poder na sociedade (Malerba, 2010)

Os impactos da mineração, apesar de amplamente sentidos pelas comunidades em torno da atividade mineira, têm um efeito ainda mais perverso na vida das mulheres, e existem impactos vivenciados apenas por elas. Entre as violações que afetam diretamente a vida das mulheres, denunciamos a perda das terras para a produção de alimentos, das moradias e do trabalho gerador de renda, o aumento da sobrecarga do trabalho pela escassez de recursos naturais, como a água, a redução na participação política e nas decisões legais de negociação com as empresas, além do aumento da vulnerabilidade à exploração sexual, à prostituição e ao tráfico de mulheres, dentre outras formas de violência. Nos casos em que as populações são desterritorializadas, as mulheres têm maior dificuldade de adaptação ao trabalho urbano e acabam sendo absorvidas pelos trabalhos mais precarizados, conforme denunciado na *Carta de Política de Varzelândia – IV Ação Internacional da Marcha Mundial das Mulheres* (Marcha Mundial das Mulheres, 2015).

Além da expropriação dos bens naturais, essa atividade destrói também bens imateriais da população local, como a cultura. Trata-se de uma forma de expropriação e violência que atinge, sobretudo, os territórios, os povos tradicionais e as mulheres. Estas são mais afetadas porque possuem maior relação de dependência com os recursos naturais em função

do seu trabalho estar vinculado ao cuidado e à reprodução da vida. Estas também são impactadas pela quebra de vizinhança nessas áreas, pois isso ocasiona uma ruptura das relações de solidariedade entre as mulheres de determinada região. Nesse sentido, a interrupção da socialização dos trabalhos gera uma sobrecarga de trabalho e o rompimento das redes de sustentabilidade da vida. Além disso, as empresas mineradoras excluem as mulheres dos processos de negociações realizados com relação às indenizações e ao reassentamento, o que acarreta muitas vezes a não participação nos benefícios destinados às famílias.

Nas áreas de exploração de minério é recorrente o aumento da violência doméstica contra as mulheres, a violência sexual e a prostituição. A prostituição, em alguns casos, é incentivada pelas próprias empresas de mineração, na expectativa de que seus trabalhadores, na maioria homens, exerçam sua sexualidade à custa da apropriação dos corpos das mulheres, vistas como mercadorias e amortecedoras das tensões geradas pelo próprio trabalho na mineração (SOF, 2014).

Todos esses impactos a que nos referimos também vão se expressar na ação da atividade das mineradoras no território do norte de Minas Gerais, acrescidos das especificidades deste território.

### **O norte de Minas e a mineração**

Minas Gerais imbrica duas formações históricas distintas: a vinculada à exploração de ouro e diamante, e a gerazeira ou sertaneja, referente à formação pastoril que se iniciou no curso médio do Rio São Francisco e se estendeu pelos campos gerais, mais conhecida pela obra *Grande Sertão: Veredas* de Guimarães Rosa (Moreira, 2010). Essa região, conhecida como sertão ou gerais, é hoje o Norte de Minas Gerais.

O Norte de Minas, composto por 89 municípios, é uma mesorregião do estado de Minas Gerais e possui uma população 1.614.971 habitantes, correspondendo a 8,2% da população do estado com área de 128.454,108 km<sup>2</sup> (IBGE, 2015). A economia da região se concentra no setor de serviços (61,8%), seguido pela indústria (24,4%) e pela agropecuária (13,2%) (IBGE, 2015).

Sua história socioeconômica, desde a época colonial, é marcada por conflitos. O início do povoamento do *proto norte* mineiro se deu pela ação dos bandeirantes no extermínio de indígenas e a destruição de quilombos na região que eram “problemas” para a coroa portuguesa. Pelas características locais, foi ali se forjando uma economia pastoril que viria a ser fornecedora de gêneros agropecuários para região aurífera. Nesse período, devido a uma tentativa da coroa portuguesa de cobrar “o quinto” dos produtos alimentícios, os *proto norte* mineiros fizeram uma revolta na qual foram derrotados. Os historiadores a chamam de Sedição e a população norte mineira a denomina de Conjuração Franciscana (Moreira, 2010).

Segundo Botelho, citado por Santos e Silva (2011), “a Sedição marcou o fim do domínio econômico do sertão do São Francisco nas relações de troca com a região das minas. A Coroa estabeleceu um cerco, iniciando o período de isolamento do Norte de Minas Gerais, o qual, em termos econômicos, vigorou até a primeira metade do século XX”. Mata Machado, citado por Santos e Silva (2011), reforça que o isolamento não significou falta de produtividade, pois, contando com os próprios recursos, a população desenvolveu um estilo de vida autônomo, fundado na agricultura para subsistência e na utilização das riquezas naturais que marcaram a identidade econômica e cultural da região.

O Norte de Minas tem características territoriais muito semelhantes ao nordeste brasileiro, o que levou a região ser incluída no “polígono da seca”, formatando, assim, uma área dentro da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)<sup>4</sup>. Pode-se afirmar que a SUDENE, criada em 1959, contribuiu para a superação do isolamento econômico e político da região, mas trouxe também as contradições inerentes ao sistema capitalista, como a mercantilização das relações sociais, o aumento da expropriação do trabalho e o aumento das desigualdades sociais, dentre outras (Santos; Silva, 2011).

Com a atuação da SUDENE, os proprietários rurais foram beneficiados pelos projetos de pecuária de corte e de reflorestamento que receberam maior volume de investimentos e incentivos, o que possibilitou a transformação de suas fazendas em empresas rurais. Entretanto, houve pouca geração de postos de trabalho devido às características dessas duas atividades, que utilizam pouca mão de obra. Assim, ocorreu um aumento da concentração da terra devido à incorporação de pequenas propriedades, à expulsão de posseiros e agregados e à ocupação de áreas comunais ocupadas por populações tradicionais (Moreira, 2010).

Segundo Fonseca (2014), diante de uma conjuntura de crise econômica mundial ainda na primeira década dos anos 2000,

---

<sup>4</sup> “A SUDENE foi um instrumento, definido no interior do quadro político nacional, que buscava suprimir as desigualdades regionais fortemente condicionadas pelas disparidades entre as forças produtivas do Nordeste e do Centro-Sul – região mais desenvolvida do país [...]. Em 1963, o Norte de Minas foi incluído na área da SUDENE por meio da Lei n. 4.239, que considera como Nordeste a região abrangida pelos Estados do Maranhão, do Piauí, do Ceará, do Rio Grande do Norte, da Paraíba, de Pernambuco, de Alagoas, de Sergipe, da Bahia e ainda a zona do Estado de Minas Gerais, situado no denominado Polígono das Secas, e o Território de Fernando de Noronha” (Santos; Silva, 2011).

o capital remodelou suas formas de atuação no Norte de Minas. Se o desenvolvimento econômico regional sempre esteve predominantemente vinculado às atividades agropastoris, no final da década os anos 2000 houve uma reorientação política pela exploração mineral. A valorização do ferro no mercado internacional neste período, impulsionada pela alta demanda por essa matéria-prima e pela existência de uma grande jazida de minério de ferro na região, fez com que o Estado e grandes corporações capitalistas novamente voltassem seus olhos para o polígono da seca mineiro, naquele momento, motivados pela cobiça da exploração dessas jazidas minerais, localizadas nas microrregiões de Grão Mogol e Salinas (Fonseca, 2014).

Atualmente, existem dois grandes projetos minerários que geram conflitos no norte mineiro: o empreendimento de mineração de ouro, localizado na cidade de Riacho dos Machados, conduzido pela Mineração Riacho dos Machados Ltda., da empresa canadense Carpathian Gold, em fase de operação; e o projeto de exploração de minério de ferro Vale do Rio Pardo, renomeado de Bloco 8, da Sul América de Metais (SAM), de capital chinês e atualmente com licenciamento suspenso por liminar. Este último busca viabilizar a extração de minério de baixo teor de ferro (20%) com beneficiamento que elevaria o teor para 66,5%, porém gerando uma grande quantidade de resíduos, além da construção de um mineroduto de 482 km para levar o minério até Ilhéus.

Riacho dos Machados está inserida no semiárido Mineiro e possui problemas sérios de abastecimento de água. Esta “não regularidade hídrica” se agrava com a mineração. A Carpathian Gold perfurou, segundo a polícia ambiental, dez poços artesanais de forma ilegal; invadiu áreas da comunidade para retirar água de poços; e usa água contaminada para irrigar estradas,

entre outros crimes socioambientais apontados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2016).

Diante de contextos como este do norte de Minas, comuns a toda a América latina, as mulheres têm se auto-organizado e se destacado por sua militância em defesa do meio ambiente numa época em que grandes mineradoras e a monocultura de alimentos transgênicos constituem uma nova e mais profunda forma de colonização extrativista (Puleo, 2012).

### **A auto-organização das mulheres e a crítica ao modelo de desenvolvimento a partir da perspectiva feminista**

As mulheres se auto-organizam como estratégia para transformar a correlação de forças e avançar na conquista de igualdade e liberdade e têm como objetivo a construção de um sujeito político forte capaz de formular plataformas de luta, ampliar a consciência e a ação feminista (Nobre *et al.*, 2015).

Nobre *et al.* (2015) enfatizam que a auto-organização é quando as mulheres se reúnem em grupos só de mulheres ou em espaços específicos nos movimentos mistos, compostos por mulheres e homens, como o movimento sindical. Esse é um princípio e uma prática fundamental para a formação das mulheres, a partir de suas experiências e seus aprendizados. Nesses espaços, trocar saberes e histórias e compartilhar práticas e resistências são ingredientes que geram um reconhecimento das mulheres como mulheres. Essas trocas permitem compreender que, apesar de se expressarem de formas diferentes, existem muitas semelhanças na opressão que as mulheres sofrem em sociedades patriarcais como a brasileira. De forma complementar, Silva (2013) acrescenta que a auto-organização das mulheres é o primeiro passo para fortalecê-las na luta contra o capitalismo e o patriarcado. Ressalta, ainda, que esta tem sido uma metodologia historicamente utilizada pelas mulheres,

materializando-se em espaços coletivos de discussão e proposição exclusivamente femininos nos quais podem colocar seus questionamentos e pensar formas conjuntas de ação.

Para Silva (2013), a auto-organização das mulheres camponesas ou rurais se faz necessária por três contradições principais presentes no mundo rural e que estão intrinsecamente relacionadas: as relações de gênero na agricultura familiar, a divisão sexual da política nos movimentos sociais e a violação dos direitos das mulheres camponesas – que vai desde a violência doméstica ao déficit de políticas estatais que proporcionem uma vida digna para essas mulheres.

A auto-organização é uma produção das lutas feministas. Foi a partir dos enfrentamentos com as estruturas patriarcais e na experimentação de construção de alternativas a elas que as mulheres foram concebendo a auto-organização como elemento indispensável para sua emancipação e como forma de superação da divisão sexual do trabalho e da produção de novas relações sociais (SOF, 2015).

Nos países chamados do Sul Global, vários estudos têm mostrado que as formas de desenvolvimento baseadas na crença absoluta na tecnologia e guiada exclusivamente pelas leis de mercado têm afetado profundamente não só o entorno natural, mas também a vida dos mais pobres, principalmente mulheres e crianças (Puleo, 2012).

O atual modelo de desenvolvimento como parte do sistema capitalista, patriarcal e racista, utiliza de suas estruturas para impulsionar dinâmicas de crescimento econômico que exaure os bens naturais e reforça as desigualdades constitutivas desse modelo. A natureza é tratada como um recurso inesgotável, utilizado na produção de mercadorias que alimenta o sobreconsumo de uma parte da população. Para uma análise desse modelo de desenvolvimento a partir de uma perspectiva femi-



nista, em um primeiro momento é necessário reconhecer que as mulheres ocupam posição de desigualdade neste modelo. Sendo assim, elas sofrem de forma diferenciada os impactos deste modelo de desenvolvimento sobre suas vidas, corpos e territórios (SOF, 2014).

A perspectiva feminista sobre a necessidade de se construir um novo paradigma de sustentabilidade da vida amplia a visão mais clássica de sustentabilidade ambiental. Esta, muitas vezes, não incorpora as relações humanas como parte dos conflitos e das relações de poder que têm que ser alteradas. A subordinação da natureza à lógica da exploração e do mercado encontra paralelo na subordinação das mulheres. Assim como a natureza, o tempo e o trabalho das mulheres são vistos como inesgotáveis e inteiramente disponíveis para o usufruto daqueles que as exploram (SOF, 2015, p. 27).

Com a perspectiva de um novo processo de acumulação primitiva no âmbito de um capitalismo globalizado neoextrativista, as mulheres representam a principal força de oposição ao processo de mercantilização total da natureza (Federici, 2014), o que torna estratégica a articulação das lutas feministas e as lutas contra o capitalismo.

### **História construída através da ação: o coletivo de mulheres do norte de Minas Gerais**

Em um território marcado pela concentração da terra, expansão do agronegócio, mas também por processos de luta e resistência norte mineira é que se forja o Coletivo de Mulheres do Norte de Minas (CMNM). O CMNM tem se apresentando como um importante grupo na organização da resistência à mineração neste território. Segundo Nobre *et al.* (2015), a organização das trabalhadoras rurais é uma marca do norte de Minas Gerais. A participação das mulheres em processos

de articulação já acontecia nos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e junto a organizações do campo agroecológico, mas foi em 2008 que as mulheres decidiram se auto-organizar com mais autonomia.

O CMNM articula mulheres de 19 municípios, que se organizam em núcleos e estão distribuídas em três territórios: Serra Geral, Alto Rio Parto e microrregião de Montes Claros. As mulheres do coletivo são diversas: quilombolas, geraizeiras, caatingueiras, vazanteiras, agricultoras familiares, atingidas por barragens, pela monocultura do eucalipto ou pela mineração, assentadas da reforma agrária e trabalhadoras rurais. Tem como principais bandeiras a luta contra a violência à mulher, a afirmação da autonomia econômica das mulheres, a luta por soberania alimentar, a defesa de seus territórios, a defesa da agroecologia, a resistência aos grandes projetos (mineração, barragem, eucaliptos) e a construção de um novo projeto de sociedade.

O Coletivo de Mulheres do Norte de Minas nasce no bojo das ações do CAA/NM que, na implementação de seus projetos e com o desenvolvimento de experiências de produção agroecológicas, foi percebendo que, apesar de muitas dessas experiências terem grande participação das mulheres, isso ficava invisibilizado e também eram invisibilizadas as relações de poder e a divisão sexual do trabalho. As mulheres que faziam parte do CAA/NM (técnicas e conselheiras) foram percebendo que, apesar de estarem envolvidas nos diversos projetos da entidade, eram invisibilizadas e não estavam nos espaços deliberativos da entidade. Organizaram então, em um primeiro momento, o coletivo CAA Mulher, que começou a fazer debates com as mulheres de diversas regiões do norte de Minas em suas comunidades na qual o CAA/NM tinha projetos. Assim, as mulheres foram se animando e dizendo que que-

riam também fazer parte do CAA Mulher. Com a ampliação do CAA Mulher a partir do envolvimento das mulheres das comunidades, em 2008, ele passou a se chamar Coletivo de Mulheres do Norte de Minas (CMNM).

A partir das reflexões produzidas nas formações realizadas, as mulheres foram compreendendo que eram necessárias também ações que fossem além das atividades de formação. Em 2009, organizaram a I Marcha das Mulheres do Norte de Minas, e a partir daí colocaram a ocupação das ruas como ferramenta essencial desse processo. As marchas viraram a marca registrada da ação do CMNM e, naquele mesmo ano, aderiram à Marcha Mundial das Mulheres,<sup>5</sup> ampliando seu campo de articulação e fortalecendo o CMNM como parte de um movimento popular. Com isso, as integrantes passaram a participar de ações e também atividades de formação com outras mulheres do campo e da cidade, além de outras regiões do Brasil e do mundo, o que tem promovido uma retroalimentação das lutas.

Durante todo ano de 2009, essas mulheres participaram de espaços de preparação e também replicaram esses espaços nas comunidades, suscitando outras mulheres a participarem da III

---

<sup>5</sup> A Marcha Mundial das Mulheres é um movimento feminista internacional, com atuação em mais de 60 países, e que está em marcha permanente pela autonomia econômica das mulheres, pela paz e desmilitarização, pelos bens comuns e a natureza e pelo fim da violência contra as mulheres. O objetivo é mudar o mundo e mudar a vida das mulheres em um só movimento, com Igualdade para todas e com o fortalecimento de seus espaços coletivos: populares, autônomos e diversos. Suas ações são realizadas com criatividade para enfrentar o capitalismo patriarcal, racista e lesbofóbico, construindo alianças com os movimentos sociais em luta para transformar o mundo. Neste sentido, busca vincular o trabalho permanente em âmbito local com os temas e processos globais por meio da solidariedade e do internacionalismo. No Brasil, possui uma coordenação nacional e está presente em 20 estados, organizando-se em comitês e núcleos.

Ação Internacional da Marcha Mundial das Mulheres. A Ação aconteceu de 8 a 18 de março de 2010, na qual marcharam junto a mais de 2 mil mulheres de todas as regiões do país por 10 dias, de Campinas a São Paulo, com o lema “Seguiremos em Marcha até que todas sejamos livres”. Essa Ação possibilitou o encontro e a vivência da imensa diversidade de mulheres que fazem parte da Marcha Mundial das Mulheres, de todas as regiões, de várias gerações e das várias faces das mulheres trabalhadoras do Brasil.

A ação do Coletivo no território foi se ampliando e se fortalecendo. Em 2011, as participantes realizaram a II Marcha das Mulheres do Norte de Minas, em Nova Porteirinha e Janaúba. Elas marcharam contra a violência sexista, por maior participação nas entidades sindicais, pela agroecologia, pela visibilidade da produção e pela saúde da mulher. Foram percebendo que as marchas se tornaram ferramentas de importante incidência no território e, sendo assim, decidiram que haveria uma rotatividade das cidades onde acontece a marcha para possibilitar a maior participação e fortalecimento do CMNM.

Em 2012, em Taiobeiras, o CMNM foi às ruas na III Marcha das Mulheres do Norte de Minas, naquele momento com 2 mil participantes que denunciavam os casos de violência contra mulheres, o avanço dos empreendimentos minerários sobre seus territórios e lutavam por uma maior valorização do trabalho produtivo e reprodutivo das mulheres. Essa marcha marcou a entrada do CMNM de forma incisiva na luta contra o avanço dos empreendimentos minerários na região. A partir daí começaram a participar de mobilizações junto com outras organizações, audiências públicas, manifestações e debates com relação à proposta de reformulação do código da mineração.

Em 2013, com mil mulheres a mais que no ano anterior, o CMNM ocupou as ruas de Porteirinha na IV Marcha das

Mulheres do Norte de Minas, demonstrando a força das mulheres organizadas. Nesse momento, as pautas se tornaram praticamente eixos permanentes: a violência contra mulher, o avanço dos empreendimentos minerários sobre seus territórios e suas vidas, a valorização do trabalho das mulheres, a autonomia econômica, a maior participação nas entidades/movimentos e uma produção livre de agrotóxicos.<sup>6</sup>

Em 2015, como parte da IV Ação Internacional da Marcha Mundial das Mulheres, o CMNM realizou a V Marcha das Mulheres do Norte de Minas que contou com manifestação em frente à Procuradoria Geral da República em Montes Claros, onde entregaram uma carta reivindicando a suspensão da licença da mineradora Capathian Gold e a não liberação de licença da SAM para efetivação dos minerodutos. Também houve momentos de debates, feira agroecológica e caminhada na cidade de Varzelândia (Marcha Mundial das Mulheres, 2015).

### **Impactos da atividade mineral no território através da percepção das mulheres do coletivo de mulheres do norte de Minas**

As mulheres sempre lutaram contra as injustiças e a marginalização que vivem em função do patriarcado. Na América Latina foram as defensoras mais aguerridas das culturas comunais, ameaçadas pela colonização europeia que foi um marco da estruturação do modelo extrativista em nossa região (Faria, 2015). Nas entrevistas e também com a participação em algumas atividades coletivas, constatamos que as mulheres do CMNM identificam com mais clareza os impactos da mine-

---

<sup>6</sup> Trecho tirado da Carta da IV Marcha das Mulheres do Norte de Minas, Porteirinha, 2013. Arquivo de Coletivo de Mulheres do Norte de Minas (CMNM).

ração sobre suas vidas e territórios. Elas atribuem isso à capacidade delas de se preocuparem mais com o futuro, enquanto os homens pensam mais no imediato e, com isso, também se tornam mais susceptíveis às promessas de “desenvolvimento” e de empregos das mineradoras. Mas Federici (2014) também agrega que, ao mesmo tempo, isso ocorre porque as mulheres, como sujeitos principais do trabalho reprodutivo, tanto histórica como atualmente, dependem mais que homens do acesso aos recursos comuns e estão mais comprometidas com sua defesa.

Os homens, principalmente os mais jovens, ficam querendo muito o emprego, e deixam de se importar com as consequências que aquele empreendimento pode causar para as vidas das pessoas, para o território. Ficam focados em ter um benefício para eles. Mas acaba que o emprego não vem para o agricultor. As mulheres pensam mais no futuro e nos problemas que podem ser causados (Açucena, entrevista coletada em campo, 2016).

Essa visão das mulheres, no sentido do que diferenciam sua percepção frente à dos homens, deve também ser problematizada, pois muitas vezes essas percepções estão relacionadas aos lugares atribuídos a homens e a mulheres em uma sociedade em que o patriarcado é um dos elementos organizadores. Em geral, o senso comum e mesmo algumas abordagens teóricas e políticas tendem a analisar esse fato como algo decorrente de uma essência feminina e que, portanto, tornaria a mulheres mais próximas à natureza. Mas uma análise feminista de caráter sócio-histórica situa as relações das mulheres com a natureza a partir do seu lugar na divisão social e sexual do trabalho, e sua atribuição quase como as responsáveis exclusivas pelo trabalho de cuidado e sustentabilidade da vida humana (Faria, 2015).

Acho que nós, as mulheres, pensamos nas gerações futuras, a gente discute a mineração por conta disso, porque se a mineração continuar desenfreada e com o apoio que eles têm dos governantes

e de outros e os movimentos sociais não fizeram nada, nós não teremos futuras gerações, né. Porque a gente sabe que a mineração deixa um rastro de destruição, no ambiente, ar que respiramos, a água que bebemos, então a gente sabe que tem um monte de fatores aí que vão complicar as futuras gerações (Calândria, entrevista coletada em campo, 2016).

As entrevistadas afirmaram que as mulheres parecem se preocupar mais com a qualidade de vida e têm uma lógica menos mercantilizada de pensar as relações. Já os homens têm uma lógica mais voltada para o capital, parecem estar acostumados a destruírem o ambiente e não se importam tanto em buscar alternativas a esse modelo.

As mulheres, por estarem mais ligadas ao trabalho de cuidados e reprodução da vida, estão mais inseridas em relações não mercantis, o que possibilita vivências menos marcadas pelo mercado. Portanto, quando as mineradoras chegam aos seus territórios intensificando a mercantilização das relações, as mulheres são as que apresentam maior resistência, pois reconhecem a relação dos seus territórios com os meios de produção da vida (Faria, 2015).

São diversos os impactos da ação mineral sobre os territórios e a vida das mulheres como reforçam Puleo (2012) e Coelho (2015). Pudemos constatar que esses impactos não se diferem dos produzidos pela ação mineral no Norte de Minas, mas eles aparecem com nuances diferentes a partir da percepção das norte mineiras. As mulheres do Coletivo de Mulheres do Norte de Minas reforçam a presença destes impactos em suas vidas, corpos e territórios e referem-se à mineração como um desastre. Todas elas também se referem ao acontecido em Mariana, em 2015, para exemplificar como a mineração pode ser nociva para suas vidas e territórios. Uma das entrevistadas afirma:

Durante o processo de instalação a empresa mandou pessoas formadas que conseguiram seduzir muitos agricultores, que só pensaram no momento. Não nos ouviram quando a gente falou das consequências, que aquilo era apenas coisa de momento, pensaram que ganhariam muito dinheiro e acabaram alguns ficando sem suas terras e outros sofrendo com a poeira, contaminação da água (Açucena, entrevista coletada em campo, 2016).

As mulheres, ao expressarem sua percepção em relação à mineração em seus territórios, confrontam o discurso de desenvolvimento construído pelas mineradoras, apresentado por Coelho (2015). Na percepção das mulheres do CMNM, as mineradoras chegam aos seus territórios com a imposição autoritária de um modelo de desenvolvimento que não leva em conta as relações sociais de produção que organizam o território.

Mineração para gente é sinônimo de destruição, poluição das águas, acabaram com as nascentes, contaminaram a terra, os agricultores perdem até o direito de cuidar daquilo é seu, porque eles [mineradoras] chegam ali impondo e muitos acabam obedecendo e cedendo. Percebemos também aumento dos problemas de saúde, principalmente devido à contaminação da água por resíduos de ferro e substâncias tóxicas [...] muitas pessoas estranhas chegaram na comunidade o que gerou muitas brigas e violência, acabaram com o sossego, também trouxeram doenças (Dália, entrevista coletada em campo, 2016).

### *Violência contra mulher e prostituição*

Segundo as mulheres entrevistadas, a ação mineral traz grandes impactos também nas relações sociais no território, levando inclusive ao rompimento de vínculos de solidariedade entre as pessoas da comunidade, o que também foi constatado por Coelho (2015) e Puleo (2012) em outros empreendimentos minerários. Elas também pontuam que com a chegada de mui-



tos homens ao território houve aumento dos casos de violência sexual e de gravidez na adolescência.

No início, quando começaram as obras, teve um impacto muito grande devido ao número de pessoas que chegou à cidade para construir a infraestrutura do empreendimento. Muita gente chegou, muito alojamento, as praças cheias de gente. Tivemos alguns casos de, mesmo de uso de drogas em praça pública e aumento da prostituição, casos de adolescentes frequentando os barracos e alguns casos de violência sexual, tudo isso aconteceu no início (Calândria, entrevista coletada em campo, 2016).

Apesar dessa realidade ser evidente, tanto a prostituição como a violência pouco aparecem nos estudos relacionados aos impactos gerados pela atividade mineral ou mesmo como questionamento ao modelo mineral, talvez porque se ignora a perspectiva das mulheres em relação a esses problemas.

No Norte de Minas aumentou muito a prostituição com a chegada de muitos homens que vieram para obras da mineração, algumas eram mulheres daqui, mas muitas vieram de fora. A violência contra mulher também aumentou e os casos de violência sexual (Violeta, entrevista coletada em campo, 2016).

Contudo, nem todas as mulheres conseguiram explicitar essas situações ou problemas. Tais situações, muitas vezes, são vistas como vergonhosas. Se muitas mulheres, nesse momento, são capazes de ter uma visão mais crítica é porque estão em um Coletivo auto-organizado no qual encontram segurança, confiança e solidariedade.

### *Água, produção de alimentos e saúde*

Água e a produção de alimentos são temas intrinsecamente relacionados que dizem respeito a fatores essenciais para a vida humana. A água é considerada o alimento mais essencial e o acesso à água de qualidade para o consumo humano e para

produção de alimentos é de extrema importância para a garantia da soberania e segurança alimentar e nutricional (Paixão, 2013). Em uma região de semiárido esses temas ganham ainda maior relevância.

A apropriação das terras e a contaminação dos solos e da água pelas mineradoras prejudicam a produção dos alimentos, impactando especialmente as mulheres que são muitas vezes responsáveis por colhê-los, buscar a água, cozinhar e promover uma boa alimentação à sua família (SOF, 2014). É de se esperar que mulheres trabalhadoras rurais de uma região de semiárido apontem a ação mineral como um grande problema quando se trata da relação com água e a produção de alimentos: “A mineração contamina, leva, suga a água. Nós não temos água irrigada para produzir, mas ela gasta três vezes mais do que uma irrigação” (Mandacaru, entrevista coletada em campo, 2016).

Muitas vezes, as mulheres são responsáveis pelo abastecimento de água nas comunidades rurais, sendo a percepção delas com relação à diminuição da disponibilidade de água e à possível contaminação relacionada à ação mineral, uma dimensão que deveria ser apontada como um sinal de alerta para região.

A água está acabando, secando mesmo. Os poços artesianos que não secaram diminuíram 50% do seu volume de água. A mineradora abriu muitos poços, todos muito perto um dos outros e mais baixos que os nossos, então a água dos nossos foi indo todo para o deles e fomos ficando sem água e mesmo na cidade começou a faltar água nas torneiras (Açucena, entrevista coletada em campo, 2016).

A produção mineral impacta a produção de alimentos tanto porque ocupa as terras que eram utilizadas para agricultura ou para o extrativismo quanto pela contaminação da água, do solo e das próprias plantas. Isso é ainda mais grave em uma

região de semiárido pela diminuição da água disponível que pode também produzir alterações do microclima, alterando o regime de chuvas.

Antes da mineração a gente conseguia plantar e fazer uma boa colheita, a gente sempre plantou sem agrotóxico, era uma plantação saudável. E hoje, com tanto veneno que essas empresas mexem que acaba atingindo a gente porque nós estamos muito próximos. E chuva só foi ficando pouca, estamos com quatro anos que nós não conseguimos colher completamente. A gente planta, mas não consegue colher (Açucena, entrevista coletada em campo, 2016).

Os problemas de saúde relacionados à poeira e à contaminação da água e dos solos também apareceram como importante impacto da mineração na percepção das mulheres. As atividades de extração de minérios são associadas a diferentes danos e riscos à saúde. Alguns deles são específicos das propriedades dos minérios e outros causam danos derivados da atividade de extração em si, por exemplo, doenças pulmonares e de pele. Essas questões são também decorrentes da falta de infraestrutura dos territórios, aliada a grandes projetos de mineração, que agravam doenças transmissíveis pela água e o alcoolismo, aumentam a violência, entre outros (Milanez *et al.*, 2013). Entre os impactos que as mulheres apontaram, ganham destaque os problemas de saúde que afetam mais fortemente as mulheres e crianças.

A gente consegue visualizar os impactos nas comunidades vizinhas ao entorno minerário. As pessoas reclamam de poeira, é um impacto muito grande principalmente na vida das mulheres que ficam mais tempo em casa, que lidam na agricultura ali ao redor de casa mesmo. Se queixam principalmente de problemas respiratórios por conta da poeira (Calândria, entrevista coletada em campo, 2016).

Apesar desses elementos que incidem no processo saúde-doença da população e de suas vidas serem bem evidentes

para as mulheres, eles muitas vezes são desprezados pelos profissionais de saúde no diagnóstico das doenças, e mesmo nos estudos de impactos feitos nas áreas de mineração.

### Considerações finais

Analisando os resultados obtidos com este trabalho, consideramos que a ação auto-organizada das mulheres trabalhadoras rurais do Norte de Minas contribuiu para que elas construíssem um olhar mais sistêmico e consciente das situações em que estão imersas suas vidas e territórios. Ao mesmo tempo, foram construindo uma perspectiva crítica em relação ao modelo de desenvolvimento e, de forma particular, à ação das mineradoras. A partir desse olhar sistêmico e crítico, puderam identificar seus impactos e fortalecer lutas de denúncia e resistência à mineração.

Existe também uma apropriação por parte das mulheres de uma pluralidade de conhecimentos, tanto os já produzidos pelos estudos relacionados à mineração quanto os adquiridos pela participação em audiências públicas, nos espaços de formação com outros movimentos, nas trocas de experiências com outras mulheres e populações que também vivenciaram ou vivenciam a mesma situação que elas.

Muitas das mulheres que compõem o Coletivo participaram de processos de luta e organização anteriores e têm experiência com resistência e defesa dos seus territórios, mas a inserção na luta de enfrentamento e resistência à mineração é muito recente, e tem sido um grande desafio colocarem-se como sujeitas nesse processo. Muitas vezes, apresentam posições divergentes das de seus maridos, filhos ou mesmo companheiros de organização, como, por exemplo, em relação à percepção diferenciada sobre os impactos da atividade mineradora na região. Segundo as mulheres do Coletivo, para muitos

homens a mineração representa o progresso, o desenvolvimento e mais empregos, enquanto para elas a mineração é identificada como um processo de perda dos laços de solidariedade nas comunidades, contaminação do solo e da água, geração de problemas à saúde e aumento da violência e prostituição.

A experiência do Coletivo de Mulheres do Norte de Minas nos demonstrou que a resistência à mineração protagonizada pelas mulheres não está separada da construção de alternativas e de recuperação dos bens comuns, dos conhecimentos ancestrais e de construção de relações de solidariedade e reciprocidade, das quais são exemplos a agroecologia e a economia solidária (Faria, 2016). Isso se soma ao desafio da construção de autonomia econômica das mulheres e do próprio Coletivo. A autonomia econômica é de extrema importância para que as mulheres decidam os rumos de suas vidas e para que o Coletivo possa se colocar de forma mais independente das organizações que, até então, têm contribuído para a manutenção financeira das atividades promovidas por ele.

Conhecer, identificar e compreender as potencialidades da auto-organização das mulheres como transformadoras de suas vidas e de seus contextos seguem sendo um grande desafio, mas destacamos a importância dessa ferramenta organizativa no questionamento da ordem estabelecida em uma sociedade capitalista, patriarcal e racista e na conformação das mulheres como sujeitos políticos. Identificamos durante a pesquisa que a existência do Coletivo possibilitou a ampliação da participação das mulheres como sujeitos políticos, e não apenas como coadjuvantes de seus companheiros, mas isso ainda é pouco visível.

As ações auto-organizadas do Coletivo de Mulheres do Norte de Minas contribuíram para o fortalecimento das lutas de resistência à mineração e possibilitaram uma maior visibilidade dos impactos sobre os territórios e sobre suas vidas,

produzindo questionamentos com relação ao modelo de desenvolvimento. Contribuíram, ainda, para o processo de radicalização da democracia no interior das entidades e dos movimentos sindicais dos quais essas mulheres participam. Dessa forma, questiona-se a divisão sexual da política e, portanto, confrontam-se as relações de hierarquia, de forma a valorizar o trabalho e a importância política das mulheres (Silva, 2013).

Um grande desafio desse trabalho ocorreu ao tentarmos nos aproximar de dimensões que, muitas vezes, na produção hegemônica dos conhecimentos, não se articulam a reflexões teóricas críticas a partir da luta popular, política e feminista. Mas, ao mesmo tempo, o trabalho de pesquisa nos mostrou como essa aproximação é mais que necessária para aquelas e aqueles que lutam por um projeto de transformação desta sociedade, que querem que os conhecimentos produzidos sejam ao mesmo tempo transformados e transformadores.

Acreditamos que este trabalho pode ser um instigador de outros estudos relacionados ao tema, permanecendo o desafio do aprofundamento dos estudos quanto à relação da auto-organização das mulheres com a resistência à mineração no Brasil. Também é frutífero por possibilitar ampliar essas reflexões numa perspectiva comparada com experiências semelhantes em outros países da América Latina, como Peru e Bolívia.

## Referências

- AMAT Y LEON, Patricia. *Transitando caminos: mujeres y minería*. Lima. Filomena Tomaira PACSi. Servicios a la Mujer Minera, 2015.
- COELHO, Tádzio Peteres. *Projeto Carajás: trinta anos de desenvolvimento frustrado*. Marabá, PA: ed. Iguana, 2015.
- CPT – Comissão Pastoral da Terra. *A destruição da Casa Comum: irresponsabilidade do Governo Mineiro e ganância das Mineradoras no Norte de Minas*. 2016. Disponível em: <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/noticias/a->

destruicao-da-casa-comum-irresponsabilidade-do-governo-mineiro-e-ganancia-das-mineradoras-no-norte-de-minas/. Acesso em: mar. 2016.

FARIA, Nalu. El aprecio de la vida humana alternativas feministas al actual modelo de sociedad. *Perspectivas América Latina*, Berlin, Fundación Heinrich Böhl., v. 1., set. 2015.

\_\_\_\_\_. *A centralidade da vida humana na construção de outro modelo de sociedade*. 14 de abr. 2016. Disponível em: <http://www.sof.org.br/2016/04/14/a-centralidade-da-vida-humana-na-construção-de-outro-modelo-de-sociedade/>. Acesso em: jan. 2014.

FEDERICI, Silvia. O feminismo e as políticas do comum em uma era de acumulação primitiva, in: MORENO, Renata (org.). *Feminismo, economia e política: debates para construção da igualdade e autonomia das mulheres*. São Paulo: SOF – Sempre Viva Organização Feminista, 2014.

FONSECA, Graziano L. *Mineração no norte de minas: gerais e geraizeiros ameaçados em função do projeto vale do rio pardo na microrregião de Grão Mogol-MG*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, Unimontes, Montes Claros, 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Norte de Minas Gerais*. 2015. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso em: abr. 2015.

MALERBA, Juliana. A luta por justiça socioambiental na agenda feminista: visibilizando alternativas e fortalecendo resistências, in: ARANTES, Rivane (org.). *Mulheres, trabalho e justiça socioambiental*. Recife: SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia, 2010.

MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES. *Carta Política de Varzelândia – IV Ação da Internacional da Marcha Mundial das Mulheres*. 2015. Disponível em <http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/carta-politica-de-varzelandia-iv-acao-internacional-da-mmm/>. Acesso em: ago. 2020.

MILANEZ, Bruno *et al.* Injustiça Ambiental, Mineração e Siderurgia, in: PORTO, Marcelo Firpo; PACHECO, Tania; LEROY, Jean Pierre (org.). *Injustiça ambiental e saúde no Brasil, o mapa de conflitos*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013, p. 175-205.

MOREIRA, Hugo F. “*Se for pra morrer de fome, eu prefiro morrer de tiro*”: O Norte de Minas e a formação de lideranças rurais. Dissertação – Instituto de Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

NOBRE, Miriam *et al.* *Experiências e desafios na construção de agendas feministas nos Territórios da Cidadania*. São Paulo: SOF – Sempre viva Organização Feminista, 2015.

- PAIXÃO, Genovaldo. R. Segurança alimentar e nutricional e o acesso a água no norte de Minas Gerais, *in*: CONTI, Irio Luiz; SCHOEDER, Edni Oscar (org.). *Estratégias de convivência com o semiárido brasileiro*. Ed. IABS, Brasília, 2013.
- PULEO, Alicia. H. Anjos do Ecossistema, *in*: FARIA, Nalu; MORENO, Renata. *Análises Feministas: outro olhar sobre a economia e a ecologia*. São Paulo: SOF – Sempre Viva Organização Feminista, 2012.
- SANTOS, Gilmar Ribeiro; SILVA, Ricardo dos Santos. Desenvolvimento regional no Norte de Minas Gerais, *in*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 35, 2011. *Anais...* Montes Claros/MG, 2011.
- SILVA, Isabela Costa. *Movimento de Mulheres Camponesas na trajetória feminista brasileira: uma experiência de luta por direitos e liberdade*. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.
- SOF. *Trabalho, corpo e vida das mulheres: uma leitura feminista sobre as dinâmicas do capital nos territórios*. São Paulo: SOF – Sempre Viva Organização Feminista, 2014
- \_\_\_\_\_. *Feminismo em Marcha para mudar o mundo: trajetórias, alternativas e práticas das mulheres em movimento*. São Paulo: SOF – Sempre Viva Organização Feminista, 2015.
- SOUZA, Edinilsa; MINAYO, Maria Cecília; CAVALCANTI, Fátima. O impacto do suicídio sobre a morbimortalidade da população de Itabira. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 11, n. Sup., p. 1.333-1.342, 2007.



## CAPÍTULO 9

# A RESISTÊNCIA DE MULHERES CAMPONESAS FRENTE AO MODELO RACISTA-HETEROPATRIARCAL DE MINERAÇÃO DA EMPRESA ANGLO AMERICAN EM MINAS GERAIS

ANA ALVARENGA DE CASTRO<sup>1</sup>

LARISSA PIRCHINER DE OLIVEIRA VIEIRA<sup>2</sup>

### Introdução

Entre 2015 e 2019, Minas Gerais, o Brasil e o mundo viram dois crimes socioambientais de rompimento de barragens de rejeitos da mineração de ferro escancararem a face mais perversa dessa atividade no seu modelo atual. O dia 5 de novembro de 2015 deve ser sempre lembrado pelo crime cometido pela mineradora Samarco/Vale/BHP, e o dia 25 de janeiro de 2019 como o dia do crime cometido pela Vale S. A.

Quando nos referimos à face mais perversa da mineração se tornar visível para toda a sociedade, queremos dizer que a perversidade deste modelo minerário que é um dos braços do projeto racista e heteropatriarcal de desenvolvimento, começa

---

<sup>1</sup> Engenheira Agrônoma militante independente da Agroecologia Feminista. Mestre em Práticas em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Doutoranda em Gênero e Globalização pela Universidade Humboldt de Berlim, Alemanha. Bolsista da Fundação Friedrich-Ebert. [ana.alvarengadecastro@gmail.com](mailto:ana.alvarengadecastro@gmail.com)

<sup>2</sup> Advogada popular. Integra o Coletivo Margarida Alves de Assessoria Popular e a Rede Nacional de Advogadas e Advogados Populares (RENAP). Mestre em Arquitetura e Urbanismo pelo NPGAU-UFMG. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense, linha de pesquisa “Conflitos Socioambientais”. [larissapovadv2@gmail.com](mailto:larissapovadv2@gmail.com)

muito antes e vai muito além do rompimento de uma barragem de rejeitos. Ela acontece todos os dias com as comunidades que vivem no entorno desses megaempreendimentos.

O presente trabalho busca, a partir da junção de duas pesquisas de doutorado em fase final e sob perspectivas que se complementam, demonstrar a lógica racista-heteropatriarcal do modelo minerário representado pela empresa britânica/sul-africana Anglo American, que cotidianamente pressiona populações negras rurais que vivem da agricultura camponesa em Minas Gerais, mais especificamente nos municípios de Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas, limitando a manutenção de seus modos vida no território.

Uma das pesquisas vem sendo realizada no campo do Direito, por Larissa P. O. Vieira, com o título “Mineração e racismo: modelo de desenvolvimento, violação de direitos, reparação integral – um estudo de caso do projeto Minas-Rio em Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas”. A outra pesquisa é do campo Socioambiental e vem sendo desenvolvida por Ana Alvarenga de Castro, tendo como título “Mulheres camponesas frente ao sistema Minas-Rio, Brasil: uma perspectiva agroecofeminista latino-americana sobre a soberania alimentar diante do neoextrativismo”. As pesquisas trazem a hipótese de que a empresa Anglo American, com o projeto Minas-Rio, atinge comunidades e encontra resistência das mesmas, que exibem forte vínculo com seu território e *re-existem* através das práticas ancestrais de mulheres que, apesar das violações e violências neocoloniais recorrentes, sobrevivem a este modelo.

Discutimos ao longo do texto resultados parciais que apontam para a cultura racista e heteropatriarcal da empresa, que provoca o enfraquecimento das práticas agrícolas e dos modos de vida dessas populações. Temos como recorte as perspectivas das mulheres camponesas, que pela pesquisa de campo

demonstraram apresentar percepções e práticas específicas de enfrentamento ao modelo hegemônico de mineração, também associadas aos lugares sociais e papéis assumidos por elas, a fim de manterem vivas as memórias, as histórias e a ancestralidade de suas comunidades.

Quanto ao período das análises, consideramos a implantação da planta de extração do Sistema Minas-Rio em Conceição do Mato Dentro a partir de 2008, passando por suas ampliações até 2020. Quanto aos trabalhos de campo de ambas as pesquisadoras, esses ocorreram entre 2012 e 2020. Desse modo, o período coincide com o *boom*, seguido do pós-*boom* das *commodities* do início deste século, que para muitos(as) autores(as) de referência culmina com os rompimentos de barragens no Estado de Minas Gerais (Samarco, em Mariana, em 2015, e Vale, em Brumadinho, em 2019) e suas consequências até os dias atuais.

O rompimento da barragem do Fundão marca, no Brasil, o fim do megaciclo das *commodities* que ocorreu durante a primeira década dos anos 2000. Este megaciclo pode ser associado ao período entre 2003 e 2013, quando as importações globais de minérios saltaram de US\$ 38 bilhões para US\$ 277 bilhões (um aumento de 630%) (Mansur *et al.*, 2016, p. 18).

Durante as pesquisas, identificaram-se várias violações de direitos provocadas pela empresa Anglo American, que segue o padrão das grandes corporações transnacionais da mineração na forma articulada com poderes políticos locais e regionais. Água, território, modos de vida, direito de ir e vir, alimentação, saúde são só alguns dos direitos violados no contexto do empreendimento Minas-Rio.

Chamamos atenção para o atual contexto vivido, causado pela pandemia do novo coronavírus (Covid-19), que só veio expor ainda mais a mineração enquanto uma atividade violenta,

perversa e nociva à saúde humana. Isso porque a eleição da atividade minerária como essencial pelo governo federal brasileiro, e a não interrupção das operações de extração dos megaprojetos de grandes corporações como a Vale S. A. e a Anglo American, mostrou nos últimos meses quem são as pessoas mais afetadas por essas grandes corporações: pessoas pobres, em sua maioria negras, povos e comunidades tradicionais, mulheres e trabalhadores/as. Apesar de mais afetadas, são as pessoas que menos se beneficiam desses grandes projetos, que ao fim e ao cabo trazem riscos para muitos e lucros para poucos.

Soma-se a isto o fato de que as empresas mineradoras seguiram com seus processos de licenciamento e os novos megaprojetos continuaram avançando sobre os territórios, como é o caso da SAM – megacorporação chino-brasileira – no Norte de Minas Gerais, que busca construir a maior barragem de rejeitos do país e o segundo maior mineroduto do mundo, violando comunidades tradicionais que há anos preservam seus territórios a partir de seus modos de vida.

Essas são algumas evidências da enorme contribuição destas empresas para a infecção generalizada de seus/suas trabalhadores/as e, conseqüentemente, para as populações que vivem no entorno desses empreendimentos. Nesse mesmo sentido, a Anglo American, responsável por inúmeras violações de direitos humanos a populações tradicionais em decorrência do sistema Minas-Rio, no contexto pandêmico não paralisou suas atividades, colocando moradores/as de Conceição do Mato Dentro em risco, apesar de este município não apresentar respiradores para os possíveis casos graves de Covid-19.

### **Aspectos metodológicos**

Através de metodologias participativas e da pesquisa militante, as autoras deste capítulo combinaram os resultados de

suas análises de campo junto a populações atingidas pelo megaprojeto da Anglo American em Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas, no Estado de Minas Gerais, o Minas-Rio.

Enquanto uma participou ativamente de reuniões com diversos atores, processos formativos com as comunidades, visitas e observações de campo, e de assessoramento jurídico popular junto a essas populações, a outra realizou observação de campo das práticas agrícolas e das percepções das mulheres camponesas atingidas, entrevistando-as e realizando reuniões de grupo focal. Ambas se valeram da responsabilidade que a adoção da pesquisa militante incute de compromisso ético e político com a mudança social, neste caso associado a contribuir para as demandas de defesa das populações tradicionais que são as mais diretamente atingidas por um megaprojeto minerário como o Minas-Rio.

A pesquisa militante contempla linhas de pesquisa vinculadas a ação coletiva com objetivo de transformação social. O termo militância diz respeito ao compromisso ético e político com a mudança social (Bringel; Varella, 2016). Nessa perspectiva de pesquisa o espaço de produção de conhecimento é amplo, orientado para a ação transformadora, e contempla pesquisadores, comunidades organizadas, movimentos sociais e organizações políticas, em espaços, formais ou não, de ensino, de pesquisa e de extensão.

Além do compromisso com a transformação social, segundo Bringel e Varella (2016), a pesquisa militante apresenta desafios como: a articulação entre teoria e prática; a ruptura da dicotomia entre o sujeito e o objeto da pesquisa, sendo pesquisadoras e outro/as participantes sujeitas/os da pesquisa; a valorização da dimensão da experiência e da prática social; a delimitação de padrões metodológicos diversos e alternativos ao dogma científico cartesiano, atendendo à complexidade histó-

rica presente nas realidades analisadas, neste caso, de conflitos socioambientais.

As duas pesquisas tiveram como ponto de convergência a perspectiva antirracista e feminista latino-americana com o intuito de retratar a resistência das mulheres camponesas frente às estruturas raciais e heteropatriarcais inerentes ao modelo minerário brasileiro. Lançam olhar, assim, às mudanças acionadas nos territórios camponeses, quilombolas e indígenas pelo estabelecimento de megaprojetos extrativos. Discutimos, neste trabalho, os resultados das duas experiências de campo sob perspectivas feministas, antirracistas e descoloniais, porém contendo acúmulos distintos, já que uma das pesquisas é realizada no campo do Direito, enquanto a outra se dá no campo Agrário-Ambiental. A riqueza de tal combinação e a convergência das primeiras conclusões das pesquisas denotam a importância da interlocução entre disciplinas e campos teóricos para alimentar as aspirações das teorias complexas tão necessárias para construir novas formas de construção do conhecimento.

Nos apresentamos aqui, pois acreditamos, pelo viés feminista descolonial, que as trajetórias e lugares sociais das pesquisadoras são por si só sujeitos da própria pesquisa, e influenciadores dos métodos adotados, escolha do caso e análises decorrentes. Nos baseamos, para isso, na Teoria do Ponto de Partida (*Standpoint Theory*) aprofundada nas epistemologias feministas, endossando que assumir os lugares sociais e acúmulos das pesquisadoras traz o potencial de conduzir análises menos parciais do que aquelas reivindicadas como de valor neutro (Harding, 1992).

Quanto mais evidente as trajetórias e posições das autoras, mais honestas com as/os leitoras/es sobre suas perspectivas e escolhas e, portanto, mais objetivo e científico o trabalho se

propõe. Isso porque o ponto de vista político é pressuposto, e o/a leitor/a tem acesso ao ponto de partida do/a pesquisador/a. As epistemologias feministas, então, buscam adotar métodos situados em todas as fases da pesquisa, desde a seleção do caso até a eleição das/os participantes, da interpretação das narrativas e da análise reflexiva, para que o/a interessado/a conheça o campo de visão em que está entrando (Haraway, 1988).

Larissa Vieira passou a acompanhar o conflito na região a partir do acompanhamento e assessoramento jurídico popular<sup>3</sup> a algumas famílias e comunidades atingidas a partir de 2012. Desde então, decidiu dedicar seus estudos a compreender os discursos utilizados pelo Estado e pela mineradora para avançar com o projeto na região, apesar da resistência das comunidades.

Durante a pesquisa de mestrado (2013-2015), com o título *O projeto Minas-Rio e a mineração em Conceição do Mato Dentro-MG: uma análise a partir dos discursos, dos conflitos e da resistência*, observou e identificou em profundidade as estratégias utilizadas pela empresa para impor à região o seu projeto de desenvolvimento, utilizando-se para tanto da estratégia da omissão quanto da desinformação. É que a mineradora passou a se instalar, anunciando, inicialmente, que iria criar cavalos e conviver de forma harmônica com as comunidades.<sup>4</sup>

---

<sup>3</sup> A assessoria jurídica popular envolve pelo menos três pilares de atuação: a litigância jurídica-processual, a articulação política e a educação jurídica popular. Nenhum dos três funciona sozinho.

<sup>4</sup> Este é um exemplo de tática recorrentemente utilizada pelos grandes investidores em terra para exploração de recursos naturais, criando uma desinformação capaz de desmobilizar qualquer levante iminente das populações locais, estimulando também a divisão destas. Com seus discursos de progresso e desenvolvimento, a empresa, com o aval do Estado, avançou sobre as comunidades, e o projeto, na prática, só trouxe impactos negativos: segregou, fragmentou, violou direitos, abafou conflitos e gerou uma apropriação privada dos bens e recursos coletivos (Vieira, 2015, p. 173).

No doutorado, a partir de 2017, esta pesquisadora, avançou rumo a um olhar interseccional sobre os danos às comunidades atingidas, destacando a questão do racismo ambiental e discutindo-a como parte de um racismo estrutural da sociedade brasileira. Além de seguir no acompanhamento a partir da assessoria popular, realizou também imersões em campo durante as pesquisas de doutorado (maio de 2019). O intuito do trabalho atual de doutoramento tem sido o de analisar as possibilidades e vias para a reparação integral às populações atingidas pelo modelo capitalista de mineração, em razão de graves violações de direitos humanos. Para além do olhar da reparação nos contextos de desastre-crime, essa pesquisadora busca ampliar a abordagem para os processos invisibilizados de violação nos territórios, que trazem respostas centrais sobre as estruturas raciais de poder. Além da pesquisa, segue contribuindo com processos de formação, acompanhamento e assessoria às comunidades e junto ao Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), que atua na região.

Ana Alvarenga, por sua vez, traz para este texto a bagagem da pesquisa sobre processos “participativos e inclusivos” de criação de áreas protegidas no Brasil, alicerçada na conclusão de seu mestrado, em 2014, quando observou a apropriação e o controle de terras e riquezas, no Brasil, decorrentes de processos “protetivos” pelos poderes políticos e econômicos.

Tais processos de criação e gestão de Unidades de Conservação são legitimados por espaços “participativos” que a legislação ambiental prevê como inclusivos nas tomadas de decisão sobre territórios. Na realidade, eles acabam flexibilizando as diretrizes para audiências, consultas e reuniões em detrimento das populações marginalizadas – colocadas à margem, por assim dizer – e em favor dos interesses econômicos dominantes.



Na sua pesquisa de mestrado, evidenciou como este modelo preservacionista advoga pela dicotomia natureza-sociedade, criando o falso entendimento de que uma é antagônica à outra e, portanto, os espaços devem ser controlados pelo Estado em aliança com a iniciativa privada em prol do “desenvolvimento sustentável” (De Castro, 2013, p. 18). Por esta noção preservacionista de “natureza”, as relações ecológicas aparecem desconectadas dos processos humanos, uma típica visão das sociedades modernas urbanizadas, colocando a “sociedade” sob a lente econômica e ignorando as cosmologias indígenas e quilombolas em que esta dualidade não faz sentido.

Foi, portanto, na conclusão de seu mestrado que a pesquisadora compreendeu que as normativas que regulam a proteção ambiental e aquelas permissivas de empreendimentos econômicos ocorriam em complementação, em um projeto de reforço das estruturas de poder concentrador de terras e capital. Ao explorar tal contexto, notou o protagonismo de mulheres nas lutas pela defesa dos territórios tradicionais (ou periféricos) diante de conflitos socioambientais e se imbuíu de interesse em pesquisar as estruturas de gênero imbricadas nesses contextos.

Somaram-se a esses fatos, o acúmulo de experiências adquiridas na extensão rural agrônômica, quando trabalhou com pequenos/as agricultores/as do campo e da cidade e conheceu agroecossistemas diversificados e suas organizações sociais que se opunham como *re-existent*s à lógica capitalista.

Durante sua pesquisa de doutorado, Ana buscou identificar os danos e violações às populações camponesas decorrentes de um megaprojeto minerário em todas as fases de seu estabelecimento, e não apenas na ocorrência de um possível desastre, a partir das perspectivas das mulheres camponesas/quilombolas. Seu olhar dentro do campo da Ecologia Política Feminista permitiu elaborar uma metodologia qualitativa participativa

e reflexiva que seguiu o seguinte desenho: 1. observações de campo ao longo de quatro meses, em que as pesquisadoras realizaram visitas às mulheres camponesas e quilombolas atingidas pelo Minas-Rio em Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas (MG), observando suas práticas agrícolas, políticas e domésticas, trocando reflexões em seu cotidiano e suas percepções sobre as mudanças com a chegada do megaempreendimento em seus territórios; 2. entrevistas semiestruturadas com doze mulheres atingidas sobre as práticas cotidianas de produção, comercialização, troca e preparo de alimentos, os cuidados com a terra, as divisões de trabalho dentro das famílias e as mudanças com a chegada do Minas-Rio; 3. duas reuniões de grupo focal, em que as questões mais latentes das entrevistas e conversas foram discutidas em grupos de doze entrevistadas mais outras duas mulheres que elas quiseram convidar. Nesta fase, as interpretações da autora, já sistematizadas, foram apresentadas e discutidas de forma organizada pelo grupo, o que trouxe novas reflexões e fez com que novos elementos levantados pelas participantes fossem considerados na pesquisa.

A seleção das entrevistadas ocorreu com o auxílio de movimentos sociais e organizações que já tinham histórico de atuação junto às comunidades, especialmente na defesa de seus direitos diante do Estado e da empresa Anglo American, como o MAM e a Cáritas. Foram selecionadas duas mulheres camponesas de cada uma das seis comunidades mais diretamente atingidas pelo Minas-Rio nos municípios citados. Não à toa, as reuniões de grupo focal como conclusão das pesquisas de campo resultaram em encaminhamentos para elaboração de projetos e organização de um grupo de mulheres que pudesse dar continuidade às discussões realizadas e transformá-las em novas ações políticas, consolidando o caráter militante da pesquisa.

## Os danos e as violações de direitos no sistema Minas-Rio e os grupos sociais atingidos

O complexo minero-portuário Minas-Rio, localizado no sudeste brasileiro e, na atualidade, sob propriedade majoritária de capital estrangeiro, gerido pela empresa britânica-sul-africana Anglo American, compõe três megaprojetos principais: um mineroduto de 535 km, passando por 33 municípios mineiros e fluminenses; o maior porto da América Latina, para exportação de minério de ferro, o Porto do Açu, a noroeste do estado do Rio de Janeiro – e que atinge aproximadamente 5.000 pequenos/as agricultores/as e pescadores/as que produzem alimentos importantes para o mercado local (abacaxi, banana, batata doce, mandioca, cana-de-açúcar, tomate, coco, melão, goiaba, laranja, quiabo, pepino, peixe etc.); e no outro extremo do sistema, as plantas de extração do minério de ferro, em Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas, em Minas Gerais, que atinge centenas de agricultores/as familiares em seus modos de vida, práticas agrícolas camponesas e diversidade de alimentos (milho, mandioca, leite, queijo, arroz, feijão, banana, café, rapadura, cachaça etc.).

Nessas regiões, mulheres camponesas detêm conhecimentos específicos sobre práticas agrícolas e alimentares e são protagonistas na organização política da defesa de suas comunidades, sendo este fato ainda mais presente nas comunidades de Minas Gerais, tendo como base a observação de campo nos dois pontos extremos do sistema.

Porém, como o foco do presente texto são os danos do empreendimento no estado de Minas Gerais, vale tratar sobre quem são os grupos sociais atingidos. Nesse sentido, citamos o estudo *Transformações socioambientais e violações de direitos humanos no contexto do empreendimento Minas-Rio em Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim, Minas*

*Gerais* (Santos; Milanez, 2018), que identificou a composição étnica racial da população atingida pelo complexo minerário Minas-Rio como sendo composta por 82% de pessoas não brancas.<sup>5</sup>

O olhar direcionado às comunidades atingidas nos permitiu confluir duas frentes de consolidação dos *sistemas de opressão sobrepostos* – conceito de Patricia Hill Collins (2019) que permite ampliar e politizar nossa análise interseccional sobre os efeitos do modelo racista heteropatriarcal de mineração –, os de raça e gênero.

O Minas-Rio afeta as práticas das mulheres sobre a agrobiodiversidade de diferentes maneiras. Um dos efeitos diretos foi a desapropriação de cerca de 300 famílias que viviam e produziam alimentos nos territórios, sem uma compensação adequada pelos danos aos seus meios de existência e relações sociais (Costa, 2018).

Isso aconteceu, entre outras razões, porque o critério do processo de licenciamento não considerou os diferentes regimes de propriedade da terra para definir uma família atingida. Esse aspecto é importante já que o critério do título da propriedade privada dificilmente é acessível a famílias camponesas, especialmente na ponta mineira do sistema, como verificado em campo.

Além disso, se de um lado existem inúmeros relatos de erosão dos sistemas hídricos, com seca de nascentes visíveis pelas comunidades; salinização do solo; degradação de ecos-

---

<sup>5</sup> Importante destacar, em termos de comparação, que no caso do rompimento da barragem da Samarco/Vale/BHP Billiton, ocorrido em 2015, retratou a relação de descarte da população não branca, na medida em que dados apresentados sobre este desastre-crime destacaram a maior concentração de pessoas negras próximo às principais estruturas do empreendimento, ou seja, nos locais com maior risco de serem atingidos (Mansur *et al.*, 2016).

sistemas; e concentração de terras e capital nas áreas afetadas, por outro lado, o cenário local mostra a participação decisiva das mulheres camponesas nas lutas por seu território, tanto em relação às práticas agrícolas quanto aos papéis protagonistas em ações e concepções políticas contra os danos provocados pela mineração à agricultura camponesa (Barcelos, 2013).

Muitos trabalhos sob perspectivas feministas, do ecofeminismo à ecologia política feminista, demonstram o protagonismo das mulheres nas lutas por justiça ambiental, não só pelo fato de estarem mais vulnerabilizadas por danos ambientais e por serem responsabilizadas pelo trabalho reprodutivo, do cuidado e doméstico, sentindo, assim, mais concretamente as limitações do cotidiano e sendo simbolicamente mais atentas aos problemas familiares e coletivos, mas também por terem acessos desiguais à renda e à terra, ficando, por isso, mais dependentes (Rocheleau; Thomas-Slayter; Wangari, 1996).

Porém, esta constatação de forma genérica, sem a contextualização histórica e geopolítica, peca na identificação de quais mulheres exatamente são essas, assim como na identificação da potência transformadora que representam. Por isso, neste trabalho, situamos a análise do modelo minerário nos contextos dos conflitos territoriais na América Latina. Nesta realidade podemos identificar quem são as mulheres que protagonizam as lutas por justiça ambiental, e são precisamente elas quem têm seus modos de vida devastados pelos megaprojetos de *commodities*, mulheres que são anticapitalistas em sua essência.

Recusamos aqui, portanto, a generalização de “mulheres”, assim como dos papéis de gênero, pois isso recairia inevitavelmente em padrões branco-ocidentais e patriarcais-capitalistas. Em nossas duas pesquisas de doutorado, identificamos as mulheres atingidas pelo Minas-Rio e que tomam a frente das lutas em defesa das suas comunidades. Essas mulheres são majori-

tariamente negras e camponesas. Este fato responde a uma associação entre o avanço do projeto desenvolvimentista na América Latina, baseado na reprimarização das suas economias e no aumento das taxas de insegurança alimentar nas áreas rurais da região, especialmente entre mulheres “periferizadas”.

Alimentar a humanidade é uma preocupação mundial desde a modernização das sociedades, especialmente com a consolidação do mercado global de alimentos, quando a maioria das pessoas nos países centrais do capitalismo mundial migrou para as cidades e foi impelida a abandonar o trabalho na terra.

Os atuais sistemas agroalimentares globalizados, calcados em monoculturas de larga escala e no comércio internacional não foram capazes de garantir a segurança alimentar da humanidade, de acordo com relatórios oficiais da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO, 2014; 2017).

Apesar das técnicas supostamente mais produtivas, melhoramento genético, novos equipamentos, máquinas e insumos agroquímicos, a fome ainda afeta 821 milhões de pessoas (10,9% da população mundial), principalmente mulheres em áreas rurais do Sul Global (FAO, 2017). Essa taxa voltou a aumentar em 2015, e uma particularidade chama atenção: as taxas de insegurança alimentar grave são maiores em 2017 do que em 2014 em todas as regiões, exceto na América do Norte e na Europa, com notáveis aumentos na África e na América Latina (FAO, 2017).

Não obstante, 2,5 bilhões de pequenos/as agricultores/as são responsáveis pelo cultivo da maior parte dos alimentos consumidos em todo o mundo, utilizando “técnicas sustentáveis”, em “sistemas alimentares localizados”, que são gradualmente impactados por atividades altamente extrativas, como

*commodities* agrícolas e minerárias (Altieri; Funes-Monzote; Petersen, 2011).

Nesse sentido, os movimentos populares lançaram o conceito de soberania alimentar, contendo visões políticas que questionam a priorização do comércio internacional em detrimento da autonomia dos/as camponeses/as na produção alimentos (Patel, 2009). Contudo, os/as tomadores/as de decisão não veem a agricultura camponesa como uma atividade economicamente importante, colocando sobre ela projetos que geram altas divisas para o país e mantêm estruturas de poder.

A partir de resultados de pesquisa de campo, destacamos que as comunidades mais atingidas pelo sistema Minas-Rio são aquelas que praticam dinâmicas metabólicas circulares<sup>6</sup> e relações socioculturais coletivas. Isto significa que vivem sob lógicas não hegemônicas que não colocam o acúmulo de capital individual no centro.

Foi possível perceber, também, que as estruturas de gênero não podem ser olhadas sob as prerrogativas moderno-ocidentais binárias de família, historicamente ligadas à consolidação do capitalismo global através propriedade privada, e impulsionadas pela neoliberalização das economias.

---

<sup>6</sup> De acordo com a teoria do metabolismo social, todo sistema social se reproduz não só culturalmente, através da comunicação, mas também biofisicamente através da troca energética e material com o ambiente em que está inserido (Fischer-Kowalski *et al.*, 2010). Os modos de produção dotados de dinâmicas metabólicas circulares são aqueles em que a centralidade da sua reprodução social está na troca material e energética interna, ou seja, basicamente os insumos produtivos são coletados e reproduzidos dentro do próprio sistema, assim como seus resíduos são reaproveitados e não dispensados externamente. Assumimos, portanto, que as dinâmicas metabólicas camponesas e quilombolas são essencialmente circulares, baseadas na produção, na troca e na venda de alimentos e outros produtos dentro das e entre as comunidades que compartilham um sistema social.

À luz do feminismo descolonial latino-americano, mulheres camponesas atingidas por megaprojetos minerários se encontram no espectro do que Maria Lugones (2014) chama de “lócus fraturado”. Para a autora, aos corpos identificados como “colonizados” é negada a completude do gênero, historicamente construído a partir do padrão branco-patriarcal europeu de masculino e feminino, de humano, e que incute superioridade imaginária à figura do homem branco heterossexual com posse de capital.

Processos coloniais e neocoloniais múltiplos subsequentes de racialização colocam a impossibilidade de se chegar a esses padrões à grande maioria das pessoas dos grupos camponeses, posicionando-as em lugares subalternizados, especialmente as mulheres e outros grupos associados a uma identidade de gênero diferente do homem cisgênero. No entanto, Lugones (2014) situa o “lócus fraturado” em um lugar de constante conflito entre o atendimento a uma posição social imposta por tal opressão (neo)colonial e a resistência ancestral e atual a esta referência cultural.

Percebeu-se, a partir das entrevistas e reuniões de grupo focal em campo que, apesar de haver divisões de tarefas baseadas na identidade sexual de nascimento, a binaridade entre trabalho produtivo e reprodutivo na agricultura camponesa não é marcante, devido à própria dinâmica laboral das famílias camponesas de parceria entre todos os membros. Isto traz referências distintas do patriarcado capitalista, ainda que este também influencie as famílias camponesas/quilombolas.

Na cultura agrícola camponesa, assim como a indígena e a quilombola, os fluxos de bens naturais e a força de trabalho são circulares e fluidos, não presos a jornadas predefinidas de trabalho, mas, sim, ligados a fluxos do agroecossistema e das demandas alimentares das próprias famílias, já que os bens



consumidos são em sua maioria provenientes de suas unidades familiares/coletivas.

A dinâmica neoextrativa, por sua vez, tenta reforçar ou consolidar divisões de trabalho baseadas no mercado através do processo da mais-valia, da apropriação de riquezas e força de trabalho, ou de terras e corpos, expropriando-os do camponato. Este processo recria a noção de dualidade trabalho reprodutivo-produtivo, natureza-sociedade, mulher-homem.

Como afirma Marx, a acumulação primitiva é o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção, significando que o despojo a que são sujeitos povos e comunidades é base para sua transformação em trabalhadores expropriados das condições de reproduzirem-se de forma autônoma e, portanto, em potenciais explorados. De forma mais geral, é a transformação do trabalho e da natureza, antes bens comuns profundamente indissociáveis, em mercadorias força de trabalho e terra/recursos naturais, passíveis de serem apropriadas como meios de produção pelo capital (Congilio; Bezerra; Michelotti, 2019, p. 5).

Este processo violenta a relação que os povos tradicionais guardam de sua ancestralidade com a terra e com seus corpos, relações antagônicas às ideias de recursos naturais e trabalho capitalistas-coloniais. Então, em nome da acumulação das riquezas que são bens coletivos para tais povos, os projetos neoextrativo-neodesenvolvimentistas, repetindo práticas coloniais, se valem de elementos das culturas múltiplas presentes nos territórios que reafirmem suas relações heteropatriarcais.

Este processo, por sua vez, calca a separação terra-corpo, sendo ambas subjugadas ao lugar de matéria natural a ser reproduzida para prover gratuitamente a reprodução do capital. Neste sentido é que os feminismos latino-americanos vêm retomando o conceito de “território corpo-terra”, em que um nunca pode estar dissociado da outra e não estão necessariamente associados a uma relação heteropatriarcal com a terra e a co-

munidade, resgatando, inclusive, as lutas contra os patriarcados tradicionais (Cabnal, 2010).

O “território corpo-terra” é um conceito de Lorena Cabnal (2010), feminista comunitária da Guatemala, que o define como um lugar de resistência histórica onde as pessoas manifestam poder criativo e transgressor diante de processos racistas-sexistas. É um espaço concreto que fornece identidade cultural baseada em relações específicas entre todas as vidas humanas e não humanas.

A base filosófica das cosmovisões originárias (sobre a nomeação dos elementos cósmicos: feminino e masculino, onde um depende, se relaciona e complementa o outro) tem se fortalecido nessas práticas de espiritualidade hegemônica, com as quais se perpetua a opressão das mulheres em sua relação heterossexual com a natureza. O fato de as mulheres estarem em um papel complementar ao dos homens, levaria a questionar seu Sumak Kawsay ou “Bem Viver”, uma vez que este estaria sujeito aos homens e na maioria das relações heterossexuais que se estabelecem na comunidade e em sua relação heterossexual com elementos naturais cósmicos (Cabnal, 2010, p. 123, tradução livre do espanhol).<sup>7</sup>

Argumentamos, portanto, que as divisões capitalistas de gênero baseadas no trabalho assalariado distante do cuidado e alimentação familiar-comunitária, separando-os, não seriam consolidadas entre as pessoas “colonizadas”, mesmo que simbolicamente constituídas como padrão pela subordinação

---

<sup>7</sup> La base filosófica de las cosmovisiones originarias (sobre el nombramiento de elementos cósmicos: femenino y masculino, donde uno depende, se relaciona y se complementa con el otro) se ha fortalecido en esas prácticas de espiritualidad hegemónica, con lo cual se perpetúa la opresión de las mujeres en su relación heterosexual con la naturaleza. Que las mujeres estén en función complementaria con los hombres, llevaría a cuestionar su Sumak Kawsay o “Buen Vivir”, pues este estaría sujeto a los hombres y en la mayoría de relaciones heterossexuales que se establecen en la comunidad y en su relación heterosexual con los elementos naturales cósmicos (Cabnal, 2010, p. 123).

racial. Apesar de o patriarcado capitalista nas colônias impor gradualmente ideais de “feminilidade” e “masculinidade” com base em referências europeias brancas e em trabalhos produtivos e reprodutivos, grupos camponeses/indígenas/quilombolas mantiveram suas identidades e práticas ancestrais dentro das dinâmicas coletivas como resistência e muitas vezes como a única possibilidade de sobreviver.

Mesmo assim, “colonizadores” forçaram a essas comunidades a adoção de suas noções de gênero e trabalho, fundamentais para a dominação capitalista. Tal processo aconteceu e acontece simbolicamente impondo arquétipos brancos masculinos/femininos, e materialmente, por violenta desapropriação de terras e corpos.

Quando um megaprojeto minerário como o Minas-Rio adentra um território camponês, ele deprecia seus modos e meios de vida pela apropriação e erosão rápida de bens naturais, oferecendo empregos mal remunerados, principalmente para homens, degradando as relações de parceria da agricultura camponesa.

A partir dessa lógica, fica evidente nas comunidades de Conceição do Mato Dentro e de Alvorada de Minas que o trabalho do cuidado e a produção de alimentos para consumo próprio, antes agregadores socioculturais, passam a ser relegados ao lugar de trabalho não remunerado, desvalorizado e invisibilizado. As famílias passam a depender também mais da renda do trabalhador/a assalariado/a para comprar alimentos, pela redução da mão-de-obra no campo e as limitações de acesso a água e terra. Os/as empregados/as são majoritariamente homens, ou estes ocupam as melhores posições, o que agrava condições de subordinação das mulheres.

Alguns exemplos de falas das entrevistas evidenciam tal fato: uma jovem quilombola afirma: “as mulheres são mais

afetadas pela mineração porque são mais responsabilizadas pelo cuidado com a terra”; outra agricultora diz que “a falta de água [decorrente da exploração da mina da Anglo American] atinge mais as mulheres porque elas cuidam das coisas em casa, enquanto os homens estão lá fora”; uma terceira fala: “nós não temos a liberdade de plantar o que costumávamos plantar, como, por exemplo, o milho para farinha, que hoje em dia eu tenho que comprar”.

Ainda, as doze mulheres camponesas/quilombolas atestaram as mudanças nos quesitos produção agrícola e alimentos para pior depois da chegada do Minas-Rio, por falta de mão-de-obra e terra/água ou por falta e piora nas relações com fazendeiros/as que costumavam estabelecer parcerias para uso de suas áreas. Fica evidente nas entrevistas que muitos/as proprietários/as de terra venderam ou passaram a não se interessar por realizar contratos de meia ou terça com agricultores/as, ou os termos de contrato se tornaram ainda mais injustos para os/as últimos/as. Além disso, as entrevistadas elucidam a falta de mão de obra familiar justamente pelo engajamento de muitas pessoas em empregos e contratos frágeis na mineração ou ligados a ela.

No seu sentido insurgente, os trabalhos de campo da pesquisa-militante trouxeram, das discussões propositivas realizadas junto às mulheres camponesas atingidas pelo Minas-Rio, em Minas Gerais, a demanda de aprofundar a falsa separação entre trabalhos produtivos e reprodutivos e de revalorizar este último por meio da desessencialização dos papéis binários de gênero, revertendo a racialização de pessoas a serem exploradas. Após as duas reuniões de grupo focal, uma em abril de 2019 e a outra em março de 2020, as participantes da pesquisa de campo levantaram a necessidade de encaminhamento de suas discussões de maneira mais organizada e frequente. O objetivo



Figura 1: Grupo de mulheres aventureiras da terra em resistência com agroecologia

*Fonte: arquivo de campo, 14 de março de 2020, Passa Sete-MG.*

era o de que pudessem construir suas pautas políticas de forma a agregar com a luta das comunidades pela permanência em seus territórios em condições dignas de reprodução das suas dinâmicas camponesas.

Neste íterim, tais mulheres se viram compelidas a se auto-organizarem e incorporarem às suas lutas em defesa de suas comunidades o debate sobre trabalho e sobre as desigualdades de gênero internas, entendendo como uma potência para reafirmar suas resistências no território. Consideraram, portanto, ao final da segunda reunião de grupo focal (Figura 1), esta atividade como um marco da iniciativa de auto-organização das “mulheres aventureiras da terra em resistência com agroecologia” (denominação criada pelas participantes) atingidas

pelo Minas-Rio. Ainda, compreenderam que enaltecer suas práticas circulares de produção e preparo de alimentos, trocas comunitárias e respeito aos ciclos da natureza como agroecológicas pode ser um ativo para reforçar a importância da sua permanência digna no território.

### **O enfrentamento ao racismo estrutural no contexto do Minas-Rio**

Como mencionamos anteriormente, a população que vive no entorno do complexo minerário Minas-Rio é composta majoritariamente de pessoas não brancas. Esse número envolve também as pessoas que se encontram à jusante da barragem de rejeitos: comunidades rurais, em sua maioria negras.

A escolha pela instalação de um megaprojeto de desenvolvimento neste território não é por acaso. Se por um lado sabemos que existe a questão da rigidez locacional, por outro sabemos que a instalação e operação do empreendimento sem considerar as populações do entorno, principalmente quando essas são em sua maioria negras, como ocorre no âmbito do projeto Minas-Rio, pode ser enquadrado como uma prática racista.

No caso do Estado de Minas Gerais, somente após o rompimento de duas barragens que causaram danos em dois rios importantíssimos para o país e para o estado, com centenas de vítimas fatais, foi aprovada uma lei estadual de segurança de barragens, proposta a partir de iniciativa popular, em 2016. A lei, aprovada somente em 2019, em seu art. 12, proíbe a construção de barragem de rejeitos em região onde se verifique comunidades na zona de auto salvamento, ou zona de alto risco de morte, como deveria ser chamada. Contudo, nem mesmo tal lei foi capaz de barrar o avanço da mineradora

Anglo American, que teve a licença de operação do projeto de alteamento da barragem de rejeitos aprovado pelo Estado, mesmo existindo comunidades à jusante de sua barragem de rejeitos (Minas Gerais, 2019).

Da mesma forma que a escolha pela instalação de um projeto num território composto majoritariamente por comunidades negras e camponesas não é por acaso, a não aplicação da lei que protege este território não se dá por acaso. Enxergando o modelo minerário brasileiro como parte de um projeto de desenvolvimento racista e heteropatriarcal, observamos as práticas políticas empresariais da Anglo American e as consequentes reações das populações por elas atingidas.

O racismo se configura a partir do momento em que essas comunidades não são reconhecidas como atingidas e não são consultadas sobre a instalação do empreendimento, mas também na medida em que são sujeitadas a viver em um ambiente caracterizado pela degradação da qualidade da água e destruição dos cursos d'água, em decorrência do empreendimento, à precarização da infraestrutura rodoviária e à destruição dos modos de vida locais, uma vez que a agricultura familiar e demais atividades de subsistência se tornam impraticáveis pelas modificações territoriais.

A perda da qualidade de vida fica evidente a partir da fala de Elizete Pires, moradora da comunidade de Passassete, em Conceição do Mato Dentro, e militante do MAM, quando em entrevista para a série Minas de Resistência destaca:

Antes era tudo bom aqui. A gente tinha lazer, tinha o rio, que hoje não tem mais. As nossas famílias moravam todas próximas a gente. Tinha tranquilidade na região. Não tinha muita violência (Elizete Pires, em entrevista concedida para a série Minas de Resistência, 2019; Coletivo, 2020).

Além de ser a população atingida, neste caso, é também a população negra que está submetida aos piores postos de trabalho na empresa. Em texto, para a série Minas de Resistência, Paola Félix, também militante do MAM, de Itapanhoacanga, distrito de Alvorada de Minas, ressalta que o *racismo*:

[...] está evidente na hora de escolha de cargos, na hora de empregar a população. Você vê que os terceirizados, que são esse pessoal que tá trabalhando nos lugares insalubres, na barragem à noite, que precisa acordar de madrugada – essas pessoas são majoritariamente pobres e negras. Enquanto quem recebe os cargos de sentar no escritório, ficar no ar condicionado, mexendo no computador, nas planilhas, dirigindo as caminhonetes com uniforme ‘azulzinho’, é o pessoal que tem dinheiro, que acaba recebendo ainda mais dinheiro e são na sua grande maioria pessoas brancas (Paola Félix, em entrevista concedida para a série Minas de Resistência, 2019; Coletivo, 2020).

Podemos, desse modo, caracterizar o racismo, a partir de sua perspectiva ambiental, tal como defendem Selene Herculano e Tânia Pacheco, e da concepção de que o Racismo ambiental implica em injustiças sociais e ambientais que recaem de forma desproporcional sobre etnias vulnerabilizadas (Herculano, s.d., p. 25).

Podemos ainda tratar o racismo da empresa Anglo American, a partir da perspectiva trazida por Robert Bullard (2005), segundo o qual o racismo ambiental está relacionado a qualquer política ou prática que afete ou prejudique, de formas diferentes, voluntária ou involuntariamente, pessoas, grupos ou comunidades por motivos de raça ou cor.

Porém, aqui defenderemos uma perspectiva estrutural do racismo que, segundo o professor Silvio Almeida (2019, p. 50),

[...] é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo normal com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e



nem um desarranjo institucional. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção.

Almeida (2019, p. 51) trata ainda o racismo enquanto processo político e histórico que “cria condições sociais para que, direta ou indiretamente, grupos racialmente identificados sejam discriminados de forma sistemática”. Em outras palavras, o autor destaca que as instituições e empresas têm sua atuação condicionada a uma estrutura social, sendo, portanto, sua materialização. Nesse sentido, “as instituições são racistas porque a sociedade é racista” (Almeida, 2019, p. 47).

As empresas, amparadas pelo Estado com seus projetos de desenvolvimento, reproduzem o racismo que é estrutural na sociedade. Caberia, assim, até mesmo nos perguntarmos sobre o atual modelo de desenvolvimento e sua relação estrutural com o racismo. Vale dizer: seria possível a continuidade do modelo primário-exportador fora da lógica racista? Pelo que temos visto, a partir das experiências e práticas das empresas no Brasil, especialmente da empresa Anglo American, nos parece que essa possibilidade não está colocada.

Ou seja, enquanto existir, esse modelo será sempre racista e continuará a trazer maiores riscos à população negra, quilombola e indígena, pois são essas pessoas que se concentram nos territórios mais visados para a implantação desses projetos. Tal fato é um desdobramento não só da rigidez locacional, mas da continuidade de um modelo colonial, heteropatriarcal e racista que compreende essas populações e seus saberes menos importantes como descartáveis.

Apesar da tentativa desse modelo de destruir as comunidades tradicionais, essas resistem a partir de seus saberes e práticas ancestrais e orais que passaram de geração em geração, tendo como principais precursoras as mulheres.

Assim, ao se auto-organizarem e se incorporarem às lutas em defesa de suas comunidades e seus territórios, essas mulheres negras combatem, em última instância, o racismo e as práticas racistas das empresas mineradoras e do modelo de desenvolvimento em seus moldes atuais.

### Considerações finais

Não tivemos com este texto e não temos com nossas pesquisas a intenção de gerar conhecimento generalizante nem neutro sobre os processos de conflitos de mineração em territórios camponeses. Chamamos atenção para o conhecimento situado em um contexto histórico e geopolítico determinado e sob as perspectivas e lugares sociais das pesquisadoras anteriormente explicados.

Buscamos, em síntese, destacar como atividades altamente extrativistas, como a mineração, ameaçam os sistemas alimentares locais devido à intensiva exploração e despossessão dos bens naturais e aos processos de expropriação de terras e corpos, modificando violentamente as dinâmicas camponesas de produção de alimentos. O conflito do projeto Minas-Rio está inserido dentro do contexto da América Latina, em que o novo *boom* de grandes monopólios de mineração afeta as pequenas propriedades agrícolas em diferentes locais, principalmente prejudicando a água, o solo e a biodiversidade.

A implementação de megaprojetos de mineração, provocando a degradação ambiental e o deslocamento de pequenos agricultores/as (Zhourri, 2020; Costa, 2014) afeta as práticas baseadas em agricultura diversificada, degradando os agroecossistemas locais e, por isso, reduzindo a autonomia dos camponeses.

Neste processo, relações de parceria comunitárias e domésticas são comprometidas, e relações de poder de gênero

internas são reforçadas, consolidando-as nos moldes capitalistas de dependência do trabalho assalariado. O estabelecimento do megaempreendimento minerário atende a um interesse combinado do modelo de mineração: se apropriar de terras e de mão de obra que são disponibilizadas a baixo custo a partir da expropriação negociada com o Estado. Camponeses/as que antes tinham sua autonomia se tornam trabalhadores/as precarizados/as, que dependem de um trabalho doméstico e do cuidado para a reprodução de suas forças de trabalho, entrando este último no espectro da mais-valia. A agricultura de autoconsumo acaba incluída neste bojo, desvalorizada como atividade principal e relegada em sua maior parte às mulheres camponesas. Esse é o contexto que observamos no conflito entre comunidades camponesas de Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas e a empresa Anglo American.

Dentro dessa contextualização, buscamos demonstrar que o projeto neoxtrativista no contexto dos territórios atingidos pelo Sistema Minas-Rio reforça o estabelecimento do heteropatriarcado capitalista, essencialmente racista, pela consolidação da Divisão Internacional e de Gênero do Trabalho. Como associa a feminista descolonial afro-dominicana Ochy Curiel:

Com o fim do colonialismo como constituição geopolítica e geo-histórica da modernidade da Europa Ocidental, não houve uma transformação significativa da divisão internacional do trabalho entre centros e periferias, bem como da hierarquização étnico-racial das populações e da formação de Estados-nação na periferia; ao contrário, o que aconteceu foi uma transição do colonialismo moderno para a colonialidade global, que foi possível graças a instituições de capital global como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), além de organizações militares como a Otan, as agências de inteligência e o Pentágono e, eu acrescentaria, a cooperação internacional do Norte. Em outras palavras, as formas de dominação foram transformadas, mas não as estruturas de relacionamento entre

centro e periferia. A partir desse entendimento, Ramón Grosfoguel [...] propõe que estamos diante de um sistema-mundo europeu/euro-norte-americano capitalista/patriarcal moderno/colonial e, eu acrescentaria, heterossexual (Curiel, 2014, p. 49, tradução livre do espanhol).<sup>8</sup>

O processo neoextrativista, então, por meio de megacorporações transnacionais, violenta a dinâmica camponesa responsável pela qualidade e diversidade alimentares locais que ativa práticas socioambientais de relações corpo-terra não mercantilizantes. Atinge, assim, organizações sociais não capitalistas que, por isso, não podem ser analisadas sob as referências hegemônicas de gênero e raça. A subordinação do trabalho reprodutivo associado a um “feminino” branco-norte-ocidental viola os direitos de comunidades camponesas majoritariamente não brancas e explica o protagonismo de mulheres camponesas sob conflitos ambientais na *re-existência* de sistemas alimentares locais autônomos que garantem a soberania alimentar dos povos.

A ideia das mulheres camponesas como guardiãs de um conhecimento tradicional ímpar sobre reprodução de sementes crioulas, práticas de conservação da terra e da água e cuidados comunitários e domésticos gera uma controvérsia quando

---

<sup>8</sup> Con el fin del colonialismo como constitución geopolítica y geohistórica de la modernidad occidental europea, no se ha producido una transformación significativa de la división internacional del trabajo entre centros y periferias, así como de la jerarquización étnico-racial de las poblaciones y la formación de los Estados-nación en la periferia; al contrario, lo que ha ocurrido es una transición del colonialismo moderno a la colonialidad global, la cual ha sido posible gracias a instituciones del capital global como el Fondo Monetario Internacional (FMI) y el Banco Mundial (BM), así como a organizaciones militares como la Otan, las agencias de inteligencia y el Pentágono y, agregaría también, a la cooperación internacional del Norte. Es decir, se han transformado las formas de dominación, no así las estructuras de relaciones entre centro y periferia. Desde esta comprensión, Ramón Grosfoguel [...] propone que estamos frente a un sistema-mundo europeo/euro-norteamericano capitalista/patriarcal moderno/colonial y, yo agregaría, heterossexual (Curiel, 2014, p. 49).

colidida com os dados sobre desigualdades de gênero dentro sistemas alimentares.

Apesar disso, essas mulheres seguem nas linhas de frente da resistência, demonstrando que seus processos auto-organizados e autônomos prevalecem, ainda que o modelo heteropatriarcal e racista queira destruí-las. Nesse aspecto, cabe ressaltar Antônio Bispo dos Santos, mestre popular e quilombola, quando destaca que,

*Mesmo que queimam a escrita,  
Não queimarão a oralidade.  
Mesque que queimem os símbolos,  
Não queimarão os significados.  
Mesmo queimando o nosso povo  
Não queimarão a ancestralidade.*

(Dos Santos, 2020)

## Referências

- ALMEIDA, Silvio. *Racismo estrutural*. São Paulo: Jandaíra, 2019.
- ALTIERI, Miguel A.; FUNES-MONZOTE, Fernando R.; PETERSEN, Paulo. Agroecologically efficient agricultural systems for smallholder farmers: contributions to food sovereignty. *Agronomy for Sustainable Development*, v. 32, n. 1, p. 1-13, 2012.
- BARCELOS, Eduardo. O projeto Minas-Rio e seus impactos socioambientais: olhares desde a perspectiva dos atingidos, *in*: ENCONTRO DE INTERCÂMBIO DAS COMUNIDADES EM RESISTÊNCIA AO PROJETO MINAS-RIO. *Relatório*. Belo Horizonte, 2013.
- BRINGEL, Breno; VARELLA, Renata Versiani Scott Varella. A pesquisa militante na América Latina hoje: reflexões sobre as desigualdades e as possibilidades de produção de conhecimentos. *Revista digital de direito administrativo*, v. 3, n. 3, p. 474-489, 2016. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rdda/article/view/115609/116687>. Acesso em: 27 ago. 2020.

- BULLARD, Robert. Ética e racismo ambiental. *Revista Eco 21*, v. 15, n. 98, 2005. (Ambiente Brasil.) Disponível em: [https://ambientes.ambientebrasil.com.br/educacao/textos\\_educativos/etica\\_e\\_racismo\\_ambiental.html](https://ambientes.ambientebrasil.com.br/educacao/textos_educativos/etica_e_racismo_ambiental.html). Acesso em: 21 jun. 2020.
- CABNAL, Lorena. Acercamiento a la construcción de la propuesta de pensamiento epistémico de las mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya Yala. *Momento de paro Tiempo de rebelion*, p. 116, 2010.
- COLETIVO Margarida Alves. *Precisamos refletir sobre racismo e mineração*. 2019. Disponível em: <http://coletivomargaridaalves.org/precisamos-refletir-sobre-racismo-e-mineracao/>. Acesso em: 8 dez. 2020.
- COLLINS, Patricia Hill. *Intersectionality as critical social theory*. Durham and London: Duke University Press, 2019.
- CONGILIO, Celia Regina; BEZERRA, Rosemayre; MICHELOTTI, Fernando (org.). *Mineração, trabalho e conflitos amazônicos no sudeste do Pará* [livro eletrônico]. 1ª ed. Marabá: iGuana, 2019.
- COSTA, Ana Maria Almeida. *O processo de expropriação das terras do Açu e a trajetória de lutas dos camponeses impactados pelo Projeto Minas-Rio*. 2018. Tese (Doutorado em Trabalho, Relações Sociais e Serviço Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Serviço Social, Rio de Janeiro, 2018.
- CURIEL, Ochy Pichardo. Construindo metodologías feministas desde el feminismo decolonial. *Otras formas de (re) conocer*. Reflexiones, herramientas y aplicaciones desde la investigación feministas, p. 47-78, 2014.
- DE CASTRO, Ana Alvarenga. *Gestão inclusiva de áreas protegidas: um olhar a partir do Mosaico Central Fluminense*. Dissertação (Mestrado em Práticas em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2013.
- DOS SANTOS, Antônio Bispo (Nego Bispo). Colonizações, quilombos, modos e significações. *Saberes tradicionais UFMG*. 2020. Disponível em: <https://www.saberestradicionalis.org/publicacoes-dos-mestres-nego-bispo/> Acesso em: 21 jun. 2020.
- FISCHER-KOWALSKI, Marina *et al.* *Sociometabolic regimes in indigenous communities and the crucial role of working time: a comparison of case studies*. Inst. of Social Ecology, IFF-Fac. for Interdisciplinary Studies, Klagenfurt Univ., 2010.
- FAO – FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. *The state of food insecurity in the world 2014: strengthening the enabling environment for food security and nutrition*. Food & Agriculture org., 2014.

- \_\_\_\_\_. *The State of Food and Agriculture: Leveraging Food Systems for Inclusive Rural Transformation*. 2017. Food & Agriculture Org., 2017.
- HARAWAY, Donna. Situated knowledges: The science question in feminism and the privilege of partial perspective. *Feminist studies*, v. 14, n. 3, p. 575-599, 1988.
- HARDING, Sandra. Rethinking standpoint epistemology: What is “strong objectivity?”. *The Centennial Review*, v. 36, n. 3, p. 437-470, 1992.
- HERCULANO, Selene. Racismo Ambiental, o que é isso? *Sites dos professores da Universidade Federal Fluminense*. [s.d.]. Disponível em: [http://www.professores.uff.br/seleneherculano/wp-content/uploads/sites/149/2017/09/Racismo\\_3\\_ambiental.pdf](http://www.professores.uff.br/seleneherculano/wp-content/uploads/sites/149/2017/09/Racismo_3_ambiental.pdf). Acesso em: 8 dez. 2020.
- LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014.
- MANSUR, Maíra Sertá *et al.* Antes fosse mais leve a carga: introdução aos argumentos e recomendações referente ao desastre da Samarco/Vale/BHP Biliton, *in*: ZONTA, Márcio; TROCARTE, Charles (org.). *Antes fosse mais leve a carga: reflexões sobre o desastre da Samarco/Vale/BHP Biliton*. Marabá: Editorial iGuana, 2016.
- MINAS GERAIS. *Lei Estadual n. 23.291/2019*. 2019. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/mg/lei-ordinaria-n-23291-2019-minas-gerais-instituicao-politica-estadual-de-seguranca-de-barragens>. Acesso em: 21 jun. 2020
- PATEL, Raj. Food sovereignty. *The journal of peasant studies*, v. 36, n. 3, p. 663-706, 2009.
- ROCHELEAU, Dianne; THOMAS-SLAYTER, Barbara; WANGARI, Esther. A feminist political ecology perspective. *Feminist political ecology: global issues and local experiences*, p. 3-26, 1996.
- SANTOS, Ana. F. dos; MILANEZ, Bruno (coord.). *Transformações socioambientais e violações de direitos humanos no contexto do empreendimento Minas-Rio em Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim, Minas Gerais*. Belo Horizonte, 2018.
- VIEIRA, Larissa Pirchiner de Oliveira. *O projeto Minas-Rio e a mineração em Conceição do Mato Dentro-MG: uma análise a partir dos discursos, dos conflitos e da resistência*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais. Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU), 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/MMMD-A7UHHH>. Acesso em: 21 jun. 2020.
- ZHOURI, Andréa. Violência, memória e novas gramáticas da resistência: o desastre da Samarco no Rio Doce. *Revista Pós Ciências Sociais*, v. 16, n. 32, p. 51-68, 2020.





PARTE IV

EXPERIÊNCIAS DE RESISTÊNCIAS AO  
MODELO MINERAL BRASILEIRO



## CAPÍTULO 10

# LUTA E RESISTÊNCIA EM BUSCA DE UM TERRITÓRIO LIVRE DE MINERAÇÃO: RELATO SOBRE O ENFRENTAMENTO À MINERAÇÃO DE BAUXITA NA SERRA DO BRIGADEIRO (MG)

GISELE FERREIRA DE CASTRO<sup>1</sup>

GUSTAVO SOARES IORIO<sup>2</sup>

JEAN CARLOS MARTINS SILVA<sup>3</sup>

LUCAS MAGNO<sup>4</sup>

LUIZ PAULO GUIMARÃES DE SIQUEIRA<sup>5</sup>

### Introdução

Este texto é um relato de uma história de resistência, lutas e conquistas. A trama é protagonizada por mulheres e homens que optaram pelo direito de escolher seu destino. Ela foi construída por agricultores(as), ambientalistas, sindicatos, Organizações Não Governamentais (ONGs) e movimentos populares.

---

<sup>1</sup> Técnica em Agroecologia e estudante de Geografia na Universidade Federal de Viçosa (UFV), militante do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) e membro do Núcleo de Estudos em Agroecologia Puri (NEAP). giseleferreiradecastro85@gmail.com

<sup>2</sup> Doutor em Geografia, professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFV, coordenador do Laboratório de Estudos em Geopolítica do Capitalismo (LEGEC). iorio@ufv.br

<sup>3</sup> Técnico em Meio Ambiente, Gestor Ambiental, graduando em Engenharia Florestal pela UFV e militante do MAM. jcmsilva00@gmail.com

<sup>4</sup> Doutor em Geografia, professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais (IF Sudeste MG) e integrante dos grupos de pesquisa e extensão Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS) e NEAP. lucas.magno@ifsudestemg.edu.br

<sup>5</sup> Especialista em estudos latino-americanos e membro da coordenação nacional do MAM. luizpgsiqueira@gmail.com

A história se dá em um pedaço de mata atlântica no sudeste de Minas Gerais, onde o relevo de “mar de morros” produz uma beleza cênica sublime e onde a água sempre existiu em fartura. Um lugar em que mulheres e homens foram criados e criaram seus filhos e filhas à base de seu trabalho na terra.

Encrustada no meio desses morros, havia uma “rocha”,<sup>6</sup> que moradores mais antigos da região costumavam chamar de “pedra angu”. Para os cientistas e empresários, a pedra angu chamava-se bauxita, uma referência à localidade de *Les Baux*, na França, onde a rocha foi descoberta pela primeira vez, em 1821. A bauxita é um agregado de minérios ricos em alumínio, um elemento químico importante para diversas indústrias no mundo.

Grandes empresas estavam (e estão) interessadas em vender esses alumínio para essas indústrias, mas para isso precisavam remover o solo trabalhado, sobre o qual famílias se sustentavam. Aí começa a história que aqui vamos narrar.

### A Serra do Brigadeiro

A Serra do Brigadeiro (Figura 1) está localizada na porção norte da mesorregião da Zona da Mata de Minas Gerais, mais especificamente situada na divisa das microrregiões de Viçosa, Muriaé, Manhuaçu e Ponte Nova; abrigando os municípios de Araponga, Divino, Ervália, Muriaé, Fervedouro, Miradouro, Pedra Bonita, Rosário da Limeira e Sericita. Com área total de 2.944 km<sup>2</sup>, representa 8,4% da superfície territorial da Zona da Mata mineira.

Sua formação territorial remonta às populações originárias indígenas, notadamente os Puris, Coroados, Coropós e Boto-cudos. Com a ascensão da economia do ouro na parte central

---

<sup>6</sup> Tecnicamente não é uma rocha, e sim um agregado de minerais (Carvalho, 1989). Mas esse debate não vem ao caso.



**Figura 1:** Porção central da Serra do Brigadeiro com vista para o Pico do Boné, o mais visitado do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB)  
*Fonte: Jean Carlos (2020).*

de Minas Gerais no século XVIII, o que hoje é a Zona da Mata tornou-se um “cordão de isolamento” entre as minas e a Corte, sediada no Rio de Janeiro. Com a crise da economia aurífera, no século XIX, a Zona da Mata converteu-se em fronteira de expansão da economia cafeeira, absorvendo a mão de obra liberada das minas. Esta se converte em colonato nas matas, conectando-a ao norte fluminense, onde a cultura predominava (Carneiro, 2008).

Entretanto, essa expansão não se deu de forma homogênea. O sul da região integrou-se à monocultura agroexportadora do café, diferentemente do restante da Zona da Mata, especialmente na parcela central, onde está situada a Serra do Brigadeiro. Nesta porção, predominou a agricultura camponesa, de estrutura fundiária mais fragmentada, menos mercantilizada e mais diversificada. As culturas de base camponesa e a pecuária leiteira concorriam na paisagem com as lavouras de café (Carneiro, 2008).

Já na segunda metade do século XX, com a crise da economia cafeeira e a ascensão de um modelo de industrialização que

galgava os setores de bens intermediários, a cobertura vegetal nativa foi aos poucos sendo substituída pela monocultura de eucalipto, que alimentavam os altos-fornos das siderurgias, notadamente a Belgo-Mineira. Especificamente na Serra do Brigadeiro há um capítulo trágico em 1960 quando a companhia Belgo-Mineira desmatou milhares de hectares de mata atlântica em diversas regiões da serra.

Por sorte ou azar, esta mesma área está incrustada na segunda maior reserva de bauxita do Brasil, conhecida como “veio da bauxita brasileira”, o que acabou por despertar o interesse de grandes empresas de mineração, a exemplo da Norsk Hydro, da Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) e da Mineração Curimbaba S. A.

Ainda na década de 1980, no final do regime ditatorial (1964-1985), começa a aportar no entorno da Serra do Brigadeiro pesquisas em busca das jazidas desse mineral. De lá para cá, o processo intensificou-se. Primeiro, em decorrência do próprio modelo de desenvolvimento adotado, de cunho neoextrativista (Gudynas, 2012), reforçado pelo “boom das commodities” (Wanderley, 2017), que predominou no Brasil nas primeiras décadas do século XXI. Em seguida, devido ao esgotamento das jazidas de bauxita e fim das operações da CBA em Itamarati de Minas, onde ela explorava a parcela centro-sul do “veio” desde 1992.

A proposta de extração mineral incorpora a Zona da Mata como um todo aos circuitos mais dinâmicos do capitalismo, seja em escala global, com as reservas da Norsk Hydro, gigante oligopolista do setor de alumínio, quanto nacional, através da CBA, pertencente ao Grupo Votorantim, um dos maiores grupos do capital nacional (Iorio, Magno, 2019); e mesmo local, com o grupo Curimbaba, de expressão local/regional.

Desenha-se aí, nesse tempo e nesse espaço, um arranjo geográfico particular, um encontro conflituoso entre uma geografia histórica marcada por camadas sobrepostas de intensa exploração de recursos naturais, estrutura fundiária fragmentada, predomínio de famílias de agricultores(as) de um lado, e uma atividade ainda mais extrativa, conectada aos circuitos superiores do capital, por outro. Nesse contexto, têm destaque os conflitos envolvendo a CBA e agricultores familiares e suas organizações sociais, que atuam através da Comissão Regional de Enfrentamento à Mineração na Serra do Brigadeiro.<sup>7</sup>

### **Avanço do capital mineral na Serra do Brigadeiro: onde e como atua a Companhia Brasileira de Alumínio**

No Brasil, o setor mineral, particularmente o ligado à cadeia do alumínio, esteve alinhado com a tendência geral da industrialização brasileira. Até 1950 havia somente uma empresa do setor no país, a Elquisa, localizada no município de

---

<sup>7</sup> A Comissão Regional de Enfrentamento à Mineração na Serra do Brigadeiro surgiu em 2004, a partir da descoberta, através da ONG Amigos do Iracambi e dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Miradouro e de Muriaé, dos planos de expansão da mineração na região da Zona da Mata mineira. De lá para cá, como se pretende demonstrar neste texto, essa comissão protagonizou várias ações de resistência ao avanço das atividades minerárias no entorno da serra. Atualmente, a Comissão Regional de Luta e Enfrentamento à Mineração na Serra do Brigadeiro é composta por representantes das seguintes organizações: Associação Amigos do Iracambi, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Miradouro, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Muriaé, Barão de Monte Alto e Rosário da Limeira, Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Cooperativa de Agricultores Familiares (COOPAF), Associação Franciscana Santa Maria dos Anjos, professores e estudantes do Instituto Federal de Sudeste de Minas Gerais (IF Sudeste MG) e da Universidade Federal de Viçosa (UFV), vereadores de Muriaé, Cáritas Diocesana, Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA) e Centro de Estudos, Integração, Formação e Assessoria Rural da Zona da Mata (CEIFAR).

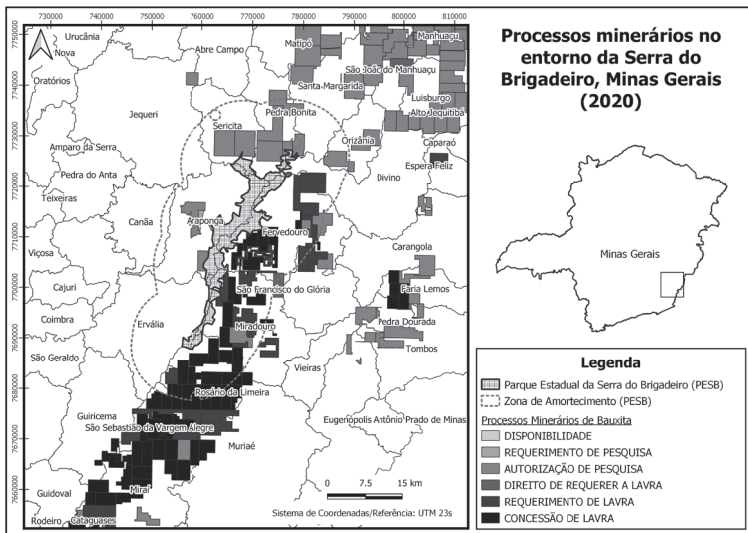
Ouro Preto-MG. Nesse período, o Brasil experimentava um esgotamento do modelo de substituição de importações, e a estratégia adotada diante desse cenário foi assimilar internamente esse segmento com fomento do capital nacional e também do grande capital internacional (Marini, 2017). Nesse contexto, em 1951 a Elquisa foi adquirida pela transnacional Alcoa, e em 1955 surgia a Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) (Alves, 2011).

A partir da década de 1970, o setor experimentou um ciclo de expansão com o Projeto Bauxita de Trombetas, em Oriximiná-PA (1973), e as *joint ventures* Mineração Rio do Norte (MRN) (1967), Alumínio do Brasil (Albrás) (1975) e Alumínio do Norte (Alunorte) (1976). Com isso, o eixo de produção da bauxita se desloca da região sudeste do país para a Amazônia oriental, onde atualmente estão as maiores empresas do setor e maiores reservas minerais (Coelho *et al.*, 2010; Iorio, Magno, 2019).

Tratando da CBA e de sua atuação na região sudeste brasileira, Iorio e Magno (2019) argumentaram que o fato de essa empresa estar distante do grande eixo produtivo da bauxita e derivados no Brasil faz com que sua atuação seja marcada por uma superexploração dos recursos minerais como forma de recuperar a defasagem técnica. Além disso, como sinalizou Ricardo Carvalho, presidente da CBA, há a intenção de a empresa se consolidar nas etapas mais elevadas da cadeia, investindo na expansão da produção de alumínio e transformados: “A ponta final da cadeia do alumínio tornou-se mais importante para a empresa que é nela que está a maior perspectiva de ampliar a capacidade de oferta futura [...]” (Valor, 2018).

A CBA aponta para a verticalização como vantagem competitiva para crescer nos setores mais rentáveis da produção. E esta verticalização se torna possível pelo controle que a empresa





**Figura 2: Território corporativo da CBA na Serra do Brigadeiro**  
 Fonte: SIGMine, Ide-Sisema, IBGE. Sistema de Coordenadas: UTM 23s.  
 Sistema de Referência: Sigras 2000. Organizado por Iorio e Magno (2019).

tem sobre a extração da bauxita e a produção de energia (Iorio; Magno, 2019). Esse é o ponto importante para o entendimento do sentido da territorialidade da CBA na Serra do Brigadeiro.

O plano de negócios da empresa e toda a sua colocação no mercado depende do controle sobre a extração da bauxita e a produção de energia, dado que a CBA não está no patamar de competitividade em relação às outras empresas que atuam no Brasil; e o controle sobre estes recursos é fundamental e serve como contrapeso na competitividade, o que, por sua vez, acentua a necessidade de controle territorial sobre os recursos minerais. Esta é a informação básica que anima os objetos instalados no espaço geográfico (ver Figura 2) e gera conflitos ambientais na região.

O controle sobre os recursos minerais requer um domínio absoluto sobre o território, e as estratégias de avanço da atividade mineral da CBA na Serra do Brigadeiro se explica justamente por isso.

A primeira estratégia é a obtenção do direito sobre os processos minerais disponibilizados pelo antigo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), convertido em Agência Nacional de Mineração (ANM) pela Lei n. 13.575/2017. A CBA é a maior detentora destes projetos num raio de 50km do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB), cerca de 62 (31,1% do total).

O primeiro instrumento de controle das jazidas é o acesso às áreas com recursos minerais. Uma vez em posse do direito de exploração mineral, a empresa entra com os trâmites de licenciamento ambiental. Concomitante a isso, para acessar o subsolo, a empresa se vale do expediente do arrendamento:

A Empresa não é proprietária do solo onde situam-se os direitos minerais. Para operar as minas faz acordo com os proprietários, como prevê o Código de Mineração, pagando indenizações e renda por ocupação, além de “royalties” sobre o minério extraído (Brandt Meio Ambiente, 1995, p. 3).

Tanto no processo de licenciamento ambiental, que depende da anuência das prefeituras dos municípios, quanto no acesso às áreas, a empresa precisa, em alguma medida, de consentimento.

O licenciamento ambiental de empreendimentos mineiros da CBA na Serra do Brigadeiro é permeado de controvérsias. Este é o caso, por exemplo, do processo DNPM n. 831108/1982, entre os municípios de São Sebastião da Vargem Alegre e Rosário da Limeira, que obteve licença de operação através do parecer único n. 0539241/2018 (SIAM), com produção bruta estimada em 1.200.000 (um milhão e duzentos mil)

toneladas de bauxita ao ano (10% da capacidade produtiva da usina localizada em Miraí), mas que está localizado numa Área de Preservação Ambiental (APA) municipal e a Lei Orgânica de Rosário da Limeira proíbe projetos de mineração nestas áreas (Iorio; Magno, 2019).

Outra estratégia empregada pela empresa para o controle dos recursos minerais na Serra do Brigadeiro são ações de responsabilidade social. Segundo Santos e Milanez (2017, p. 12), essa estratégia diz respeito “à influência exercida pelas corporações sobre os padrões emocionais, cognitivos e de agência da sociedade civil, aprendida igualmente a partir de escalas múltiplas e interativas”.

De acordo com Milanez *et al.* (2018), que analisaram as estratégias corporativas da Vale S. A. mas com as quais podemos fazer um paralelo, as táticas que compõem essa estratégia são delineadas para que possam gerenciar a contestação social, e, entre outras, os autores destacaram ações de: i) responsabilidade social corporativa; ii) culturais; e iii) científicas/educacionais.

Ações de responsabilidade social corporativa dizem respeito à execução de projetos sociais e ambientais (geração de renda, assistência de saúde, doações etc.) nas comunidades ou municípios nos quais a empresa atua (Milanez, *et al.* 2018). No caso da CBA, isso pode ser verificado no apoio à realização do Plano Diretor do Município de Muriaé, no qual o Instituto Votorantim figura entre os realizadores e a mineradora como a principal apoiadora; no patrocínio à organização dos Fóruns Regionais de Educação Ambiental (FOREA); e na realização do Cadastro Ambiental Rural (CAR) das comunidades onde a mineradora possui interesse em explorar a bauxita (Assembleia, 2015; Guia Muriaé, 2018).

As ações que compõem a estratégia cultural da CBA podem ser verificadas na realização, no município de Rosário da

Limeira, da “Vivência Oásis”, na qual foram realizadas ações como, por exemplo, um “show de talentos” e apresentações culturais, e também um mutirão envolvendo alguns moradores da cidade (*Folha Independente*, 2018). Essas ações são, via de regra, realizadas por entidades contratadas pela CBA que tentam construir vínculos com as comunidades sem expor explicitamente o vínculo direto com a mineradora. Dessa forma, a empresa tenta se aproximar dos sujeitos no território sem evidenciar os impactos e contradições do seu projeto (Comunicação MAM, 2017).

As estratégias científicas e educacionais, por sua vez, podem ser verificadas, por exemplo, nas parcerias estabelecidas entre a CBA e o Laboratório de Restauração Florestal da Universidade Federal de Viçosa (UFV), através do financiamento de pesquisa sobre restauração de áreas mineradas pela empresa e sobre conservação dos recursos hídricos em Mirai-MG, local onde se localiza uma das unidades de produção da CBA e uma fazenda experimental (Conexão Mineral, 2020).

A empresa tem também ações coordenadas, como oficinas e cursos de capacitação para professores da rede pública. Os professores realizam atividades nas dependências da CBA e em seguida são estimulados a replicar os conteúdos trabalhados na sala de aula. Ao final da execução das atividades, aqueles professores que tiverem melhor desempenho recebem premiações da mineradora.

Este conjunto de táticas e estratégias busca a legitimidade da empresa frente aos educadores, cientistas e a sociedade como um todo a partir de ações com públicos não necessariamente impactados pela mineradora, mas com grande potencial de formar um consenso na sociedade em prol de sua imagem e operações (Milanez *et al.* 2018).

Assim, poderíamos dizer que as ações de responsabilidade social corporativa, as práticas culturais e as iniciativas científicas

ficas/educacionais pretendem garantir a reputação da empresa, tanto no plano local quanto no nacional e internacional. O alvo destas ações são, majoritariamente, comunidades do entorno das operações, mas não apenas. Teriam por objetivo “[...] construir e reproduzir construções valorativas favoráveis às operações extrativas, enfocando predominantemente afetados, movimentos sociais, mídia e cientistas” (Santos; Milanez, 2017, p. 13).

São justamente sobre as ações de domínio e controle territorial, bem como as de responsabilidade social, que a Comissão Regional de Enfrentamento à Mineração na Serra do Brigadeiro tem direcionado as suas ações de resistência, como pretendemos descrever na próxima seção.

### **A organização da luta/resistência à mineração na Serra do Brigadeiro**

Para compreender à luta contra a mineração de bauxita e, conseqüentemente, a construção da Comissão Regional de Enfrentamento à Mineração na Serra do Brigadeiro, é preciso ter em mente que, desde a década de 1980, há nesta região do estado de Minas Gerais intensos processos de mobilizações populares, sobretudo, pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) da Igreja Católica, Comissão Pastoral da Terra (CPT) e por Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs).

Nesse período, a história da Zona da Mata veio a se juntar com a de outros locais no país que foram palco de um movimento progressista da Igreja Católica, que teve como base a Teologia da Libertação. Inspirados por esta ideologia, entidades do campo ligadas à igreja iniciaram um trabalho de organização de populações rurais através da formação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) (Barbosa, 2005).

As CEBs foram criadas na Zona da Mata para estimular a participação dos fiéis na condução de ações coletivas visando

garantia de direitos de trabalhadores do campo em situação de subordinação econômica e social. Elas abraçavam causas populares e se envolviam em outras atividades comunitárias, desde religiosas até às relativas à comercialização, à saúde, à política, à educação e ao lazer (Barbosa, 2005).

E foi a partir desta organização inicial que se constituíram as bases para o surgimento, através da concepção de oposição sindical, dos STRs na Zona da Mata mineira, que passaram a atuar com questões trabalhistas nos anos de 1980 e 1990. Os STRs dos municípios que fazem parte da Serra do Brigadeiro foram criados a partir de lideranças que também participavam das CEBs, e de início foram impulsionados por representantes da Igreja Católica que trabalhavam na CPT naquele período, mais especificamente, nos municípios de Muriaé e Barão de Monte Alto.

No contexto de redemocratização, esses sindicatos assumiram uma postura crítica diante das posições da estrutura sindical corporativa já existente, ligada aos grandes proprietários, e também diante de algumas questões sociais regionais.<sup>8</sup> Na década de 1990 os STRs se inseriram em articulações mais amplas como, por exemplo, com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG), ampliando o diálogo e a abrangência das questões por eles tratadas, passando a englobar, além das questões trabalhistas, problemas ambientais, sociais e políticos regionais (Barbosa, 2005).

Um evento que merece destaque no entorno da Serra e que contou com substancial participação dos STRs na sua

---

<sup>8</sup> De acordo com Barbosa (2005), apesar do movimento sindical de trabalhadores rurais em Minas Gerais ser relativamente antigo, na Zona da Mata mineira, até 1985, nenhum município dos hoje abrangidos pela articulação sindical tinha STR organizado. Já os Sindicatos Rurais Patronais têm existência mais antiga, mantendo durante muitos anos filiação de trabalhadores rurais em função de terem sido responsáveis pela tramitação da previdência social no período pós 1964.

problematização, e que, a nosso ver, também é essencial para compreender a articulação em defesa de um modo de vida ligado à agricultura familiar, trata-se da proposta de construção de uma Unidade de Conservação (UC) na região, qual seja, o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB).

O processo de ocupação da Serra do Brigadeiro, da exploração inicial pelos bandeirantes no século XVIII, passando pela exploração da Belgo Mineira à agropecuária dos dias atuais, resultou no suprimento de grande parte da vegetação original. Essas atividades, em maior ou menor grau, praticamente devastaram a vegetação original e levantou uma problemática ambiental entre os moradores a respeito da necessidade de preservação das matas que ainda existiam. Na década de 1970, essa problemática levou a uma incipiente mobilização social da população da Serra, principalmente de agricultores ligados aos STRs, que, ao lado de pesquisadores da UFV que realizavam estudos sobre a importância da vegetação na Serra, demandaram do estado de Minas Gerais a elaboração de instrumentos legais de proteção ambiental para aquela região (Vitarelli, 2005).

A mobilização social dos agricultores e a construção de estudos técnicos resultaram, em 1988, na publicação pelo governo do estado de Minas Gerais da Lei n. 9.655, que dispunha sobre a criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB) no local a partir de uma cota altimétrica de 1.000 m. Após a publicação dessa Lei, o Instituto Estadual de Florestas (IEF) iniciou os levantamentos fauno-florísticos para a efetiva implementação do PESB. Contudo, a proposta de criação de uma UC nessa região de Minas Gerais não se dava em um vazio demográfico e econômico. Ou seja, a maioria dos municípios que fazem parte daquele conjunto serrano reside em áreas com altitude superior a 1.000 m e tem como característica marcante

a população rural maior que a urbana, além da agricultura de base familiar como carro-chefe da economia (Barbosa, 2005). A criação do PESB, portanto, interferiria profundamente na dinâmica socioeconômica regional, o que acabou gerando conflitos.

Diante desse problema, grande número de agricultores que tinham propriedades acima da cota estipulada pelo IEF e seriam atingidos com a implementação do PESB, em conjunto com a população residente em diversos povoados e sedes municipais, deram início a um intenso processo de mobilização política e social. Um ciclo de debates a respeito da implementação do PESB, que foi liderado pelos STRs dos municípios de Miradouro, Araponga, Ervália, Sericita, Pedra Bonita, Fervedouro, Muriaé, Rosário da Limeira e Divino, começou a incidir em órgãos de pesquisa e extensão rural (Barbosa, 2005; Bonfim, 2006).

Como resultado deste processo de mobilização, o PESB foi implementado em 1996, com área total de pouco mais de 13.000 hectares, sendo considerado a primeira UC criada de forma participativa em Minas Gerais. Isto é, nessa nova configuração do PESB foi respeitado o debate público promovido fundamentalmente pelos STRs e apoiado por instituições de ensino, pesquisa e extensão da região e também por outras organizações sociais, e a demarcação da UC acima da cota de 1.000 m de altitude foi descartada, garantindo a permanência dos agricultores nas proximidades da mata em regeneração.

A organização da população para participar da criação e gestão de uma UC, em momento posterior, influenciou o direcionamento de uma política pública para a agricultura familiar residente no entorno do PESB. Tomando como referência a luta em favor de um modo de vida rural, em 2003 estudos do então Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) indicaram que



a Serra do Brigadeiro possuía características que favoreciam sua inclusão em uma política pública de desenvolvimento rural, qual seja: o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT). Esta política, quando implementada em 2004, passou a considerar o Território da Serra do Brigadeiro (TSB) como uma das áreas de abrangência da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT/MDA).

A SDT e o PRONAT, ao apresentarem os objetivos que levaram em consideração para a criação dos “territórios rurais” no país e, dentre eles, para a criação do TSB, destacaram que aquele território possuía: i) a concentração de agricultores familiares em determinada área; ii) iniciativas institucionais que objetivam o desenvolvimento sustentável e dos níveis de qualidade de vida da população rural; iii) trabalhadores rurais mobilizados; e iv) identidade cultural ligada à conservação ambiental. Fernandes, Fiúza e Rothman (2007), que estudaram o processo de criação do TSB, afirmaram que, desde a década de 1980, as mobilizações sociais dos agricultores através dos sindicatos e, posteriormente, na construção do PESB favoreceram a elaboração de projetos voltados a um modelo diferente de desenvolvimento baseado nos princípios da agricultura sustentável e podem ser considerados os elementos principais que incidiram na criação do TSB e sua inclusão no PRONAT. Ou seja, o processo participativo de implementação de uma UC conduzido pelos STR forjou uma dinâmica que proporcionou as discussões sobre gestão de uma política pública e abriu caminhos para ampliação das discussões sobre o desenvolvimento rural dos municípios que passaram a compor o TSB.

Assim, desde a criação do TSB, agricultores, extensionistas rurais, pesquisadores e diversos profissionais ligados a instituições públicas de pesquisa e extensão rural da Zona da Mata mineira têm debatido estratégias de desenvolvimento sustentável

para o entorno do PESB. Nesse contexto, foram definidos os seguintes eixos estratégicos para alavancar o desenvolvimento territorial dos municípios: i) diversificação produtiva da agricultura familiar; ii) agroindústria familiar e artesanato; iii) preservação e recuperação do meio ambiente; e iv) turismo rural e cultura. Tais ações contemplam aproximadamente 15 mil agricultores familiares na região, conforme indicou o Plano Safra Territorial (Fernandes; Fiuza; Rothman, 2007).

E é justamente nesse contexto que devemos compreender a emergência dos conflitos ambientais envolvendo atividades de mineração na Serra. Desconhecendo ou desconsiderando todo esse processo de formação histórica e espacial da Serra do Brigadeiro, a CBA inicia suas investidas para expandir seus empreendimentos minerários na região. É importante destacar que desde a década de 1950 a CBA vinha promovendo uma série de pesquisas minerais e estudos em todo o país a fim de encontrar novas reservas de bauxita para aumentar sua produção, mas foi na década de 1980 que a empresa intensificou suas pesquisas na Zona da Mata mineira.

A expansão da atividade de mineração da CBA na região continuou a todo vapor na década de 2000, quando, a partir de novas pesquisas minerárias, foram descobertas importantes jazidas de bauxita no entorno do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, especialmente em sua zona de amortecimento. Essa descoberta fez com que a CBA solicitasse nova autorização de lavra aos órgãos ambientais para expandir suas operações para outros municípios.

Foi a partir dessa nova investida da empresa que as organizações sociais tiveram conhecimento dos planos da mineradora para a Serra, e marcou o início dos conflitos ambientais na região. Ou seja, se por um lado havia na Serra um projeto previamente definido com as organizações sociais e instituições

atuantes na região e que estava ligado ao fortalecimento da agricultura familiar, por outro lado também se estruturava uma proposta de desenvolvimento, baseada na extração de recursos minerais e encabeçada por empresas mineradoras.

Dado os diferentes projetos de desenvolvimento, inúmeros conflitos ambientais emergiram entre, de um lado, a CBA e organizações contratadas por ela para convencimento da população local em relação aos benefícios da atividade de mineração, e, por outro lado, agricultores familiares organizados ou não organizados, mas que querem manter as propostas de desenvolvimento rural por eles construídas de forma participativa desde o início da década de 2000. A construção inicial da Comissão Regional de Enfrentamento à Mineração na Serra do Brigadeiro, portanto, teve início nesse contexto de disputas.

Para melhor visualizar temporalmente os embates que têm ocorrido desde então, construímos a síntese apresentada no Quadro 1, referente aos acontecimentos ligados à mineração e à resistência a tais empreendimentos entre os anos 2000 e 2019. Ela foi feita a partir de análises documentais de materiais e relatórios produzidos pelas organizações sociais que realizam as ações coletivas de enfrentamento à mineração.

A partir da leitura desse quadro, pode-se perceber que foi no ano 2000 que a CBA iniciou novas investidas para pesquisa mineral na região e que havia um desconhecimento das mesmas por parte dos agricultores, conforme já destacada. Somente nos anos de 2002 e 2003, através de um trabalho informativo dos STRs é que a população, especialmente a rural, toma conhecimento dos planos da mineradora para a região e começa a se organizar para demandar informações técnicas dos órgãos ambientais municipais e estaduais. Ainda no ano de 2003, após realização de audiência pública com a Superintendência Regional do Meio Ambiente Zona da Mata (SUPRAM-ZM),

é que os agricultores descobrem a real situação referente à expansão da mineração na região e iniciam intensa mobilização contrária às ações da CBA.

Nesse contexto, em 2004, foi criada a Comissão Regional dos Atingidos por Mineração da Zona da Mata Mineira e realizadas diversas oficinas e troca de experiências entre atingidos de outros municípios, a fim de ampliar as ações de resistência à expansão da mineração no entorno do PESB.

Posteriormente, nos anos de 2006, 2007 e 2008, após dois rompimentos de barragens de rejeitos de minério de bauxita na região, houve ações mais intensas de enfrentamento da mineração através de ocupações de rodovias federais e do escritório da CBA, além da realização de uma Audiência Pública na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), em Belo Horizonte, para debater ações emergenciais para conter os impactos socioambientais da mineração na Serra do Brigadeiro.

Depois dessas ações, os agricultores ameaçados pela atividade minerária na Zona da Mata intensificam a mobilização social e política, realizando levantamento socioeconômico dos atingidos, encontros regionais e manifestações contra a construção de novas barragens de rejeito no entorno do PESB. Nesse contexto, em 2011, eles constroem uma organização política mais ampla para combater o avanço da mineração, qual seja, o Fórum Permanente em Defesa da Vida e do Meio Ambiente, cujo objetivo foi o de construir ações políticas para impedir novas investidas da CBA; e em 2012 foi realizado o I Encontro das Redes de Resistência Regional à Mineração na Zona da Mata, envolvendo, além da Serra do Brigadeiro, representantes da Campanha pelas Águas e Contra o Mineroduto da Ferrous (Magno, 2017).

### Quadro 1: Síntese das principais ações de resistência à mineração na Serra do Brigadeiro, 2003-2019

| Ano  | Município(s)   | Ação  | Objetivos   |
|------|--|---|---|
| 2003 | Muriae   | Participação e intervenção na audiência pública a respeito da mineração na Serra  | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Questionar o processo e invalidar a audiência pública sem participação popular</li> </ul>  |
|      | Muriae, Miradouro, Rosário da Limeira, Fervedouro, Divino e Araponga | Reação de lideranças sociais e da igreja diante da pretensão da CBA na região e intensa mobilização de resistência                                | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Buscar informações sobre o projeto da CBA</li> <li>• Questionar o projeto de morte da CBA</li> <li>• Informar as comunidades sobre o projeto e fazer o debate político para mobilizar os agricultores</li> </ul>               |
| 2004 | Muriae   | Criação da Comissão Regional dos Atingidos por Mineração da Zona da Mata  | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Articular e fortalecer a luta e resistência contra a mineração</li> </ul>  |
|      | Itamarati de Minas<br>Rosário da Limeira                             | Ocupação no canteiro de obras da CBA<br>Realização de audiência pública com a Superintendência Regional de Meio Ambiente de Minas Gerais (Supram) | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Conhecer as áreas mineradas e perceber os seus impactos socioambientais.</li> <li>• Questionar o processo de licenciamento ambiental</li> <li>• Buscar informação e esclarecimentos sobre mineração na Zona da Mata</li> </ul> |
| 2005 | Rosário da Limeira   | Audiência pública com a ALMG com as Comissões de Participação Popular e de Direitos Humanos   | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Debater sobre as consequências da mineração na Zona da Mata</li> </ul>   |
| 2008 | Muriae   | Mobilização popular na BR 356   | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Cobrar providências do poder público e da empresa sobre os Impactos da lama no rio Muriae e nas ruas dos bairros atingidos com o rompimento da barragem em Mirai em 2007</li> </ul>  |
|      | Belo Horizonte   | Audiência pública com o Conselho de Política Ambiental de Minas Gerais (Copam)  | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Debater sobre os impactos da atividade de mineração para a agricultura familiar</li> </ul>   |
| 2010 | Muriae, Miradouro, Rosário da Limeira                                | Gravação e edição do vídeo “Projeto de Vida e Projeto de Morte”   | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Garantir o protagonismo das comunidades e lideranças atingidas</li> <li>• Alertar sobre a ameaça para região, em especial para a Agricultura Familiar e as gerações futuras</li> </ul>   |
| 2011 | Muriae, Miradouro, Rosário da Limeira                                | Construção do Fórum Permanente em Defesa da Vida e do Meio Ambiente   | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Construir ações políticas para impedir novas investidas da CBA no território da Serra do Brigadeiro</li> </ul>   |

| Ano  | Município(s)                           | Ação   | Objetivos  |
|------|--|--|--|
| 2012 | Miradouro                              | I Encontro das Redes de Resistências Regional contra a mineração                                 | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Elaborar a linha do tempo, fazer memória das lutas e pensar estratégias coletivas futuras integrando a luta contra a mineração na Serra do Brigadeiro e a luta contra o mineroduto na região de Viçosa-MG</li> </ul>  |
| 2015 | Muriaé (Belisário)                     | Realização da I Caminhada Ecológica e em defesa das águas  | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Mobilizar para fortalecer a luta e resistência</li> </ul>   |
|      | Muriaé, Miradouro e Rosário da Limeira | Chegada do Movimento pela Soberania Popular na Mineração, (MAM)                                  | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Somar na construção das lutas de enfrentamento e resistência à mineração na região</li> </ul>   |
| 2016 | Muriaé (Belisário)                     | Realização da II Caminhada em Defesa das Águas   | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Mobilizar para fortalecer a luta e resistência</li> </ul>   |
|      | Miradouro                              | Participação no Fórum Regional de Educação Ambiental (FOREA)                                     | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Manifestar repúdio à mineração na Serra do Brigadeiro</li> </ul>  |
|      | Muriaé (Belisário)                     | Realização do Ato “Mineração Aqui Não!”  | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Manifestar publicamente contra mineração no entorno da Serra do Brigadeiro</li> </ul>   |
| 2017 | Muriaé (Belisário)                     | Ações em resposta à ameaça de morte sofrida pelo Frei Gilberto Teixeira, integrante da Comissão  | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Dar visibilidade à ameaça, garantir a segurança pessoal do Frei e dos demais integrantes da luta e acionar os meios legais</li> </ul>   |
|      | Muriaé (Belisário)                     | Realização da III Caminhada em Defesa das Águas  | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Mobilizar para fortalecer a luta e resistência</li> </ul>   |
|      | Muriaé (Belisário)                     | Audiência com Secretário Estadual de Direitos Humanos, prefeito e vereadores de Muriaé           | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Averiguar situações de violações de direitos humanos pela mineradora</li> </ul>   |
|      |  | Acolhida do Intercâmbio de militantes do MAM   | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Articular, promover troca de experiências e fortalecimento da luta regional</li> </ul>  |
|      | Muriaé, Miradouro e Rosário da Limeira | Assembleias Populares  | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Mobilizar, articular para o fortalecimento da luta e esclarecer sobre os reais impactos da mineração</li> </ul>   |
|      |  | Celebração Diocesana da Missa da Unidade e dos Santos Óleos em Belisário                         | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Demonstrar o apoio do Bispo e Diocese de Leopoldina em solidariedade ao Frei Gilberto que foi ameaçado de morte</li> </ul>  |
|      | Muriaé (Belisário)                     | Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais realiza audiência pública | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Dar visibilidade à luta, mobilizar as comunidades e solidarizar com o Frei Gilberto</li> <li>• Apresentar demandas de segurança aos defensores dos direitos humanos na região</li> <li>• Debater a necessidade de impedir o avanço da mineração na Serra do Brigadeiro</li> </ul> |

| Ano                        | Município(s)  | Ação  | Objetivos  |
|----------------------------|---|---|--|
| 2017                       | Miradouro   | Formação de jovens para a atuação na resistência  | <ul style="list-style-type: none"> <li>Firmar parceria entre a Comissão de Enfrentamento à Mineração, o MAM, o Núcleo de Estudos em Agroecologia Puri (NEAP) e a paróquia de Miradouro, para formar um grupo de jovens para atuar nas lutas regionais</li> </ul> |
|                            | Rosário da Limeira  | Intervenção artística da Comissão Regional de Enfrentamento à Mineração no evento da CBA “Vivência Oásis”                   | <ul style="list-style-type: none"> <li>Mostrar nosso repúdio às novas ações da CBA (táticas culturais) na região e dizer “Mineração Aqui Não!”</li> </ul>  |
|                            | Muriaé  | Audiência pública na Câmara Municipal   | <ul style="list-style-type: none"> <li>Debater os impactos da mineração e demandar providências em relação ao avanço da atividade no município</li> </ul>  |
|                            | Miradouro   | Audiência pública na Câmara Municipal   | <ul style="list-style-type: none"> <li>Debater os impactos da mineração e demandar providências em relação ao avanço da atividade no município</li> </ul>  |
|                            | Rosário da Limeira  | Ato Político-Cultural   | <ul style="list-style-type: none"> <li>Dar visibilidade à luta no município através de apresentações culturais de artistas populares</li> </ul>  |
| 2018                       | Geral   | Definição do Território de Atuação da Comissão  | <ul style="list-style-type: none"> <li>Definir a abrangência de atuação da Comissão em nove municípios do território</li> </ul>  |
|                            | Muriaé (Belisário)  | Realização da IV Caminhada em Defesa das Águas  | <ul style="list-style-type: none"> <li>Mobilizar para fortalecer a luta e resistência</li> </ul>   |
|                            | Muriaé  | I Encontro de “Jovens Que Ousam Lutar”  | <ul style="list-style-type: none"> <li>Mobilizar e organizar a juventude da região</li> </ul>  |
|                            | Muriaé (Belisário)  | Realização do Curso de Plantadores/as de Águas  | <ul style="list-style-type: none"> <li>Disseminar conjunto de práticas de conservação de solo e de água denominadas “Plantio de Água” na região</li> </ul>   |
|                            | Rosário da Limeira  | Mobilização popular para Audiência Pública na Câmara  | <ul style="list-style-type: none"> <li>Pressionar os vereadores para fazer moção de repúdio aos avanços da mineração no município</li> </ul>   |
|                            | Muriaé, Miradouro, Fervedouro, Araponga, Ervália e Rosário da Limeira | I caminhada Franciscana no entorno da Serra do Brigadeiro (Sul)   | <ul style="list-style-type: none"> <li>Fomentar o debate em defesa da vida e do meio ambiente, conhecer, valorizar e defender nosso território</li> </ul>  |
|                            | Miradouro   | II Encontro de “Jovens Que Ousam Lutar”   | <ul style="list-style-type: none"> <li>Mobilizar e organizar a juventude da região</li> </ul>  |
|                            | Muriaé  | Lei tornando Belisário como Patrimônio Hídrico Municipal  | <ul style="list-style-type: none"> <li>Tornar o distrito de Belisário patrimônio hídrico de Muriaé garantindo sua preservação</li> </ul>   |
|                            | Muriaé  | III Encontro de “Jovens Que Ousam Lutar”  | <ul style="list-style-type: none"> <li>Mobilizar e organizar a juventude da região</li> </ul>  |
| Muriaé, Rosário da Limeira | Realização da Cartografia Social nas comunidades                      | <ul style="list-style-type: none"> <li>Construir coletivamente mapa social de anúncios e denúncias do território</li> </ul> |  |

| Ano            | Município(s)  | Ação   | Objetivos   |
|----------------|---|--|---|
| 2019           | Muriae  | Ajuizamento de Ação Civil Pública contra licenciamento ambiental irregular da CBA  | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Garantir o cumprimento da Lei Municipal de Rosário da Limeira que não permite mineração em APA</li> <li>• Debater a defesa das águas, um tema que é de grande interesse e agrega forças</li> </ul> |
|                | Muriae (Belisário)  | I Semana em Defesa das Águas<br>Fórum das Águas e<br>V Caminhada das Águas   | Mobilizar em torno da ecologia integral, e a religiosidade  |
|                | Rosário da Limeira  | Ato “Dia Internacional da Mãe Terra”   | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Preservar a memória e fortalecer a luta</li> </ul>   |
|                | Miradouro, São Sebastião da Varagem Alegre  | Intercâmbio da Juventude em Área Minerada  | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Fomentar a visão crítica da juventude em relação à mineração</li> </ul>  |
|                | Muriae, Rosário da Limeira  | Realização da Cartografia Social nas comunidades   | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Construir coletivamente mapa social de anúncios e denúncias do território</li> </ul>   |
|                | Fervedouro, Divino, Pedra Bonita, Sericita e Araponga.                                    | II Caminhada Franciscana no entorno do parque (Norte)  | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Fomentar o debate em defesa da vida e do meio ambiente, conhecer, valorizar e defender nosso território</li> </ul>   |
|                | Geral   | Mudança da logomarca da Comissão para incluir mais dois picos da Serra   | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Tornar a logomarca mais representativa da Serra e possibilitar identidade do povo dos novos municípios que se juntam à comissão</li> </ul>   |
|                | Muriae  | Acolhimento do Seminário Nacional: “Diversas Formas de Dizer Não”  | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Fortalecer a luta regional, promover a troca de experiências a partir das vivências nas comunidades em nível nacional e debater sobre a luta por Territórios Livres de Mineração</li> </ul>        |
|                | Rosário da Limeira e Miradouro  | Assembleias Populares da Mineração   | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Fortalecer a luta regional e promover a troca de experiências a partir das vivências nas comunidades</li> </ul>  |
|                | Muriae (Belisário)  | Audiência Pública  | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Mobilizar a comunidade e debater impactos da mineração de granito verde no distrito. Rechaçar qualquer mineração</li> </ul>  |
| Belo Horizonte | Audiência Pública da Comissão de Direitos Humanos da ALMG                                 | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Debater a violência da mineração no território da Serra do Brigadeiro e a importância de mecanismo que torne a região um Território Livre de Mineração</li> </ul> |   |
| Muriae         | Articulação e mobilização junto à Câmara Municipal para debater o Plano Diretor de Muriae | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Fortalecer a resistência contra a mineração e estabelecer áreas livres de mineração no município</li> </ul>   |   |

*Fonte: elaborado pelos autores, 2020.*



Tais ações de enfrentamento da população atingida tiveram resultados positivos. Entre 2011 e 2015 a empresa não realizou novas investidas na região, e as ações da Comissão de Enfrentamento à Mineração na Serra do Brigadeiro passaram a articular outras iniciativas, tais como ações articuladas com o movimento agroecológico e de mobilização social, com o apoio do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM). A chegada do MAM intensificou a realização de audiências públicas, assembleias populares e intervenções sociais e culturais em diversos espaços, institucionais ou não institucionais (Magno; Siqueira; Delesposte, 2017).

Assim, entre 2015 e 2018, especialmente após a ameaça de morte sofrida por uma liderança religiosa em Muriaé e que participa nas ações de resistência à mineração na Serra, houve a intensificação das ações de enfrentamento à mineração na região, fortalecendo uma agenda propositiva de luta, inclusive demandando instrumentos legais de preservação de áreas estratégicas, a exemplo da Lei Municipal que tornou o distrito de Belisário Patrimônio Hídrico de Muriaé. Isso, com efeito, levou ao reconhecimento da luta regional como uma experiência exitosa, fazendo com que um seminário nacional denominado “Diferentes Formas de Dizer Não: Experiências de Proibição, Resistência e Restrição à Mineração” fosse organizado em Muriaé no ano de 2019, trazendo para a região mais de 100 atingidos por empreendimentos minerários de 14 estados do país.

No entanto, em que pese o sucesso da resistência à mineração alcançada até o momento, as organizações sociais também se depararam com alguns desafios. Diante da organização da resistência, a empresa mineradora mudou sua estratégia e investiu na contratação de pessoas do local para atuarem nas suas plantas industriais. Milhares de contratações de trabalhadores em Mirai, Miradouro e Muriaé foram realizadas. Além desse

desafio, outros também foram evidenciados como: i) ampliar a visão de resistência para outras gerações e para a cidade; ii) entender o projeto complexo minerário industrial como um todo; iii) ampliar a articulação regional; iv) reconstruir o trabalho de base nas comunidades rurais; v) construir uma agenda em comum no âmbito regional; vi) organizar as comunidades; vii) considerar pontos ou lugares estratégicos de mobilização, no campo e nas cidades; viii) conscientizar a população urbana dos problemas socioambientais da mineração na região; ix) construir conhecimentos a partir das nossas perspectivas, estratégias e alternativas para o povo.

Embora os desafios sejam ameaças constantes à vida das comunidades rurais da Zona da Mata mineira, a população segue firme no seu projeto de resistência à mineração, principalmente após a visibilidade internacional que as tragédias ocorridas nos municípios de Mariana-MG e Brumadinho-MG ganharam. Isso, em conjunto com o legado deixado pelo seminário “Diferentes Formas de Dizer Não”, de certa maneira animou novo debate na Serra, qual seja, o referente à necessidade de demarcação da região como um território livre de mineração.

### **Apontamos para um debate sobre território livre de mineração na Serra do Brigadeiro**

Dada a relevância ecológica, social e produtiva da região da Serra do Brigadeiro, é impensável conceber a permissão do pacote de externalidades inerentes ao processo de extração mineral. Como já colocado, a dinâmica socioprodutiva desse território bem como a preservação de sua biodiversidade não podem ser, em nenhuma medida, conciliadas com a atividade mineral. Não sendo possível tal conciliação, é fato que um dos lados desaparecerá no conflito.

Assim, com estabelecimento da mineração nesse território, o que está colocado é a substituição da agricultura familiar, integrada cultural e ecologicamente, que gera empregos e distribui renda, além de contribuir para fixar a população no campo, por outra que, ao contrário, produz o atraso ao impossibilitar outras formas de produção, concentrando renda e alterando de maneira drástica e irreversível, em escala humana, o ambiente e a paisagem.

Com isso, a luta de mais de 16 anos do povo da Serra do Brigadeiro converge para o esforço de elaboração que vem sendo feito pelo Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração, sobre a necessidade do estabelecimento de territórios livres da atividade mineral como forma de garantir a preservação de territórios tradicionais e ecologicamente essenciais.

Esse conceito ganha expressão no cenário nacional a partir de 2013, no bojo do debate sobre o novo Marco Regulatório da Mineração, elaborado pelo governo federal cujo objetivo era alterar um conjunto de medidas na regulamentação do setor mineral. As centenas de organizações sociais que se juntaram nacionalmente para debater criticamente e fazer frente à proposta apresentam um conjunto de sete mudanças fundamentais<sup>9</sup> que deveriam ocorrer no modelo mineral brasileiro e, portanto, serem contemplados num eventual novo Marco Regulatório.

---

<sup>9</sup> A saber: implantação de territórios livres de mineração; estabelecimento de ritmos de extração mineral; assegurar direitos trabalhistas aos trabalhadores do setor mineral; respeitar o direito de veto das comunidades indígenas no que se refere à exploração mineral em seus territórios; democracia e transparência nos processos de licenciamento ambiental; direito de consulta e veto das comunidades atingidas; e estabelecimento de um plano de fechamento das minas.

Um desses pontos era justamente a necessidade de estabelecer critérios específicos ou características dos mais diversos âmbitos que condicionariam determinados territórios à proibição da exploração mineral, visando a proteção da sua biodiversidade e a manutenção das dinâmicas socioprodutivas tradicionais.

Instituir territórios livres de mineração significa dizer sim às múltiplas potências e alternativas de produção e diversidade sociocultural, aos ecossistemas e à biodiversidade. Significa garantir água, alimento, terra, território e florestas, que geram benefícios para além das fronteiras territoriais das comunidades e sujeitos que produzem e preservam esses bens comuns. Significa, ainda, dizer não à lógica de dependência econômica que a mineração impõe aos municípios minerados, ante à finitude dos minérios e a permanência dos passivos e contaminações, para dizer sim a outras atividades econômicas que sejam socialmente justas e ambientalmente sustentáveis, como a agricultura familiar, a agroecologia, o turismo de base comunitária e ecológica, o agroextrativismo e os modos tradicionais de trabalhar, produzir e viver dos povos e comunidades, capazes de garantir a soberania e segurança alimentar.

Nesse longo caminho percorrido pelo povo organizado no campo e na cidade no território da Serra do Brigadeiro muitas vitórias foram alcançadas, como exemplo podemos citar: i) a aprovação da Lei de Patrimônio Hídrico de Muriaé, que reconhece o distrito de Belisário como região de grande importância hídrica e que deve ser preservada; ii) a aprovação do novo Plano Diretor de Muriaé que cria uma Macrozona Ambiental Sustentável (MAS), que proíbe a atividade mineral em boa parte do município (Prefeitura Municipal de Muriaé, 2018); iii) a criação da APA de Miradouro e a proibição, na Lei

Orgânica Municipal, da extração mineral em APAs; iv) a lei de criação do Polo Agroecológico e de Produção Orgânica da Zona da Mata, reconhecimento por parte do estado de Minas Gerais de que essa região possui características geomorfológicas, hídricas, culturais, sociais e de relações de produção agrícola diferenciadas e por isso necessita investimento no sentido da preservação.

O grito de milhares de pessoas ao longo do território da Serra do Brigadeiro é “Mineração? Aqui Não!”. No fundo, a questão colocada é que aqui a maior riqueza não é o minério, e, sim a fauna, a flora, a riqueza hídrica e o modo de vida e de expressão cultural desse povo. Estão dizendo ao estado brasileiro da necessidade de haver áreas demarcadas como Territórios Livres de Mineração. Essa tem sido a luta. Porém, não basta apenas dizer o que não querem, precisam também dizer o que querem para o seu território. Quais políticas públicas necessárias em cada setor capazes de dinamizar a economia, de impulsionar a geração de renda, geração de empregos e de ampliação da produção agrícola já existente.

### **Considerações finais**

Durante os mais de 16 de anos de organização, formação e luta de resistência à mineração e em defesa de seu território, o povo da Serra da Brigadeiro escreve um novo capítulo da história dessa região. Capítulo marcado pelo protagonismo popular na construção de um novo futuro possível diferente daquele imposto pelo capital mineral a outros territórios. As tantas potências ecológicas, socioculturais e produtivas dessas comunidades resistem, apesar de tudo, e vão se renovando e se reinventando no próprio processo de resistência.

Que o exemplo desse povo insistente se espalhe pelos tantos territórios ameaçados pela mineração Brasil afora e sirva de semente crioula para a construção de processos de resistência, organizativos e de lutas contra o avanço da lógica destrutiva do capital mineral. Que ele, mesmo que tímido, sirva de farol para o país traçar um novo caminho em relação à proteção dos seus bens naturais, que são, ao fim e ao cabo, patrimônios do povo!

## Referências

- ALVES, Cláudia Geralda de Souza Maia. *Análise comparativa dos impactos ambientais e dos aspectos tecnológicos da produção de alumínio primário em Minas Gerais*. 2011. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) – Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2011.
- ASSEMBLEIA popular debate impactos da mineração no entorno da serra do brigadeiro. *Campanha pelas águas e contra o mineroduto da Ferrous*, 2015. Disponível em: <http://campanhapelasaguas.blogspot.com/2015/10/assembleia-popular-debate-impactos-da.html>. Acesso em: 1 jun. 2020.
- BARBOSA, Willer Araújo. *Cultura Puri e educação popular no município de Araponga-MG: duzentos anos de solidão em defesa da vida e do meio ambiente*. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis-SC, 2005.
- BONFIM, Verônica Rocha. *Conflitos, participação e lições aprendidas no processo de criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB), MG*. 2006. Tese (Doutorado em Ciência Florestal) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa-MG, 2006.
- BRANDT MEIO AMBIENTE. *Companhia Brasileira de Alumínio: relatório de Impacto Ambiental* – RIMA. Zona da Mata - MG. Belo Horizonte: 1995.
- CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. *Conquista e povoamento de uma fronteira: a formação regional da Zona da Mata no leste da capitania de Minas Gerais (1694-1835)*. 2008. 276 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2008.
- CARVALHO, Adilson. *A bauxita no Brasil: síntese de um programa de pesquisa*. 1989. 134 f. Livre-Docência (Geologia) – Instituto de Geociências, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1989.
- COELHO, Maria Célia Nunes *et al.* Mineração de bauxita, industrialização de alumínio e territórios na Amazônia, *in*: ACSELRAD, Henri (org.).

*Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010, p. 311-350.

- COMUNICAÇÃO MAM. *CBA e Grupo Votorantim atuam para enganar comunidades na Serra do Brigadeiro*, 2017. Disponível em: <http://mamnacional.org.br/2017/06/25/cba-e-grupo-votorantim-atuam-para-enganar-comunidades-na-serra-do-brigadeiro/>. Acesso em: 1 jun. 2020.
- CONEXÃO MINERAL. *CBA e UFV realizam estudos sobre conservação hídrica em Mirai-MG*. 2020. Disponível em: <http://www.conexaomineral.com.br/noticia/1579/cba-e-ufv-realizam-estudos-sobre-conservacao-hidrica-em-mirai-mg.html>). Acesso em: 17 jun. 2020.
- FERNANDES, Maria Luiza Dias; FIUZA, Ana Louise de Carvalho; ROTHMAM, Franklin. Daniel. Territorios y procesos de construcción social en la Sierra de Brigadeiro, Minas Gerais, in: BENGOA, José (org.). *Territorios rurales: movimientos sociales y desarrollo territorial rural en América Latina*. Santiago do Chile: Catalonia, 2007. p. 561-595
- FOLHA INDEPENDENTE. Votorantim realiza vivência oásis em Rosário da Limeira. *Jornal Folha independente*, 2018. Disponível em: <https://folhaindependente.com/grupo-votorantim-realiza-vivencia-oasis-em-rosario-da-limeira/>. Acesso em: 17 jun. 2020.
- GUDYNAS, Eduardo. O novo extrativismo progressista na América do Sul: teses sobre um velho problema sob novas expressões, in: LÉNA, Philippe.; PINHEIRO DO NASCIMENTO, Elimar. *Enfrentando os limites do crescimento. Sustentabilidade, decrescimento e prosperidade*. Rio de Janeiro: Garamond; IRD, 2012. p. 303-318.
- GUIA MURIAÉ. Rosário da Limeira sedia seminário que discute a educação ambiental na região. *Guia Muriaé*. 2018. Disponível em: <https://www.guiamuriae.com.br/noticias/regiao/rosario-da-limeira-sedia-seminario-que-discute-a-educacao-ambiental-na-regiao/>. Acesso em: 1 jun. 2020.
- IORIO, Gustavo Soares; MAGNO, Lucas. O território corporativo da mineração na Serra do Brigadeiro, Minas Gerais. *Revista Sapiência: sociedade, saberes e práticas educacionais*. v. 8, n. 2, 2019. Disponível em: <http://www.ufff.br/poemas/files/2014/08/Iorio-2019-O-territ%C3%B3rio-corporativo-da-minera%C3%A7%C3%A3o-na-serra-do-brigadeiro.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2020.
- MAGNO, Lucas. *Espacialidade e identidade política dos atingidos por mineração no Brasil: teorias, escalas e estratégias*. Tese (Doutorado em Geografia) – Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina. 2017. Disponível em: <http://www.ufff.br/poemas/publicacoes/mineracaoag/>. Acesso em: 17 jun. 2020.

- MAGNO, Lucas; SIQUEIRA, Luiz Paulo Guimarães; DELESPOSTE, Aline Guizardi “Mineração? Aqui não!”: a construção da resistência à mineração de bauxita na Serra do Brigadeiro, Minas Gerais. VIII SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, Curitiba-PR, *Anais...*, 2017. Disponível em: <http://www.ufjf.br/poemas/publicacoes/rgpaluminio/>. Acesso em: 17 jun. 2017.
- MARINI, Rui Mauro. *Subdesenvolvimento e Revolução*. 6. ed. Florianópolis: Insular, 2017.
- MILANEZ, Bruno *et al.* A Estratégia Corporativa da Vale S. A.: um modelo analítico para Redes Globais Extrativas. *Versos – Textos para Discussão PoEMAS*, v. 2, n. 2, 2018. Disponível em: <http://www.ufjf.br/poemas/files/2017/04/Milanez-2018-A-Estrat%C3%A9gia-Corporativa-da-Vale-versos.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2020.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE MURIAÉ. *Plano Diretor de Muriaé 2018-2028*. 2018. Disponível em: <https://muriac.mg.gov.br/plano-diretor-2018-2028/>. Acesso em: 17 jun. 2020.
- PROJETO de educação ambiental da CBA promove relacionamento com a comunidade escolar da zona da mata. *Associação brasileira de comunicação empresarial*, 2018. Disponível em: <http://www.aberje.com.br/projeto-de-educacao-ambiental-da-cba-promove-relacionamento-com-a-comunidade-escolar-da-zona-da-mata/>. Acesso em: 20 jun. 2020.
- SANTOS, Rodrigo Salles Pereira dos; MILANEZ, Bruno. Estratégias corporativas no setor extrativo: uma agenda de pesquisa para as Ciências Sociais. *Caderno Eletrônico de Ciências Sociais*, v. 5, n. 1, p. 1-26, 2017. Disponível em: <http://www.ufjf.br/poemas/publicacoes/apl-de-opalas/>. Acesso em: 17 jun. 2020.
- VALOR. CBA fez mudanças para voltar ao lucro. *Valor*. 2018. Disponível em: <https://www.valor.com.br/empresas/5512493/cba-fez-mudancas-para-voltar-ao-lucro>. Acesso em: 9 maio 2019.
- VITARELLI, Camila Costa. *A concepção de desenvolvimento sustentável na atuação de ONGs no entorno do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro*. Minas Gerais. Viçosa, UFV, 2005.
- VOT ORANTIM. *Relatório Anual*. 2018. Disponível em: [http://www.votorantim.com.br/relatorioanual/files/2019.04.02\\_RA%20VSA\\_PORT\\_online.pdf](http://www.votorantim.com.br/relatorioanual/files/2019.04.02_RA%20VSA_PORT_online.pdf). Acesso em: 23 jun. 2019.
- WANDERLEY, Luiz Jardim de Moraes. Do Boom ao Pós-Boom das *commodities*: o comportamento do setor mineral no Brasil. *Versos – Textos para Discussão PoEMAS*, v. 1, n. 1, p. 1-7, 2017.



## CAPÍTULO 11

# MINERAÇÃO EM GOIÁS: CONFLITOS E RESISTÊNCIAS

RICARDO JUNIOR DE ASSIS FERNANDES GONÇALVES<sup>1</sup>

CAROLINE SIQUEIRA GOMIDE<sup>2</sup>

EULINA MARQUES<sup>3</sup>

### Introdução

O presente capítulo propõe mapear e analisar a mineração em Goiás, suas implicações territoriais e as escalas das resistências construídas por movimentos populares, sindicais, trabalhadores, comunidades e demais sujeitos e entidades de lutas. A metodologia conta com procedimentos de pesquisa qualitativa, como revisão bibliográfica, pesquisa documental, pesquisas de campo e observações diretas. O texto apresenta resultados de pesquisas desenvolvidas junto a comunidades, movimentos sociais e trabalhadores que protagonizam as ações de resistências à mineração em Goiás e em demais estados brasileiros. Dentre elas, destacam-se as iniciativas e lutas organizadas pelo Movimento pela Soberania Popular na Mineração

---

<sup>1</sup> Professor dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Geografia da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Pesquisador do Grupo de Pesquisa e Extensão Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS). Integrante do Projeto Brasil Popular GO/DF. ricardo.goncalves@ueg.br

<sup>2</sup> Professora da Faculdade UnB Planaltina, Universidade de Brasília (UnB), nos cursos de Licenciatura em Educação do Campo e Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-MADER). Integrante do Projeto Brasil Popular GO/DF. carolinegomide@unb.br

<sup>3</sup> Eulina Marques, gestora ambiental e militante do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) – GO/DF. eulinamarques13@gmail.com

(MAM), pelo Movimento Camponês Popular (MCP) e pela Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Goiás é o terceiro principal Estado minerado no Brasil (após Minas Gerais e Pará), com territorialização de grandes projetos extrativos de ouro, cobre, bauxita, amianto, níquel, fosfato e nióbio (ANM, 2020). Nos municípios minerados, como Catalão, Ouvidor, Pilar de Goiás, Crixás, Minaçu, Alto Horizonte, Faina, Campos Verdes, são registrados impactos ambientais e sociais graves, por exemplo, a contaminação do solo e da água e a ocorrência de doenças decorrentes do trabalho na mineração, e danos causados às populações por viverem próximos a áreas de extração (Martinez, 2012; Cetem, 2013; Barbosa, 2013; Amaral, 2019).

Além das implicações ambientais, há ainda profundos impactos agrários nos territórios em que ocorre a territorialização da mineração (Malerba *et al.*, 2014). Em Goiás, já são reconhecidos os conflitos gerados na região sudeste do estado como grave problema social. Segundo Gomide, Moura e Alves (2015):

A exploração mineral tem ameaçado diretamente no município de Catalão as comunidades camponesas denominadas: Coqueiros, Macaúba, Mata Preta, Morro Agudo, São Marcos e São Domingos, que juntas possuem cerca de 250 famílias camponesas e no município de Ouvidor as comunidades Chapadão e Paraíso, possuem juntas cerca de 160 famílias. [...] A extração mineral atinge diretamente e indiretamente as comunidades camponesas, seja pela apropriação de seu território, seja pelos danos ambientais causados, como a contaminação das águas e do solo, por exemplo (p. 8).

Outro foco de conflito agrário-mineral está em Americana do Brasil, região de exploração de níquel, cobalto e cobre. Segundo Vieira (2015), os impactos da mineração junto à agricultura camponesa são diversos: i) desmatamento e ocupação

de Áreas de Preservação Permanente; ii) mudança no uso da terra; iii) aumento de ruídos; iv) destruição de habitats naturais; v) aumento da turbidez do sistema hídrico; vi) aterramento de solo fértil por rejeitos; vii) mudança de paisagens; viii) mudança na topografia; ix) mudança na dinâmica de escoamento de água no solo e infiltração no lençol freático.

Por sua vez, a expansão da atividade mineradora aparenta direcionar-se para o norte e nordeste do Goiás (Gonçalves, 2016). É nessa região onde estão territorializadas diversas populações camponesas, como indígenas (Avá Canoeiro), povos tradicionais, assentados da reforma agrária e quilombolas. Assim, na mesma medida em que as escalas de extração mineral se ampliaram nos últimos anos, verifica-se o aumento das escalas dos conflitos e, por consequência, das resistências.

Além desta introdução, o capítulo está dividido em duas partes e as considerações finais. Na primeira, analisa-se a mineração em Goiás, com destaque para o mapeamento dos grandes projetos, a expansão do volume das extrações, dos valores da produção e da participação dessa atividade na pauta exportadora goiana e a ruptura metabólica gerada em decorrência das relações de produção capitalistas.

No segundo momento a centralidade dos resultados baseia-se na análise e descrição das ações de resistências construídas por diferentes frentes de lutas protagonizadas por comunidades, movimentos sociais, Comissão Pastoral da Terra, trabalhadoras e trabalhadores do campo e da cidade. Nas considerações finais os principais pressupostos e argumentos do conteúdo do texto são sintetizados.

Espera-se, por fim, que os resultados apresentados contribuam com as pesquisas críticas e as resistências frente ao modelo de mineração predatório em Goiás e no Brasil.

## Mineração em Goiás

A formação econômica de Goiás revela o processo histórico de especialização de territórios em produção e exportação de matéria-prima. A expansão das fronteiras do capital extrativo no território goiano acentua a estruturação da dependência econômica baseada na exportação de produtos primários, como grãos, carnes e minérios. Com efeito, milhões de hectares do Cerrado ocupados por monoculturas e áreas de pastagens, subsolo explotado pela mineração subterrânea e a céu aberto, vales de córregos e rios alagados por barragens para produção de hidroeletricidade, irrigação ou disposição de rejeitos revelam espaços e paisagens transformadas pelo capital extrativo (Gonçalves, 2019a).

Minas a céu aberto e subterrâneas, pilhas de estéril, barragens de rejeitos, usinas hidroelétricas, rodovias, redes de energia, pivôs centrais, unidades armazenadoras de grãos, ferroviárias, portos secos e aeroportos revelam territórios cindidos e tecnificados pelo capital e suas fronteiras de extração, produção e circulação de mercadorias em Goiás. Na mesma medida em que isso modifica e organiza os territórios em escalas locais e regionais, aprofunda o lastro de internacionalização da economia goiana. Todavia, o modo pela qual essa economia se conecta com as “Redes de Produção Globais” (Henderson *et al.*, 2011) é altamente dependente da exploração intensiva de bens naturais como terra, água e minérios.

Desse modo, sublinha-se a expansão do setor extrativo mineral como um dos principais eixos de desenvolvimento da economia em Goiás (Gonçalves, 2016; 2019a) e sua participação nas “Redes Globais Extrativas” (Milanez *et al.*, 2018). No ano de 2019, depois de Minas Gerais e Pará, Goiás ocupou a terceira posição em termos de valores das operações minerais e arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) no Brasil. O valor nominal (assim

como todos os demais valores apresentados no texto) das operações da mineração no Estado somou R\$ 5,3 bilhões, enquanto a arrecadação de CFEM foi de 105,8 milhões. Se comparados a 2005, esses valores representam aumentos de 410% (das operações minerais) e 594% (da CFEM) (ANM, 2020).

A mineração ocupa uma posição estratégica nas Redes Globais Extrativas e na pauta exportadora goiana. No ano de 2017, o complexo de minérios destacou-se na segunda posição como o principal produto das exportações goianas, com um valor de U\$\$ FOB<sup>4</sup> 1,4 bilhão – o principal foi o complexo de soja, U\$\$ FOB 2,6 bilhões; e terceiro o complexo de carnes, U\$\$ FOB 1,2 bilhão (IMB, 2018; Gonçalves, 2019a). Esses dados revelam que o setor extrativo mineral é atuante na movimentação da economia goiana e na sua posição na Divisão Internacional do Trabalho (DIT) enquanto provedora de produtos primários.

Ademais, ressalta-se que a produção mineral em Goiás tem escalas regionais, nacionais e internacionais. Na escala regional, destacam-se a areia, a brita e o calcário agrícola. No caso do calcário agrícola, por exemplo, a rede de comercialização integra os municípios minerados (Indiara, Guarani de Goiás, Edéia, Palmeiras de Goiás e outros) com os principais municípios de atividade agropecuária no Estado, como Jataí, Rio Verde, Luziânia, Chapadão do Céu e Mineiros. Na escala nacional, destaca-se o fosfato minerado em Catalão e Ouidor e comercializado em estados como São Paulo e Minas Gerais. Na escala internacional, sobressaem-se o nióbio, o níquel, o amianto e o ouro. Com extração e metalurgia em Catalão e Ouidor, a exportação goiana de ferro-nióbio é realizada para países como China, Países Baixos, Cingapura, Estados Uni-

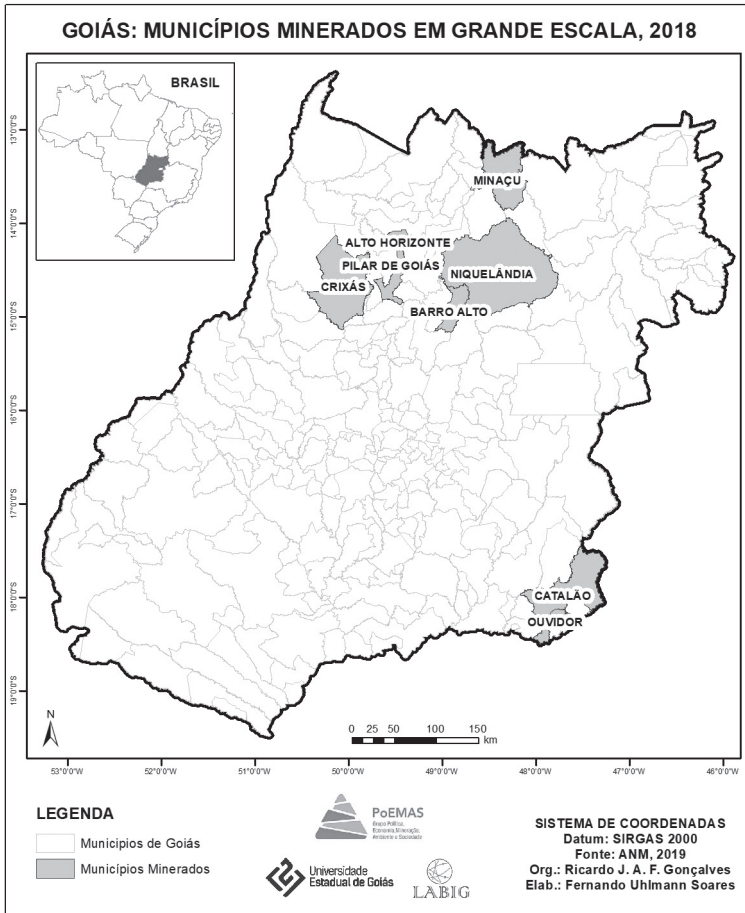
---

<sup>4</sup> “*Free On Board* (FOB), quer dizer que o exportador é responsável pela mercadoria até ela estar dentro do navio, para transporte, no porto indicado pelo comprador. Por que *free*? Porque a mercadoria já deve ter sido desembaraçada na alfândega de partida e estar livre para ser levada” (Wolffenbuttel, 2006, p. 1).

dos e Japão. O níquel explotado em Barro Alto, por sua vez, é vendido especialmente para o Reino Unido. O ouro extraído em Crixás para o Canadá, Estados Unidos e Reino Unido. Por fim, pontua-se o amianto de Minaçu, comercializado com países como Índia, Colômbia, Bolívia, Equador, Indonésia e México (ANM, 2018).

Há, portanto, conexões entre as escalas de comercialização e as escalas de extração mineral que sinalizam a inserção do território Goiano nas Redes Globais Extrativas. Logo, destaca-se a territorialização dos grandes projetos de mineração, sua distribuição geográfica e a estruturação de territórios especializados na exploração de minérios em Goiás (Mapa 1).

O Mapa 1 ilustra a distribuição geográfica dos grandes projetos de mineração no território goiano. E, ao mesmo tempo, demonstra os “territórios extrativos minerais” (Antonino, 2017) concentrados nas regiões Noroeste, Norte e Sudeste Goiano. Neles, o controle corporativo (Silveira, 2008; Alonso, 2019) de terras, águas e minérios ocorre pela ação de empresas nacionais e estrangeiras como Mosaic, CMOC Brasil, Orinoco Gold, Lundin Mining, Terra Goyana Mineradora Ltda, Anglo American Níquel Brasil Ltda., AngloGold Ashanti, Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) e Sama S.A. O Mapa 1 também contribui com a análise da divisão regional do trabalho em Goiás, pois as legendas espaciais dos megaempreendimentos de mineração são distintas da territorialização das demais atividades extrativas em grande escala, como o agronegócio de grãos, dominante na região Sudoeste. Por outro lado, no caso do Norte Goiano, as implicações dos grandes projetos de extração mineral somam-se aos impactos de empreendimentos hidroelétricos em territórios ocupados por populações indígenas, quilombolas e camponesas.



**Mapa 1: Goiás: distribuição geográfica dos municípios com mineração em grande escala**

*Fonte: ANM (2019). Organizado por Ricardo Gonçalves, 2020. Elaborado por Fernando Soares, 2020.*

**Quadro 1 - Projetos de megaminação previstos, em implementação ou em expansão em Goiás – de 2017 a 2019**

| Empresas  | Municípios       | Recursos minerais | Investimentos R\$ |
|---|------------------|-------------------|-------------------|
| Mineradora Serra Verde / Grupo Mining Ventures Brasil (MVB) | Minaçu           | Terras raras      | 580 milhões       |
| Yamana Gold   | Alto Horizonte   | Ouro e cobre      | 170 milhões       |
| AngloGold Ashanti   | Crixás           | Ouro              | 560 milhões       |
| Anglo American  | Barro Alto       | Níquel            | 360 milhões       |
| Mineradora Santo Expedito/ Terra Goyana Mineradora Ltda     | Barro Alto       | Bauxita           | 31 milhões        |
| Orinoco Gold Limited  | Faina            | Ouro              | 93 milhões        |
| CMOC  | Catalão e Ovidor | Nióbio e fosfato  | 1,2 bilhão        |

*Fonte: ANM (2018); Goiás (2019a). Elaborado pelos autores, 2020.*

Diante disso, novos projetos e investimentos demonstram a intensificação da especialização de territórios para a extração mineral em grande escala em Goiás (Quadro 1).

Os projetos de megaminação previstos, em implementação ou em expansão no território goiano (Quadro 1), demonstram que a legenda espacial da fronteira de expansão extrativa prioriza recursos minerais que já são explorados (com exceção das terras raras)<sup>5</sup> e ocorre em territórios tradicionalmente ocupados pela atividade. Os municípios de Minaçu, Alto Horizonte, Crixás, Barro Alto, Faina, Catalão e Ovidor já concentram os principais projetos extrativos em operação no Estado. Portanto, novos investimentos representam a

<sup>5</sup> Conforme matéria publicada em *O Popular* (2020, p. 1), a mineradora “Serra Verde anuncia obras de mina em Minaçu. [...] A exploração de terras raras no município começa até início de 2022”.

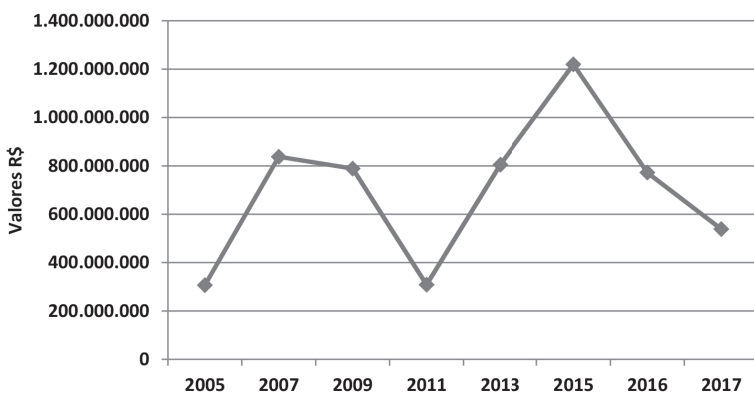


agudização dos processos de minério-dependência (Coelho, 2017), apropriação e controle corporativos desses territórios. Fato também evidenciado pela concentração dos investimentos realizados pelas principais corporações mineradoras nacionais e internacionais que já atuam no setor em Goiás, com destaque para Terra Goyana Mineradora Ltda, Yamana Gold, Anglo-Gold Ashanti e CMOC Brasil.

Além disso, esses projetos sublinham a continuidade dos investimentos na atividade mineradora em Goiás desde o início da primeira década do século XXI. Neste sentido, destaca-se também a evolução dos investimentos em áreas de títulos de lavras no período entre 2005 e 2017 (Gráfico 1).

O gráfico da evolução dos investimentos em áreas de títulos de lavra contribui com a compreensão do comportamento

Gráfico 1: Investimentos em áreas de títulos de lavra em Goiás – de 2005 a 2017



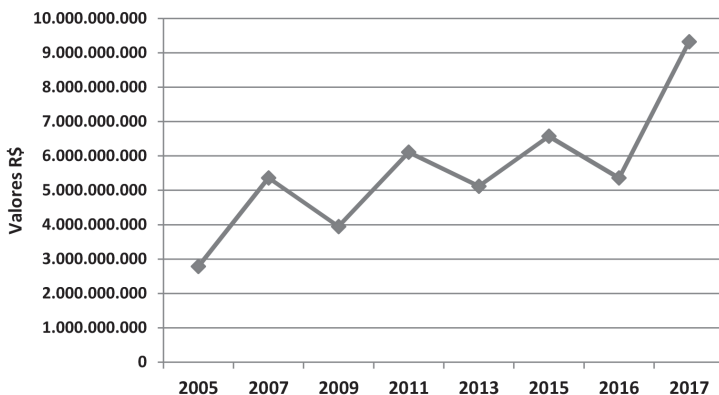
Fonte: ANM (2006; 2011; 2017). Elaborado pelos autores, 2020.

econômico do setor extrativo mineral no território goiano. No período analisado, percebe-se o aumento de R\$ 306,8 milhões em 2005 para R\$ 837,6 milhões em 2007, crescimento de 173%. O valor dos investimentos em 2011, se comparado ao de 2007, representou uma queda de 63%, período concomitante aos efeitos da crise econômica mundial de 2008. Contudo, o aumento mais acentuado dos investimentos ocorreu de 2011 para 2015, com salto de R\$ 308,5 milhões para R\$ 1,2 bilhão, resultando na adição de 295%. Do ponto de vista geográfico, destaca-se que em 2017, 89% dos investimentos em áreas de títulos de lavra concentraram-se em seis municípios (Crixás, Niquelândia, Catalão, Pilar de Goiás, Luziânia e Alto Horizonte). De forma semelhante, 84% dos investimentos priorizaram cinco recursos minerais (ouro, níquel, nióbio, fosfato e cobre) (ANM, 2018).

A partir de 2005, constatam-se também as novas escalas do volume de extração mineral no território goiano. E os exemplos que se sobressaem são o cobre e o nióbio, explotados respectivamente em Alto Horizonte e Catalão. Em 2007 a produção de cobre foi de 60,9 mil toneladas; aumentou para 73,4 mil em 2010 e 218,5 mil toneladas em 2017, ampliação de 260% (de 2007 a 2017). De 2005 para 2017 o volume da produção de nióbio elevou de 6,2 mil para 13,7 mil toneladas, crescimento de 121%. Outros minerais tiveram a produção relativamente estável no período analisado, como o fosfato, níquel e ouro (ANM, 2018).

A aposta nesta política de expansão da indústria extrativa mineral implica em uma ampliação dos conflitos socioambientais nos territórios (Santos, 2012). Esses conflitos resultam também da ampliação da disputa em torno dos bens naturais como consequência do projeto neoextrativista na América Latina, que

Gráfico 2: Evolução do valor da produção mineral em Goiás – de 2005 a 2017



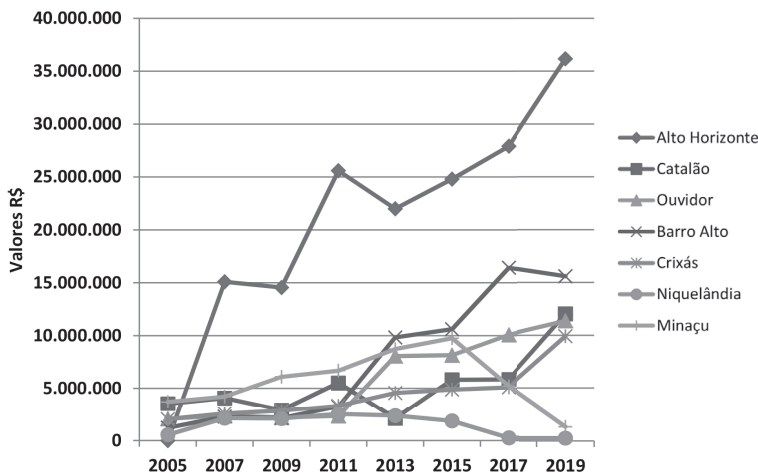
Fonte: ANM (2006; 2011; 2017). Elaborado pelos autores, 2020.

serve a uma inserção internacional subordinada e funcional à globalização comercial e financeira (Gudynas, 2009).

Sendo assim, diante de novos investimentos, escalas de extração e de movimentações do mercado internacional de minérios, que atravessou uma fase de *boom* dos preços entre 2002 e 2011 (Wanderley, 2017), o valor da produção mineral em Goiás teve um expressivo crescimento no período de 2005 a 2017 (Gráfico 2).

A evolução dos valores da produção mineral em Goiás (Gráfico 2) demonstra a elevação de 2,7 bilhões em 2005 para 9,3 bilhões em 2017, aumento de 244%. Isso sintetiza os resultados da expansão da mineração em termos de volume extraído e valor da produção no território goiano. Contudo, apesar da diversidade extrativa em Goiás, ela centraliza-se em

Gráfico 3: Evolução da arrecadação da CFEM nos principais municípios minerados em Goiás – de 2005 a 2019



Fonte: ANM (2006; 2011; 2017).  
Elaborado pelos autores, 2020.

poucas substâncias e municípios. Por exemplo, em 2017 trinta e duas substâncias contribuíram com o valor da produção mineral, mas apenas o cobre, ouro, nióbio, fosfato, níquel e nióbio responderam por 92,7%. Deles, apenas o cobre representou 55,5% do valor da produção. De maneira equivalente, esses valores concentram-se na produção localizada em um número reduzido de municípios minerados. A despeito do valor da produção mineral contar com a participação de 140 municípios goianos em 2017, apenas Alto Horizonte, Niquelândia, Barro Alto, Crixás, Ouvidor, Pilar de Goiás, Minaçu e Catalão correspondem a 92% do total.

As novas escalas de extração e valores da produção mineral impactaram a economia dos municípios minerados em Goiás. Um dos indicadores dessa constatação é a arrecadação da CFEM (Gráfico 3).

O Gráfico 3 ilustra o crescimento da arrecadação da CFEM nos principais municípios minerados. Em 2019, do total de 137 municípios que contribuíram com a arrecadação da CFEM em Goiás, apenas os sete municípios respondem por 82% (R\$ 86,7 milhões) do valor total (R\$ 105,8 milhões). Ademais, no período analisado no Gráfico 3, o crescimento do valor arrecadado foi mais acentuado em Alto Horizonte, que subiu de R\$ 15 milhões em 2007 (ano que marca o início da produção de cobre no município) para R\$ 36,2 milhões em 2019, aumento de 143%. A queda na arrecadação ocorreu apenas nos municípios de Niquelândia e Minaçu. Em Niquelândia devido à suspensão das operações de níquel pela empresa Votorantin Metais em 2016; a redução em Minaçu ocorreu após a decisão, no final de 2017, do Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) que votou pela inconstitucionalidade do “artigo 2º da lei federal 9.055/1995 que permitia a extração, industrialização, comercialização e distribuição do uso do amianto na variedade crisotila no país” (STF, 2017, p. 1).<sup>6</sup>

Nestes municípios a minério-dependência se aprofunda e esclarece “enquanto situação na qual, devido à especialização da estrutura produtiva de um município, região ou país na extração de minerais, os rumos da estrutura local são definidos em centros decisórios externos” (Coelho, 2017, p. 2). Essa situação de especialização produtiva e minério-dependência

---

<sup>6</sup> Contraditoriamente, em fevereiro de 2020 “a Eternit anunciou a retomada do processamento de amianto do tipo crisotila na planta da Sama [...] A reativação da mina é amparada, de acordo com a empresa, na Lei n. 20.514/19, do Estado de Goiás, regulamentada pelo decreto n. 9.518/19. A lei permite a extração e beneficiamento de amianto apenas para exportação” (Juliboni, 2020, p. 1).

pode ser percebida na maioria dos casos analisados, como Alto Horizonte, Ouvidor, Barro Alto, Crixás. Um dos indicadores que exemplifica essa constatação revela-se na participação da CFEM na receita orçamentária dos municípios minerados. Entre eles, destaca-se Alto Horizonte, no qual a CFEM representou 20% da receita em 2018; em Ouvidor, 15%; em Barro Alto, 18%; em Crixás 12% (SICONFI, 2018). Outro exemplo verifica-se em Minaçu, no contexto da decisão do STF pela interrupção da extração do amianto, a fala do prefeito de que “a situação é de desespero” (*O Popular*, 2017) demonstra o drama de um município minerado há décadas, sem diversificação econômica, o que caracteriza a minério-dependência do mesmo.

A ausência de diversificação econômica deteriora as economias locais. Essa situação se agrava diante do avanço do capital extrativo mineral, pois, a mineração causa impactos socioambientais, desde a prospecção até a extração, tais como a abertura de crateras e galerias, poluição do ar, dos solos e sonora. Verifica-se o rebaixamento do lençol freático, a acidificação e/ou contaminação de corpos d'água e impactos na paisagem, no solo e águas subterrâneas (Figueiredo, 2000). A liberação de gases, pelo beneficiamento do minério, e produção de pó e ruídos afetam tanto os trabalhadores dessas empresas quanto a população ao redor das minas e plantas de beneficiamento (Gomide; Moura; Alves, 2015).

Assim, nos municípios minerados por grandes projetos de mineração, a exaustão de bens naturais age também no corpo de trabalhadores, aglutina exploração mineral e esgotamento da saúde. Em Goiás, um caso emblemático é o município de Minaçu, em que os efeitos da megamineração são evidentes nas paisagens e no histórico de adoecimento no trabalho (Barbosa, 2013; Amaral, 2019). Neste caso (Minaçu), a mina Cana Brava,

após décadas de exploração a céu aberto de amianto crisotila, exemplifica a ação degradante e irreversível do ambiente local.

Esse cenário é parte do resultado do que Foster (2005) denominou ruptura metabólica baseado nas relações discutidas por Marx em *O capital* a partir da agricultura, já que rompe o metabolismo entre ser humano e natureza em decorrência das relações de produção capitalistas – que desenvolve a técnica e grau de combinação do processo social de produção destruindo as fontes originais de toda riqueza (o solo e o/a trabalhador/a). Apesar de ser criado em uma análise da relação ser humano-natureza na organização da produção da própria comida, esse conceito se estende à toda ruptura na relação ser humano natureza no atual padrão de desenvolvimento socioeconômico global (capitalismo) e denominado por Foster, Clark e York (2010) de ruptura ecológica global.

Com efeito nos municípios minerados, a minério-dependência, as implicações ambientais que desgastam e/ou destroem ecossistemas e paisagens, a espoliação da sociobiodiversidade, o adoecimento da população trabalhadora e os conflitos por terra e água sublinham a ruptura ecológica global em escala local e regional.

Contra o modelo extrativo predatório de bens naturais e que agudiza o adoecimento de trabalhadores e trabalhadoras, tanto pela contaminação por metais e/ou outros elementos tóxicos como pelo adoecimento psicológico, ações de resistências são organizadas e protagonizadas distintas lutas coletivas no campo e nas cidades. Lutas que abrem caminhos de debates e ações em defesa dos bens minerais como estratégicos para a sociedade brasileira; lutas em defesa dos territórios, por territórios livres de mineração, sem desastres e deterioração ambiental e do trabalho; lutas contra a espoliação de comunidades e pela

vida digna nos territórios; lutas que se articulam em níveis local, regional, nacional e internacional.

Sendo assim, se por um lado há, em Goiás, novas escalas de produção e impactos do capital extrativo mineral, por outro, há as novas escalas de lutas e resistências em construção.

### **As escalas das resistências no território goiano**

Um dos indicadores da emergência da mineração como problema político, econômico e social no Brasil (Trocate; Coelho, 2020) é a disseminação de distintas formas de organização coletiva para a resistência frente ao modelo de mineração que se consolidou no país nas últimas décadas. Comunidades, organizações da sociedade civil (ONGs), movimentos sociais e sindicais, pastorais das igrejas, grupos e redes de pesquisas se articulam, realizam debates, seminários e assembleias populares, publicam artigos, livros e cartilhas, buscam parcerias com Defensorias Públicas, Ministério Público estadual e federal. Com isso, resistências se consolidam em escalas local, regional e internacional para defesa das diversidades culturais e territoriais, direitos humanos, trabalho e vida dignos em regiões mineradas.

Além disso, no debate sobre a questão mineral brasileira, pesquisadores, movimentos populares e redes de contestação explicitam que as resistências suplantam a escala local não só por uma estratégica política, mas também geográfica. Os impactos da mineração não se reduzem às cavas e seus entornos. As minas são parte de redes extrativas que incluem barragens, pilhas de estéril, ferrovias, minerodutos, siderúrgicas, rodovias e portos. Por isso, as formas de lutas, resistências e enfrentamentos políticos que pautam a mineração e suas implicações ambientais são amplas e diversificadas. Logo, a percepção interestelar desse debate não exige a crítica ao modelo mineral



exportador, a presença da mineração na formação econômica do Brasil e regiões mineradas, bem como a proposição de alternativas de usos dos bens comuns (Gonçalves; Milanez, 2019).

Dessa maneira, experiências de articulação e resistências em diferentes escalas surgiram e passaram a protagonizar a luta e o debate sobre a questão mineral no Brasil. Entre elas, enfatiza-se o Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração, Rede Justiça nos Trilhos, Articulação Internacional dos Atingidos e Atingidas pela Vale e Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM). Ademais, a mineração e o modelo mineral brasileiro passaram a compor as pautas de ações de movimentos sociais e pastorais com tradição de lutas no campo, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Tal fato revela que o extrativismo mineral, os conflitos e as implicações territoriais que ele provoca complexificam a questão agrária (Gonçalves, 2016; Gonçalves; Milanez, 2019).

Com efeito, no campo das resistências, da nacionalização de lutas e do debate crítico sobre a questão mineral no Brasil, ressalta-se o surgimento e organização do MAM. Atualmente (2020), o MAM está organizado em onze estados mais o Distrito Federal. E sua origem, apesar de recente, aglutina experiências históricas de lutas, organização e formação de base em comunidades atingidas, articulação com forças populares e publicação de livros, cartilhas e documentários. Assim sendo, o surgimento do MAM demonstra a necessidade de um movimento capaz de organizar a população frente às implicações territoriais da expansão da mineração no país, fortalecer o debate, construir ações propositivas e problematizadoras do modelo mineral brasileiro. “Somos um movimento que junto às massas espoliadas e organizadas da mineração, poderemos

discutir o ritmo de extração mineral, onde se pode ou não minerar e, além de lutar pela soberania popular na mineração” (MAM, 2019, p. 1).

As forças sociais que protagonizam as lutas contra o modelo de exploração mineral vigente no Brasil, como o MAM, não estão desconectadas do acúmulo das experiências históricas de resistências dos oprimidos e subalternos frente aos dispositivos de opressão, desigualdade e injustiça. Na formação econômica e social do Brasil, as lutas de populações originárias, trabalhadores escravizados, camponeses e posseiros contra o genocídio, cativoiro, estrutura fundiária excludente, grilagem de terras e expropriações forçadas demonstram que mundos alternativos, justos e dignos foram e são sonhados e possíveis.

No caso específico da formação econômica e social de Goiás, as resistências são múltiplas e reveladoras das contradições e conflitos provocados pelas distintas formas de apropriação e controle dos territórios por latifundiários, grileiros, usineiros, corporações do agronegócio, produção de energia e mineração. Tais conflitos resultaram em lutas que refletem a resistência

dos povos originários contra o invasor bandeirante, como formação de quilombos, revoltas de natureza messiânica como Santa Dica em Pirenópolis (décadas de 1920/1930), ações políticas do Partido Comunista Brasileiro (PCB) na Luta do Arrendo (1948-1952) em Campo Limpo, Orizona/GO, e a Revolta Camponesa de Trombas e Formoso (1950-1964), no Meio-Norte goiano, movimentos sociais como MST, MAB, Movimento Camponês Popular (MCP) e MAM (Gonçalves, 2019b, p. 252).

Por consequência, percebe-se que as diversas experiências de organização coletiva e resistências são contínuas na formação do território goiano. Elas se expressam nas ações contra o modelo hidroenergético baseado na construção de barragens e alagamento de territórios ocupados por populações tradi-

cionais; contra o modelo do agronegócio dependente da concentração de terras, capital, usos de agrotóxicos e sementes transgênicas; contra o modelo de mineração predatório. São lutas pela terra e reforma agrária, permanência nos lugares da vida, produção agroecológica e territórios livres da pilhagem de terras, sementes, águas, e minérios.

À vista disso, as distintas formas de resistências foram e são organizadas diante das ameaças de expulsão do território através da expansão de territorialização de grandes empresas. Expressam a perspectiva de manter seu modo de vida e/ou mesmo continuar existindo em novo território conquistado (Gomide; Moura; Alves, 2015) e a percepção críticas frente a problemas ambientais, políticos, econômicos e sociais. Portanto, sendo a mineração um desses problemas em Goiás, logo a organização de comunidades e trabalhadores é legítima e necessária. E nos últimos anos, enquanto a produção mineral se expandiu em novas escalas de extração e exportação nos municípios minerados, emergiram experiências de pesquisa-ação, organização de grupos de trabalhos em comunidades impactadas, assembleias populares promovidas por movimentos sociais.

Para exemplificar, destacam-se as experiências de lutas e resistências frente à mineração nos municípios de Catalão e Ouvidor, no Sudeste Goiano. Segundo Gomide, Moura e Alves (2015) “várias comunidades camponesas dos municípios de Catalão e Ouvidor encontram-se ameaçadas pela territorialização e avanço das grandes empresas mineradoras que tem se transformado cada vez mais em ameaça constante aos camponeses, sua cultura e seu modo de vida” por afetar direta e/ou indiretamente as comunidades camponesas (apropriação do território, contaminação de água, ar e solo, por exemplo).

A megamineração a céu aberto de nióbio e fosfato em Catalão e Ouvidor foi territorializada nos anos 1970 e por déca-

das impactou o cotidiano de comunidades, de trabalhadores e da população local. Nesses municípios, comunidades como Chapadão desapareceram com a abertura e expansão de minas a céu aberto, barragens de rejeitos e pilhas de estéril. Dezenas de famílias foram expropriadas ou presenciam seus territórios identitários serem impactados e ameaçados diante da expansão dos megaprojetos extrativos.

Em Catalão, a comunidade Macaúba, no entorno da mina Chapadão, e a comunidade Coqueiros (quase completamente extinta), no entorno da mina Boa Vista, exemplificam, por um lado, as implicações territoriais da megamineração e, por outro, as experiências de resistências locais. Sendo assim, destaca-se que nessas comunidades a atuação do Movimento Camponês Popular (MCP) é fundamental no processo de organização das famílias camponesas. As ações do movimento começaram nos anos 2000 com resgate, produção e distribuição de sementes de variedades crioulas, formação de bancos de sementes, projeto de moradia popular, produção agroecológica e feiras camponesas na cidade de Catalão (Ferreira, 2012; Gonçalves, 2016).

Grande parte das famílias camponesas das comunidades Coqueiros, Macaúba, Mata Preta, Morro Agudo, São Marcos e São Domingos no município de Catalão e das comunidades Chapadão e Paraíso (Ouidor) estão organizadas no MCP e têm se organizado para resistir ao avanço das mineradoras sobre seu território com a construção de importantes experiências de produção e comercialização (produção de sementes crioulas, feiras camponesas e comercialização através do PNAE) (Gomide; Moura; Alves, 2015).

Inicialmente, os impactos da mineração não foram problematizados como parte das agendas de organização, debate e ação do MCP. Contudo, a percepção dos problemas ambientais provocados pelos projetos de mineração em Catalão e Ouidor

foi fortalecida pelo movimento diante da presença e atuação do MAM, CPT, estudantes, ativistas ambientais e pesquisadores da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB/Seção Catalão) e Universidade Federal de Goiás (UFG/Regional Catalão). Com isso, os conflitos ambientais e as contradições do modelo mineral nesses municípios foram transformados em um problema debatido em reuniões locais das associações nas comunidades, seminários, assembleias e publicações.

Em 2015, na publicação do Caderno de Conflitos no Campo, a CPT registrou 20 famílias da Comunidade Macaúba e outras 20 da comunidade Mata Preta em situação de conflitos por terra e água com as empresas mineradoras (CPT, 2015). Isso deu mais visibilidade ao problema em Catalão e Ouvidor, o que foi possível devido ao trabalho de agentes pastorais da CPT e militantes do MCP e do MAM. Essas articulações não só questionam, mas promovem o trabalho de base na sociedade local, participam de audiências públicas, protocolam denúncias no Ministério Público, valorizam os saberes populares e dos movimentos sociais para a formação e produção de contrainformação.

Com ênfase na presença e atuação do MAM em Catalão e Ouvidor, e com apoio de diversas entidades locais, a partir de 2013 o movimento passou a contribuir com atividades que aos poucos despertaram a percepção de que a mineração é um problema a ser enfrentado pela população. Entre elas, rodas de conversas nas comunidades e bairros da cidade de Catalão, exposição de filmes/documentários para discussão coletiva, produção e distribuição de cartilhas, produção de material audiovisual, cursos, entrevistas em rádios comunitárias, palestras em eventos na UFG, Regional Catalão. Como exemplo, sublinha-se a realização do I Curso de formação do MAM/GO, em outubro de 2015, na cidade de Catalão, para militantes e

impactados pela mineração. Sinaliza-se também a produção e divulgação do documentário *Abaixo da capital: mineração, destruição e morte*, realizado pelo MAM e o MCP.

A percepção crítica dos problemas e conflitos provocados pela mineração repercutiu nas formas de organização e estratégias de lutas no campo e na cidade. Em março de 2018, moradores de comunidades camponesas e da cidade de Catalão, trabalhadores e militantes do MAM, MST e MCP ocuparam os trilhos da ferrovia na qual circula trens de carga da Mosaic Fertilizantes e CMOC Brasil (Imagem 1). A ação aconteceu em um trecho da ferrovia localizada no centro urbano de Catalão.

A organização das resistências frente à mineração em Goiás não ocorre apenas em municípios minerados em grande escala, como Catalão e Ouidor. Demais territórios são ameaçados por interesses das mineradoras, como as comunidades quilombolas localizadas no Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga (SHPCK), nos municípios de Monte Alegre de Goiás, Cavalcante e Teresina de Goiás, no Nordeste goiano. O Território Kalunga em Goiás abrange 260 mil hectares e nele existem 62 comunidades de remanescentes quilombolas nas quais vivem aproximadamente 4 mil pessoas (Lee, 2018).

Os interesses minerários nesse amplo território são explícitos diante da existência de 130 requerimentos (entre empresas e pessoa física) minerários que somam 192,7 mil hectares. Atualmente, 12 empresas têm autorização para pesquisar minérios dentro do território Kalunga, 94 requerimentos são autorizações de pesquisa, 10 são requerimentos de lavra, 3 requerimentos de licenciamentos e 17 requerimentos de pesquisa. As 6 áreas restantes estão em disponibilidade, o que significa que foram requeridas em algum momento, mas não são estudadas no momento (ANM, 2019).

Quando ampliamos o recorte de requerimentos para toda a APA (Área de Proteção Ambiental - unidade de conservação que a mineração é permitida) do Pouso Alto, além das empresas listadas pela atuação dentro do território Kalunga, se somam mais (ao menos) 22 empresas. Com 302 requerimentos ao total, sendo 201 autorizações de pesquisa, 10 em disponibilidade, 8 licenciamentos, 9 requerimentos de lavra, 13 requerimentos de licenciamento, 57 requerimentos de pesquisa e 4 concessões de lavra, essas últimas são concedidas à Brasil Manganês Ltda, Mineração Pedra Linda (que extrai estanho), Mineração Ribeirão Cana Brava Ltda (Manganês) e Penery Mineração (Ouro) (ANM, 2019).

Sendo assim, destacam-se quatro atividades organizadas pelo MAM no Território Kalunga com o objetivo de reunir



**Imagem 1:** Ocupação dos trilhos de ferrovia na cidade de Catalão (GO) como ato reivindicatório pelos impactos da mineração  
*Fonte: Portal Catalão (2018). Foto de Vinicius Ramos, 2018.*

a população de comunidades locais para debater o tema da mineração e proporcionar espaços de formação. A primeira delas foi a parceria em um seminário de tempo comunidade da Licenciatura em Educação do Campo da UnB que aconteceu na Casa Kalunga, cidade de Cavalcante (GO), em parceria com a EPOTECAMPO, a Associação Quilombo Kalunga (AQK), a Associação Kalunga de Cavalcante (AKC), a Associação Kalunga da Comunidade Engenho II (AKCE), o MAM e o Núcleo Territorial Kalunga do Projeto Residência Agrária Jovem (RAJ) em fevereiro de 2017, com a realização de mesa sobre a questão mineral no Brasil e nos arredores do território e visita à mineradora de ouro (Gomide *et al.*, 2019).

A segunda foi a Assembleia Popular da Mineração, que ocorreu em novembro de 2017 em Cavalcante, em parceria e com atividades programadas pelo Seminário Tempo Comunidade de Licenciatura em Educação do Campo, da Universidade de Brasília (UnB), que envolveu apresentação de peças teatrais sobre mineração e a forma como se aproximam (do grupo local Vozes do Sertão Lutando por Transformação – VSLT) e sobre a escravidão e a relação com o racismo contemporâneo (Coletivo Fuzuê formado por estudantes e professores da Universidade Federal de São João Del Rei – UFSJ) (Gomide *et al.*, 2019).

A terceira aconteceu na comunidade Vão do Moleque, município de Cavalcante, em março de 2019. Foi a primeira vez que militantes do MAM estiveram na comunidade em parceria com associações locais, para atividades de formação, grupos de teatro, espaço de formação com mulheres, em celebração a data histórica do 8 de março e professores do curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC), da UnB (MAM, 2017; 2019) e do Programa de Extensão Kalunga. A quarta aconteceu em fevereiro de 2020 e foi o primeiro curso de formação do movimento na região (2º em Goiás), realizado



em Teresina de Goiás com a participação de representantes e militantes dos municípios de Catalão, Cavalcante, Minaçu e Teresina de Goiás.

As estratégias de articulação e intervenção também incluem a parceria e atuação no campo institucional, como a criação do Grupo de Trabalho “para formulação e coordenação da execução de ações de vigilância em saúde para o trabalhador da cadeia produtiva do setor de mineração no Estado de Goiás” (Goiás, 2019b). Esse Grupo foi proposto no I Seminário do PoEMAS em Goiás, instituído pela Portaria n. 159/2019, da Secretaria de Saúde do Estado de Goiás (SES) e composto por representantes de várias entidades, entre elas a Superintendência de Vigilância em Saúde, Superintendência de Atenção Integral à Saúde, UFG, Universidade Estadual de Goiás (UEG), Federação dos Trabalhadores da Indústria de GO-TO-DF (FITIEG) e Projeto Brasil Popular GO/DF.

Finalmente, as experiências de organização e resistências nos municípios e comunidades mineradas ou ameaçadas por interesses do extrativismo mineral sintetizam que há um processo de ampliação da percepção dos impactos provocados por esse setor em Goiás. Na medida em que isso ocorre, camponeses, quilombolas, trabalhadores, população periférica das cidades e demais sujeitos afetados pela mineração se levantam com as lutas, anunciam vozes, estratégias e ações de defesa dos seus territórios. Todavia, há aprendizados em construção e a continuidade deles fortalecerá a capacidade de conhecer para defrontar o modelo mineral predatório no território goiano e no Brasil.

### **Considerações finais**

Os resultados apresentados neste capítulo demonstram que a expansão das escalas de mineração no Brasil e, particu-

larmente, em Goiás resulta no aprofundamento de conflitos ambientais, pilhagem de bens naturais, deterioração da saúde de trabalhadores, minério-dependência e empobrecimento de populações locais. Essa é uma característica indissociável do modelo de extrativismo mineral e por isso, se expressa como um problema ambiental, econômico, político e social que requer problematização, enfrentamento e proposição de alternativas.

Diante disso, revelou-se a importância da construção de resistências e lutas frente ao modelo de mineração predatório. A emergência de movimentos sociais, sindicais e demais entidades e sujeitos críticos da mineração vem fortalecendo o debate mineral no Brasil. Logo, além dos movimentos e pastorais de longa tradição de lutas sociais no país, como MST, MAB e CPT, ou mesmo movimentos com tradição mais recente como o MCP (mas já bem consolidado no estado de Goiás), que passaram a pautar o problema mineral, surgiram novos atores nos últimos anos, como o MAM e o Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração. E assim, acumulou-se o debate crítico e a percepção de que o Brasil é um país minerado. A mineração não é uma atividade reduzida a um ciclo do século XVIII, mas um processo constituinte contínuo da formação territorial do país.

Por conseguinte, em Goiás, demonstrou-se que a especialização de seus territórios como fonte de matérias-primas exploradas por megaprojetos extrativos fragmenta a existência de comunidades tradicionais, ecossistemas e paisagens. Grandes projetos de agronegócios, hidroeletricidade e mineração territorializam estratégias de apropriação e de controle corporativos de terras, águas e minérios. Contra isso, as experiências de lutas são históricas e indissociáveis da formação econômica e social do Estado e elas expressam contrapontos ao capital extrativo e seus impactos, a exemplo da mineração. Nos territórios em con-

flito e ameaçados pela mineração, comunidades, associações, trabalhadores, pastorais e movimentos populares se organizam, como nos casos explicitados em Catalão, Ouvidor e Cavalcante.

Acredita-se que os resultados apresentados na pesquisa contribuem com o intento de produção de literatura crítica sobre o modelo de mineração como problema a ser compreendido, debatido e suplantado no Brasil e em Goiás. Ademais, possuem a potência de contribuírem como material de apoio à formação e ações de ativistas ambientais e sindicais, militantes de movimentos populares, servidores públicos da área de vigilância ambiental e de saúde da trabalhadora e do trabalhador.

## Referências

- ALONSO, Aleida Azamar. Extractivismo corporativista en México: minería en Guanajuato. *Economía y Sociedad*, v. 24, n. 55, p. 78-100, 2019.
- AMARAL, Arthur Pires. *Com o peito cheio de pó: uma etnografia sobre a negação do adoecimento de trabalhadores do amianto na cidade de Minaçu (GO)*. 271f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.
- ANM – Agência Nacional de Mineração. *Desempenho do Setor Mineral: Goiás e Distrito Federal*. DNPM - 6º DS/GO, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Desempenho do Setor Mineral: Goiás e Distrito Federal*. DNPM - 6º DS/GO, 2011.
- \_\_\_\_\_. *Desempenho do Setor Mineral: Goiás e Distrito Federal*. DNPM - 6º DS/GO, 2017.
- \_\_\_\_\_. *Desempenho do setor mineral: Goiás e Distrito Federal*. DNPM, 6º, DS/GO, 2018.
- \_\_\_\_\_. *Maiores Arrecadadores CFEM*. 2019. Disponível em: [https://sistemas.dnpm.gov.br/arrecadacao/extra/Relatorios/arrecadacao\\_cfem.aspx](https://sistemas.dnpm.gov.br/arrecadacao/extra/Relatorios/arrecadacao_cfem.aspx). Acesso em: 20 fev. 2019.
- \_\_\_\_\_. *Maiores Arrecadadores CFEM*. 2020. Disponível em: <https://sistemas.anm.gov.br>. Acesso em: 20 maio 2020.
- ANTONINO, Lucas Zenha. Mineração e espoliação territorial na Bahia, in: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, Curitiba, 2017. *Anais...* Curitiba/PR, 2017.

- BARBOSA, Fábio de Macedo Tristão. *Imperialismo e produção do espaço urbano: a indústria do amianto e a construção da cidade de Minaçu – GO*. 2013. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- CETEM – Centro de Tecnologia Mineral. *Banco de dados de recursos minerais e territórios: impactos humanos, socioambientais e econômicos*. Rio de Janeiro, RJ: Centro de Tecnologia Mineral, 2013. Disponível em: <http://verbetes.cetem.gov.br/verbetes>. Acesso em: 17 jun. 2020.
- COELHO, T. P. Minério-dependência e alternativas em economias locais. *Versos – Textos para Discussão PoEMAS*, v. 1, n. 3, p. 1-8, 2017.
- CPT – Comissão Pastoral da Terra. *Caderno de Conflitos no Campo, 2015*. Goiânia/GO: CPT, 2015.
- FERREIRA, Ana Paula da Silva de Oliveira. *Territórios em conflito: a comunidade Macaúba/Catalão (GO) e a territorialização da atividade mineradora*. 2012. 174 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão, 2012.
- FIGUEIREDO, Bernardino Ribeiro. *Minérios e ambiente*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2000.
- FOSTER, John Bellamy. *A ecologia de Marx: materialismo e natureza*. Tradução de MACHADO, M.T. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2005.
- \_\_\_\_\_; CLARK, Brett; YORK, Richard. *The Ecological Rift: Capitalism's War on the Earth*. New York: Monthly Review Press, 2010.
- GOIÁS, Governo de. *Ampliação de mineradora pode investir R\$ 1,2 bi em Catalão*. 10 de mai./2019a. Disponível em: <https://www.goias.gov.br>. Acesso em: 23 maio 2020.
- \_\_\_\_\_. *Portaria n. 159/2019 – SES*. Diário Oficial, Goiás, 25 de setembro, 2019b.
- GOMIDE, Caroline Siqueira; MOURA, Luiz Henrique Gomes; ALVES, Sandra. A. Conflitos territoriais gerados pela mineração de escala global no sudeste de Goiás, in: XV ENCUESTRO DE GEOGRAFOS DE AMERICA LATINA, 2015. Havana. *Anais...* Havana, 2015.
- GOMIDE, Caroline Siqueira *et al.* Educação do Campo e Pedagogia da Alternância: experiência da UnB no sítio histórico e patrimônio cultural Kalunga. *Revista Brasileira de Educação do Campo*, v. 4, p. 1-27, 2019.
- GONÇALVES, Ricardo Junior de Assis Fernandes. *No horizonte, a exaustão: disputas pelo subsolo e efeitos socioespaciais dos grandes projetos de mineração em Goiás*. 2016. 504f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Programa de Pós-graduação em Geografia, 2016.
- \_\_\_\_\_. Capitaloceno e a fratura da natureza: mineração em grande escala e as barragens de rejeitos em Goiás, Brasil. *Territorial - Caderno Eletrônico de Textos*, Goiânia/GO, v. 9, n. 11, 2019a.

- \_\_\_\_\_. Levantados do chão: território e resistência em Goiás. *Revista Sapiência: Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais*, Iporá/GO, v. 8, n. 1, p. 6-33, 2019b.
- \_\_\_\_\_; MILANEZ, Bruno. Extrativismo mineral, conflitos e resistências no sul global. *Revista Sapiência: Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais*, Iporá/GO, v. 8, n. 2, p. 6-33, 2019.
- GUDYNAS, Eduardo. Diez Tesis Urgentes sobre el Nuevo Extractivismo: contextos y demandas bajo el progressismo sudamericano actual, in: VÁRIOS AUTORES. *Extractivismo, Política y Sociedad*. Quito, CAAp y CLAES. 2009.
- HENDERSON, Jeffrey; DICKEN, Peter; HESS, M. Redes de produção globais e a análise do desenvolvimento econômico. *Revista de Ciências Sociais*, v. 9, n. 15, p. 143-140, 2011.
- IMB – Instituto Mauro Borges. *Goiás em dados 2017*. Goiás: Goiânia, 2018.
- JULIBONI, Márcio. *Eternit vai retomar produção de amianto para exportar, apesar de proibição do STF*. 2020. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br>. Acesso em: 25 maio 2020.
- LEE, Juliane Andrade. Resenha: ALMEIDA, Maria GERALDA (org.). O Território e a Comunidade Kalunga: quilombolas em diversos olhares. Goiânia: Gráfica UFG. 329p. *GEOgraphia*, Niterói, v. 20, n. 44, 2018.
- MALERBA, J. et al. (org.). *Diferentes formas de dizer Não: Experiências internacionais de resistência, restrição e proibição ao extrativismo mineral*. Rio de Janeiro, RJ: Fase, 2014.
- MAM – Movimento pela Soberania Popular na Mineração. *Kalunga: mais de 130 requerimentos variados de estudos e análises de áreas para mineração tramitam em Agência Nacional*. 19 de mar./2019. Disponível em: <https://mamnacional.org.br>. Acesso em: 27 maio 2020.
- \_\_\_\_\_. *MAM realiza Assembleia Popular da Mineração em Cavalcante*. 17 nov. 2017. Disponível em: <https://mamnacional.org.br>. Acesso em: 27 maio 2020.
- \_\_\_\_\_. *Quem somos*. 2020. Disponível em: <https://mamnacional.org.br>. Acesso em: 28 maio 2020.
- MARTINEZ, Marly O’Farril. O. *Meio ambiente do trabalho e saúde do trabalhador da mineração no município de Niquelândia (GO)*. 2012. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.
- MILANEZ, Bruno et al. *Antes fosse mais leve a carga: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG)*. PoEMAS/UFJF: Juiz de Fora/MG, Mimeo. 2015.
- \_\_\_\_\_. A Estratégia Corporativa da Vale S. A.: um modelo analítico para Redes Globais Extrativas. *Versos – Textos para Discussão PoEMAS*, v. 2, n. 2, p. 1-43, 2018.

- \_\_\_\_\_. Minas não há mais: avaliação dos aspectos econômicos e institucionais do desastre da Vale na bacia do rio Paraopeba. *Versos – Textos para Discussão PoEMAS*, v. 3, n. 1, p. 1-114, 2019.
- O POPULAR. “Situação é de desespero”, diz prefeito. *O Popular*. 2017. Disponível em: <https://www.opopular.com.br/noticias/economia/situa%C3%A7%C3%A3o-%C3%A9-de-desespero-diz-prefeito-1.1325130>. Acesso em: 25 maio 2020.
- \_\_\_\_\_. Serra Verde anuncia obra de mina em Minaçu. *O Popular*. 27 de maio 2020. Disponível em: <https://www.opopular.com.br/noticias/economia/serra-verde-anuncia-obras-de-mina-em-mina%C3%A7u-1.2059878>. Acesso em: 29 maio 2020.
- PORTAL CATALÃO. Movimentos populares ocupam trilhos da ferrovia em Catalão. *Portal Catalão*. 23 de mar. 2018. Disponível em: <https://portalcatalao.com.br/portal/noticias/cidade/movimentos-populares-ocupam-trilhos-da-ferrovia-em-catalao,MTk2Nzc.html>. Acesso em: 27 maio 2020.
- SANTOS, R.S.P. O projeto Neoextrativista e a disputa por bens naturais no território: mineração, direitos e contestação social em torno da terra e da água, in: CTP. *Conflitos no Campo Brasil*. CPT, 2012.
- SICONFI – Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro. *Balanco Anual*. Prefeitura Municipal. 2018. Disponível em: <https://siconfi.tesouro.gov.br>. Acesso em: 20 maio 2020.
- SILVEIRA, Maria Laura. Los territorios corporativos de la globalización. *Geograficando*, v. 3, n. 3, p. 13-26, 2008.
- STF – Supremo Tribunal Federal. *STF reafirma inconstitucionalidade de dispositivo que permitia extração de amianto crisotila*. 2017. Disponível em: <http://www.stf.jus.br>. Acesso em: 25 maio 2020.
- TROCATE, Charles; COELHO, Tádzio. *Quando vier o silêncio: o problema mineral brasileiro*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2020.146p.
- VIEIRA, Arlete Gomes do Nascimento. A avaliação dos impactos na agricultura familiar pela atividade mineraria no município de Americano do Brasil/GO, in: SOUZA, Maria Cláudia da Silva Antunes; ARAUJO, Luiz Ernane Bonesco; SANTOS, Nivaldo dos. *Direito Agrário e Agroambiental*. Florianópolis, Compedi, 2015. (v. 1, p. 31-48.)
- WANDERLEY, Luiz. Jardim de Moraes. Do Boom ao Pós-Boom das *commodities*: o comportamento do setor mineral no Brasil. *Versos – Textos para Discussão PoEMAS*, v. 1, n. 1, p. 1-7, 2017.
- WOLFFENBUTTEL, Andréa. O que é? FOB. *IPEA*. Ano 3, Edição 27, 2006.

## CAPÍTULO 12

# O PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO DA MINERAÇÃO NO ESTADO DA BAHIA: CONFLITOS E RESISTÊNCIAS EM DEFESA DO TERRITÓRIO

PABLO HENRIQUE DA SILVA MONTALVÃO<sup>1</sup>  
POLIANA MACHADO DA SILVA MOREIRA<sup>2</sup>  
RAFAEL AUGUSTO NUNES<sup>3</sup>

### Introdução

Os recursos minerais colocam os territórios onde esses estão inseridos na mira das estratégias do mercado mundial, sendo que esses locais contribuem para a compreensão das dinâmicas e dos impactos socioespaciais de sua ocupação. Os grandes empreendimentos de mineração reconfiguram a fluidez e a produção de *commodities*, reorientando os mecanismos de apropriação do solo. Além de promover um discurso de desenvolvimento econômico, geram ainda mais pobreza, privando a população local das condições materiais e imateriais de reprodução coletiva nos territórios onde vivem e trabalham.

A territorialização das empresas mineradoras ocorre na identificação das áreas a serem exploradas a formação geoló-

---

<sup>1</sup> Militante do Movimento Pela Soberania Popular na Mineração, graduando em Geografia pelo Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária (PRONERA) e pela Universidade Estadual de Pernambuco (UEP). Centro de Formação Paulo Freire, Caruaru, *Campus* Mata Norte. pblmontalvao97@gmail.com

<sup>2</sup> Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Docente da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), *Campus* VI (Caetitê). polli-machado@yahoo.com.br

<sup>3</sup> Graduando em Geografia pela UNEB, *Campus* VI (Caetitê). Militante do Movimento Pela Soberania Popular na Mineração (MAM). ranunes360@gmail.com

gica e, posteriormente, na transformação de recursos naturais e humanos em objetos técnicos com a função de atender ao uso do território. A mineração é uma atividade de relevância econômica que, por meio da técnica, modifica consideravelmente o espaço geográfico, alterando a ordem, antes fixada em determinados territórios, e promovendo modificações econômicas, sociais e ambientais.

Para Santos (2006) a técnica é uma das principais formas que o homem utiliza para se relacionar com a natureza, e é a partir dela que é possível mensurar materialidade em um dado espaço geográfico. Na mineração, por exemplo, os recursos minerais são transformados pela técnica para atender a uma lógica produtiva que obedece aos diferentes elementos da natureza geográfica, como os físicos e humanos, que compõem o espaço a ser minerado. Pode-se dizer que na atividade mineradora há uma combinação entre os objetos técnicos e os sistemas de ação (leis municipais, estaduais e federais que regulamentam a atividade) que, ao apropriar-se dos recursos naturais e minerais, é responsável por criar territórios e por fim usá-los.

Nessa abordagem do uso do território pela mineração, pode-se utilizar os conceitos de Santos (2006), de tecnosfera e psicofera, em que o meio geográfico, graças ao conteúdo em técnica e ciência, condiciona novos comportamentos humanos, sendo ainda os dois pilares com os quais o meio técnico-científico introduz a racionalidade, a irracionalidade e a contrarracionalidade no próprio conteúdo do território:

[...] A tecnosfera se adapta aos mandamentos da produção e do intercâmbio e, desse modo, frequentemente traduz interesses distantes; desde, porém, que se instala, substituindo o meio natural ou o meio técnico que a precedeu, constitui um dado local, aderindo ao lugar como uma prótese. A psicofera, reino das idéias, crenças, paixões e lugar da produção de um sentido, também faz parte desse meio ambiente, desse entorno da vida, fornecendo



regras à racionalidade ou estimulando o imaginário. Ambas – tecnosfera e psicosfera – são locais, mas constituem o produto de uma sociedade bem mais ampla que o lugar. Sua inspiração e suas leis têm dimensões mais amplas e mais complexas (Santos, 2006, p. 256).

Os grandes empreendimentos minerários no processo de territorialização promovem simultaneamente uma tecnosfera e uma psicosfera. A tecnosfera se dá na medida em que as empresas buscam transformar os recursos naturais em recursos técnicos, o que pode ser notável nas áreas de expansão da atividade, como a extração, o beneficiamento dos minerais – o processo de lavagem, por exemplo – e a construção de vias de escoamento da produção. Já a psicosfera promove transformações no modo de pensar e agir de pessoas, firmas e instituições. As ações das empresas mineradoras compreendidas como psicosfera estão evidenciadas na maneira como estas divulgam seus projetos, pois a fim de romper os conflitos ocasionados pela atividade, tais empresas utilizam seus discursos técnicos por meio de departamentos de comunicação ou suporte de empresas especializadas em promover os valores e ganhos econômicos, sociais e ambientais nos municípios envolvidos com a atividade.

Diante desta problemática existente no processo de instalação de projetos de mineração, o capítulo visa discutir o atual processo de mineração na Bahia, bem como as transformações pelas quais passaram os municípios de Brumado, Caetité e Nordestina desde a instalação das empresas mineradoras, uma vez que o uso da área, evidentemente, engendra uma série de problemas e conflitos relacionados à degradação dos recursos naturais e ao uso e ocupação do solo. Como metodologia de pesquisa foram realizadas entrevistas semiestruturadas com diferentes sujeitos que vivenciam a atividade mineradora em seus territórios, consulta bibliográfica em teses, artigos, dis-

sertações, relatórios e documentos de movimentos sociais e diário de campo.

### **A mineração no estado da Bahia**

O estado da Bahia vem caracterizando um forte processo de exploração de minérios na última década. Segundo dados da Companhia Bahia de Pesquisa Mineral (CBPM, 2019a), a participação do estado na produção mineral brasileira aumentou de 2,59% em 2017 para 2,79% em 2018. O Estado da Bahia se destaca nacionalmente com a expansão da atividade mineradora, com base em suas características geológicas. Abriga quatro diferentes tipos de recursos minerais: não metálicos, metálicos, pedras preciosas e energéticas. A Bahia é o maior produtor nacional dos seguintes bens minerais: barita, cobre, cromo, quartzito, magnesita, sodalita e urânio, ocupando o segundo lugar na extração de talco, quartzo, sal-gema e grafita e o terceiro em rochas ornamentais, ouro e gás natural. A mineração é de grande relevância para o dinamismo econômico dos municípios do semiárido baiano, sendo que, dos 417 municípios pertencentes ao território da Bahia, 265 encontram-se no semiárido, ou seja, 63,9% do estado.

Ainda segundo a CBPM (2019b), no território baiano destaca-se a região do semiárido na produção de minerais metálicos produzidos no estado, tendo os principais municípios mineradores: a) Jaguarari, que possui a maior produção de cobre do Brasil; b) Campo Formoso, Andorinha e Santa Luz, que se destacam com a maior produção nacional de cromo; c) Brumado, que tem a maior produção de magnésio e talco do Brasil; d) Caetitê e Maracás, que possuem as únicas minas de urânio e vanádio em maior produção no Brasil; e) Santa Luz e Jacobina, com a mineração de ouro; e f) Vitória da Conquista, que produz bentonita, areia e argila. Sua base econômica

voltada para a produção mineral faz com esses municípios tenham reflexos diretos na geração de emprego e renda local ou pela influência da arrecadação dos recursos decorrentes da atividade de mineração.

O aumento da exploração dos recursos minerais está alinhado às crescentes taxas de exportação de *commodities* em detrimento do setor industrial. Este processo de reprimarização da economia aprofunda a dependência econômica brasileira, frente a outras economias, em especial as localizadas no centro do capitalismo. Este processo de expansão da exploração mineral vem ocasionando diversos conflitos nos territórios onde estas atividades são executadas. A expropriação de terras impacta principalmente as comunidades tradicionais. Um estudo feito pela Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2019) sobre a expansão da atividade mineradora no Estado da Bahia e suas repercussões em comunidades rurais aponta que a atividade de extração mineral no estado vem sendo conduzida sem a participação efetiva da sociedade, muito menos das comunidades onde essas atividades vêm ocorrendo.

Esses empreendimentos minerais são instalados e deixam consequências alarmantes, pois a exploração desordenada causa destruição de nascentes, desertificação, contaminação de mananciais, lençóis freáticos e do ar, expulsão de agricultores de suas terras e êxodo rural, que incha as periferias das cidades, além de doenças físicas e psíquicas na população, preconceito e discriminação contra os moradores (principalmente do entorno das mineradoras), inibição e declínio do turismo e do comércio local.

Um dos maiores problemas das economias mineradoras está relacionado à distribuição da renda produzida por essa atividade, como também à falta de um aparato legal que crie mecanismos que facilitem o maior desenvolvimento econômico

dessas áreas. Muitos dos grandes projetos mineradores que atuam no território baiano pertencem às empresas multinacionais, que utilizam das estruturas subalternas existentes para que, explorem tanto os recursos naturais, quanto o próprio trabalho, aumentando vultuosamente suas margens de lucros.

As empresas mineradoras estabelecem um processo de “produção em rondagem perpétua”,<sup>4</sup> pelo seu funcionamento ininterrupto, operando 24 horas por dia, e na ampla exploração de seus trabalhadores, que em geral são terceirizados, com poucas garantias efetivas de seguridade, tanto no local de trabalho quanto no que tange seus direitos trabalhistas. Atualmente, há uma pressão das empresas mineradoras para enfraquecer a luta dos trabalhadores através do controle dos sindicatos e do aumento do número de mão de obra terceirizada, o que evidencia o fenômeno mundial da flexibilização das relações de trabalho, promovendo, a partir disso, um novo perfil da classe trabalhadora, que está às margens dos seus direitos trabalhistas e submetida às condições precárias de trabalho.

A intensificação da mineração no Estado da Bahia provoca um processo de dependência econômica ligada às economias centrais, impedindo que a economia seja mais dinâmica e que consiga abarcar de uma maneira mais segura e mais efetiva um contingente de trabalhadores e trabalhadoras disponíveis.

### **Os diferentes territórios da mineração: conflitos e resistências**

Os conflitos socioambientais provocados pelas atividades mineradoras estão atrelados ao processo de desterritorialização e aos impactos e riscos que essa atividade proporciona. Tais

---

<sup>4</sup> Allan Schnaiberg, sociólogo inglês, analisa a rondagem perpétua como a principal contradição existente entre meio ambiente, trabalho e consumo, pois a produção constante influencia a população e o consumo.

conflitos foram intensificados no país após o *boom* mineral, mais precisamente em 2011. Até o referido ano, os conflitos estavam relacionados à expansão das áreas mineradas, mas de 2012 em diante os inúmeros desastres socioambientais e a nova conjuntura do mercado fizeram com que movimentos e organizações sociais, preocupados com o cenário ambiental brasileiro, como a Comissão Pastoral da Terra, o Movimento Pela Soberania Popular na Mineração (MAM), o Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração e diferentes organizações não governamentais (ONGs), denunciassem de maneira mais sistemática as mineradoras, levando ao aumento da identificação de conflitos.

A inserção do capital internacional com a tutela do Estado vem desencadeando diversos conflitos nos territórios. A Bahia está inserida dentro deste contexto, e os grandes empreendimentos minerários, como da Bahia Mineração, da Magnesita Refratários e a Lipari Mineração Ltda causam diversos impactos não apenas no local de implantação da mina, mas também por toda a extensão dos territórios dos municípios onde estão instaladas. Desse modo, os conflitos em Caetité, Brumado e Nordestina tornaram-se uma preocupação a partir do momento em que os impactos provocados pela mineração ultrapassaram a degradação da paisagem e passaram a interferir na vida da população local. Para compreender as especificidades da mineração enquanto atividades econômicas, será apresentada, na sequência, uma abordagem sobre esta atividade nos respectivos municípios e sua dinâmica em diferentes escalas de análises.

### **Projeto Pedra de Ferro em Caetité.**

O projeto Pedra de Ferro da empresa cazaquistanesa Bahia Mineração S.A., anunciado no ano de 2008, entre os municí-

pios de Caetité<sup>5</sup> e Pindaí, no Território de Identidade do Sertão Produtivo, é um empreendimento interligado com a construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL) e do Porto Sul, na região de Ilhéus. A mina de ferro, localizada entre os municípios de Caetité e Pindaí, inseridos na Serra Geral, dada a sua formação geológica, apresenta condições ideais para a existência de minérios, tendo sua exploração econômica acontecido com mais efetividade a partir de 2007 (Santos; Oliveira, 2004).

A instalação do projeto atinge especialmente as comunidades tradicionais, e os conflitos são gerados nos territórios decorrentes da expropriação de terras para a instalação do empreendimento, sendo que, caso o projeto da mina se efetive, se desencadeará uma intensiva exploração dos recursos naturais. As contradições apresentadas pela aplicação do projeto Pedra de Ferro segue uma lógica estrutural de concentração de riquezas no Brasil. Nossa sociedade, constituída pelo latifúndio e pela especialização em exportação de matérias-primas, caracteriza um profundo processo de desigualdade social.

Este processo de concentração de riquezas resultou na formação de uma elite de uma determinada classe social que detêm os meios de produção que estão voltados para a extração e exportação dos recursos primários no Brasil, entre eles os minerários.

A indústria da mineração sempre foi desenvolvida no Brasil por um capitalismo dependente, subdesenvolvido e baseada numa economia reprimarizada, com um crescente processo de violência que determinou a uma casta da sociedade ser apenas um ator

---

<sup>5</sup> No município de Caetité também ocorre a exploração do minério de urânio pela empresa estatal Indústrias Nucleares do Brasil (INB). Este tema será exposto no livro *Questão Mineral – Volume 3*, que desenvolverá melhor esta problemática, abordando também as questões que envolvem a realidade e as resistências dos territórios afetados pela exploração do urânio no Brasil.

social, vadio e sobranje, nas franjas de toda essa riqueza mineral e das engrenagens da grande fazenda em formação do modelo agrário exportador que moldaria toda a economia nos últimos cinco séculos (Coelho, 2017, p. 10).

O projeto tem como grande objetivo o abastecimento do mercado internacional, estando ligado ao processo de financeirização das *commodities*. Os mercados futuros foram projetados para dar maior certeza aos produtores de que estes terão um preço previsível por uma colheita ou um mineral (Coelho 2017). Dentro deste processo que engloba principalmente a financeirização das *commodities*, vale ressaltar alguns aspectos importantes, dentre eles: a valorização do preço da tonelada de ferro, que, no ano de 2008, atingiu seu pico, chegando a custar US\$ 189,00 por tonelada; e o comércio intensivo com a China. Foi diante deste mercado Chinês aquecido que o projeto foi anunciado. Sobre o *modus operandi* do projeto, segundo informações contidas no RIMA, apresentadas pela empresa, o projeto prevê uma extração 15 milhões de toneladas de concentrado de minério de ferro, durante 15 anos, resultando em aproximadamente 32 milhões de toneladas de minério retirado da cava (Bahia Mineração, 2009). Além de utilizar cerca de 1.620.000 (um milhão e seiscentos e vinte mil) litros de água por hora, que seriam retirados do Rio São Francisco.

Na mineração, sendo uma indústria que opera 24 horas por dia, a empresa pode consumir até 38.880.000 (trinta e oito milhões e oitocentos e oitenta mil) litros de água do Rio São Francisco diariamente. Além disto, o projeto está previsto a ser implantado numa área total de 700 hectares, o que vem aprofundando o processo de expropriação de terras camponesas. Outra contradição apontada por Rodrigues, Silva e Nunes (2017) é que o Riacho Pedra de Ferro, local onde se instalaria a Barragem de Rejeitos, apresenta mais de 26 nascentes, res-

ponsáveis pelo abastecimento de diversas comunidades. Dentro deste quadro, não só as comunidades de Caetité seriam impactadas, mas também os municípios de Pindaí e Guanambi, e, levando em consideração o bioma da caatinga, onde os recursos hídricos se apresentam de maneira escassa, os impactos da construção da barragem nesta localidade se apresentam como uma verdadeira catástrofe social e ambiental.

Outro fator que tem ocasionado diversos conflitos é a construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL), a mesma que integra o projeto como via de escoamento do minério, bem como dos grãos da região Oeste do estado. Além de diversas disputas nos territórios, a ferrovia atualmente representa a violência estatal na instalação e na perda de território pelas comunidades.

Anunciada no ano de 2011, a ferrovia tem aproximadamente 1527 km de extensão e pretende ligar o município de Figueirópolis, no Tocantins, ao Projeto do Porto Sul, na região de Ilhéus, na Bahia (Valec, 2019a), tendo como objetivo principal o escoamento da produção de grãos, em especial do Oeste baiano, principalmente do município de Barreiras, e da exploração de minério de ferro no município de Caetité.

Ao total, a FIOL irá percorrer 33 municípios baianos e 10 municípios tocantinenses. Em específico os trechos correspondentes ao território de Caetité são apresentados como FIOL1 (Ilhéus/Caetité), e o investimento neste trecho está estimado em R\$ 3,4 bilhões, podendo gerar cerca de 900 empregos diretos e 1.300 indiretos (Valec, 2019). Porém, boa parte dos trabalhos gerados, até então, correspondem a contratos terceirizados e temporários de trabalho, e a mão de obra mais especializada não é contratada ou formada na região, sendo que a maioria destes cargos são destinados a pessoas de outras localidades, com um nível técnico de instrução maior, o que gera maior



vínculo de contratos temporários e a flexibilização destes em relação aos moradores das comunidades. Efetivamente, quais foram ou serão os benefícios gerados pela ferrovia? E qual será o impacto nas comunidades? Estas comunidades ao longo dos trechos da ferrovia serão beneficiadas?

Desde o anúncio do projeto Pedra de Ferro, as comunidades campesinas de Caetitê vêm buscando alternativas de resistência frente ao capital mineral. As pressões exercidas ocorrem de diversas maneiras, mas uma estratégia muito recorrente das empresas do setor mineral é o de vincular seus projetos à ideia de desenvolvimento e geração de trabalho e renda. Esta propaganda, amplamente utilizada pelas mineradoras, busca a cooptação de moradores e liderança das comunidades, tentando unir o máximo possível de pessoas ao seu lado. Desvincular este discurso ideológico empregado pelas mineradoras só é possível quando as comunidades passam a compreender que o que está em jogo não é uma vaga de emprego na empresa, mas, sim, a sua terra, sua herança histórico-cultural existente ao longo do tempo e que ocupa determinado território. Como aponta Souza (2008, p. 100),

[...] a terra camponesa tem por finalidade não a reprodução do lucro ou a extração da renda (que caracteriza os interesses das classes-capitalistas e dos proprietários latifundiários), mas os princípios da reprodução da vida, da existência, da garantia do trabalho. Para tanto, fundamenta-se nas análises do pensamento geográfico cujas primeiras abordagens estabeleciam o vínculo entre a terra e território, mas que numa sociedade de classes adquiriu a conotação de relações de poder, de projetos territoriais em disputa, espelhando interesses de classes diversas.

Esta reflexão da autora aponta diretamente para as contradições existentes no modo de produção capitalista e seus processos de territorialização custosa para as comunidades campesinas. As comunidades existentes neste território têm

na agricultura camponesa seu modo de organização e reprodução da vida, sendo que as comunidades de Curral Velho, João Barroca, Açoita Cavalos, Serragem e o distrito de Brejinho da Ametista, entre outras, localizadas na zona rural de Caetité, garantem parte dos alimentos, como hortaliças e legumes diversos, além da criação de animais e a produção de derivados (leite, ovos, queijo) que abastecem os municípios de Caetité e Guanambi e são comercializados nas feiras livres de ambos os municípios.

As lutas e os processos de resistência vêm se intensificando na região, principalmente na defesa das nascentes localizadas no local anunciado para a instalação da mina, que se apresentam como de fundamental importância não só para as comunidades, mas para a região como um todo, levando em consideração o bioma da caatinga, cujos recursos hídricos são mais escassos, a defesa deste território tem impulsionado mobilizações e a defesa das áreas de fundo e fecho de pastos, tradicionalmente utilizadas pelas comunidades.

Os processos organizativos das comunidades, junto como o Movimento Pela Soberania Popular na Mineração (MAM) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), têm buscado mobilizar as comunidades contra a instalação do projeto, como a mobilização para ocupar o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema), na cidade de Guanambi, município vizinho de Caetité. O ato ocorreu no ano de 2017 e buscou pressionar o órgão responsável pela licença e operação tanto da BAMIM quanto das obras da FIOL. “Nossa barragem é onde nossas famílias tiram o sustento e na hora que eles levarem os explosivos, o que será? Não deixaremos essa ferrovia passar em nossas comunidades”, fala uma moradora campesina da comunidade Curral Velho município de Caetité (MAM, 2017).

As mobilizações, os encontros e as reuniões com as organizações populares têm buscado trazer mais unidade dentro das comunidades. Outro processo de organização são as festas tradicionais, que buscam reacender os laços de pertencimento às comunidades.

O evento cultural realizado na comunidade João Barroca, no dia 9 de fevereiro, em comemoração ao quarto aniversário do grupo do terço dos homens da comunidade foi de extrema importância para a resistência cultural da região. Isso porque além de promover um intercâmbio cultural entre as comunidades da região, também serviu para valorizar a cultura regional nas apresentações realizadas. Com isso pode se dizer que iniciativas como essa são peças chave para o não apagamento da cultura local (Depoimento de camponês atingido pelo Projeto Pedra de Ferro, fevereiro de 2020).

A construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste, que vem sendo realizada como principal instrumento de escoamento dos grãos produzidos no Oeste do estado e do minério de ferro que o projeto pretende explorar em Caetité, também tem causado diversos impactos na região.

Destaca-se também, que o projeto da BAMIM está ligado a outro grande projeto de desenvolvimento estrutural: a Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL), planejada para realizar o escoamento da produção de ferro de Caetité. A construção da FIOL ocasionou, de acordo com a pesquisa de campo realizada durante os anos de 2017 e 2018, e dos dados da CPT (2018), conflitos no campo, envolvendo 163 das comunidades de Serragem, Manoel Vicente e Curral Velho, no município (Rodrigues, 2019, p. 133).

Recentemente, o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, anunciou que o Exército irá assumir as obras do Lote 06 da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL). O trabalho será executado pelo 4º Batalhão de Engenharia de Construção (4º BEC), de Barreiras, na Bahia, e pelo 2º Batalhão Ferroviário, de Araguari, em Minas Gerais (*Agência*

*Brasil*, 2020). Os dois batalhões serão responsáveis pela conclusão desse trecho da ferrovia. Este processo de utilização das forças armadas para o término da construção da FIOOL pode intensificar os processos de violência institucional com as comunidades. Quando se deslocarem para a região tropas das Forças Armadas, a situação, que atualmente já se encontra num estágio de tensão elevada entre empresa e comunidades, pode gerar novos processos de mobilização por parte das comunidades. O anúncio também é um recado do Estado, que deixa claro que, de qualquer maneira, a obra da FIOOL tem que ser finalizada.

### **A RHI Magnesita em Brumado**

A atividade mineradora no município de Brumado é resultado da atuação de grandes empreendimentos minerais de capital privado localizados na Serra das Éguas, como é o caso da RHI Magnesita Refratários, da Xilolite e da Ibar Nordeste, e muitas outras empresas terceirizadas que objetivam a exploração das jazidas minerais, como a magnesita e o talco. A Serra das Éguas está situada no sítio geológico Cráton do São Francisco e possui uma composição mineral em carbonato de magnésio, portanto, rica em magnesita e ferro. Atualmente abriga a terceira maior mina do minério a céu aberto do mundo.

Segundo Lima (2016), o primeiro impulso para desenvolvimento econômico de Brumado ocorreu ainda no final da década de 1930, com a instalação da RHI Magnesita Refratários. O surgimento dessa indústria estava relacionado com as políticas de desenvolvimento do Estado Nacional daquele período, que visavam investimentos e financiamentos nas indústrias de base que proporcionaram suporte para o desenvolvimento do parque industrial brasileiro. O governo brasileiro tinha como

finalidade a formação núcleo capitalista industrial no país, possibilitando serviços e bens a baixo custo, na tentativa de favorecer o capital privado. Desse modo, foram realizados altos investimentos para a criação de indústrias de base no país, produzindo maquinaria e subsídios que possibilitassem condições para o desenvolvimento da nascente indústria. Nesse contexto de expansão industrial que estava ocorrendo no mundo e no Brasil, a referida empresa começou a atuar no mercado mundial exportando magnesita e colocando Brumado em destaque.

De acordo, ainda, com Lima (2016), as instalações da RHI Magnesita provocaram consideráveis modificações da estrutura urbana e impactaram significativamente o cotidiano da pequena Brumado. Essas modificações se fizeram presentes nas pavimentações das ruas, no aumento no número de construções residenciais e comerciais e no fornecimento de luz elétrica. Esta empresa, inicialmente, foi capaz de atrair mão de obra de toda a região, favorecendo o surgimento de instituições de ensino, um comércio varejista e serviços de saúde.

Segundo a reportagem do site Bahia de Valor (2016), a RHI Magnesita é a líder global da indústria de refratários. Seus produtos são utilizados em todos os processos industriais de alta temperatura do mundo, principalmente, pelas indústrias de aço, de cimento e de vidro. Atualmente, operam 27 unidades industriais e de mineração no Brasil, EUA, Alemanha, China, França, Bélgica, Taiwan e Argentina, com capacidade de produção de refratários superior a 1,4 milhão de toneladas por ano.

Para a Agência Nacional de Mineração (2020), o município de Brumado se destaca na arrecadação da Contribuição Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) no Estado da Bahia, estando na quarta posição em arrecadação, com R\$ 3.725.579,63, sendo que a RHI Magnesita é a em-

presa que mais movimenta capital no município de Brumado e, conseqüentemente, a que mais contribui com a CFEM. Esses valores arrecadados da CFEM integram a receita corrente patrimonial orçamentária registrada como uma receita não tributária, compensatória pelos danos ambientais ocasionados pela exploração dos recursos minerais ao município, porém não há fiscalização se esse recurso está sendo direcionado a projetos que direta ou indiretamente revertam danos em prol da comunidade local, na forma de melhoria da infraestrutura, da qualidade ambiental, da saúde e da educação.

As intervenções desses grandes empreendimentos no município impactaram não somente o meio ambiente, mas também a organização dos trabalhos e dos espaços de existência dos povos. Para Acselrad (2004, p. 158):

As grandes obras governamentais destinadas à criação de infraestrutura para o desenvolvimento de projetos agropecuários, de exploração mineral e de transformação industrial constituem os vetores da integração de crescentes porções do espaço nacional a padrões de ocupação nucleados pela dinâmica capitalista. Ferrovias, rodovias, represas, usinas hidrelétricas e linhas de transmissão alteram radicalmente espaços físicos regionais, seus respectivos ecossistemas terrestres e aquáticos, bem como as redes de relações sociais constituídas sobre as bases espaciais até então prevalentes.

Quando uma indústria extrativista se instala nas proximidades de um centro urbano, este se expande, transformando o espaço que o precedeu de acordo com seus interesses e necessidades. É nesse contexto que se identificam as categorias abordadas por Milton Santos para analisar as modificações do espaço geográfico, pois quando uma empresa mineradora se instala em um determinado lugar, este começa a adquirir novas formas, como, neste caso, a modificação do meio natural. As funções econômicas existentes anteriormente passam a ser

substituídas por aquelas voltadas para as práticas minerais, e a partir daí um conjunto de regulamentações passam a agir na área para organizar o espaço, de modo que promovam mudanças nas relações sociais.

De acordo com Silva (2011), a mineração no município de Brumado foi se expandindo e substituindo outras atividades econômicas existentes, como a cotonicultura, que acabou entrando em crise por inúmeros fatores, o que quase gerou seu desaparecimento. Com a pouca demanda por emprego, a população de Brumado viu na atividade mineradora uma opção para garantir o seu sustento. No período de implantação dessa atividade, muitas pessoas da zona rural do município e de outras cidades começaram a migrar em direção a Brumado, particularmente para as Vilas Presidente Vargas e Pedra Preta. A Vila Catiboaba também foi formada por trabalhadores, mas, diferentemente das demais, era habitada por profissionais qualificados de outros municípios e estados.

O que se percebe é o discurso de desenvolvimento pela mineração muito presente entre os diferentes sujeitos sociais. Desde a implantação das mineradoras, foi disseminado entre a população uma visão otimista da atividade, visando à criação de empregos e divisas para o município, e mesmo com possíveis impactos ambientais as classes mais pobres teriam ascensão social. Desse modo, a população vive presa a este exercício, aos seus benefícios, ao seu poder e influência, negligenciando outras atividades. É importante que as cidades ricas em recursos minerais estejam preparadas para a finitude de seus recursos e, no caso de Brumado, não se observa articulações políticas que levem a população a diversificar suas atividades econômicas, deixando-a cada vez mais dependente da mineração.

A implementação da atividade mineradora em Brumado ocorreu sem uma maior preocupação com os interesses e ne-

cessidades da população local. O que se viu foi dilapidação da Serra das Éguas para a exploração mineral. Assim, a questão ambiental em Brumado tornou-se uma preocupação a partir do momento em que os impactos provocados pela mineração ultrapassaram a degradação da paisagem e passaram a interferir na vida da população local, com a poluição do ar e o comprometimento da qualidade da água.

Conforme Silva-Moreira (2020), os impactos da mineração são sentidos a longo prazo no município de Brumado e podem ser classificados como sociais, econômicos e ambientais, os quais são distribuídos desigualmente pela sociedade. Os impactos positivos são referentes ao aumento da arrecadação municipal, à relativa criação de empregos e à expansão do mercado de bens e serviços locais. Já os impactos negativos são sentidos diretamente pela população local, tais como: (i) Retirada da vegetação nativa e a descaracterização do relevo para a exploração do minério; (ii) Alteração da qualidade das águas superficiais e subterrâneas – os rejeitos resultantes da extração mineral atingem as nascentes; (iii) Substituição de atividades e dependência econômica e social; (iv) Alteração da qualidade do ar e do solo causada pela poluição; (v) Perda de valor comercial das propriedades situadas nas proximidades das empresas, porque estão num ambiente degradado; (vi) Elevado risco de acidentes de trabalho – as condições precárias de trabalho e a rotina intensa são elementos potencializadores de acidentes; (vii) Aumento do tráfego local, principalmente pelo transporte da produção mineral, causando muita poeira e barulho, como é o caso da ferrovia federal que corta a Vila Presidente Vargas.

Silva-Moreira (2020) aponta que os moradores das vilas próximas a RHI Magnesita sofrem muito com a poluição. Na Vila Presidente Vargas, situada a poucos metros da empresa



em questão, muitos tiveram que instalar forros no teto de suas casas para minimizar a quantidade de poeira dos fornos.

Minha filha tem sérios problemas respiratórios, e foi intensificado devido à poluição vinda da Magnesita. O médico pediu para que eu mudasse da Vila, mas ir para onde? Não temos condições de comprar uma casa em Brumado, o jeito é ficar e ir levando (Moradora da Vila Presidente Vargas).

Os casos de doença em nossa comunidade aumentaram muito nos últimos dias, sendo que as crianças e os recém-nascidos são as grandes vítimas. Acho que devido ao tempo seco os poluentes vão mais longe e atingem praticamente toda a vila, afetando tudo e todos (Agente de Saúde local).

Na Vila Pedra Preta os moradores também apontam sobre a poluição, já que suas casas ficam muito próximas às áreas da empresa, onde é perceptível os impactos causados pela mineração nessa localidade, que são bem intensos e danosos, pois, além da poluição, são utilizadas nas minas explosivos, o que acaba danificando algumas casas.

Os impactos da atividade mineradora são distribuídos desigualmente entre os diferentes grupos de interesses. De um lado está a mineradora regida pela lógica do capital, buscando a obtenção do lucro imediato e a geração de riqueza a partir da exploração dos trabalhadores, da apropriação dos diferentes territórios e dos recursos que neles estão. Do outro lado, as camadas mais vulneráveis da população arcam com a maioria dos impactos negativos.

Em função dos impactos e dos riscos socioambientais, a atividade mineradora produz graves tensões nos territórios onde se localiza. Tais impactos socioeconômicos provocam a divisão das comunidades, o aumento da insegurança, a especulação imobiliária, a violação dos direitos comunitários e humanos e o tráfico de terras. Conseqüentemente, grupos mais vulnerá-

veis, como pobres e com pouca influência política, sofrem de maneira desproporcional com as ações da mineração: trabalhadores (em especial os terceirizados), populações não brancas, comunidades tradicionais e mulheres.

Mesmo que a população atribua à atividade mineradora a responsabilidade pelo desenvolvimento econômico do município, ela também está insatisfeita com os danos provocados em suas localidades e, permeada por um medo, reivindica soluções através de denúncias e abaixo-assinados. Esses conflitos denunciam contradições das vítimas excluídas do chamado desenvolvimento e também assumem todo o ônus dele resultante. É necessário que haja representatividade política e social e que a população seja amparada em suas reivindicações e necessidades.

### **Lipari Mineração em Nordestina**

O território de 12 comunidades quilombolas, em Nordestina, no Centro-Norte baiano, conta com uma vasta formação histórica, sendo que algumas convivem com o território há mais de 400 anos. Diante deste processo de formação, as comunidades tradicionais enfrentaram diversas lutas e resistências. Um território centenário e de muita ancestralidade, que tem sua organização social intrinsecamente ligada à prática da agricultura campesina. Comunidades que construíram enorme identidade com o território tendo na quebra do licuri e no trabalhar no sisal atividades que fizeram sua renda por muitas gerações. Atualmente, algumas famílias ainda conseguem viver da agricultura e pecuária, convivendo com a seca, mas com dificuldades de acesso a políticas públicas que permitam uma melhor relação com o semiárido.

Muitas das comunidades de Nordestina vivem uma realidade de extrema vulnerabilidade socioeconômica, com altos índices de pobreza extrema, sendo que diversas casas não têm

sanitários e vivem sem água encanada e energia elétrica. Além destes problemas relacionados às infraestruturas domiciliares, ocorre uma alta taxa de desemprego que afeta a geração de renda, em especial das comunidades camponesas. Ampliando a situação de vulnerabilidade social e econômica, o início das atividades de mineração dentro do território destas comunidades só aumenta a pobreza sistematizada pela negligência do Estado em garantir a melhoria das condições de vida para mais de 500 famílias.

Dentro deste contexto de pauperismo enfrentado pelas comunidades camponesas, a mineração, que é apresentada como solução para todos os problemas, na verdade se transforma num sistemático ataque às comunidades. O capital mineral, por sua lógica predatória, coloca o lucro à frente das questões básicas do desenvolvimento humano e da garantia da vida das populações tradicionais existentes na região. No município de Nordestina, a multinacional Lipari Mineração Ltda implantou o projeto Mina Braúna para a exploração de diamantes kimberlíticos. Foram investidos cerca de R\$ 200 milhões em capital (Belga e Chinês), parceria que resultou na maior mina desse setor na América Latina (Antonino, 2019). O projeto de mineração, que recolocou o Brasil no mercado mundial de diamantes foi implantado em 2015, e tem como objetivo a produção de gemas e lapidação, que abastece um seleto mercado de alto luxo internacional. Diante dessa realidade, a população se vê isolada ao ser invadida e espoliada pela indústria extrativa mineral, que se instalou no território, este quadro, que precariza as condições de vida nas comunidades, aumentam os conflitos por terra e água. Esta situação se agrava com a crise estrutural do capitalismo, deflagrada em 2008-2009, e uma das saídas encontradas pelo capital internacional é o saque dos bens naturais.

Dentro deste quadro que se intensificam as lutas e resistências das comunidades, Antonino (2019) analisa territórios, comunidades e uma diversidade de populações tradicionais, que em escala local desenvolvem atividades socioeconômicas e produzem ali sua renda e manutenção da vida, tendo esse espaço como abrigo, onde estão protegidas, organizadas e seguras nestes territórios terra-abrigo. Quando populações tradicionais são confrontadas pelo atual modelo de desenvolvimento global, postas em vulnerabilidade e não tendo nem mesmo direito de decisão e/ou participação democrática, sendo a mineração a agente conflitante nesse processo. O projeto da Lipari no município de Nordestina levou a cidade pacata do sertão, depois de ter destaque na arrecadação da CFEM no estado da Bahia, a ficar conhecida nas cidades da região como Nordestina cidade dos diamantes ou Princesinha do Sertão. Destaque que se dá apenas para a cidade e a mineração. Não seria interessante que esse destaque envolvesse as comunidades impactadas pela atividade mineral?

De acordo com o novo código mineral de 2016, a CFEM não tem destinação concreta de como deve ser utilizada ou aplicada à arrecadação pelos municípios e estados. Diz apenas que deve ser aplicada na compensação dos impactos ambientais. O que impede a aplicação em investimentos para a melhoria da saúde, da educação, do saneamento, das políticas públicas, da geração de postos de trabalhos e da criação de programas que beneficiem e transformem a vida da população impactada? No entanto, a vulnerabilidade e carência das comunidades impactadas crescem de forma constante, e no mesmo ritmo cresce o lucro da Lipari.

Em 2018, Nordestina arrecadou o valor de R\$ 1.780.145,10, referente à CFEM, pela exploração de diamantes. Em 2019 o arrecadado foi aproximado a R\$ 3.000.000. A empresa lucrou

no ano de 2019 pouco mais de R\$ 108 milhões (SDE-BA, 2019). Com isso avaliamos que o Estado brasileiro cobra um valor extremamente baixo pela exploração pelas empresas do capital mineral, que saqueiam seus territórios. Além disso, a Lei Kandir, promulgada em 1996, pelo governo Fernando Henrique Cardoso, não cobra impostos para exportação de produtos que não passaram por beneficiamento industrial (Brasil, 1996). Ou seja, garante total isenção para as *commodities*, entre elas os minérios. Com isso, por que não taxar mais as empresas mineradoras e investir esse valor para melhorar a vida das comunidades atingidas e a população do município?

As comunidades no entorno da mina Braúna, estão em luta diária para garantir o mínimo de seus direitos, diante da negligência do Estado e da irresponsabilidade da gestão municipal, a luta frente ao capital mineral se torna ainda mais difícil.

Os impactos da mineração em Nordestina são diversos, como: concentração de terras e desmatamento, fortes detonações sem aviso prévio e/ou o soar de uma sirene, operação de 24h da empresa, tráfego intenso de caminhões e máquinas pesadas, alteração nos modos de vida, invasão de funcionários da Lipari em áreas privadas das comunidades e desrespeito com a população. O projeto utiliza da água do Rio Itapicuru para mineração, o que agrava a situação das comunidades que praticam a pesca artesanal, importante fonte de alimentos para as famílias, bem como de geração de renda. Esta retirada de água do rio contribui diretamente com a baixa no volume de água, chegando o rio a secar em períodos de estiagem, comprometendo assim a vida e a renda dessas famílias ribeirinhas. Já por outro lado, o consumo de água por hora da Lipari é de 669.030 (seiscentos e sessenta e nove mil e trinta litros), o que agrava uma forte contradição, já que diversas comunidades da região não têm acesso à água encanada. Todo esse proces-

so resulta em impacto cumulativo, o que em médio e longo prazo vão ganhando intensidade, alterando e aumentando os impactos aos territórios e às populações.

As populações afetadas podem decidir a quantidade e o destino dos lucros da mineração? Nunca foi perguntado para as comunidades se poderiam minerar e o quanto poderiam minerar, nem mesmo qual o destino dos lucros. A exploração mineral somente intensifica a desigualdade social e agrava as contradições existentes. As doze comunidades quilombolas, ribeirinhas e camponesas, que vivem o conflito direto com a mineração, sofrem com problemas envolvendo o alto nível de analfabetismo, a pobreza presente para a maioria das famílias, as dificuldades de acesso à água, a exposição a situações de violência e o desemprego.

Nem mesmo o direito à consulta prévia, livre e informada, garantido pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2003), assinada pelo Brasil em 2004, foi realizada nas comunidades quilombolas de Nordeste, ferindo ainda mais a soberania desse povo. Diante de tantas discussões, as comunidades anseiam conquistar sua dignidade, trabalho, paz e liberdade. Entretanto, para isso acontecer, a luta por soberania popular na mineração se torna cada vez mais necessária. Com a chegada da mineração, despertou a indignação das famílias, assim como o desejo de lutar e construir meios para que as comunidades possam ter a oportunidade de decidir como a mineração deve atuar nestas comunidades e como devem ser aplicados os recursos que têm origem a partir desta atividade.

Dentro deste contexto de ataques constantes do capital mineral, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), no ano de 2016, inicia diversas atividades na região para contribuir nessa nova dinâmica vivenciada pela população de Nordeste.

Com a necessidade de acúmulo nos processos organizativos das comunidades, ocorreram diversas atividades, entre elas o Fórum de Comunidades Quilombolas de Nordestina, para dar início a organicidade das lutas e estreitar o processo de acompanhamento junto às comunidades. Pela articulação com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 2018, o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) inicia na região trabalhos de base com as comunidades para compreender melhor a problemática mineral da região e para contribuir com as lutas populares em defesa dos territórios.

Coletivamente, o MAM, a CPT, as Associações Quilombolas e demais organizações e entidades da região têm contribuído com o processo organizativo das comunidades e a resistência ao capital mineral. Dentro deste processo, diversas ações foram construídas, como o curso de formação Liderar, uma iniciativa da CPT, buscando fortalecer o debate sobre a mineração, assim como também ocorreram reuniões com o Conselho de Meio Ambiente, debates na câmara de vereadores, associações quilombolas, implantações de projetos produtivos, atividades culturais de resgate e fortalecimento da cultura.

Em 14 de dezembro de 2018, foi realizada a Assembleia Popular na Mineração,<sup>6</sup> em que diversas comunidades impactadas pela mineração participaram. A partir da assembleia popular, diversas atividades foram desenvolvidas, fortalecendo o processo de lutas e resistência. Uma das atividades realizadas foram as oficinas de fotografia e comunicação, junto ao setor de comunicação do MAM. Também foram realizadas entrevistas com moradores e coleta de matérias que resultaram

---

<sup>6</sup> Essa Assembleia é realizada pelo MAM como uma estratégia de luta e organização sobre um debate urgente e necessário no conflito da mineração. A carta da assembleia realizada em Nordestina está disponível no site Combate Racismo Ambiental: [racismoambiental.net.br](http://racismoambiental.net.br)

no documentário intitulado “O Pé de Mulungu e a Mina de Diamantes”.<sup>7</sup>

A partir deste acúmulo de atividades, foi construído um dossiê, para denunciar as ações da empresa, e construir uma audiência junto ao Ministério Público Estadual e Federal. A intensão desta audiência é de que as comunidades possam reivindicar seus anseios e demandas sobre os impactos múltiplos que estão ocorrendo, fazendo uso de seus direitos. A construção da luta por soberania popular na mineração nesse território se constitui na elaboração de uma síntese da lógica destrutiva da indústria extrativa da mineração no sertão baiano. Num processo de luta e resistência, das comunidades e dos movimentos sociais, em que somente o esforço coletivo pode assegurar aos atingidos e impactados da mineração um lugar na luta de classes no Brasil. É refletindo, lutando e debatendo sobre as contradições do capital mineral que iremos popularizar o debate da mineração no Brasil. É nesse contexto que se pretende transformar a realidade na qual se encontra a questão mineral brasileira.

### Considerações finais

Os conflitos estabelecidos a partir do processo de territorialização da atividade mineradora nos territórios de Caetité, Brumado e Nordestina caracterizam a lógica predatória do capitalismo. Nos mais diversos territórios, em diversos países, especialmente na chamada periferia do capital, as empresas que

---

<sup>7</sup> O documentário é uma produção coletiva entre os impactados da mineração e organizações populares da região. Essa produção tem o objetivo de denunciar e levar a informação sobre esse conflito de uma forma diferenciada à população, além de ser um documento das comunidades para ser utilizado em ações contra a mineração. O material está disponível no site: [mamnacional.org.br](http://mamnacional.org.br) ou no canal do youtube: MAM Nacional.



se instalam, na maioria das vezes, com sedes em países do centro do capitalismo (Alemanha, EUA, Japão, Inglaterra, Canadá etc.), ampliam as mais variadas fórmulas jurídicas, utilizando do aparelho do Estado para seu próprio benefício. Instalam-se com a intencionalidade de extrair a maior quantidade possível de riquezas do solo num curto prazo. Essa relação do capital com os territórios manifesta-se na busca das comunidades em maneiras de resistência frente à destruição e degradação da vida e do meio ambiente.

A partir deste choque, desta ruptura que a lógica capitalista aplica em seu metabolismo de exploração tanto dos recursos naturais quanto das populações ao redor, este choque que o capitalismo impõe aos modos de vida tradicional das mais diversas comunidades campesinas, torna-se para estas uma necessidade diária de luta e organização popular contra a destruição dos seus territórios, muitos deles centenários. No estado da Bahia, caracterizado na última década pela expansão da atividade mineradora, os conflitos crescem na mesma proporção. O que tentamos aqui expor é a realidade de três municípios, com características diversas e com históricas próprias, mas que, ao se verem confrontadas pelo capital mineral, trazem consigo experiências que podem fortalecer uma unidade popular contra o capital mineral e sua lógica predatória. Esta realidade está presente em diversas comunidades, que vivem do trabalho na terra, que construíram ao longo de diversas gerações, uma relação com o meio onde vivem que tem suas características socioculturais pautadas por estas relações e que também sofrem estes ataques impostos pelo capital mineral e pelos latifundiários tutelados pelo Estado.

Quando o capital se instala, a fim de explorar essas regiões, a resposta das comunidades, juntamente com os movimentos sociais, é a de construir mecanismos que garantam a defesa

e autonomia dos territórios, buscando certificar a conservação dos recursos naturais existentes, propondo alternativas de atividades econômicas e desenvolvimento social. Os casos aqui apresentados são um espelho da dura realidade existente no campo brasileiro e que precisamos discutir, para que seja possível construir um diálogo fortalecido pela participação das comunidades, dos movimentos sociais e da sociedade civil como um todo. Pois sem soberania na exploração dos recursos naturais, em sua extração e utilização, jamais poderemos construir, de fato, uma soberania nacional, fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

## Referências

- ACSELRAD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais, *in*: ACSELRAD, H (org.). *Conflitos Ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume/Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004.
- AGÊNCIA BRASIL. *Exército assumirá obra de trecho da Ferrovia de Integração Oeste-Leste*. 19 de maio de 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-05/exercito-assumira-obra-de-trecho-da-ferrovia-de-integracao-oeste-leste>. Acesso dia: 22 maio 2020.
- ANM – AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO. *Arrecadação CFEM por Ano/Estado*. [S. l.], 6 mar. 2020. Disponível em: [https://sistemas.anm.gov.br/arrecadacao/extra/relatorios/arrecadacao\\_cfem\\_muni.aspx?ano=2018&uf=BA](https://sistemas.anm.gov.br/arrecadacao/extra/relatorios/arrecadacao_cfem_muni.aspx?ano=2018&uf=BA). Acesso em: 25 abr. 2020.
- \_\_\_\_\_. *Extrato Sistema de arrecadação*. 19 de outubro de 2020. Disponível em: [https://sistemas.anm.gov.br/arrecadacao/extra/relatorios/cfem/maiores\\_arrecadadores.aspx](https://sistemas.anm.gov.br/arrecadacao/extra/relatorios/cfem/maiores_arrecadadores.aspx). Acesso em: 3 dez. 2020.
- ANTONINO, Lucas Zenha. *Territórios extrativo-mineral na Bahia: violações de direitos e conflitos nos territórios terra-abrigo*. 2019. 320 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.
- BAHIA DE VALOR. *Magnesita vende unidade de Brumado por US\$ 55 milhões*. *Bahia de Valor*. 2016. Disponível em: <https://www.bahiadevalor.com.br/2016/07/magnesita-vende-unidade-em-brumado-por-us-55-milhoes/>. Acesso em: 15 nov. 2019.

- BAHIA MINERAÇÃO. *Relatório de impacto ambiental Mina Pedra de Ferro*. Belo Horizonte, 2009. Disponível em: [https://www.bamin.com.br/conteudo/pdf/RTGA\\_Ano\\_Base\\_2017\\_Rev\\_Final.pdf](https://www.bamin.com.br/conteudo/pdf/RTGA_Ano_Base_2017_Rev_Final.pdf). Acesso em: 20 maio 2020.
- BRASIL. *Lei Complementar n. 87*. Setembro de 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp87.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp87.htm). Acesso em: 4 ago. 2020.
- CBPM – Companhia Bahia de Pesquisa Mineral. *Panorama da Bahia na mineração Brasileira*. 2019a. Disponível em <http://www.cbpm.ba.gov.br/2019/06/3773/Panorama-da-Bahia-na-Mineracao-Brasileira.html>. Acesso em: 31 mar. 2020.
- \_\_\_\_\_. *Panorama do Setor Mineral Baiano*. 2019b. Disponível em: <http://www.cbpm.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=35>. Acesso em: 17 ago. 2020.
- COELHO, Tádzio Peters. *A Questão Mineral no Brasil Vol. 1. 2. ed.* Projeto Grande Carajás. Editora iGuana, de 2017.
- CPT – Comissão Pastoral da Terra. *Conflitos no Campo Brasil*. 2019. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/?task=download.se&id=14195&catid=0&m=0&Itemid=0>. Acesso em 5 dez. 2020.
- LIMA, Rui Marcos Moura. *Das trevas da ignorância para alcançar a luz divina do saber: educação, religião e política na trajetória de Albertino Marques Barrêto (Brumado, 1954-1974)*. 2016. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2016.
- MAM – Movimento Pela Soberania Popular na Mineração. *Ocupação na sede do INEMA é resultado de organização política de comunidades*. Guanambi, 1 dez. 2017. Disponível em: <https://mamnacional.org.br/2017/12/01/ocupacao-na-sede-do-inema-e-resultado-de-organizacao-politica-de-comunidades/>. Acesso em: 22 maio 2020.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - OIT. *Convenção n. 169*. Julho de 2003. Discorre sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT. [S. l.], 2011. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2018/09/convencao-169-OIT.pdf>. Acesso em: 6 ago. 2020.
- RODRIGUES, Fernanda Oliveira. *A Tragédia fáustica do capital no campo: Mineração e conflitos por terra e água nas comunidades camponeses de Caetitê e Pindaí-Bahia*. 2019. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista. Bahia, 2019.
- \_\_\_\_\_; SILVA, da Ferreira Jorge Jamile; NUNES, Chaves Idma Paula. Parecer da nascente do Riacho Pedra de Ferro nos municípios de Caetitê e Pindaí, in: II SIMPÓSIO BAIANO DE GEOGRAFIA AGRÁRIA: entre teoria e a prática, articulações e resistências. *Anais...* Salvador, Bahia, 2017.

- SANTOS, Jemisson Mattos dos; OLIVEIRA, Magda Rodrigues. Diagnóstico Socioambiental Participativo do Município de Caetité-Ba, *in*: VII ENCONTRO BAIANO DE GEOGRAFIA – EBG, 2004, Jacobina-BA. *VII Encontro Baiano de Geografia. O espaço geográfico no século XXI*. Jacobina: UNEB, 2004.
- SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. São Paulo: Ed. EDUSP, 2006.
- SDE (BA). Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM). *Produção baiana de diamantes ultrapassou R\$ 108 milhões em 2019*. [S. l.], 6 mar. 2020. Disponível em: <http://www.cbpm.ba.gov.br>. Acesso em: 20 abr. 2020.
- SILVA, Poliana Machado da. *Os riscos e os impactos socioambientais advindos da mineração no município de Brumado: o caso da Magnesita Refratários S/A*. 2011 Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2011.
- SILVA-MOREIRA, Poliana Machado da. *Impactos socioambientais da atividade mineradora no município de Brumado – BA*. 2020 Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, Aracaju. 2020.
- SOUZA, Suzane Tosta. *Da negação ao discurso “hegemônico” do capital à atualidade da luta de classes no campo brasileiro*. Camponeses em luta pelo/no território sudoeste da Bahia. São Cristóvão: UFS\NPGeo, 2008. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, Aracaju. 2008.
- VALEC. Engenharia Construções e Ferrovias S.A. *Ferrovias de Integração Oeste-Leste (FIOL)*. 2019a. Disponível em: <https://www.valec.gov.br/ferrovias/ferrovia-de-integracao-oeste-leste>. Acesso dia 18 de maio de 2020.
- \_\_\_\_\_. *Ilhéus/BA- Caetité/BA*. 2019b. Disponível em <https://www.valec.gov.br/ferrovias/ferrovia-de-integracao-oeste-leste/trechos/ilheus-ba-caetite-ba>. Acesso em: 19 maio 2020.

## CAPÍTULO 13

# A EXPERIÊNCIA DE CONSTRUÇÃO DO COMITÊ DE COMBATE À MEGAMINERAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL, NA LUTA CONTRA O AVANÇO DA NOVA FRONTEIRA MINERAL

MICHELE CRISTINA MARTINS RAMOS<sup>1</sup>  
EDUARDO RAGUSE<sup>2</sup>

### Introdução

O presente capítulo tem o intuito de contribuir com a análise sobre a construção do processo de luta frente ao avanço da fronteira mineral sobre o estado do Rio Grande do Sul. Para tanto, as perspectivas aqui expostas demonstram uma tentativa inicial de refletir, a partir das informações reunidas ao longo dos últimos anos, sobre as principais iniciativas que contribuíram para a construção de ferramentas de articulação da sociedade civil, que tem servido para questionar a viabilidade de implantação dos projetos.

Nesse sentido, tratamos de identificar os projetos que estão sendo licenciados para implantação de novas minas no estado, dentre os quais: Projeto Mina Guaíba (Eldorado do Sul e Charqueadas); Projeto Retiro (São José do Norte); Projeto

---

<sup>1</sup> Mestra em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (*Campus* Catalão). Coordenação Nacional do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) e do Comitê de Combate à Megamineração no Rio Grande do Sul. michcmartinsramos@hotmail.com

<sup>2</sup> Engenheiro Ambiental, coordenador da Associação Amigos do Meio Ambiente - Guaíba (AMA Guaíba) e do Comitê de Combate à Megamineração no Rio Grande do Sul. eduardorquadros@gmail.com

Três Estradas (Lavras do Sul); e Projeto Caçapava do Sul, no município de mesmo nome. Realizamos um levantamento de informações em mídias digitais (sites, blogs) que ressaltavam a importância da criação de uma ferramenta unitária de luta, que articulasse os sujeitos das regiões envolvidas, bem como foi realizado um levantamento cronológico (em sites e diários de campo) das atividades que culminaram na formação do Comitê de Combate a Megamineração no Rio Grande do Sul.

No geral, as empresas começaram a sinalizar interesse sobre esses territórios por meio das especulações e tentativas de levantamentos de dados de campo. Ao mesmo tempo, passaram a demonstrar argumentos que justificavam seus interesses nas áreas para implantação de projetos. Com base na Constituição 1988, ressaltavam que o Subsolo pertence à União,<sup>3</sup> restando aos proprietários conformarem-se com a nova destinação da área.

As especulações e a falta de informações sobre o andamento de projetos nos territórios deixam um “mar de incertezas” às populações visto que, da especulação no período de início de requerimento da área, até, de fato, a concessão de lavra na Agência Nacional de Mineração (ANM), pode-se levar tempo. Até a fase do licenciamento ambiental podem se passar longos anos que se iniciam com o levantamento dos dados em campo, para a elaboração de Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) sobre as áreas. A isso também se somam o desestímulo da população a permanecerem nos territórios e o discurso de desenvolvimento econômico a ser promovido na região conduzido pelas empresas.

---

<sup>3</sup> “Título III: Da Organização do Estado. Capítulo II: Da União. Art. 20. São bens da União: Inciso V, IX, os recursos minerais, inclusive os do subsolo” Disponível em: [https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988\\_14.12.2017/art\\_20\\_.asp](https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_14.12.2017/art_20_.asp). Acesso em: 15 jul. 2020.

Estas questões colocadas fazem parte do contexto dos últimos anos, principalmente a partir de 2010, nos territórios que atualmente tem áreas em licenciamento ambiental para projetos de mineração no estado do Rio Grande do Sul. Fato é que surgiram nestes meandros manifestações contrárias aos projetos nos territórios ameaçados.

Buscamos, portanto, neste pequeno ensaio, reunir os elementos que foram essenciais para compreender o significado deste avanço de projetos de mineração na porção sul do estado, e o que vem sendo projetado pelas empresas mineradoras em detrimento de uma diversidade significativa de territórios sustentáveis. Nos limitamos a expor as principais questões que resultaram na rede de articulação e apoio denominada Comitê de Combate à Megamineração no Rio Grande do Sul (CCM/RS) e como ela tem fortalecido a luta popular e a defesa dos territórios.

### **Rio Grande do Sul: o avanço da “nova fronteira de mineração”**

O conjunto de dimensões que envolvem a exploração mineral – social, político, cultural, econômico, ambiental –, tem levado a uma ampla reflexão sobre a implantação desses projetos, bem como provocado questionamentos, como: a quem e para quem serve esta atividade? Tal fato tem provocado a observação: da gama de articulações das mineradoras com uma diversidade de entidades da sociedade civil e o Estado; das demandas por infraestrutura territorial para efetivação de megaempreendimentos minerários; e da disponibilidade de malha logística, e oferta de água e energia.

De acordo com levantamento do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), esta disponibilidade de malha logística já está constituída em grande parte, no estado

do Rio Grande do Sul, sobretudo na metade sul do estado, de acordo com cruzamento de informações de áreas requerimentadas (ANM, 2019) e projetos em licenciamento ambiental (FEPAM, 2019). Cortam o estado, na respectiva porção, a malha ferroviária dos trechos Uruguaiana a Porto Alegre, com eixo que desvia até Pelotas e Rio Grande, e Rodovias Federais.

No que concerne aos dados sobre as áreas em processo de requerimento na ANM, em levantamento realizado por Salgueiro (2019), com base nos dados disponibilizados pela agência, existem uma série destas em todo o estado. Em 2019, eram 22.171 áreas registradas na ANM (2019), dentre essas, 3.216 em fase de “requerimento de pesquisa”, 6.832 em “autorização de pesquisa”, 1.249 em “requerimento de lavra”, 735 correspondentes a “concessão de lavra”, 1.765 em “requerimento de licenciamento”, 4.702 em “licenciamento”, 154 em fase de “requerimento de lavra garimpeira”, 215 de “lavra garimpeira”, 395 em fase de “requerimento de registro de extração”, 2.548 com “registro de extração” e 360 em “disponibilidade”.

São quatro os projetos que, atualmente, estão em fase de Licenciamento Ambiental em órgãos licenciadores tanto de âmbito estadual, na Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler (FEPAM), quanto federal, no Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). São eles: Projeto Mina Guaíba, com área de implantação entre os municípios de Eldorado do Sul e Charqueadas, para mineração de carvão; Projeto Retiro, com área no município de São José do Norte, para titânio; Projeto Três Estradas, em Lavras do Sul, para fosfato; e Projeto Caçapava do Sul, em município de mesmo nome, que prevê a mineração de chumbo, zinco e cobre.

No que tange à distribuição geográfica desses projetos no estado, ela ocorre principalmente em sua porção sul. Mas quan-



do consideramos as dimensões social, econômica, política e ambiental, percebemos que se trata de região com importância ímpar, por compreender territorialização rica e diversa.

Tais áreas vislumbradas pela mineração no estado coincidem justamente com: as regiões de maior incidência dos territórios dos povos tradicionais, como quilombolas, ribeirinhos, pescadores, pequenos agricultores e pecuaristas familiares; importantes territórios de povos indígenas – Guarani, Charrua, entre outros – e suas áreas de trânsito; os territórios de trânsito dos povos Ciganos, territórios de povos Pomeranos (ligados ao Comitê dos Povos e Comunidades Tradicionais do Pampa); localidades onde estão presentes movimentos sociais, como os assentamentos rurais do MST; e os pequenos agricultores organizados no Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA).

Nesse sentido, com as ocorrências de manifestações contrárias aos projetos nos respectivos territórios, tornou-se imprescindível a construção de discurso contrário ao modelo de desenvolvimento disseminado pelas mineradoras, que desconsideraram totalmente os modos de vida destes camponeses e povos tradicionais. A partir daí diversos elementos como a oferta de empregos, de desenvolvimento econômico e sustentabilidade propagandeados, foram problematizados de acordo com a realidade do avanço da fronteira de mineração sobre o estado do Rio Grande do Sul.

Outra argumentação difundida pelas empresas mineradoras, com o objetivo de amenizar os possíveis impactos destes projetos no estado, é de que o Rio Grande do Sul é um estado minerador, enfatizando o potencial minerador de carvão, principalmente.

Segundo informações presentes no Anuário Mineral Brasileiro (2019), entre as principais substâncias encontradas no estado estão as reservas de minerais não metálicos de Caçapava

do Sul, mas também reservas de Zinco, de Cobre e de Chumbo. O documento ainda demonstra os dados da produção do estado, comparando-os aos principais estados minerados do país, o que gera a sensação de que a produção mineral no estado é baixa.

Esse compilado também apresenta dados, que corroboram com nossas argumentações sobre o saque mineral (a partir das tabelas de exportações), de que China e Estados Unidos são os principais importadores dos minerais brasileiros. Ao longo da divulgação dos projetos no estado, foram levantados nomes de empresas investidoras dos respectivos países, como alguns dos principais investidores junto das mineradoras com projetos em licenciamento no RS.

O Informe Mineral, relativo ao primeiro semestre de 2018, também explicita informações que contribuíram na reflexão sobre os argumentos das empresas. Entre elas a diminuição dos postos de trabalho na mineração de carvão no estado, já que 67 postos foram suprimidos, o que é bem diferente do discurso de geração de emprego e desenvolvimento que disseminam. Também cabe destacar que, nos casos dos projetos em licenciamento, apenas no EIA/RIMA do Projeto Mina Guaíba, consta a informação da quantidade de empregos a serem gerados. Nos demais (os outros três), as empresas sequer tiveram o interesse em oficializar a quantidade de vagas, optando por noticiar apenas em alguns meios de comunicação.

A seguir serão apresentadas informações gerais sobre os projetos em fase de licenciamento ambiental no estado do RS.

### **Projeto Caçapava do Sul**

O Projeto Caçapava do Sul é de responsabilidade da *Nexa Resources*, empresa do Grupo Votorantim (responsável também pela expansão dos monocultivos de Eucalipto para celulose no

RS), em associação à canadense IAmGold. O projeto prevê a mineração, entre 20 a 25 anos, de zinco, cobre, chumbo (com potencial ocorrência de ouro e prata), destinados à China e Bélgica (Votorantim, 2016), sendo seu foco principal a extração de 36 mil toneladas de chumbo, metal pesado reconhecido por contaminar água, ar e por seu potencial bioacumulador nos organismos, entrando na cadeia trófica dos ecossistemas.

O município de Caçapava do Sul localiza-se na região conhecida como Alto Camaquã, classificada como de importância extremamente alta para a conservação, no mapa das Áreas Prioritárias para Conservação da Biodiversidade, publicado em 2007 pelo Ministério do Meio Ambiente. Segundo Durigon e Seifert Jr. (2020), a região é composta por morros e cristas de serras de granito, com campos do bioma pampa, entremeados por afloramentos rochosos, com espécies de cactáceas endêmicas e matas de galeria, gerando um mosaico vegetal de exuberante beleza paisagística.

Os produtores da região se organizam através de associações como a Associação para o Desenvolvimento Sustentável do Alto Camaquã (ADAC), que é constituída por 25 associações comunitárias de oito municípios, e administra a marca coletiva Alto Camaquã que conta com cerca de 30 produtos comercializados com o selo de qualidade e sustentabilidade da região, tais como carnes, lã, artesanato, doces, mel, pesca, além do turismo (Silveira, 2016). A mina de polimínérios impactaria todo este projeto de desenvolvimento sustentável de base local: “quem vai querer comprar produtos da nossa região, se a mineração vier pra cá? Quem vai se arriscar a comprar alguma coisa que pode estar contaminada?” questiona o pecuarista familiar Regis Colares (Territórios X Mineração, 2019).

O projeto iria impactar as nascentes do Rio Camaquã, suprimindo 24 nascentes e 25 olhos d’água, além da possibili-

dade de contaminação das águas do Rio que é fonte de água e alimento para milhares de famílias de cerca de 30 municípios. Além gerar impactos oriundos da poeira com metais pesados, com potencial de contaminar as comunidades, os animais de criação e a flora e a fauna nativas.

O projeto tem sofrido forte resistência das comunidades locais, que têm identidade cultural bastante arraigada no território e seus modos de vida e foram invisibilizadas no processo de licenciamento ambiental. Inicialmente, só duas audiências públicas para cumprir o rito legal do processo de licenciamento ambiental foram previstas, mas por pressão popular e através do MPE, foram realizadas outras audiências, o que foi importante para a aglutinação dos movimentos contrários e soma de forças, bem como para divulgação dos problemas do projeto.

A expectativa da empresa era de obter Licença Prévia até final de 2016 e Licença de Instalação até o final de 2017, porém por resultado da intensa mobilização popular, até o momento a empresa não obteve nenhuma licença, e estaria refazendo todo o projeto e novos estudos para reapresentar a proposta.

### **Projeto Retiro**

O Projeto Retiro foi proposto pela empresa RGM – Rio Grande Mineração, de capital Canadense, que pretende minerar 325 mil toneladas anuais de Titânio (ilmenita, rutilo e zirconita), em 21 anos, em São José do Norte (RGM, 2014).

O município localiza-se em uma estreita faixa entre a Lagoa dos Patos e o oceano Atlântico, que possui um equilíbrio ecológico de ecossistemas costeiros altamente frágeis e relevantes para a conservação da biota em escala mundial (praias, dunas e banhados). Tem como atividade econômica predominante a pesca artesanal e a agricultura familiar (produção de cebola e silvicultura (pinus). Esse ambiente e esses modos de vida se-

riam inviabilizados, pois não haveria convivência possível com a mineração. Além disto, a cidade tem seu abastecimento de água integralmente realizado a partir da água subterrânea, que poderia ser também comprometido pelas atividades da mina.

Na primeira fase, o projeto visa minerar em uma área de 30 km de extensão por 1,6 km de largura, e 15 m de profundidade. Mas existe a previsão de mais duas fases, que ampliaria a área para uma extensão de 80 km (mais de metade da extensão do município inteiro), totalizando mais de 12 mil hectares destruídos (IBAMA, 2015). Trata-se de mais um caso de fracionamento do licenciamento ambiental de um projeto mais amplo chamado de Atlântico Sul. Esta prática de dividir projetos em partes para solicitar o licenciamento ambiental parece ser adotada no sentido de facilitar a aceitação pública e de diminuir a complexidade e as exigências dos órgãos ambientais, já que uma vez consolidada a primeira fase dos empreendimentos torna-se mais difícil evitar as demais fases.

A população de São José do Norte há pouco tempo já passou por uma grande frustração relacionada a grandes empreendimentos com a instalação de um estaleiro (vinculado ao polo naval de Rio Grande). Logo após o início do funcionamento, as principais promessas de desenvolvimento não se cumpriram. Além da baixa absorção de mão de obra local, a população ocupa postos de trabalho de baixa qualificação e, portanto, com remunerações inferiores aos demais trabalhadores. Ademais, o aumento de impostos não se refletiu na melhoria dos serviços públicos (Gautério; Freitas, 2020).

Em junho 2017, a empresa recebeu Licença Prévia do IBAMA, mas em maio de 2019 a comunidade local conseguiu aprovar uma alteração no Plano Diretor Municipal, estabelecendo que são proibidas “atividades de mineração de porte médio, porte grande e porte excepcional para todos os tipos de mineração,

em todas as zonas do Município” (Weissheimer, 2019a). Foi assim construído um importante impasse ao avanço dos planos das mineradoras no local.

### **Projeto Fosfato Três Estradas**

Este projeto desencadearia e viabilizaria economicamente uma série de minas a céu aberto para exploração de fosfato na região. Trata-se de um grande e amplo projeto chamado de Rio Grande (Globalfert, 2015), sendo Três Estradas somente o primeiro passo. O Projeto Fosfato Três Estradas, da empresa australiana *Aguia Resources Limited*, pretende extrair fosfato, como principal produto, e calcário agrícola como produto secundário, em uma área de cerca de 1.000 hectares na localidade de Três Estradas, no município gaúcho de Lavras do Sul. O projeto ameaça uma das áreas mais conservadas do Bioma Pampa, o abastecimento de água e a saúde de centenas de famílias ao longo da Bacia Hidrográfica do Rio Santa Maria, além de trazer prejuízos ou mesmo a inviabilização da produção de muitos orizicultores e pecuaristas familiares.

O projeto compreende uma cava em área de 183,94 ha; duas pilhas de estéril, cujas áreas correspondem respectivamente a 116,1 ha e 228,74 ha; uma planta de beneficiamento (o circuito produtivo deve demandar 360 m<sup>3</sup>/h de água); duas barragens de rejeitos: 1) Barragem Leste, com área de 338.630 m<sup>2</sup>, para rejeitos que não serão aproveitados e 2) Barragem Sul, com área de 1.374.376 m<sup>2</sup>; e uma barragem de água, com capacidade de reservação de água na ordem de 2,1 Mm<sup>3</sup>, em área de 66 hectares. Desse modo, o projeto totaliza cerca de mil hectares de estruturas (FEPAM, 2019).

O território apresenta grande vocação para a criação de gado de corte de alta qualidade, além de outros produtos e serviços associados, conservando os campos nativos do Bioma

Pampa, e perpetuando modos de vida verdadeiramente sustentáveis em harmonia com o ambiente, ao longo de gerações, em contraposição à atividade mineradora, altamente impactante e que apresenta ciclos econômicos curtos.

Além da destruição, no local da mina, de campos nativos, matas ciliares, nascentes, dezenas de pequenas propriedades produtivas, patrimônio arqueológico, habitats para fauna e biodiversidade, os impactos do projeto podem tomar proporções catastróficas na medida em que a poluição atmosférica, a contaminação das águas superficiais, e os possíveis rompimentos de barragens poderiam afetar a região do entorno do empreendimento e a Bacia do Rio Santa Maria como um todo. Uma das barragens de rejeitos teria capacidade final de 23 milhões de m<sup>3</sup> (Golder Associates, 2017, p. 59), ou seja, teria o dobro do volume de rejeitos que havia armazenado na Barragem da Vale S. A. da Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho/MG. Aqui cabe o questionamento: como prever, nos estudos de impacto ambiental e consequentemente no licenciamento ambiental, o risco de gestão criminosa das empresas ao operar seus empreendimentos?

Uma das formas de resistência empregadas por proprietários é impedindo o acesso da empresa à suas áreas para elaboração de estudos e prospecções. Segundo relatos, as intervenções da empresa têm levado a rompimentos de laços comunitários históricos, levando inclusive alguns moradores a serem processados pela mineradora.

A Licença Prévia desse projeto foi concedida em outubro de 2019, porém tramita no Ministério Público Federal um Inquérito Civil, no qual um Laudo Pericial reconhece que os pecuaristas familiares da área diretamente afetada e de influência do projeto apresentam características socioculturais condizentes com o conceito de povos e comunidades tradicionais e

que a terra que ocupam enquadra-se como território tradicional (PGR, 2020), o que representa um avanço no sentido de estas famílias terem garantido seu direito à consulta livre, prévia e informada, que não foi realizado.

### **Projeto Mina Guaíba**

O Projeto Mina Guaíba, da empresa Copelmi Mineração Ltda., pretende abrir a maior mina de carvão a céu aberto do Brasil, pretendendo extrair 166 milhões de toneladas de carvão bruto, em 23 anos de operação, ocupando uma área de cerca de 5.000 hectares entre os municípios de Eldorado do Sul e Charqueadas, próximo à Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul. A mina está atrelada à um projeto de Polo Carboquímico para gaseificação do carvão. O Ministério Público Estadual ingressou com uma ação contra a FEPAM e o estado com o objetivo de suspender a emissão de licença ambiental para qualquer empreendimento relacionado ao projeto de instalação do Polo, devido à falta de discussão com a sociedade, que o Ministério Público Estadual classificou como um grave déficit democrático (Weissheimer, 2019b).

A seguir são apresentados alguns dos elementos apontados na publicação *Painel de Especialistas: Análise Crítica ao EIA/RIMA da Mina Guaíba*, organizada pelo Comitê de Combate à Megamineração no RS e lançada em dezembro de 2019.

Além de desviar o curso de dois arroios, a mina projetada localiza-se à cerca de 1.500 metros do Rio Jacuí que consiste no único componente responsável pela segurança hídrica (em termos de quantidade, qualidade e baixo risco tecnológico) de 2 milhões de habitantes na região de Porto Alegre. O Jacuí poderia ser contaminado por Drenagem Ácida da Mina (DAM) com metais pesados tóxicos como cádmio, chumbo, mercúrio e arsênio. Haveria também o rebaixamento do lençol freático,



podendo secar poços na região, e destruir um aquífero que acumula tanta água quanto a metade do volume do Lago Guaíba.

Os estudos da própria empresa apontam que a qualidade do ar seria severamente afetada no entorno da Mina. Há um ponto que beira a perversidade nesse projeto: a empresa pretende minerar por cerca de 5 anos com as pessoas vivendo dentro da Área Diretamente Afetada, onde vivem cerca de 200 famílias (de agricultores e assentados) e onde os padrões de qualidade do ar poderiam ser ultrapassados em até de 240%. Estas famílias são objeto de um programa de reassentamento involuntário. Os estudos ainda apontam que, em determinadas condições atmosféricas haveria incremento de material particulado em Charqueadas, Triunfo, Eldorado do Sul, Guaíba e Porto Alegre.

Este projeto traz ameaças ao Parque Estadual Delta do Jacuí e à Área de Proteção Ambiental Delta do Jacuí, Unidades de Conservação de altíssima relevância para a conservação da biodiversidade local, abrigando espécies de flora e fauna ameaçadas de extinção. Ainda, alteraria por completo a paisagem local, característica de planície de inundação, deixando uma pilha de estêreis de até 30 metros de altura.

Os estudos apresentam diversas inconsistências conceituais e metodológicas, inclusive na definição da área de influência do empreendimento, principalmente ao não incluir o município de Porto Alegre como Área de Influência. Foram desconsideradas as perdas econômicas em atividades que serão inviabilizadas, pois na região encontram-se cerca de 10.000 hectares de produção de arroz, sendo que parte é de arroz orgânico certificado, que compõe a maior produção de arroz orgânico da América Latina, através de uma cooperativa de assentamentos da reforma agrária. Há também a produção de hortifrutigranjeiros, que além de assegurarem a segurança alimentar dos produtores

abastecem mais de 40 feiras na região metropolitana de Porto Alegre. Os indicadores socioeconômicos dos municípios gaúchos que mineram carvão desmentem o discurso do desenvolvimento pela mineração. Também, ressalta-se que os impactos na saúde não foram avaliados, apesar da farta bibliografia que associa a mineração do carvão mineral a doenças diversas.

Apesar da presença de duas aldeias indígenas Mbyá Guaraní (Tekoá Guajaivy e Tekoá Pekuruty) no entorno do empreendimento, o EIA-RIMA não apresenta um Componente Indígena. O Cacique de uma das aldeias foi alvo de uma ameaça de morte e duas tentativas de intimidação entre o dia 13 e 20 de setembro de 2019 (CCM/RS, 2019, p. 182).

Dentre os impostos que a empresa declara que iria gerar com a operação da Mina, o mais significativo seria o ICMS (R\$ 59 milhões/ano), porém se descobriu que houve a assinatura de um Protocolo de Intenção entre o estado do Rio Grande do Sul e a empresa Copelmi, visando diferir o ICMS pelo prazo mínimo de 15 anos (lembrando que o projeto tem 23 anos de operação prevista) (CCM/RS, 2019). Este e outros fatos demonstram o papel dos governos na arquitetura dos megaempreendimentos do capital transnacional

Inicialmente, estava prevista apenas uma audiência pública a ser realizada no município de Charqueadas, mas por pressão dos movimentos da sociedade civil ocorreu uma segunda audiência oficial do processo de licenciamento ambiental, desta vez no município de Eldorado do Sul e com um processo de informação e mobilização social maior, em que a maioria dos participantes expressou seu repúdio ao projeto. Foram conquistados outros importantes debates e, segundo levantamento realizado por Luz e Flores (2020), 70% das manifestações realizadas nas reuniões públicas e no processo de licenciamento ambiental foram contrárias ao empreendimento. Uma peculiaridade que

se evidenciou foi o fato de que quando a sociedade civil começou a organizar-se e questionar o projeto, a empresa mudou sua estratégia de comunicação, passando de uma postura pública proativa à uma ausência de exposição, inclusive não comparecendo a debates públicos (AMA, 2019; Medeiros, 2019).

A expectativa da empresa inicialmente era de obtenção da Licença Prévia em 2014, e já estaria operando neste momento, porém o EIA/RIMA, conforme exposto, apresentou uma série de lacunas e omissões, identificadas por diversos pareceres de especialistas (que apontaram para a inépcia dos estudos e para a inviabilidade ambiental do projeto). Como resultado de toda mobilização social e técnica, o órgão ambiental estadual, a FEPAM, solicitou mais de 100 itens a serem complementados nos estudos. O prazo para resposta era dezembro de 2019, porém a empresa solicitou uma prorrogação.

O processo de licenciamento ambiental atualmente está suspenso por liminar na justiça em função da falta de consulta prévia, livre e informada às aldeias Mbyá Guaraní localizadas no entorno, desrespeitando a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Apesar da postura da empresa que evidencia o desrespeito aos povos, seu direito foi reconhecido pela justiça. Um dos flancos da luta neste momento é para que haja a construção de um protocolo de consulta legítimo que reflita a decisão das comunidades. Se a voz dos povos originários for ouvida de fato, não haverá Mina Guaíba.

### **Articulação do Comitê de Combate à Megamineração no Rio Grande do Sul: alguns dos passos da caminhada**

Ao longo do ano de 2019, foi dado o início da construção de uma rede de articulação contrária ao avanço da mineração, como entendido a partir dos elementos abordados nas seções

anteriores. Tal articulação concluiu na formação do Comitê de Combate à Megamineração no Rio Grande do Sul (CCM/RS).

Partimos do entendimento de que os projetos de mineração fazem parte de uma articulação internacional do capital para a mineração de grande porte e os territórios de interesse dessas grandes corporações são sistematicamente alvo de uma diversidade de investidas, nas mais diversas formas. Ainda, a tentativa de luta e resistência dos sujeitos dos territórios a esses empreendimentos, isoladamente, não adquire força suficiente para barrar esses projetos, visto a complexidade de dimensões que são envolvidas, econômica, social, ambiental e a trama de relações políticas desempenhadas. Nesse sentido, as iniciativas foram no sentido de dar forma a esta rede articulada, contrária ao avanço da mineração sobretudo nas regiões do estado.

As empresas com projetos de mineração em licenciamento já atuam nos territórios desde a primeira metade da década de 2010. Porém, foi principalmente nos últimos anos, a partir de 2018, que alguns estudos feitos pelo MAM e trazidos a público denunciaram as dimensões de suas ofensivas, como noticiado em “É preciso criar rápido bloco de resistência no RS. O que se anuncia aqui é um novo Carajás” (Weissheimer, 2018). A reportagem trazia com destaque o Projeto Retiro, de mineração de titânio em São José do Norte, e denunciava a ofensiva da mineração sobre as áreas de fronteira, incluindo os Projetos de Caçapava do Sul. Anunciava o bloco minerador e com ele a possibilidade de descaracterização regional de mais de vinte municípios. Até então, o conhecimento das áreas em requerimento dava o entendimento da conformação da ocorrência de um bloco minerador, juntamente dos projetos em licenciamento até então conhecidos, de São José do Norte e Caçapava do Sul.

Se dentre as táticas das mineradoras estão o mínimo de divulgação possível dos projetos, restringindo-se aos territórios que serão atingidos e, no máximo, ao município atingido; e o discurso de desenvolvimento econômico, geração de empregos e a promessa da indenização. A divulgação desta ofensiva a partir do artigo publicado com tais denúncias suscitou outras de comunidades que se encontravam imobilizadas diante da persuasão de empresas mineradoras que decretavam o fim dos territórios em prol do desenvolvimento. Neste contexto surgiram também lideranças denunciando o licenciamento do projeto Mina Guaíba.

Em pesquisa mais aprofundada, sobre as áreas em licenciamento ambiental para implantação de mineração, o MAM levantou os quatro projetos: Projeto Retiro, em São José do Norte, para mineração de titânio; Projeto Caçapava do Sul, no município de mesmo nome, que prevê mineração de chumbo, zinco e cobre; Projeto Mina Guaíba, entre os municípios de Eldorado do Sul e Charqueadas, para mineração de carvão; e Projeto Três Estradas, em Lavras do Sul, para mineração de fosfato.

Dessa forma, um importante artigo foi publicado em abril de 2019, também pelo Sul 21, em entrevista com militantes do MAM, intitulado “Projetos de mineração ameaçam território de pelo menos 88 assentamentos de Reforma Agrária no RS” (Weissheimer, 2019c). Nele, foi exposta, precisamente, a configuração do atual cenário no que diz respeito aos projetos em licenciamento e às áreas em requerimento e uma análise significativa da questão, com destaque para a denúncia da ofensiva projetada para a região de Porto Alegre, com o Projeto Mina Guaíba sendo licenciado pela Copelmi Mineração.

O Projeto Mina Guaíba figurava o ponto central dos territórios ameaçados: a descaracterização social, cultural, econômi-

ca e ambiental das regiões. E cerca de 88 assentamentos rurais de reforma agrária, além de pequenos agricultores, pecuaristas familiares, quilombolas, indígenas e outros povos tradicionais, encontravam-se ameaçados.

O grande salto foi compreender que o que se avançava se tratava de um bloco minerador, portanto, a luta não poderia ser menor. As lutas não poderiam se dar somente no/do território, nem apenas contrária a implantação de apenas um projeto, mas através de uma rede de articulação robusta, para fazer o embate contra a ofensiva deste bloco minerador.

Uma primeira tentativa de construção da rede de apoio à luta nos territórios, ocorreu na cidade de Pelotas, município de grande importância para a região Sul. Na ocasião, participaram lideranças dos territórios, membros de comitês de povos tradicionais, militância de movimentos sociais e sindicais da região e Organizações Não Governamentais (ONGs) ambientalistas. Dentre seus objetivos, evidenciavam a apresentação dos levantamentos realizados com relação ao mapeamento de áreas requeridas na ANM e dos projetos em licenciamento ambiental, sensibilizando as entidades que fazem as lutas sociais em defesa de seus territórios. Tratou-se de importante reunião que provocou para a relevância do problema a ser enfrentado nos próximos anos e da necessidade de construção de uma ferramenta que possibilitasse embate ao avanço dessa fronteira.

Na capital do estado, abril e maio foram meses de intensa construção da articulação e de apresentação desta avalanche de áreas em requerimento e de projetos em fase de licenciamento ambiental, para entidades que se sinalizavam contrárias aos projetos de mineração nesses territórios camponeses. Dos quatro projetos em licenciamento ambiental, o projeto Mina Guaíba, por sua magnitude e por estar a menos de 2 km de um dos rios mais importantes para o abastecimento público

de água de Porto Alegre (e de outros municípios da região metropolitana) e a cerca de 15 km de distância de seu centro histórico, passou a chamar atenção de diversas entidades, históricas ONGs ambientalistas, pesquisadores das universidades, parlamentares, movimentos sociais e sindicais, e coletivos de uma diversidade de lutas.

Nesses meses, ocorreram algumas atividades que já sinalizavam grande preocupação de algumas entidades e de pesquisadores das universidades especificamente. No final de abril, ocorreu uma palestra que tratava dos territórios ameaçados pelos projetos de mineração na Assembleia Legislativa Estadual, que focaram nos projetos que ameaçavam os biomas Pampa e Mata Atlântica e conseqüentemente, comunidades tradicionais que convivem com a preservação desses ambientes, já citando os possíveis impactos ambientais do Projeto Caçapava do Sul e Três Estradas e o Projeto da Mina Guaíba, com maior vigor. A exposição foi realizada por representantes das entidades Fundação Luterana de Diaconia (FLD), Setor de Direitos Humanos do MST e o pesquisador e professor Paulo Brack (do Instituto Gaúcho de Estudos Ambientais – InGá). As movimentações que vinham causando curiosidades sobre o projeto Mina Guaíba, até então camuflado pela mineradora Copelmi, passaram a suscitar ainda mais discussões quando este passou a ser de conhecimento dos importantes setores da sociedade, juntamente da compreensão das dimensões do bloco minerador que avançava sobre o estado, com os projetos em licenciamento, espacialmente bem dispostos sobre as metade sul e grandes quantidades de áreas requerimentadas em andamento.

Um trabalho conjunto com MAM, MST e os moradores do Guaíba City (o loteamento rural, que junto do assentamento Apolônio de Carvalho, fazem parte da área pretendida para

exploração do carvão) foi iniciado, no sentido de construir um entendimento, primeiramente da população local sobre o que significava a mineração do carvão, inclusive desmistificando e desmentindo todas as promessas e dúvidas que a mineradora insistentemente produzia no local. Ao passo que isso foi acontecendo, também foram surgindo apoios aos sujeitos do local, de diversas entidades, das mídias que noticiavam a real situação do assentamento, bem como de pesquisadores que buscaram o EIA/RIMA para entender melhor o projeto.

Desde então, iniciaram as tentativas de descaracterização das denúncias de impactos ambientais, sociais e econômicos na área, por entidades, como a Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul (SERGS), que realizou um seminário intitulado: “Novos Aproveitamentos para o Carvão Mineral do Rio Grande do Sul – Tecnologias Inovadoras” (em 4 de maio), no qual foi debatida a Implantação do Polo Carboquímico Gaúcho. O evento contou com a participação de “especialistas”, realizado no salão nobre do Hotel Plaza São Rafael, no Centro Histórico de Porto Alegre, onde foi também realizada a primeira manifestação contrária a implantação do Projeto Mina Guaíba (SERGS, 2019).

As atividades que foram construídas ao longo do mês de maio de 2019 foram de fundamental importância para compreender esse processo. O MAM construiu sua primeira Assembleia Popular da Mineração, no município de São José do Norte, em 15 de maio, momento no qual se debateu o Projeto Retiro pela população que se posicionou contrária ao projeto. Foram cerca de 250 participantes que disseram “Não à mineração em São José do Norte”. Na ocasião, participaram cerca de 15 pessoas, entre moradores do Assentamento Apolônio de Carvalho, Guaíba City e Eldorado do Sul, com o propósito, em conjunto, de construir igual espaço para discutir popularmente



o Projeto Mina Guaíba. Em preparação para ida até São José do Norte, foi construída a articulação para o deslocamento das pessoas, o transporte e a confecção de faixas de apoio entre os territórios ameaçados pelo Projeto Mina Guaíba, apoiando a luta de São José do Norte. Cerca de um mês após a assembleia, a prefeita do município, pressionada, sancionou o Plano Diretor, que tem parágrafo proibindo a mineração de metais pesados (Weissheimer, 2019a).

Os diretórios acadêmicos dos cursos de Engenharia de Minas e Engenharia Ambiental, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), promoveram, em 23 de maio de 2019, uma palestra sobre o projeto Mina Guaíba, que teve como debatedores o engenheiro civil Cristiano Weber, representando a Copelmi; André Zingano, professor do Departamento de Engenharia de Minas, da UFRGS; Rualdo Menegat, geólogo e também professor da UFRGS; e Francisco Milanez, presidente da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN).

No dia 27 de maio foi organizada uma visita ao assentamento Apolônio de Carvalho e Guaíba City por algumas entidades, como AMA Guaíba, Amigos da Terra Brasil, grupo de pesquisadores Temas, MAM e Sul21, para produção de matéria jornalística e articulação entre as entidades e os territórios. Essa atividade foi importante porque deu início aos primeiros estudos sobre as questões sociais e ambientais presentes no local e que não constavam no EIA/RIMA do projeto Mina Guaíba.

Nesse período, já havia a circulação de um convite a diversas entidades, partidos, movimentos sociais, fóruns, comitês da região metropolitana de Porto Alegre para participar da reunião, chamada na época pela AGAPAN e pela Associação do Pessoal da Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Sul (APCEF/RS) para construção de articulação. Em 29 de maio,

aconteceu a reunião que deu origem ao Comitê de Combate a Megamineração do RS. Estiveram presentes 30 representantes de entidades e houve relatos diversos das lutas em diferentes regiões do estado. A discussão se ateve em construir uma Frente ou um Comitê, e a decisão foi pela segunda.

Conformou-se a coordenação inicial com representantes das entidades AGAPAN, APCEF/RS, MAM, AMA Guaíba. O lançamento do Comitê foi marcado para o dia 18 de junho. O nome da articulação foi construído em reunião da coordenação, após alguns dias, ficando Comitê de Combate à Megamineração no Rio Grande do Sul (CCM/RS). Foi ainda feito um convite através do MAM, para a Assembleia Popular na Mineração para debater o projeto Mina Guaíba.

Construída e articulada por lideranças dos territórios e pelos movimentos MAM e MST, a assembleia ocorreu no dia 11 de junho, em Eldorado do Sul. Foram cerca de 300 pessoas participantes, e representantes de diversas entidades. No dia 18 de junho foi lançado o Comitê de Combate à Megamineração e um manifesto contra o avanço da mineração no estado, o que incluía os 4 projetos de mineração em licenciamento ambiental. No lançamento, 80 entidades de todo o estado assinaram o manifesto de adesão ao Comitê. Também houve a organização de 3 frentes de atuação: Frente de Mobilização; Frente de Comunicação; e Frente Técnica.

Anterior à articulação do CCM/RS no final de maio, tornou-se de conhecimento público a realização de audiência pública da FEPAM no município de Eldorado do Sul. A primeira audiência havia ocorrido em Charqueadas, e a empresa se negava a realizar uma outra também em Eldorado do Sul já que, apesar dessa última localidade ter a maior área designada para a implantação da mina, era em Charqueadas que a empresa encontrava apoio dos partidos políticos. Por pressão

popular, através de pedidos oficiais de entidades ao Ministério Público (estadual e federal), a FEPAM concedeu a realização de Audiência Pública oficial no processo de licenciamento no município de Eldorado do Sul, que foi marcada para 26 de junho.

No período anterior à Audiência Pública, foram articulados, com técnicos e pesquisadores, estudos sobre o EIA/RIMA, com o intuito de protocolar o processo da audiência, que tinha o prazo de protocolo até 4 de julho. Foram organizadas também as falas dos técnicos e pesquisadores com o resultado dos seus laudos para a audiência, bem como houve a orientação para que todas as entidades envolvidas no CCM/RS e no território mobilizado fizessem declarações. Além disso, foram produzidos cartazes, faixas e diversos tipos de manifestações criativas que foram levadas para a audiência.

Com a mediação da FEPAM, a empresa Copelmi apresentou o projeto à população de Eldorado do Sul ao longo de uma hora, marcada em muitas afirmações, pela hostilização do público, dado o nível de observação dos impactos naturalizados pela empresa. Foram mais de oito horas seguidas de argumentações da população envolvida, junto de embasamento técnico quanto ao EIA/RIMA. Participaram sobretudo a população do município de Eldorado do Sul, Charqueadas e Porto Alegre, mobilizada pela articulação do CCM/RS e, conseqüentemente, das entidades envolvidas.

A repercussão positiva da audiência também motivou o protocolo dos documentos na semana seguinte, organizado para ser realizado em conjunto pelos técnicos, que já haviam protocolado seus pareceres na FEPAM, acalorados por um ato de manifestação. Pediam, naquele momento, a suspensão do projeto, bem como audiência pública oficial do projeto em Porto Alegre.

Reconhecer que o município também será atingido, de acordo com a análise feita pelo compilado de pareceres da Frente Técnica do CCM/RS, significa reconhecer que o projeto é inviável, pois impactaria água, ecossistema, sociedade, economia, cultura de demais municípios da região metropolitana das mais diversas formas. Estes pareceres contribuíram posteriormente com inúmeras questões elaboradas pela FEPAM para a Copelmi com o prazo de três meses, vencidos em dezembro (2019), para que a empresa apresentasse as complementações dos estudos.

A partir desse momento, foi desencadeado um conjunto de Audiências Públicas articuladas com Câmaras de Vereadores, Parlamentares e Ministérios Públicos que promoveram espaço de discussão do projeto, visto a negativa da empresa em reconhecer os impactos deste projeto de megamineração na região metropolitana de Porto Alegre.

Em 11 de julho, foi realizada Audiência na Câmara dos Vereadores de Guaíba, onde a empresa e a FEPAM não compareceram, e que das manifestações das pessoas presentes em torno do projeto, 100% se mostraram contrárias. Na ocasião, a AMA Guaíba fez exposição dos impactos socioambientais do projeto.

Em 15 de julho foi a vez da Audiência Pública articulada na Câmara de Vereadores de Porto Alegre, e novamente a Copelmi e FEPAM não compareceram. Nesse momento, evidenciou-se a modificação da estratégia da mineradora, que antes da audiência oficial em Eldorado do Sul mantinha circulação intensa nas proximidades da área pretendida, como também em Porto Alegre, promovendo visitas a outra área de mina exaurida por eles, com o discurso de que a área se encontrava “recuperada”.

Ocorreram, ainda, as Audiências da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a conjunta dos Ministérios Públicos (esta-

dual e federal). A audiência realizada na OAB teve o intuito de debater a Política Estadual do Carvão, em 19 de agosto, em torno do Decreto n. 54.136 (de 3 de julho de 2018) e do Projeto de Lei n. 15.047 (de 29 de novembro de 2017). A audiência dos Ministérios Público Estadual e Federal debateu o Projeto Mina Guaíba e seus impactos na região metropolitana. Novamente, foi realizada a articulação com o Comitê para exposição das pesquisas sobre os impactos da mineração de carvão para abastecimento de água, poluição atmosférica e produção de alimentos na região metropolitana de Porto Alegre.

Entre a ocorrência das audiências, outras atividades aconteceram, como um debate no Instituto Goethe, em Porto Alegre, no início de agosto de 2019 e o Ato Grito dos Excluídos da região metropolitana de Porto Alegre, no início de setembro, realizado na Vila Operária em Canoas, junto da Igreja, Caritas, e movimentos sociais.

Nos fins de setembro, houve a articulação e mobilização para a Audiência Pública sobre o Projeto Mina Guaíba, ocorrida no espaço da Assembleia Legislativa Estadual do Rio Grande do Sul. A Audiência teve como discussão central a mineração de carvão na região metropolitana de Porto Alegre e seus respectivos impactos sociais, econômicos, ambientais e culturais.

Todas as atividades foram permeadas pela mobilização da população e de representantes das mais diversas entidades organizadas no CCM/RS, com o objetivo central de divulgar o avanço dos projetos de mineração. Nesse sentido, houve ocupação de diversos espaços públicos com debates, panfletagens e divulgação em feiras.

Dado o fôlego necessário em torno do projeto de mineração na região metropolitana, passou-se a reforçar a articulação com os demais territórios do estado, sobretudo dos que estão com os

projetos de mineração em processo de licenciamento ambiental. Nesse sentido, em novembro do mesmo ano, realizamos a primeira Caravana de articulação no município de Lavras do Sul, território ameaçado pelo projeto Três Estradas que prevê a exploração de fosfato. Participaram dessa caravana representantes das entidades envolvidas no CCM/RS, como MAM, Amigos da Terra Brasil, AMA Guaíba e Coletivo Catarse.

O ano foi finalizado com o lançamento do Painel dos Especialistas, em 12 de dezembro de 2019, resultado do compilado de estudos que os técnicos e pesquisadores apresentaram e protocolaram no processo do licenciamento na FEPAM no final de julho desse mesmo ano. O compilado que resultou no Painel dos Especialistas do projeto Mina Guaíba teve inspiração no Painel dos Especialistas do projeto do megaempreendimento de Belo Monte, na Amazônia brasileira. Este último foi uma importante iniciativa que objetivou demonstrar, a partir de estudos sobre a região, de grandes nomes das universidades públicas brasileiras, os inúmeros impactos em diversos âmbitos que decorreriam da efetivação do projeto hidrelétrico.

Cabe destacar que o CCM/RS, compreendendo a relevância do instrumento publicado, organizou o Painel de Especialistas do Projeto Mina Guaíba, no Rio Grande do Sul, que fez uma análise crítica do EIA-RIMA da empresa Copelmi. Para o painel, foram produzidos 20 artigos que demonstravam as falhas dos estudos e a inviabilidade socioambiental do projeto.

Com a virada de ano, a organização das reuniões do CCM/RS foi reajustada. Os encontros semanais passaram a ser realizados quinzenalmente em 2020 e, logo na segunda semana do ano iniciou-se a articulação para a participação no Fórum Social das Resistências, que ocorreu no final de janeiro. Dentre os temas debatidos no Fórum, a participação do Comitê foi focada no que diz respeito ao tema do avanço da megamineração

no estado; na alteração do Código Ambiental; e nos desafios das lutas ambientais e indígenas. Os debates foram bastante acalorados, e possibilitou o encontro com diversas entidades sociais e suas pautas que perpassam o contexto do avanço da mineração.

Na sequência, em 29 de janeiro de 2020, ocorreu a participação de representantes do CCM/RS na reunião construída pelo MAM, pelos territórios em conflito com a mineração e pela Diocese de Bagé. A reunião tinha com o intuito firmar o apoio da Igreja aos territórios em luta. Participaram a população em conflito com o Projeto Retiro de São José do Norte, do Projeto Mina Guaíba de Eldorado do Sul, Charqueadas e Porto Alegre e representantes da região de Bagé.

Os meses de fevereiro e março foram importantes para articulação com foco estadual. Nesse sentido, houve participação do CCM/RS no II Encontro Internacional dos Povos do Campo, na Unipampa, no município de Dom Pedrito, que possibilitou a aproximação com educandos e lideranças (indígenas, quilombolas, pequenos agricultores, assentados) dos territórios impactados pelos projetos em Lavras do Sul (mineração de fosfato) e Caçapava do Sul (chumbo, zinco e cobre).

Foi no início de março de 2020 que realizou-se o último encontro presencial do CCM/RS antes do cenário de distanciamento social imposto pela pandemia da Covid-19, marcado pela mobilização para o ato da semana de 8 a 14 daquele mês, com o objetivo de colocar em debate as condições pelas quais a mineração reforça as diferentes formas de violência contra as mulheres, além de sobrecarregá-las, visto que são a elas designadas na sociedade o papel do cuidado. Dessa forma, realizou-se durante o dia 9 de março um ato das mulheres, manifestando o conflito com o projeto de mineração de carvão, em frente à Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA) e à FEPAM.

O ato contou com a participação de mulheres dos municípios de Eldorado do Sul e Porto Alegre e foi realizado pelos movimentos da Via Campesina (MAM, MST, Levante Popular da Juventude, MPA, MAB) junto da articulação do CCM/RS.

Com a pandemia, o ritmo das atividades se modificou, porém, a articulação continua sendo consolidada com as ferramentas oportunizadas com os diferentes meios de comunicação. Atualmente, está sendo realizado o seminário *on-line* “Territórios em Risco”, em que a mesa de abertura ocorreu no âmbito do Fórum Popular da Natureza, além do andamento de campanhas de fortalecimento dos territórios em conflito com a mineração, que produzem alimentos. Neste momento da pandemia tem sido importante a solidariedade da doação de alimentos às famílias que necessitam, nas periferias das cidades e nas aldeias indígenas, de auxílio como uma forma de fortalecê-los.

### **Considerações finais**

Nos detivemos, no presente capítulo, ao detalhamento das atividades que fortaleceram a articulação e consolidação do CCM/RS. Tomamos como referência o mapeamento organizado com base nos dados disponibilizados pela ANM, que demonstra um panorama inicial da dimensão do avanço da mineração no estado. Como observamos nesse levantamento, as atividades tiveram início a partir do entendimento da complexidade dos megaempreendimentos de mineração e suas articulações em diferentes escalas (regional, nacional, internacional).

Nesse sentido, para construir o debate (urgente e necessário) sobre o problema mineral diante do avanço dos projetos, nos detivemos, no momento inicial, à massificação da divulgação desta ameaça no estado, bem como à construção de uma arti-



culação que compreendesse a luta nos territórios, unificada a outras frentes de luta, como jurídica, técnica e científica.

Por fim, os desafios. O levantamento demonstra um dos passos atualmente em andamento e que diz respeito à ampliação e à consolidação da luta nos territórios do interior, dando um caráter estadual ao enfrentamento, visto que a consolidação do Comitê enquanto ferramenta indispensável de luta se deteve estrategicamente em um primeiro momento ao Projeto Mina Guaíba. Também estratégico será o fortalecimento dos campos técnicos, jurídicos, políticos e midiáticos indispensáveis na demonstração de inviabilidade e no indeferimento dos projetos em licenciamento.

## Referências

- AMA – Associação Amigos do Meio Ambiente. *Em Audiência Pública na Câmara de Guaíba nenhuma fala em apoio à Mina de Carvão*. 2019 Disponível em: <http://amaguaiba.org/2019/07/12/em-audiencia-publica-na-camara-de-guaiba-nenhuma-fala-em-apoio-a-mina-de-carvao/>. Acesso em 19 jul. 2020.
- CCM/RS – Comitê de Combate à Megamineração no RS. *Painel de Especialistas: Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental da Mina Guaíba – Vol. I*. Porto Alegre, 2019. Disponível em: [https://rsemrisco.files.wordpress.com/2019/12/painel-mina-guaicc81ba\\_digital\\_150-1.pdf](https://rsemrisco.files.wordpress.com/2019/12/painel-mina-guaicc81ba_digital_150-1.pdf). Acesso em: 27 jun. 2020.
- COPELMI Mineração Ltda. *Estudo de Impacto Ambiental - EIA*. 2018. Disponível em: <http://copelmi.com.br/eia-rima-mina-guaiba/>. Acesso em: 28 jun. 2020.
- DURIGON, Jaqueline; SEIFERT JR., Carlos Alberto. Projeto Caçapava do Sul: a vida na pampa em risco, *in*: DURIGON, Jaqueline; FORNEK, Eduardo; WALTER, Tatiana. *Impactos dos projetos de mineração: O que sabemos? O que queremos? Para onde vamos?* APROFURG, 2020. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/1QC4kfk\\_ivIlt\\_W3NzMLKQSuBwx7vlnkP/view](https://drive.google.com/file/d/1QC4kfk_ivIlt_W3NzMLKQSuBwx7vlnkP/view). Acesso em 20 jun. 2020.
- FEPAM – Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler. *Licença Prévia com EIA/RIMA – LPER n. 355/2019*. Emitida em 15 de outubro de 2019.

- TERRITÓRIOS x MINERAÇÃO. Direção: Giovana Fleck; Giulia Cassol. 2019. Produção: Jornal Sul 21; GOETHE INSTUT. 14'18". Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1unjmIV1ZTE>. Acesso em: 2 jun. 2020.
- GAUTÉRIO, Luiz; FREITAS, Gabriella. Distopia e desenvolvimento: a Rio Grande Mineração em São José do Norte, in: DURIGON, Jaqueline; FORNEK, Eduardo; WALTER, Tatiana. *Impactos dos projetos de mineração: O que sabemos? O que queremos? Para onde vamos? APROFURG*, 2020. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/1QC4kfK\\_ivIlt\\_W3NzMLKQSuBwx7vlnkP/view](https://drive.google.com/file/d/1QC4kfK_ivIlt_W3NzMLKQSuBwx7vlnkP/view). Acesso em: 20 jun. 2020.
- GLOBALFERT. Águia encontra 7% de fosfato em trincheira do projeto Rio Grande. *Globalfert*. 2015. Disponível em: <https://www.globalfert.com.br/noticias/producao/aguia-encontra-7-de-fosfato-em-trincheira-do-projeto-rio-grandel>. Acesso em: 24 jun. 2020.
- GOLDER ASSOCIATES. *Estudo de Impacto Ambiental – EIA – Projeto Fosfato Três Estradas*. 2017. Protocolado no processo administrativo 7404-05.67/18.8 na Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler – FEPAM.
- IBAMA – Instituto Brasileiro. *Parecer Técnico 02001.003450/2015-64COMOC/IBAMA*, que embasou a emissão da LP (p. 24 e 25). 2015. Disponível em <https://www.gov.br/ibama/pt-br>. Acesso em: 5 maio 2020.
- LUZ, Pedro; FLORES, Rafael. *Análise das manifestações nas seis audiências públicas sobre o empreendimento Mina Guaíba*. 2020. Disponível em: <https://rsemrisco.files.wordpress.com/2020/03/estudo-manifestacca70cc83es-mina-guaicc81ba.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2020.
- MEDEIROS, Catiana. Copelmi e FEPAM não comparecem a mais um debate sobre a Mina Guaíba. *Brasil de Fato*. Porto Alegre, 16 jul. 2019. Disponível em: <https://www.brasiledefato.com.br/2019/07/16/copelmi-e-fepam-nao-comparecem-a-mais-um-debate-sobre-a-mina-guaiba>. Acesso em: 19 jul. 2020.
- PGR – Procuradoria Geral da República. *Laudo Pericial n. 938/2020/Spespe*. Processo 1.29.001.00136/2017-92 do MPF. 2 de julho de 2020.
- RGM – Rio Grande Mineração. *Relatório de Impacto Ambiental – Projeto Retiro*. 2014. Disponível em: <http://rgminer.com.br/wp-content/uploads/2014/09/rgm-2014-07-03-BAIXA.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2020.
- SILVEIRA, Jaqueline. Fonte de renda para 500 famílias, produção sustentável está ameaçada por mineradora. *Sul21*. Porto Alegre, 19 nov. 2016. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/areazero/2016/11/fonte-de-renda-para-500-familias-producao-sustentavel-esta-ameacada-por-mineradora/>. Acesso em: 24 jun. 2020.

- SERGS – Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul. *Novos aproveitamentos para o carvão mineral do RS /Tecnologias inovadoras*. 26 abr. 2019. Disponível em: <http://sociedadeengenhariars.com.br/2019/04/26/seminario-sergs-novos-aproveitamentos-para-o-carvao-mineral-do-rs-tecnologias-inovadoras/>. Acesso em: jul./2020.
- VOTORANTIM Metais. *Estudo de Impacto Ambiental – EIA – Projeto Caçapava do Sul*. P. 46 do Volume I do EIA, 2016. Disponível em: <https://www.projetocacapavadosul.com.br/>. Acesso em: 7 dez. 2019.
- WEISSHEIMER. É preciso criar rápido bloco de resistência no RS. O que se anuncia aqui é um novo Carajás. *Sul21*. Porto Alegre, 17 dez. 2018. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/areazero/2018/12/e-preciso-criar-rapido-bloco-de-resistencia-no-rs-o-que-se-anuncia-aqui-e-um-novo-carajas/>. Acesso em: jul. 2020.
- \_\_\_\_\_. Plano Diretor de São José do Norte proíbe mineração no município. *Sul21*. Porto Alegre, 19 jun. 2019a. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/geral/2019/06/plano-diretor-de-sao-jose-do-norte-proibe-mineracao-no-municipio/>. Acesso em: 22 jun. 2020.
- \_\_\_\_\_. Marco. Mina Guaíba: MP vê déficit democrático, análises insuficientes e pede suspensão de licenciamentos. *Sul21*. Porto Alegre, 1 out. 2019b. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/geral/2019/10/mina-guaiba-mp-ve-deficit-democratico-analises-insuficientes-e-pede-suspensao-de-licenciamentos/>. Acesso em: 27 jun. 2020.
- \_\_\_\_\_. Projetos de mineração ameaçam território de pelo menos 88 assentamentos de Reforma Agrária no RS. *Sul21*. Porto Alegre, 19 abr. 2019c. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/geral/2019/04/projetos-de-mineracao-ameacam-territorio-de-pelo-menos-88-assentamentos-de-reforma-agraria-no-rs/>. Acesso em: jul. 2020.



# SOBRE AS PESSOAS QUE ESCREVERAM ESTE LIVRO

## **Ana Alvarenga de Castro**

Engenheira Agrônoma militante independente da Agroecologia Feminista. Mestre em Práticas em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Doutoranda em Gênero e Globalização pela Universidade Humboldt de Berlim, Alemanha. Bolsista da Fundação Friedrich-Ebert. [ana.alvarengadecastro@gmail.com](mailto:ana.alvarengadecastro@gmail.com)

## **Bernadete Esperança Monteiro**

Mestra em saúde pública pela ENSP/FIOCRUZ, enfermeira, integrante da coordenação nacional da Marcha Mundial das Mulheres e da Consulta Popular. [bernadete.esperanca@gmail.com](mailto:bernadete.esperanca@gmail.com)

## **Caroline Siqueira Gomide**

Professora da Faculdade UnB Planaltina, Universidade de Brasília (UnB), nos cursos de Licenciatura em Educação do Campo e Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-Mader). Integrante do Projeto Brasil Popular GO/DF. [carolinegomide@unb.br](mailto:carolinegomide@unb.br)

## **Charles Trocate**

Integrante da coordenação nacional do Movimento Pela Soberania Popular na Mineração (MAM). [charlestrocate@hotmail.com](mailto:charlestrocate@hotmail.com)

## **Danielle Passos Jorge**

Arquiteta e Urbanista da Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (AEDAS) com atuação na assessoria técnica dos atingidos e atingidas

pelo rompimento da barragem de Fundão no município de Barra Longa (MG). Especialização em Direitos Humanos pela PUCRS, em andamento. danijorgebh@gmail.com

### **Eduardo Raguse**

Engenheiro Ambiental, coordenador da Associação Amigos do Meio Ambiente - Guaíba (AMA Guaíba) e do Comitê de Combate a Megamineração no Rio Grande do Sul. eduardorquadros@gmail.com

### **Eulina Marques**

Gestora ambiental e militante do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) GO/DF. eulinamarques13@gmail.com.

### **Georgina Maria Vêras Motta**

Mestre em Psicologia e doutoranda em Psicologia Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (PPG-PSI/UFMG). Membro do Laboratório de Estudos sobre Trabalho, Sociabilidade e Saúde (LETSS/UFMG). georginavmotta@gmail.com

### **Gisele Ferreira de Castro**

Técnica em Agroecologia e estudante de Geografia na Universidade Federal de Viçosa (UFV), militante do Movimento pela Soberania Popular na Mineração-MAM e membro do Núcleo de Estudos em Agroecologia Puri (NEAP). giseleferreiradecastro85@gmail.com

### **Gustavo Soares Iorio**

Doutor em Geografia, professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Viçosa (UFV), coordenador do Laboratório de Estudos em Geopolítica do Capitalismo (LEGEC). orio@ufv.br

### **Jean Carlos Martins Silva**

Técnico em Meio Ambiente, Gestor Ambiental, graduando em Engenharia Florestal pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) e militante do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM). jcmsilva00@gmail.com

**Karine Gonçalves Carneiro**

Pós-doutoranda em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas), Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela UFMG. Professora adjunta da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), na graduação em Arquitetura e Urbanismo e no mestrado em Direito, coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Socioambientais (GEPSA). karine.carneiro@ufop.edu.br

**Kathiuça Bertollo**

Assistente Social. Mestre e doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).  
kathibertollo@gmail.com

**Larissa Pirchiner de Oliveira Vieira**

Advogada popular. Integra o Coletivo Margarida Alves de Assessoria Popular e a Rede Nacional de Advogadas e Advogados Populares (RENAP). Mestre em Arquitetura e Urbanismo pelo NPGAU-UFMG. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF), linha de pesquisa Conflitos Socioambientais.  
larissapovadv2@gmail.com

**Lourival Andrade**

Coordenador da Rede Instituto Brasileiro de Educação, Integração e Desenvolvimento Social (IBEIDS) e da Ação Sindical Mineral (ASM).  
lourivalandraxe@gmail.com

**Lucas Magno**

Doutor em Geografia, professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais (IF Sudeste MG) e integrante dos grupos de pesquisa e extensão PoEMAS – Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade e Núcleo de Estudos em Agroecologia Puri (NEAP). lucas.magno@ifsudestemg.edu.br

**Lucia Maria Fantinel**

Professora aposentada do Departamento de Geologia, Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

luciafantinel@gmail.com

**Luiz Paulo Guimarães de Siqueira**

Especialista em estudos latino-americanos e membro da coordenação nacional do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM).

luizpgsiqueira@gmail.com

**Marcelo Firpo Porto**

Pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz, coordenador do Núcleo Ecológicas, Epistemologias e Promoção Emancipatória da Saúde I (NEEPES/ENSP/FIOCRUZ). mafirpo2@gmail.com

**Marcio Zonta**

Integrante da coordenação do Projeto Brasil Popular e da coordenação nacional do Movimento Pela Soberania Popular na Mineração (MAM).

zontamarciomam@gmail.com

**Maria Júlia Gomes Andrade**

Mestre em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Pertence à Coordenação Nacional do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) e ao Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração. mariajuliaminas@gmail.com

**Marina Paula Oliveira**

Atingida e Coordenadora de Projetos da Arquidiocese de Belo Horizonte para as comunidades atingidas pelo rompimento da barragem da Vale S. A. em Brumadinho (MG). Mestranda em Relações Internacionais pela PUC-Minas. marinapaulaoliveira@gmail.com

**Marta de Freitas**

Mestre em Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente pelo Centro Universitário Senac. Coordenadora do Fórum Sindical e Popular de Saúde e Segurança do Trabalhador e da Trabalhadora de Minas Gerais.



Pertence à Coordenação Nacional do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM). [marta1freitas@gmail.com](mailto:marta1freitas@gmail.com)

### **Michele Cristina Martins Ramos**

Mestra em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (*Campus Catalão*). Coordenação Nacional do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) e do Comitê de Combate a Megamineração no RS. [michcmartinsramos@hotmail.com](mailto:michcmartinsramos@hotmail.com)

### **Murilo da Silva Alves**

Docente do Departamento de Ciências da Saúde da Universidade Estadual de Santa Cruz (DCS/UESC), doutorando em Psicologia Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (PPG-PSI/UFMG), mestre em Enfermagem e Saúde pelo PPGES/UESB, membro do Laboratório de Estudos sobre Trabalho, Sociabilidade e Saúde (LETSS/UFMG). [murilosevla@gmail.com](mailto:murilosevla@gmail.com)

### **Neidimar Santos dos Reis**

Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). [neidireis@gmail.com](mailto:neidireis@gmail.com)

### **Pablo Henrique da Silva Montalvão**

Militante do Movimento Pela Soberania Popular na Mineração. Graduando em Geografia pelo Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária (PRONERA) e pela Universidade Estadual de Pernambuco (UEP), Centro de Formação Paulo Freire, Caruaru, *Campus Mata Norte*. [pblmontalvao97@gmail.com](mailto:pblmontalvao97@gmail.com)

### **Poliana Machado da Silva Moreira**

Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Docente da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), *Campus VI*, Caetitê. [pollimachado@yahoo.com.br](mailto:pollimachado@yahoo.com.br)

### **Rafael Augusto Nunes**

Graduando em Geografia pela Universidade Estadual da Bahia (UNEB), *Campus VI*, Caetitê. Militante do Movimento Pela Soberania Popular na Mineração (MAM). [ranunes360@gmail.com](mailto:ranunes360@gmail.com)

**Ricardo Junior de Assis Fernandes Gonçalves**

Professor dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Geografia da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Pesquisador do Grupo de Pesquisa e Extensão Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS). Integrante do Projeto Brasil Popular GO/DF. ricardo.goncalves@ueg.br

**Simone Silva**

Graduada em Artes Visuais, mãe, militante do MAB, integrante da comissão de atingidos e atingidas de Barra Longa e do Coletivo de saúde do território. simonebarrasilva@hotmail.com

**Tádzio Peters Coelho**

Doutor em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professor Adjunto da Universidade Federal de Viçosa (UFV) na graduação em Ciências Sociais. Pesquisador do grupo de estudos e extensão Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS). tadzio@ufv.br

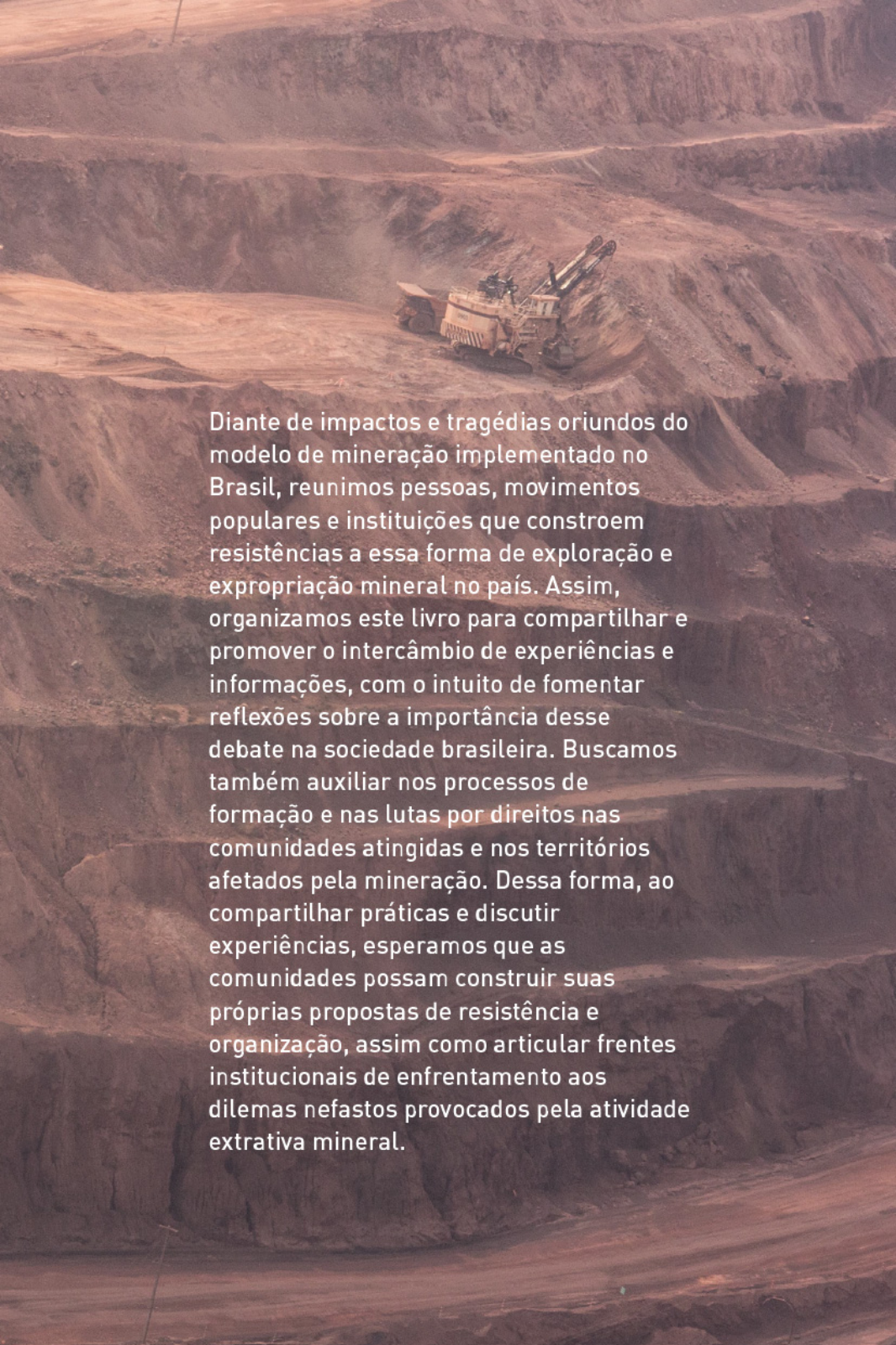
**Tatiana Ribeiro de Souza**

Doutora em Direito Público e mestre em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas), pós-doutora pela Universidad Rovira i Virgili (URV), Espanha. Professora adjunta da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), na graduação e no mestrado em Direito, coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Socioambientais (GEPISA) e integrante da Rede Internacional para o Constitucionalismo Democrático Latino-Americano (RCDLA). tatiana.souza@ufop.edu.br

**Verônica Viana de Sousa**

Advogada da Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (AEDAS) com atuação na assessoria técnica dos atingidos e atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão no município de Barra Longa (MG). Especialização em Direitos Humanos pela PUCRS, em andamento. Especialização de direito ambiental e urbanístico pela PUC-Minas, em andamento. adv.veronicaviana@gmail.com



A large yellow excavator is positioned in the center of a deep, terraced open-pit mine. The mine's walls are composed of reddish-brown earth and rock, showing clear horizontal layers of excavation. The excavator is facing right, with its arm and bucket raised. The overall scene is one of industrial-scale earthmoving in a rugged, arid environment.

Diante de impactos e tragédias oriundos do modelo de mineração implementado no Brasil, reunimos pessoas, movimentos populares e instituições que constroem resistências a essa forma de exploração e expropriação mineral no país. Assim, organizamos este livro para compartilhar e promover o intercâmbio de experiências e informações, com o intuito de fomentar reflexões sobre a importância desse debate na sociedade brasileira. Buscamos também auxiliar nos processos de formação e nas lutas por direitos nas comunidades atingidas e nos territórios afetados pela mineração. Dessa forma, ao compartilhar práticas e discutir experiências, esperamos que as comunidades possam construir suas próprias propostas de resistência e organização, assim como articular frentes institucionais de enfrentamento aos dilemas nefastos provocados pela atividade extrativa mineral.